Setor imobiliário
Incorporadoras voltam ao centro do Rio, com novos projetos e 'retrofit', como no antigo edifício do diário 'A Noite' B6

INÊS 249

México
Aprovação da reforma do Judiciário proposta por Obrador põe em xeque segurança jurídica e investimentos A20

Marketing
Redes sociais ganharam mais importância do que deveriam, diz Igor Puga. 'Do mesmo jeito que é impactante, é volátil' B8

Sábado, domingo e segunda-feira, 14, 15 e 16 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6088 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Setor imobiliário
Incorporadoras estão de volta ao centro do Rio, com projetos e retrofit, como no edifício do diário 'A Noite' B6

México
Aprovação da reforma do Judiciário proposta por Obrador põe em xeque segurança jurídica e investimentos A20

Marketing
Redes sociais ganharam mais importância do que deveriam, diz Igor Puga. 'Do mesmo jeito que é impactante, é volátil' B8

Sábado, domingo e segunda-feira, 14, 15 e 16 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6088 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Na política de revisão de gastos públicos, área econômica avalia mudar o seguro-desemprego

Fiscal Uma das ideias é fazer com que o número de parcelas do benefício varie conforme o valor da multa do FGTS

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O seguro-desemprego entrou no radar da área econômica do governo, dentro da política de revisão de gastos. Com o mercado de trabalho aquecido e o desemprego em baixa, há estudos para corrigir o que é visto por alguns especialistas como proteção duplicada ao trabalhador demitido sem justa causa: o seguro-desemprego e a multa indenizatória de 40% sobre depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Uma das ideias é fazer com que o número de parcelas do benefício varie conforme o valor da multa do FGTS. Quanto mais elevada a multa do Fundo, menos o trabalhador receberia de seguro-desemprego. Esse desenho não prevê alteração na multa do FGTS. Em 12 meses até julho, os gastos com o seguro-desemprego atingiram R$ 52,3 bilhões, em valores atualizados pela inflação. O trabalhador demitido sem justa causa tem direito a três, quatro ou cinco parcelas, a depender do tempo trabalhado.

Outra ideia é melhorar o financiamento do seguro-desemprego, pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cuja fonte é uma parcela da receita do PIS/Cofins. Discute-se cobrar mais dos setores com maior rotatividade, que demandam mais seguro-desemprego.

As ideias estão em estágio preliminar e precisam ser aperfeiçoadas em discussões com essa e outras áreas do governo, além de passar pelo crivo político dos ministros envolvidos e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. São discussões que fazem parte do trabalho de revisão de gastos, para desacelerar o avanço das despesas obrigatórias.

"Encaminhar uma reforma nas despesas obrigatórias, a exemplo de alterações no Benefício de Prestação Continuada, abono salarial ou no seguro-desemprego, que dê consistência ao arcabouço fiscal é fundamental para que o governo recupere a credibilidade fiscal", diz o economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel.

No caso do abono, o governo prevê gastar R$ 30,7 bilhões em 2025, 10% a mais que neste ano. Há a ideia de redesenhar o programa, como disse na semana passada Sergio Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento. Ainda não há decisão política tomada, segundo ele. **Página A4**

Dino autoriza créditos fora da meta fiscal para combate a queimadas

Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet
De Brasília

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem o governo federal a emitir créditos extraordinários fora da meta fiscal até o fim do ano para combater as queimadas. "Não podemos negar o máximo e efetivo socorro a mais da metade do nosso território, suas respectivas populações e toda a flora e fauna da Amazônia e Pantanal, sob a justificativa de cumprimento de uma regra contábil não constante na Carta Magna, e sim do universo infraconstitucional", avaliou Dino. A decisão do ministro ocorre após a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento alertá-lo para os riscos que a abertura de créditos extraordinários para o combate às queimadas, fora do limite de gastos do arcabouço fiscal, representaria para o equilíbrio das contas da União. **Página A2**

FBI investiga 'aparente tentativa de assassinato' contra Trump

Agências internacionais

O ex-presidente Donald Trump foi alvo ontem de outra "aparente tentativa de assassinato", segundo o FBI, a polícia federal americana. Agentes do Serviço Secreto abriram fogo contra um atirador no clube de golfe do candidato do Partido Republicano à presidência, em West Palm Beach, Flórida. Trump, que jogava golfe a menos de 500 metros de distância, saiu ileso. O atirador fugiu, mas foi preso logo depois.

Os agentes, que estavam alguns metros à frente de Trump, atiraram quando avistaram o homem atrás de alguns arbustos apontando um rifle através de uma cerca, disseram autoridades policiais. O tiroteio em West Palm Beach acontece dois meses depois que um atirador de 20 anos tentou matar Trump durante um comício de campanha no oeste da Pensilvânia. **Página A17**

Carla Madeira, literatura e biologia para as CEOs

Marli Olmos
De São Paulo

Arte, música, literatura e até a mensagem que uma empresa transmite ao consumidor têm a força de provocar emoções poderosas, capazes de perturbar o corpo na mesma medida da ingestão exagerada de um alimento, diz a escritora, publicitária e empreendedora Carla Madeira, autora de livros como "Tudo é rio". A autora fez a relação entre literatura e biologia ao ser entrevistada no "Café com as CEOs", evento do **Valor**, em parceria com a Marie Claire, no Bain Innovation Hub, sexta-feira, para uma plateia de cerca de 80 mulheres CEOs, empreendedoras e conselheiras. Madeira também leu um texto que escreveu com o intuito de levar para a discussão o poder das emoções na vida e no mundo corporativo — publicado na íntegra nesta edição.

No evento, também foi lançada uma pesquisa que vai mapear os obstáculos para que mais mulheres cheguem ao topo das organizações. **Página B7**

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Carla Madeira: "Tudo o que entra no nosso corpo e o tira do estado de regularidade faz com que ele busque recursos para voltar ao equilíbrio"

Mudança de estratégias no Atacadão

Adriana Mattos
De São Paulo

Semanas atrás, quando o Atacadão, controlado pelo grupo Carrefour, anunciou que passaria a vender produtos, como arroz e feijão, em três vezes sem juros em todos os cartões de crédito, analistas torceram o nariz pelo risco de a medida afetar o capital de giro da rede. Em sua primeira entrevista desde então, o presidente do Atacadão, Marco Oliveira, disse ao **Valor** que hoje a questão está mais bem esclarecida, e a pressão se volta aos rivais. "Viram que o caixa não mudou, continua eficiente, e perguntaram por que os outros ainda não fizeram o mesmo. O 'canhão' mudou de direção." Ele também adianta que o Atacadão entrou em novas categorias, como flores e portáteis, e que vai acelerar a implantação de serviços nas lojas. **Página B4**

'Valor 1000' premiará 28 empresas líderes

De São Paulo

O "Valor 1000" chega hoje à 24ª edição, premiando as 28 empresas líderes de seus setores no Brasil e a Empresa de Valor, em cerimônia no hotel Unique, em São Paulo. Será lançado o anuário Valor 1000, que traz um amplo conjunto de dados que permite dimensionar o peso das operações dessas companhias para o Brasil. A avaliação e a elaboração do ranking das empresas e as análises setoriais foram feitas em parceria com o Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGVCef/EAESP/FGV SP) e a Serasa Experian. O evento terá entrevista ao vivo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e um bate-papo sobre liderança com o técnico José Roberto Guimarães, medalha de bronze nas Olimpíadas de Paris com a seleção feminina de vôlei. **Página A2**

Destaque

Motta tenta atrair eleitor de Lula
Em sabatina do **Valor**, "O Globo", "Extra" e CBN, o candidato do Psol à Prefeitura do Rio, Tarcísio Motta, centrou críticas no prefeito Eduardo Paes, para atrair eleitores de esquerda. **A16**

Indicadores

Ibovespa	13/set/24	0,64 % R$ 20,4 bi
Selic (meta)	13/set/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	13/set/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	13/set/24	5,5711/5,5717
Dólar comercial (mercado)	13/set/24	5,5666/5,5672
Dólar turismo (mercado)	13/set/24	5,6010/5,7810
Euro comercial (BC)	13/set/24	6,1750/6,1768
Euro comercial (mercado)	13/set/24	6,1662/6,1668
Euro turismo (mercado)	13/set/24	6,2451/6,4251

Copom deve iniciar ciclo de alta do juro nesta semana

Victor Rezende, Gabriel Roca e Gabriel Caldeira
De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) deve elevar os juros na reunião desta semana. De 126 instituições ouvidas pelo **Valor**, 108 esperam um aumento de 0,25 ponto percentual da Selic, para 10,75% ao ano, enquanto outras seis casas veem uma alta mais agressiva, de 0,5 ponto. Doze instituições conservam em seus cenários a manutenção da taxa. Em 45 dias, as perspectivas para os rumos da Selic sofreram uma reviravolta, devido à combinação de economia aquecida, dólar caro e expectativas de inflação desancoradas. **Página C1**

Pronto para IPOs

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

"A expectativa de que o Fed corte os juros a partir de setembro é um sinal positivo para as empresas abrirem o capital", diz Navneet Govil, vice-presidente do SoftBank. Página C6

INÊS 249

Um ciclo de alta de juros na contramão do exterior

Sergio Lamucci

O Banco Central (BC) brasileiro deverá começar um ciclo de alta dos juros na quarta-feira, no mesmo dia em que o Federal Reserve (Fed, o BC americano), tudo indica, vai anunciar a redução da taxa básica. A política monetária por aqui, desse modo, tende a ir na contramão do movimento dos juros nos EUA e de outras economias avançadas, como a zona do euro. A avaliação dominante é de que o Comitê de Política Monetária (Copom) não será agressivo no aumento dos juros, que já partem de um nível elevado, apesar de o BC ter cortado a Selic de 13,75% para 10,5% ao ano entre agosto de 2023 e maio de 2024.

Pelo consenso do mercado, a taxa subirá 0,25 ponto percentual. Esse novo ciclo de alta da Selic deve frear em alguma medida a atividade econômica, afetando o investimento, por exemplo, e contribuir para alguma valorização do câmbio, por aumentar a diferença entre os juros externos e internos.

Um fator que pode tornar o cenário mais complicado é o impacto da seca que atinge o país. Como observam os economistas da LCA Consultores, a estiagem severa deste ano, "num contexto em que os níveis de precipitação vêm caindo há mais de década, tem potencial para representar um significativo choque negativo de oferta — com efeitos, ao mesmo tempo, de aumento da inflação e de redução do crescimento do PIB". A expectativa da LCA, em relatório, é de um ciclo de alta moderado da Selic, limitado a 1,5 ponto percentual, o que levaria a taxa a 12%, num quadro "em que a política monetária doméstica já se encontra em terreno restritivo e as políticas monetárias nas economias centrais estão começando a ser flexibilizadas".

O ponto da consultoria é que o grau de incerteza em torno das previsões para os juros segue elevado, e aumenta com o agravamento dos riscos climáticos. No caso da energia elétrica, a seca levou à mudança da bandeira tarifária de amarela para vermelha a partir de setembro. Além disso, os preços de alguns alimentos deverão ficar mais pressionados pelo impacto da estiagem. A política monetária não deve combater diretamente choques de oferta, mas é preciso ficar atento aos efeitos secundários — se haverá impacto em outros preços e nas expectativas de inflação. É, em resumo, um fator que eleva a incerteza.

O novo ciclo de alta da Selic se deve, aliás, em boa parte a incertezas, que levaram as expectativas de inflação a se distanciar da meta perseguida pelo BC, de 3%, e a pressionar o câmbio. As contas fiscais são a principal fonte de indefinição. O arcabouço fiscal não estabiliza a dívida pública como proporção do PIB e o governo segue sem um plano para enfrentar a expansão dos gastos obrigatórios. Também há dúvidas sobre como será a política monetária a partir de 2025, quando Roberto Campos Neto será substituído por Gabriel Galípolo na presidência do BC.

Para tentar mostrar o compromisso com o regime de metas de inflação, Galípolo, atual diretor de política monetária da instituição, deu declarações duras há algumas semanas, depois em parte suavizadas. De qualquer modo, as falas de Galípolo e de Campos Neto apontam para uma alta dos juros. Na visão da maior parte dos analistas, o aumento será de 0,25 ponto percentual.

Além das incertezas fiscais e monetárias, o aquecimento da atividade econômica é um dos fatores que levam os analistas a esperar um novo aumento dos juros. O mercado de trabalho segue robusto e há uma retomada do crédito. A política fiscal também tem sido muito expansionista, especialmente por meio de transferências de renda. A avaliação, porém, é que o emprego e a renda vão perder algum gás, ao mesmo tempo em que haverá alguma desaceleração nos gastos públicos nos próximos meses.

A inflação, por sua vez, está próxima do teto de intervalo de tolerância da meta, de 4,5% — nos 12 meses até agosto, por exemplo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 4,24%. O quadro inflacionário, contudo, não é explosivo. O resultado do IPCA do mês de agosto trouxe boas notícias, como a desaceleração dos serviços e dos núcleos, as medidas que buscam reduzir ou eliminar a influência dos itens mais voláteis. As projeções, no entanto, mostram que o indicador ficará acima da meta de 3%. A LCA projeta um IPCA de 4,4% em 2024 e de 4% em 2025.

Na visão da maior parte dos economistas, esse conjunto de fatores justifica um ciclo de aumento da Selic. Mas é importante ter em mente que a taxa parte de um nível já elevado — uma Selic de 10,5% significa um juro real de 6,3%, descontando a inflação esperada para os próximos 12 meses, enquanto a taxa real de um ano está em 7,5%. Além disso, os juros deverão começar a cair nos EUA e já recuaram na zona do euro, o que vai aumentar ainda mais diferença entre as taxas internas e externas. Para completar, o mercado de trabalho deve ser menos exuberante daqui para frente e o estímulo fiscal deverá ser menor. Nesse cenário, não faz sentido um aperto monetário muito forte e prolongado. Um ajuste moderado pode contribuir para valorizar um pouco o câmbio e deter ou reverter em parte o processo de piora das expectativas de inflação, combinação que pode melhorar o cenário para o IPCA. Movimentos mais fortes de queda do dólar e das estimativas para a inflação, porém, exigiriam uma redução mais expressiva das incertezas sobre as contas públicas e sobre a atuação do BC a partir de 2025.

Em resumo, uma alta mais forte da Selic não parece necessária e não está no radar dos analistas. Se houver a colaboração do governo no front fiscal, o aperto monetário poderá ser mais breve e não atrapalhar, ou atrapalhar menos, a retomada que o investimento começa a esboçar.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Premiação Evento revelará a Empresa de Valor 2024 e terá a presença do ministro Fernando Haddad

'Valor 1000' premia 28 empresas líderes

De São Paulo

O "Valor 1000" chega à 24ª edição neste ano e premiará as 28 empresas líderes de seus setores no Brasil, nesta segunda-feira (16), em uma cerimônia no hotel Unique, em São Paulo. A empresa de Valor 2024, cujos resultados e realizações a colocaram em destaque na cena nacional, também será homenageada.

Na ocasião, será lançado o anuário Valor 1000, que traz um amplo conjunto de dados que permite dimensionar o peso das operações destas companhias para o Brasil.

O evento terá a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que participará de um bate-papo com o chefe de redação da sucursal do **Valor** em Brasília, Fernando Exman, e com a repórter especial Lu Aiko Otta.

A premiação também terá um talk show com o técnico da seleção feminina de voleibol, José Roberto Guimarães, que conduziu o Brasil à medalha de bronze nas Olimpíadas de Paris deste ano.

A avaliação e a elaboração do ranking das mil maiores e as análises setoriais foram feitas em parceria com o Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGVCef/EAESP/FGV SP) e a Serasa Experian.

> Evento contará com um talk show com o técnico de vôlei José Roberto Guimarães

O processo de avaliação da melhor empresa do setor se deu em duas etapas: uma avaliação contábil-financeira, correspondendo a 70% da nota final, e uma avaliação de práticas ESG (sigla em inglês para as práticas ambientais, sociais e de governança), que representa 30% da nota final.

No ano-base deste anuário Valor 1000 (2023), 636 companhias do ranking cresceram em faturamento na comparação com 2022. Pouco mais da metade delas — 52% — teve lucro, ante 82% no levantamento anterior.

A receita líquida no exercício, de R$ 7,3 trilhões, caiu 1,5% na variação nominal. Tratou-se da maior variação negativa do indicador desde o começo da série histórica, em 2001. O abatimento, porém, não foi generalizado. Os valores variaram, de forma significativa, conforme o indicador, porte e tipo de empresa e mesmo entre aquelas do mesmo setor.

Estreantes ou veteranas no topo do ranking de melhores empresas de seus setores, as 28 campeãs desta 24ª edição do Valor 1000 mostraram capacidade de adaptação e flexibilidade para lidar com a maré de incertezas do ano de 2023, sem deixar de dar prioridade às metas ESG.

Dino autoriza emissão de crédito fora da meta para combate a incêndios

Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet
De Brasília

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou neste domingo, 15, que o governo federal emita créditos extraordinários fora da meta fiscal até o fim do ano, exclusivamente para o combate às queimadas que afetam o país.

"Não podemos negar o máximo e efetivo socorro a mais da metade do nosso território, suas respectivas populações e toda a flora e fauna da Amazônia e Pantanal, sob a justificativa de cumprimento de uma regra contábil não constante na Carta Magna, e sim do universo infraconstitucional", avaliou Dino na decisão.

Além disso, o ministro argumenta que as consequências negativas para a responsabilidade fiscal serão muito mais atribuídas à erosão das atividades produtivas vinculadas às áreas afetadas pelas queimadas e pela seca do que pela suspensão da regra fiscal até o fim de 2024.

O magistrado determinou ainda a flexibilização da regra para a manutenção e contratação de brigadistas, dispensando o prazo de três meses exigido pela lei atualmente para a recontratação de quadros que já prestaram serviço.

A decisão sugere ainda a necessidade de maior envolvimento da Polícia Federal nas investigações que indicam participação humana na maioria dos incêndios no Pantanal e na Amazônia.

A decisão de Dino ocorre após a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) alertá-lo para os riscos que a abertura de créditos extraordinários para o combate às queimadas, fora do limite de gastos do arcabouço fiscal, representaria para o equilíbrio das contas da União.

Os termos do parecer da consultoria da pasta foram incluídos na manifestação a Advocacia Geral da União (AGU) enviada ao ministro para subsidiar a decisão que libera créditos extraordinários dentro do Orçamento de 2024. Na última terça-feira, o magistrado deu um prazo de 48 horas para a AGU se posicionar.

"O impacto sobre indicadores macroeconômicos, como inflação, taxa de juros e dívida pública pode ser considerável, especialmente se as despesas extraordinárias forem financiadas via aumento de dívida pública. Recomenda-se, portanto, cautela na edição de créditos extraordinários e a implementação de medidas compensatórias para mitigar os riscos fiscais e macroeconômicos, garantindo a sustentabilidade das contas públicas a médio e longo prazo, argumenta Richard Marinho Cavalcanti, coordenador de Assuntos Orçamentários da Consultoria Jurídica do MPO.

Na peça, o consultor explica que os recursos excepcionalizados podem obrigar o governo a fazer ajustes fiscais para cumprir a meta prevista no arcabouço.

"Ainda que esses créditos sejam excepcionados do limite de despesas da Lei Complementar nº 200/2023, eles continuam a impactar a meta de resultado primário estabelecida na LDO de 2024. Isso implica a necessidade de ajustes fiscais rigorosos por parte do governo para garantir o cumprimento dessa meta, sob pena de deterioração do equilíbrio fiscal e das condições econômicas.

Fogo em Brasília

Um incêndio de grandes proporções atingiu neste domingo o Parque Nacional de Brasília, conhecido também como parque da Água Mineral.

O presidente do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Mauro Pires, afirmou que o incêndio apresenta indícios de ser criminoso. Segundo ele, o fogo iniciou-se próximo à Granja do Torto e rapidamente se alastrou para dentro do parque por causa do clima quente e seco.

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF

Flávio Dino: "Não podemos negar o máximo e efetivo socorro a mais da metade do nosso território"

Ninguém havia sido preso até a noite de domingo. "A causa do incêndio é sem dúvida criminosa. Começou na divisa da Granja do Torto e adentrou ao parque", afirmou Pires.

O combate às chamas conta com a ação do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e brigadistas do ICMBio. No início da noite, por volta das 18h, as equipes ainda permaneciam no local. O parque é uma unidade de conservação importante para a proteção dos rios que abastecem a região.

Até a tarde deste domingo, o Brasil ainda possuía 6.251 focos de incêndio ativos, segundo dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). O Pará era o Estado com mais queimadas, 1.765 focos. Em segundo lugar, o Mato Grosso, com 1.150, seguido por Tocantins (637).

São Paulo ainda registrava na tarde de domingo ao menos 12 cidades com focos ativos de incêndio, segundo a Defesa Civil estadual, após operação do governo do Estado no sábado (14), que contou com 20 aeronaves, com 100% do efetivo, no enfrentamento de focos em 13 municípios.

De janeiro até sábado, o Brasil registrou 182.568 focos de incêndio. Quase o triplo do número registrado pela Bolívia, que surge em segundo lugar no ranking do Inpe, com 64.091 focos. A Venezuela aparece em terceiro lugar, com 39 mil focos; e a Argentina aparece na sequência, com 22.130 focos de incêndio. *(Com Folhapress)*

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,41	1,36	0,36	0,38	-0,17	0,50	0,66	0,74	0,10
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	0,1	5,9	-4,1	2,2	-1,2	3,1	-0,6	2,4	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,9	2,0	-2,3	2,4	-1,5	2,5	0,2	1,6	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,0	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,6	-0,9	0,9	0,8	0,2	0,7	3,7	-2,3	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,1	2,5	-0,8	0,6	1,8	-1,5	2,2	0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,2	1,7	-0,5	0,2	0,3	-0,4	0,4	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,2	0,2	0,0	0,1	0,3	0,4	0,6	0,1	0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.079	30.919	28.766	30.201	30.478	27.711	23.419	26.708	28.786	27.886
Importações	24.251	23.279	22.381	21.875	21.882	20.495	18.223	20.512	19.463	19.097
Saldo	4.828	7.640	6.384	8.326	8.596	7.216	5.197	6.197	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,83	0,5584	0,5088	0,3143	-	24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,98**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,04**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência set/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	ago/24	jul/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice ago/24	Número índice jul/24	Número índice dez/23	Número índice ago/23
IBGE									
IPCA	-0,02	0,38	2,85	4,62	4,24	6.966,50	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-0,14	0,26	2,80	3,71	3,71	7.149,55	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	0,12	0,83	2,07	-3,30	4,23	1.128,41	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	0,20	0,32	2,51	3,48	3,77	-	-	-	-
IPA-DI	0,11	0,93	1,54	-5,92	4,11	1.314,28	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	0,30	0,72	2,48	-11,34	4,94	1.829,58	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	0,04	1,01	1,19	-3,77	3,80	1.107,61	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-0,16	0,54	2,85	3,55	4,18	754,55	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	0,70	0,72	4,27	3,49	5,23	1.134,78	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	0,29	0,61	2,00	-3,18	4,26	1.146,58	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	0,29	0,68	1,45	-5,60	4,20	1.353,52	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	0,09	0,30	3,05	3,40	4,19	738,33	737,65	716,46	708,64
INCC-M	0,64	0,69	4,00	3,32	4,84	1.129,64	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	0,18	0,06	2,12	3,15	3,56	689,58	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia set/24 0,18% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana set/24 0,13%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024		2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57
Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	**jul/24 Valor**	**jul/24 % do PIB**	**jun/24 Valor**	**jun/24 % do PIB**	**jul/23 Valor**	**jul/23 % do PIB**
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de julho*

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.546,9**	**1.423,8**	**8,64**	**221,5**	**202,3**	**9,49**
Receita Adm. Pela RFB**	1.002,0	896,8	11,73	144,4	125,0	15,51
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	354,6	339,7	4,37	50,9	49,6	2,75
Receitas Não Adm. Pela RFB	190,3	187,3	1,56	26,2	27,8	-5,80
Transferências a Estados e Municípios	**298,2**	**274,8**	**8,52**	**37,9**	**34,7**	**9,31**
Receita líquida total	**1.248,6**	**1.149,0**	**8,67**	**183,5**	**167,6**	**9,53**
Despesa Total	**1.325,9**	**1.230,5**	**7,75**	**192,8**	**205,1**	**-5,99**
Benefícios Precidenciários	577,2	558,3	3,39	73,4	94,6	-22,42
Pessoal e Encargos Sociais	212,0	208,9	1,47	36,6	36,8	-0,50
Outras Despesas Obrigatórias	223,7	190,0	17,71	30,6	31,0	-1,13
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	313,0	273,3	14,54	52,2	42,8	22,10
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-77,3**	**-81,5**	**-5,17**	**-9,3**	**-37,5**	**-75,27**

Discriminação	jul/24 Valor	jul/24 Var. %	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	jul/23 Valor	jul/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,7	81,20	-0,4	450,94	1,4	-
Discrepância estatística	1,4	-	-1,0	-	2,2	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-8,6**	**-78,64**	**-40,3**	**-34,02**	**-33,9**	**-30,21**
Juros Noniminais	**-72,8**	**-16,10**	**-86,7**	**29,56**	**-38,7**	**11,11**
Result. Nominal do Gov. Central	**-81,4**	**-35,96**	**-127,1**	**-0,79**	**-72,7**	**-12,96**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

O impacto dos minerais na construção e na economia

Dos materiais às tecnologias de ponta, eles aceleram obras e impulsionam o crescimento do setor

A construção — desde grandes obras de infraestrutura ao segmento imobiliário — movimenta bilhões de reais no Brasil e é inseparável de outro setor, o da mineração.

É impossível não identificar algo de origem mineral, metálico ou não metálico, quando se fala de construção, tanto nas obras de infraestrutura quanto na laje de uma casa.

Imagine, por exemplo, como seria possível fazer o deslocamento pelas estradas sem o uso dos agregados, formados por pedra britada e areia. São produtos minerais de grande uso na indústria da infraestrutura e da construção civil. Para executar a obra de um quilômetro de rodovia são necessárias cerca de 25 mil toneladas de pedra britada, um metro cúbico de concreto de duas toneladas e um quilômetro de trilhos duplos de aproximadamente dez mil toneladas de lastro.

FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

Na última década, segundo Daniel Debiazzi Neto, presidente do Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado de São Paulo (Sindipedras-SP), o setor de agregados passou por importantes modernizações. Por exemplo, com o uso de perfuratrizes com sistemas inteligentes pré-programados de perfuração e sistemas de controle de desvios e escaneamento a laser das faces dos taludes das bancadas que serão detonadas, sismografias das operações e acessórios de detonações, além de iniciadores operados eletronicamente para reduzir o nível de ruído e vibração.

Ao mesmo tempo que as novas tecnologias permitem a execução de obras em menos tempo, o Brasil vê avanços nas características dos materiais de origem mineral, que se tornam mais sustentáveis graças ao uso de materiais reciclados e energia renovável no processo de produção.

"Vemos cada vez mais investimentos em inovações que agregam valor aos processos produtivos e contribuem para práticas cada vez mais comprometidas com o meio ambiente", acrescenta Raul Jungmann, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Entre as práticas no segmento das rochas ornamentais, uma variação usada em pisos, paredes, móveis e decoração, estão o uso eficiente da água por meio de sistemas de recirculação e tratamento nas pedreiras e fábricas. "As empresas têm investido em certificações ambientais, que garantem práticas sustentáveis na cadeia produtiva e na extração responsável", diz Eduardo Carvalho Félix, do Sinrochas-MG.

Com diversidade de pedras naturais, como granitos e quartzitos, além de ardósia, pedra-sabão e pegmatitos, o país exporta para mercados exigentes, como Estados Unidos, China, Europa e Oriente Médio, e possui grandes reservas e uma variedade geológica rica, o que impulsiona a relevância do país no setor, exemplifica Félix.

A construção, por sua vez, abastecida pela mineração, também tem um papel significativo na economia brasileira. Dados mais recentes da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), de 2022, do IBGE, mostram que foram gerados pelas 147,7 mil empresas 2,3 milhões de empregos. O valor gerado em incorporações, obras e/ou serviços da construção pelo setor, em termos nominais, foi de R$ 439 bilhões.

O Brasil pode avançar nas características dos materiais de origem mineral, que se tornam mais sustentáveis

EXEMPLOS DE MINÉRIOS NA CONSTRUÇÃO

ALUMÍNIO E COBRE: para a produção de fios e cabos elétricos.

BRITA: para concreto, argamassa, vigas, lajes.

CALCÁRIO E ARGILA: para fabricação de cimento, pisos cerâmicos, gesso, tijolos, vidro, telhas e tintas.

FONTE: IBRAM

INÊS 249

Contas públicas Equipe econômica estuda reduzir pagamento para demitidos com indenização mais alta e cobrar mais de setores com maior rotatividade

Revisão de gastos pode alterar regras do seguro-desemprego

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Com o mercado de trabalho aquecido e o desemprego em baixa, a área econômica do governo estuda formas de corrigir o que é visto por alguns especialistas como proteção duplicada ao trabalhador demitido sem justa causa: o seguro-desemprego e a multa indenizatória de 40% sobre depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Uma das ideias em análise é fazer com que o número de parcelas do seguro-desemprego varie conforme o valor da multa indenizatória. Quanto mais alta a multa, menos o trabalhador recebe de seguro. Haveria uma compensação entre os valores. Esse desenho não prevê alteração na multa do FGTS.

Há também propostas para melhorar o financiamento do seguro-desemprego. O benefício é pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem como fonte de receitas uma parcela da arrecadação do PIS/Cofins. Discute-se a possibilidade de cobrar mais dos setores com maior rotatividade de trabalhadores, pois esses demandam mais seguro-desemprego. A diferenciação de alíquotas consta da Constituição, mas até hoje não foi regulamentada.

As ideias estão em estágio preliminar e não foram apresentadas ainda ao Ministério do Trabalho e Emprego. Precisam ser aperfeiçoadas em discussões com essa e outras áreas do governo, além de passar pelo crivo político dos ministros envolvidos e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, não é possível saber por ora se serão concretizadas em propostas.

São discussões que fazem parte do trabalho de revisão de gastos, com o qual o governo pretende desacelerar o avanço das despesas obrigatórias para garantir a sustentabilidade do arcabouço fiscal.

A revisão é composta por três frentes: o pente-fino em benefícios sociais, a modernização das regras automáticas de correção de verbas para áreas específicas e a reformulação de políticas públicas.

As mudanças em programas de governo, por sua vez, têm por objetivo trazer economia de recursos, além de corrigir problemas e melhorar a produtividade.

Para especialistas, os debates em curso no governo para fortalecer a revisão de gastos caminham na direção correta. Porém, há dúvidas sobre a implementação das medidas, que são impopulares.

"Encaminhar uma reforma nas despesas obrigatórias, a exemplo de alterações no Benefício de Prestação Continuada, abono salarial ou no seguro-desemprego, que dê consistência ao arcabouço fiscal é fundamental para que o governo recupere a credibilidade fiscal, que tem diminuído desde o começo deste ano", avalia o economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel. Na sua visão, desde o início da gestão, o governo tem "deixado a desejar" no gerenciamento das expectativas dos agentes econômicos.

"Uma reforma e consolidação dos benefícios poderiam ter um impacto positivo na perspectiva fiscal de médio e longo prazo, podendo contribuir para acelerar o ajuste", diz a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória. "O desenho atual mostra que o crescimento mais forte da economia tem resultado em aceleração dos gastos, dificultando o ajuste."

Sem entrar nos detalhes das ideias em debate no governo, o coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público da Fundação Getulio Vargas, Manoel Pires, comentou que muitos dos temas trazidos à mesa já foram debatidos anteriormente. "A questão não é formular, mas sim abrir essa agenda dentro do governo", disse. "Isso não aconteceu ainda."

Em linha com a observação de Pires, comenta-se nos bastidores do governo sobre as resistências dos ministérios à revisão de gastos. O principal desafio da equipe econômica é "vender" a ideia para as demais pastas da Esplanada, reconhece um de seus integrantes.

O professor Alberto Handfas, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), vê "exagero" nos esforços do governo para cortar gastos em programas sociais. "Não acho que isso vá resolver o problema do aperto fiscal", comenta. Na sua visão, outras despesas poderiam ser atacadas antes, como os salários do Judiciário e dos militares de alta patente, além dos gastos com juros.

> "A questão não é formular, mas sim abrir essa agenda dentro do governo"
> *Manoel Pires*

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Alexandre Manoel: "Uma reforma nas despesas obrigatórias que dê consistência ao arcabouço fiscal é fundamental"

O governo já gastou R$ 52,3 bilhões com o seguro-desemprego no acumulado de 12 meses até julho deste ano, em valores atualizados pela inflação. Dados do Ministério do Trabalho mostram que o mercado de trabalho aquecido não fez reduzir a quantidade de requerentes do benefício.

"A evolução das despesas com o seguro-desemprego acumula um crescimento acima da inflação de 7,5% neste ano, um contraste em relação ao cenário mais robusto do mercado de trabalho, que alcança recordes de ocupação e geração de vagas formais", observa Rafaela. "Esse contraste mostra que o desenho do programa não está apropriado para as condições cíclicas da economia, além de impor um elevado custo fiscal, dificultando o ajuste tão necessário nas contas públicas."

Ela aponta para a duplicidade de instrumentos de apoio ao trabalhador, como a multa do FGTS e o seguro-desemprego. "Acaba gerando mais incentivos para rotatividade do que para uma maior estabilidade no emprego." Essa sobreposição também foi detectada pelo governo. Um técnico explicou que o padrão internacional é ter um ou outro instrumento de apoio, mas não os dois simultaneamente, como ocorre no Brasil.

Para receber o seguro-desemprego, o beneficiário precisa ter trabalhado com carteira assinada pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses anteriores à data da demissão, quando é a primeira entrada no benefício. O prazo cai de 12 para 9 meses nos casos em que é a segunda vez que o pedido é feito. Depois, cai para seis meses.

A quantidade de parcelas recebidas varia de três a cinco meses, a depender da quantidade de meses trabalhados. No caso da multa do FGTS, ela é paga aos trabalhadores celetistas demitidos sem justa causa.

A multa corresponde a 40% do saldo total quando não há acordo, e de 20% quando há acordo.

Técnicos do governo avaliam que, em momentos de economia aquecida, muitos trabalhadores "cavam" demissão para receber a multa do FGTS e o seguro-desemprego, porque têm relativa segurança de que vão conseguir se recolocar rapidamente, quando essa poupança acabar.

"Se sou demitido, consigo acionar o seguro-desemprego, tenho a multa do FGTS, consigo sacar o FGTS, tenho direito ao aviso prévio, tenho as férias acumuladas, tenho mais um terço das férias. Ou seja, saio com um pacote indenizatório mais uma renda garantida pelo seguro-desemprego. Há evidências de que isso gera um comportamento dos trabalhadores de cavar demissão. E estimula a rotatividade", explicou uma fonte.

Por isso surgiu a ideia de o número de parcelas do seguro-desemprego ser líquido da multa. Essa mudança pode gerar tanto economia fiscal quanto reduzir a rotatividade, segundo técnicos da equipe econômica.

Abono salarial vai custar 10% mais em 2025 e superar R$ 30 bi

Jéssica Sant'Ana e Lu Aiko Otta
De Brasília

O governo prevê gastar R$ 30,7 bilhões com o abono salarial em 2025, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado ao Congresso Nacional, valor 10% maior que o projetado para este ano. Essa é outra política pública, de caráter obrigatório, que vem pressionando as contas públicas, pois é vinculada ao salário mínimo. Além disso, é visto, pelos especialistas, como um programa que precisa ser extinto ou reformulado.

O abono foi criado em 1990 e está previsto na Constituição Federal. Estabelece o pagamento anual de um salário mínimo para trabalhadores celetistas que recebem até dois salários mínimos mensais. É uma espécie de 14º salário, pago pelo governo, para empregados de renda mais baixa.

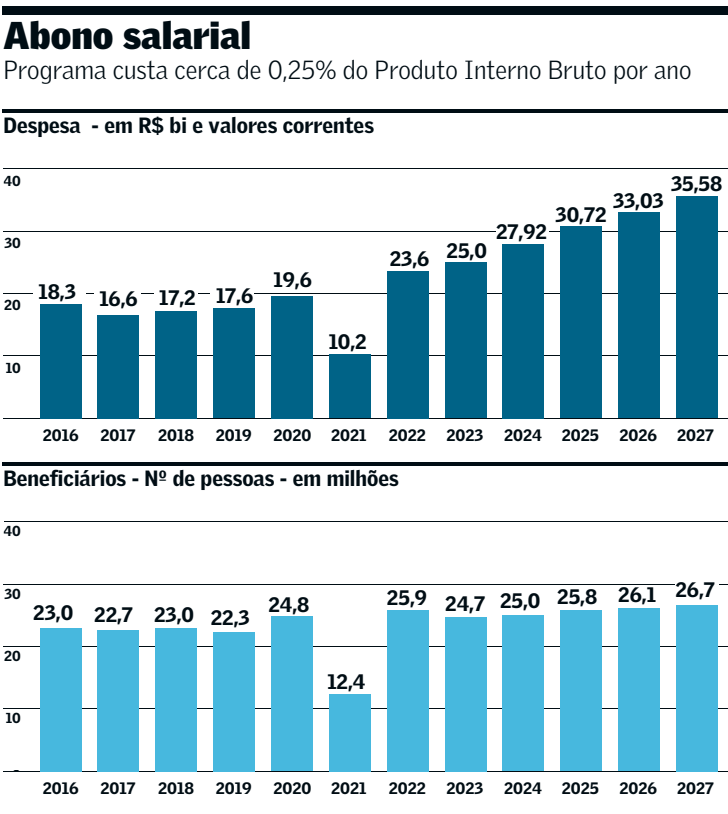
Nesses últimos anos, sua despesa vem sendo pressionada por dois fatores. O primeiro é o crescimento do número de trabalhadores formais na economia, pois a política é pró-cíclica, ou seja, o gasto cresce quando a economia está aquecida. O segundo é aumento no valor do salário mínimo, já que o benefício pago é igual ao piso. Esse impacto será ainda mais perceptível aos longos dos próximos anos, quando os efeitos da política de valorização do mínimo vão se acumular.

Além do custo, que tem oscilado entre 0,2% e 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB), especialistas apontam que o dinheiro acaba não sendo bem gasto, porque o abono é direcionado a uma parcela da população que já está empregada, ou seja, que não é a mais vulnerável. É um programa que, quando foi idealizado na época da Constituição 88, fazia sentido, mas ficou "datado" e "antiquado".

"O abono deveria ser o candidato número um a sofrer corte de despesa. No Brasil de hoje, ele simplesmente não faz nenhum sentido. Quais são as principais mazelas que a gente, como país, deveria tentar corrigir? Combater o desemprego, combater a informalidade e combater a miséria extrema. O abono não serve para nada disso. São R$ 25 bilhões ou R$ 30 bilhões que o país joga fora todo ano", diz o economista Fabio Giambiagi, pesquisador associado do FGV Ibre.

Para Giambiagi, diante do "déficit fiscal absolutamente inaceitável", o abono poderia ser cortado, sem nem a necessidade de ser substituído por outra política pública. "É um recurso que poderia ser cortado sem nenhum prejuízo, ele não tem que substituído por outra coisa. Ele deveria ser pura e simplesmente cortado, embora, politicamente, seja difícil", frisa o pesquisador.

"Se comparar com o tamanho da [despesa] discricionária, se a gente tiver uma discricionária de R$ 180 bilhões, estamos falando de um sexto das discricionárias, é muito relevante [a economia que seria gerada com o fim do abono]", completa Giambiagi. As despesas discricionárias são aquelas não obrigatórias, que incluem investimento e custeio da máquina pública. Ele disse que a extinção do benefício poderia ser gradual, para reduzir as resistências políticas, já que exigiria a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Rafael Guerreiro Osório, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), avalia que o abono salarial fez sentido quando foi criado, porém já cumpriu seu papel. "Ele foi concebido como uma forma de dar uma renda extra para o trabalhador formal num período em que o salário mínimo ainda era muito baixo em termos de poder de compra e também era uma forma de incentivar a formalização do emprego naquele período", explica o pesquisador, ao se referir à década de 90, início do Plano Real.

"Hoje em dia ele não faz mais sentido, por várias razões. Uma delas é que o salário mínimo não tem mais um valor tão baixo. Depois, é para o trabalhador de baixa renda, mas não necessariamente o trabalhador que ganha um ou dois salários mínimos está numa família de baixa renda", completa Osório. O pesquisador defende que os recursos gastos com o abono sejam transferidos para ampliar a cobertura do Bolsa Família.

Já o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, vê aspectos meritórios na política do abono, mas também entende que precisa de aperfeiçoamentos. "É um benefício que dá poder de compra ao trabalhador, sem aumentar o custo das firmas. A maioria dos países desenvolvidos tem uma política semelhante, portanto não é uma jabuticaba brasileira. Mas, obviamente, o custo de oportunidade [retorno para a economia] de outras políticas, como o Bolsa Família e o BPC, são maiores", diz o diretor.

"Eu acho que existe um espaço para melhorar a focalização do abono, levando em conta, por exemplo, a renda domiciliar per capita", defende Neri. Ele sugere que o governo passe a utilizar a base de dados do Cadastro Único (CadÚnico), e não mais o Relação Anual de Informações Sociais (Rais), para melhorar focalização.

Abono salarial
Programa custa cerca de 0,25% do Produto Interno Bruto por ano

Fonte: Tesouro Nacional, Boletim do FAT, PLOA e PLDO 2025. Observação: em 2021, houve uma mudança no cronograma de pagamento do abono, atendendo a recomendação da CGU, o que fez a execução da despesa cair no ano e impactar os seguintes. **Valores a partir de 2024 são projeções

Conforme mostrou o **Valor** na semana passada, o abono salarial entrou na mira da equipe econômica do governo Lula, diante da necessidade de rever gastos obrigatórios para abrir espaço para as despesas discricionárias.

A ideia em estudo é redesenhar o abono, de forma que o critério de concessão passe a ser a renda familiar per capita e que o benefício seja limitado a um por família. Atualmente, duas ou mais pessoas do mesmo grupo familiar podem receber o benefício. Outra ideia é tornar o pagamento mensal, como forma de estimular o mercado formal.

O redesenho pode envolver também a inclusão de informais, virando quase que um programa para famílias de baixa renda que não se enquadram no Bolsa Família. "Tem que se pensar como o abono pode ser uma forma de você garantir que trabalhadores com renda familiar per capita mais baixa tenham alguma garantia de que eles não vão entrar pobreza", afirmou Sergio Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento e Orçamento, na semana passada. Ainda não há decisão política tomada, frisou.

Marcelo Neri pondera que o governo precisa ter o cuidado para, no redesenho, acabar não sobrepondo o novo abono à regra de proteção do Bolsa Família. Essa regra, criada no ano passado, permite que uma família que eleve sua renda acima do limite de entrada no programa (R$ 218 per capita) para até meio salário mínimo (R$ 706) por componente familiar possa receber 50% do valor regular do Bolsa Família, por até 24 meses. "É o tipo de questão que talvez valha a pena olhar junto com a abono para racionalizar, porque você tem um objetivo semelhante", explica.

Rafael Osório, do Ipea, acredita que extinguir o abono e usar os recursos ou para fortalecer o Bolsa Família ou para redesenhar as políticas de proteção social com um todo seriam uma forma mais efetiva de atacar o problema da pobreza. "A ideia é aumentar a proteção social para garantir benefícios maiores e que realmente protejam a população. Essa é a coisa certa a ser feita do ponto de vista da garantia do direito da expansão da proteção e da racionalização do uso do recurso público."

Já para Giambiagi, apenas uma reformulação do abono, como cogita o governo, não seria o apropriado diante do quadro fiscal. "Há uma restrição fiscal e o governo está tentando ver como é que reduz um pouquinho, gasta melhor. Ok, mas, olhando para o quadro geral, essas medidas não atentam para a necessidade de ações mais intensas que passariam pela extinção do programa", argumenta o pesquisador.

A equipe econômica passou a falar em revisão de programas sociais e gastos obrigatórios neste ano. As discussões, contudo, ainda ocorrem no âmbito dos técnicos, ou seja, nenhuma proposta formal foi levada para decisão do presidente Lula. Caso passem pelo crivo presidencial, ainda precisarão do aval do Congresso Nacional. No caso do abono, seria necessário uma PEC.

Na reforma da Previdência de 2019, o governo Jair Bolsonaro propôs reduzir o alcance do abono para quem ganha até um salário mínimo. A proposta foi derrubada pelo Senado Federal. Depois, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, queria unificar o abono salarial, o seguro-defeso e o salário-família num programa social só, mas a iniciativa foi barrada pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Conjuntura Trabalho sugere que impacto diferente seja considerado na política monetária para definir meta

Juro tem efeito heterogêneo sobre inflação, diz estudo

Lucianne Carneiro
Do Rio

As mudanças na taxa básica de juros pelo Banco Central provocam efeitos diferenciados entre as classes de despesas ao longo do tempo. Setores como alimentação e bebidas e vestuário são mais sensíveis à variação, com redução significativa da inflação quando a Selic sobe. Por outro lado, habitação e comunicação apresentam pouca ou nenhuma resposta às oscilações de juro. mostra estudo de pesquisadores do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/FEA-USP).

Com o título de "O impacto desigual da taxa Selic nos preços da economia brasileira", o trabalho, antecipado ao **Valor**, defende que a heterogeneidade das respostas da inflação é importante para avaliar a eficácia da política monetária. O impacto dos juros, argumenta, depende da origem da pressão inflacionária em cada momento. Sem fazer recomendações de políticas, os autores pontuam que essa diversidade deveria ser levada em consideração na definição da meta da inflação.

ARQUIVO PESSOAL

"Eficácia da política monetária será maior ou menor de acordo com o grupo" *Rafael Ribeiro*

"Pelo histórico, avaliamos a sensibilidade dos preços a um choque de juro. Alguns grupos são mais sensíveis ao aumento do juro, outros, menos", afirma o professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (Cedeplar/UFMG) e pesquisador do Made/USP Rafael Ribeiro, que assina o estudo ao lado de Gilberto Tadeu Lima, Gustavo Pereira Serra e Marina Sanches.

"A eficácia da política monetária será maior ou menor de acordo com o grupo e com o que mais pressiona a inflação naquele período", completa Ribeiro.

O estudo usa como base o comportamento dos preços, entre 2007 e 2023, nas nove classes de despesas do IPCA (como alimentação e bebidas; vestuário; transportes; e saúde e cuidados pessoais; por exemplo. A partir daí, calcula o efeito nos preços, em um horizonte de 24 meses, de um aumento de um ponto percentual da Selic.

Essa variação da taxa de juros, segundo os autores, é associada a um recuo de 0,02 ponto percentual na inflação agregada (cheia) 24 meses depois. Em alimentação e bebidas, há redução de 0,05 ponto percentual após o aumento da Selic, considerando o mesmo período. O mesmo impacto é observado nos preços de vestuário.

Na outra ponta, preços de habitação e comunicação são classificados como sem impacto significativo em até dois anos, No caso de despesas pessoais e educação, a leitura é de efeitos mistos com efeitos positivos e negativos.

"Os efeitos são heterogêneos entre os grupos, dentro de cada grupo e de cada subgrupo. Não é inesperado que se tenha encontrado esses resultados. Porém, são importantes porque qualificam a efetividade da política monetária do ponto de vista dos seus impactos diferentes em termos setoriais", diz o professor da FEA/USP Gilberto Tadeu Lima.

No texto, os autores falam sobre o risco que o Banco Central incorre "de aumentar o custo social da política monetária, com reflexo em emprego e renda", sem obter o controle desejado.

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP), Marcelo Kfoury Muinhos diz que o estudo aponta evidências do impacto diferenciado para as classes de despesas do IPCA, ainda que seja um resultado esperado.

Na sua avaliação, no entanto, isso não justificaria uma mudança na condução da política monetária. "Isso não muda a estratégia. Não acho que dê para separar quando se fala em efeito desagregado. Se tem choque de oferta, tem o 'trade off' entre gerar recessão e diminuir inflação. De todo jeito, vai ter que escolher", afirma. Por outro lado, Muinhos concorda que o efeito heterogêneo deveria ser levado em consideração na definição da meta de inflação.

"O Banco Central considera os efeitos desagregados, mas poderia ter avaliação mais abrangente. O estudo ajudar para se reconsiderar a definição da meta", defende Ribeiro.

A inclusão dos anos de pandemia no período analisado pelos autores pode trazer ruídos para os resultados apresentados, na análise de um especialista do mercado financeiro com doutorado em economia e que preferiu não se identificar. "A época da pandemia foi atípica, uma bagunça de preços relativos. Tem um risco analisar olhando para esse período", diz.

De acordo com o economista, o estudo trata da taxa de sacrifício, que é "o quanto se paga em termos de PIB [Produto Interno Bruto] para atingir a meta de inflação". "Para isso, no entanto, seria relevante ter uma conta de bem-estar, que calculasse a perda de bem-estar [da população] de acordo com cada estratégia [de juros]", nota.

Sobre a inclusão dos anos da pandemia no cálculo, Rafael Ribeiro argumenta que foram usados os dados mais recentes. Além disso, o período da pandemia é curto para a extensão da série histórica. "As projeções estão comportadas, não é um movimento errático", diz.

INÊS 249

Conjuntura Apesar da surpresa em julho de serviços e varejo, cenário de desaceleração do PIB permanece

Economia deve seguir em expansão no 3º tri

Marta Watanabe e Anaïs Fernandes
De São Paulo

Com ponto de partida alto, a economia deve crescer no terceiro trimestre de 2024, ainda que em ritmo menor do que o observado no período imediatamente anterior. E desaceleração pode até não ser tão forte assim, estimam alguns analistas. A avaliação baseia-se em dados considerados surpreendentes do comércio e de serviços em julho, indicando demanda alta no início do trimestre, sustentada por mercado de trabalho aquecido e estímulos fiscais ainda atuantes. Até o fim do ano, a taxa de poupança das famílias elevada também pode ajudar, mas a inflação e o aperto nos juros preocupam. De qualquer forma, a incerteza a respeito da atividade, agora, ficou maior para o quarto trimestre.

Divulgado na sexta-feira, 13, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu 0,4% em julho na variação mensal, com ajuste sazonal. A queda, já esperada nessa magnitude, não assustou economistas, e o cenário permanece de crescimento para o terceiro trimestre, com contribuição importante para a alta do PIB no ano, em estimativas ao redor de 3%.

Os monitores em tempo real para atividade da XP e da Kínitro Capital indicam alta de 0,6% do PIB no terceiro trimestre, ante o segundo, quando o PIB surpreendeu e subiu 1,4%. O monitor da G5 Partners aponta crescimento até maior no terceiro trimestre, de 1%. A Kínitro projeta avanço de 3% para o PIB em 2024, a XP, de 3,1%, e a G5, de 2,7%, com viés de alta.

O UBS BB, por outro lado, espera um crescimento menor para o PIB do terceiro trimestre, de 0,4% ante o segundo, diante, por exemplo, de um desempenho mais fraco da economia global, o que afeta os preços de commodities. Além disso, outros fatores, como o enfraquecimento no pagamento de precatórios, podem desacelerar o consumo das famílias nos próximos meses, diz em relatório.

Em relação ao IBC-Br de julho, Vinicius Moreira e Cassiana Fernandez, do J.P. Morgan, destacam que o indicador acelerou para 5,4% na média móvel de três meses anualizada e dessazonalizada, o ritmo mais forte desde março, apontam. A métrica é uma forma de suavizar movimentos mensais, mas ainda captar a tendência "na ponta" de modo mais dinâmico do que a variação em 12 meses. "Atividade desacelera, mas de ponto de partida alto", dizem em relatório.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, a redução na série mensal do IBC-Br pode ter sido afetada pelo comportamento da indústria e da agropecuária, mas não preocupa porque o IBC-Br é um indicador que oscila muito, está sujeito a critérios de dessazonalização e não indicou mudança de tendência.

Nas pesquisas do IBGE, o volume de serviços subiu 1,2% na passagem de junho para julho, ante expectativa mediana de estabilidade. Além disso, o varejo cresceu 0,6% no conceito restrito e 0,1% no ampliado (inclui veículos, material de construção e atacarejo), ante expectativas de alta de 0,5% e de queda de 0,4%, pela ordem. Por outro lado, a produção industrial caiu mais do que o esperado em julho: 1,4%, ante expectativa de 0,8%.

"Mas o interessante é que, na variação de julho contra mesmo mês de 2023, o IBC-Br veio forte, com alta de 5,3%", afirma Vale. Isso, diz, reforça que o terceiro trimestre será "relativamente bom". "Deve vir num padrão de crescimento, talvez, próximo do que aconteceu no segundo trimestre, considerando a variação em relação a igual período do ano anterior."

CLAUDIO BELLI/VALOR

Sérgio Vale: "A fonte real, o puxador disso [do consumo], certamente segue sendo a política fiscal"

A projeção da consultoria para o crescimento do PIB no período de julho a setembro ante momento equivalente de 2023 é de 3,3%, o mesmo número observado, por esse critério, no segundo trimestre. Para o PIB de 2024, a estimativa é de alta de 2,8%.

O IBC-Br mostra desempenho um pouco mais fraco em julho, mas indicadores para agosto de desemprego, de PMI [Índices de Gerentes de Compra, na sigla em inglês] e de confiança, no geral, sinalizam que há espaço para nova alta do PIB no terceiro trimestre, embora desacelerando, diz Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos. "É possível que a perda em julho mostrada pelo IBC-Br tenha sido um fator mais temporário", afirma.

> "Perda em julho do IBC-Br pode ser fator mais temporário" *Nicolas Borsoi*

Claudio Considera, coordenador de contas nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), lembra que a contração mensal do IBC-Br em julho veio com base de comparação alta, já que em junho o indicador subiu 1,36% ante o mês anterior, com ajuste sazonal.

Segundo Considera, indicador levantado internamente pelo FGV Ibre com metodologia semelhante à do IBC-Br mostra alta de 0,2% em julho, ante junho, na série dessazonalizada. Também mostra que todos os setores de atividade tiveram alta no mês, na comparação a período equivalente do ano passado. Assim, Considera antevê que o PIB deve crescer no terceiro trimestre, ainda que de forma desacelerada.

Por trás da expectativa de crescimento do terceiro trimestre, diz Vale, da MB, está a manutenção da expansão do mercado de trabalho, o que ajuda o consumo. "Mas a fonte real, o puxador disso, certamente segue sendo a política fiscal. Vemos isso nos dados de varejo. Onde ele cresce mais no país, hoje, é no Nordeste, região que sente maior impacto das transferências do governo."

Estudo dos economistas Mayara Santiago e Marcos Muniz , do Bradesco, mostra que os componentes cíclicos do PIB têm puxado a economia. Do crescimento total de 2,5% acumulado em quatro trimestres até junho deste ano, dizem, 1,3 ponto percentual foi do "PIB cíclico", que inclui atividades mais associadas à condução da política monetária, como indústria de transformação, construção civil, comércio, transportes, intermediação financeira, entre outros.

Para Vale, a maior incerteza está em relação ao fim do ano. "O quarto trimestre deverá ter muita coisa que pode desacelerar um pouco a economia", diz, citando o começo do efeito da alta da Selic, esperada para iniciar na próxima semana, e o cenário eleitoral "complicado" nos Estados Unidos. "Nada muito dramático [de desaceleração]", pondera.

Santigo e Muniz têm a avaliação de que o consumo das famílias ainda pode ser sustentado pela poupança, que o Bradesco estima estar em 9,3% do PIB, um ponto percentual acima da média histórica. "Esse é um colchão que pode contrabalancear os efeitos de uma menor expansão fiscal e o menor ritmo de crescimento da ocupação no segundo semestre do ano", afirmam.

Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon, pondera que a "chave" da renda das famílias como propulsor da atividade "iniciou a inflexão", o que, segundo ele, deverá acentuar-se.

Ele nota que, de acordo com dados do BC, a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF) restrita, deflacionada e ajustada por sazonalidade, cedeu 0,6% no trimestre móvel encerrado em julho. A RNDBF restrita considera a remuneração do trabalho, benefícios previdenciários e transferências de programas sociais. "É sua segunda queda na margem, sobre série também novamente rebaixada", diz Montero.

Alta de renda e crédito dá equilíbrio a varejo

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O cenário atual do Brasil que combina aumento da renda disponível real das famílias e concessões de crédito em níveis elevados tem ajudado o varejo a apresentar um crescimento mais homogêneo e disseminado ao longo do ano, apontam economistas.

Os segmentos com desempenho mais estável em 2024, em geral, são aqueles atrelados à renda, o que conversa com o aquecimento do mercado de trabalho, diz Geórgia Veloso, economista do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). Mas segmentos atrelados ao crédito também têm apresentado resultados relativamente melhores, afirma a economista.

"Assim, começamos a observar resultados ligeiramente mais homogêneos no varejo", diz Veloso.

Por um lado, o avanço dos salários e da ocupação e os programas de transferência de renda têm mantido as condições de as famílias adquirirem itens básicos, como alimentos e remédios.

No ano até julho, o volume de vendas da categoria do IBGE que inclui supermercados, produtos alimentícios e bebidas sobe 5,6%, ante igual período de 2023. Já o grupo que contém artigos farmacêuticos e médicos avança 14,3%. Ambos crescem acima da média do varejo ampliado, de 4,7%.

Cristiano Santos, gerente da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, diz, no entanto, que o crescimento do varejo em 2024 está mais disseminado. "Os carros-chefes são os hiper e supermercados e os artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria. Eles funcionam como duas âncoras, um pouco como aconteceu em 2023. Mas, em 2024, há uma distribuição mais positiva, a maioria das atividades cresce", afirma.

As vendas de veículos, motos, partes e peças, por exemplo, acumulam alta de 13,4% no ano até julho. A categoria tem respondido ao impulso no crédito à pessoa física para aquisição de veículos, cujas concessões crescem 33% no ano até julho, ante o mesmo período de 2023, e a carteira se expande mais de 18% nos últimos 12 meses, segundo Caio Napoleão, economista da MCM Consultores.

DIVULGAÇÃO

Geórgia Veloso: "Começamos a observar resultados ligeiramente mais homogêneos no varejo"

"Montadoras que detêm instituições financeiras próprias têm oferecido condições especiais de taxas de juros, abaixo do mercado, para reduzir a dependência em relação às locadoras", afirma.

O desempenho das vendas de veículos tem impulsionado todo o agregado de bens sensíveis a crédito nos últimos meses, aponta Napoleão. Pelos seus cálculos, esse grupo de itens cresceu 15,9% em julho deste ano, na comparação com mês equivalente de 2023, depois de subir ao redor de 6% em maio e em junho. "Mas, mesmo quando a categoria é excluída da conta, os demais bens ligados ao crédito — bens duráveis e de maior tíquete — apresentam desempenho mais consistente do que aqueles tradicionalmente ligados à renda", diz Napoleão.

Em julho de 2024, a venda de bens sensíveis a crédito sem considerar veículos subiu 9,3%, ante julho de 2023, vindo de alta de 4,9% em junho, segundo a MCM. Já os bens sensíveis à renda subiram 0,1% em junho e 3,3% em julho, sempre na comparação com mês equivalente de 2023.

Além do impulso em veículos, Napoleão diz que a maior consistência nas vendas de bens ligados a crédito mais recentemente pode ter relação com a necessidade de reposição e reconstrução e com o auxílio financeiro federal às famílias atingidas pela enchentes no Rio Grande do Sul, o que impacta positivamente o comércio de material de construção e de móveis e eletrodomésticos.

Em julho, as vendas de móveis e eletrodomésticos subiram 1,4%, na comparação com o mês imediatamente anterior. Embora o número represente metade da taxa observada em junho, o segmento segue operando no campo positivo a despeito de vetores contrários, como a taxa de juros ainda em território "significativamente restritivo", diz Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital.

Já as vendas de material de construção recuaram 0,2% em julho, em relação ao mês imediatamente anterior, mas após subirem 5,1% em junho. Em relação a julho de 2023, a categoria registrou crescimento de 11%.

"Tanto a parte do varejo mais ligada à renda quando aquela mais associada ao crédito estão performando bem", diz Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

Na média móvel de três meses até julho, o varejo ligado à renda sobe 5,5%, ante igual período de 2023, enquanto o varejo mais dependente do crédito cresce 9,4%, calcula Leal. Ele considera como "varejo renda" combustíveis e lubrificantes; alimentação; tecidos, vestuário e calçados; artigos de farmácia; artigos de papelaria, livros, jornais e revistas; e outros artigos de uso pessoal e doméstico. As demais categorias compõem o "varejo crédito". Todos os dados são da pesquisa para o varejo ampliado.

É verdade que o varejo de crédito está desacelerando na ponta — no trimestre até junho, avançava 11,7% —, mas ele acelera em relação aos 6,9% do início do ano, segundo os dados da G5. Ao mesmo tempo, o varejo ligado à renda está acelerando tanto em relação ao início do ano (2,8% em janeiro) quanto na ponta, vindo de 4,6% no trimestre até junho.

As atividades sensíveis ao crédito vêm crescendo de forma expressiva no período recente, as atividades sensíveis à renda continuam em alta e o resultado é que, em julho, por exemplo, oito dos 11 segmentos de varejo pesquisados pelo IBGE avançaram, destaca Rodolfo Margato, economista da XP.

"Esses números corroboram nossa visão de que não haverá desaceleração acentuada no consumo. Afinal, as concessões de crédito e a renda disponível real permanecem em níveis elevados. Embora o menor impulso fiscal e o aperto nas condições financeiras provavelmente impactem os gastos pessoais, não vemos uma rápida reversão de tendência", afirma.

André Valério, economista sênior do banco Inter, ainda tem a avaliação de que o varejo tem sido puxado mais pelo consumo de itens essenciais, como supermercados e farmácias, o que, segundo ele, "indica que a demanda não está tão dinâmica quanto parece".

Por isso, olhando à frente, diante do menor estímulo fiscal e da eventual alta dos juros a partir desta semana, Valério diz continuar esperando uma acomodação do varejo brasileiro. "Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho dá sinais de que vai continuar nesse patamar. Devemos ter mais para ver quedas muito significativas em itens essenciais", afirma. *(Colaborou Lucianne Carneiro, do Rio)*

Mais homogêneo

Varejo brasileiro mistura avanços ligados à renda e ao crédito

Variação do varejo na média móvel de três meses, em relação ao ano anterior, por agrupamento - em %

Varejo-renda | Varejo-crédito

12 | 6 | 0 | -6

-0,99 | -4,55 | 1,78 | 0,03 | 9,38 | 5,45

jan/22 | abr/23 | jul/24

Variação dos grupos do varejo no mês, em relação a igual período de 2023 - em %

	Varejo-renda	Varejo-crédito	Varejo-crédito sem veículos
abr/24	-1,9	22,8	13,6
mai/24	4,1	6,2	-0,1
jun/24	0,1	6,3	4,9
jul/24	3,3	15,9	9,3

Fontes: G5 Partners e MCM Consultores

Rede D'Or tem reconhecimento internacional por política ESG

Engajada na construção de uma economia de baixo carbono, companhia é uma das cinco brasileiras em ranking das 500 empresas mais sustentáveis do mundo

Premiações e certificações colocam a Rede D'Or em destaque na gestão ambiental e social. Uma das principais é concedida pela prestigiada revista americana Time, conhecida mundialmente por seus rankings. A centenária publicação colocou a maior empresa de saúde da América Latina no seleto grupo das 500 empresas mais sustentáveis do mundo em 2024 — são apenas cinco brasileira na lista global. A Rede D'Or ainda faz parte do seleto grupo de apenas 11 empresas no mundo todo que fazem parte do setor de saúde.

Desde 2022, a Rede D'Or divulga amplamente suas metas no Relatório Integrado de Sustentabilidade, auditado por organismo externo independente e credenciado junto a CVM, Comissão de Valores Mobiliários. A companhia se destaca entre as empresas brasileiras de saúde por ter uma estratégia ESG definida e metas claras de governança, meio ambiente e responsabilidade social.

— Estamos fortemente engajados na agenda das mudanças climáticas, contribuindo para uma economia de baixo carbono. Entre nossas iniciativas estratégicas, destacamos a intenção de migrar 74 unidades consumidoras para o uso de energia de fontes renováveis até o final de 2025. Nosso objetivo é reduzir em 36% as emissões de gases de efeito estufa até 2030, em alinhamento com o compromisso Race to Zero — afirma Paulo Junqueira Moll, CEO da Rede D'Or.

A companhia continua investindo na eficiência energética de seus hospitais e clínicas e no aprimoramento do programa de gerenciamento de resíduos, como aponta o executivo:

— Ressaltamos também o nosso compromisso social com o desenvolvimento econômico das regiões em que atuamos. Em 2023, mais de 90% dos materiais e serviços contratados pela Rede D'Or foram distribuídos por fornecedores locais.

TRANSPARÊNCIA

Em 2023, a Rede D'Or foi uma das seis empresas de saúde globalmente reconhecidas com o prêmio Health Care Climate Challenge, concedido pela organização internacional Saúde sem Dano (Health Care Without Harm em inglês), representada no Brasil pelo projeto Hospitais Saudáveis.

A Rede D'Or também recebeu menção honrosa na categoria Análise Econômico-Financeira do 25º Prêmio Abrasca (Melhor Relatório Anual de Companhia Aberta — Grupo 1). Esse reconhecimento, junto com a inclusão como finalistas pelo Relatório de Sustentabilidade 2022, reflete a transparência e a qualidade das informações econômicas, sociais, ambientais e de governança divulgadas.

Na Bolsa de Valores B3, a companhia integra a 19ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) — apenas empresas reconhecidas pelo seu comprometimento com a sustentabilidade empresarial entram para esse seleto índice.

— Ter metas ESG e implementar políticas para atingi-las é um trabalho permanente, em que o processo de amadurecimento é transversal, e a evolução é constante — conclui Ingrid Cicca, gerente de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Rede D'Or.

"Ressaltamos também o nosso compromisso social com o desenvolvimento econômico das regiões em que atuamos. Em 2023, mais de 90% dos materiais e serviços contratados pela Rede D'Or foram distribuídos por fornecedores locais"

Paulo Junqueira Moll,
CEO da Rede D'Or

RESULTADOS ESG DA REDE D'OR (2023)

17,1% DE REDUÇÃO no consumo de água*

133 UNIDADES inventariadas no programa GHG Protocol, para monitorar e estabelecer métricas de redução de emissão de gases de efeito estufa

13% DE REDUÇÃO na quantidade de resíduos perigosos gerados

16,9% DE REDUÇÃO no consumo energético nas centrais de água gelada

R$ 17,5 MILHÕES investidos em projetos sociais incentivados

21.325 EMPREGOS gerados

73 UNIDADES CONSUMIDORAS no mercado livre de energia

R$ 31,9 MILHÕES investidos no gerenciamento de resíduos

1,6 MILHÃO de beneficiários diretos e indiretos impactados pelos projetos sociais da empresa

METAS AMBIENTAIS DA REDE D'OR

Energia elétrica
10% de redução no consumo anual de energia elétrica da Central de Água Gelada (CAG) (previsão para o final de 2024: 24 unidades).

Eficiência hídrica
10% de redução no consumo de água até o final de 2024: projeto visa à captação de água da chuva e ao reaproveitamento da água condensada (previsão final de 2024: 31 unidades).

Resíduos
Alcançar 30% da taxa de resíduos recicláveis até **2030**

METAS PARA 2030 E 2050**

- **36%** de redução nas emissões de gases de efeito estufa até 2030.
- Neutralizar as emissões líquidas de carbono até **2050**.

**A REDE D'OR É SIGNATÁRIA DO PACTO GLOBAL DA ONU DESDE 2020 E TAMBÉM ADERIU À AGENDA 2030 DE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Covid-19
Dentro do pilar Social da estratégia ESG, o **Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (Idor)**, braço de P&D da Rede D'Or, conduziu **estudos clínicos** de tratamentos e acompanhou mais de **6 mil voluntários** para o estudo da vacina Oxford/AstraZeneca no Brasil, além de pesquisas com os imunizantes Coronavac/Butantan e Clover.

A excelência das pesquisas do Idor resultou em cerca de **2 mil publicações** desde 2010, com mais de **39 mil citações** em revistas científicas de prestígio. Entre 2020 e 2023, foram publicados **160 estudos relacionados à Covid-19**.

Rio Grande do Sul
A Rede D'Or realizou uma série de **ações em solidariedade** à população impactada pelas fortes chuvas que atingiram o estado em maio. Foram doados materiais hospitalares, medicamentos e equipamentos para as seguintes instituições:

- Prefeitura de Canoas
- Hospital Nossa Senhora de Pompéia (Caxias do Sul)
- PUCRS
- Hospital Municipal Getúlio Vargas (Sapucaia do Sul), que abastece os hospitais São José (Taquiri), Arroio do Meio (Arroio), São Sebastião Mártir (Venâncio Aires) e Estrela Divina Providência (Estrela)

Também foram doados 60 computadores para organizações do RS, assegurando o acesso a teleconsultas.

RECONHECIMENTO GHG PROTOCOL E FINANCIAL TIMES

O inventário corporativo de emissão de Gases de Efeito Estufa da Rede D'Or foi reconhecido com o Selo Ouro no programa brasileiro GHG Protocol, o mais alto nível de qualificação. Esse selo evidencia o compromisso da empresa em monitorar e estabelecer métricas em busca da redução de suas emissões, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto.

— Ao final de 2023, alcançamos a marca de 133 unidades de negócio da Rede D'Or no programa brasileiro GHG Protocol, que serão reportadas no próximo ciclo, e recebemos score B pelo segundo ano consecutivo no reporte ao CDP. Tivemos ainda a conquista do certificado FTSE4Good Index Series, com score 3.9, posicionando-nos entre as Top 6 do subsetor, índice aferido pela Financial Times Stock Exchange (FTSE) Russell, divisão da Bolsa de Valores de Londres e um dos mais importantes indicadores internacionais de sustentabilidade — destaca Ingrid Cicca. Ela ainda completa:

— No último ano, realizamos uma avaliação abrangente de riscos e oportunidades baseados em cenários climáticos físicos e de transição. Essa avaliação é fundamental para identificar as principais fontes de emissão de gases de efeito estufa e definir estratégias climáticas alinhadas ao modelo de negócios da empresa. Os cenários climáticos ajudam na criação de políticas, na avaliação de impactos, na orientação de pesquisas e no estabelecimento de metas e compromissos ambientais.

INÊS 249

Conjuntura Comerciantes de Buenos Aires reclamam da falta de compradores nas lojas nesta temporada

Turista brasileiro sente no bolso aumento dos preços na Argentina sob Javier Milei

Márcia Almeida
De Buenos Aires

Viajar para a Argentina para esquiar nas montanhas de Bariloche — ou "Brasiloche", apelido que a cidade da Patagônia ganhou de tanto turista brasileiro que recebe — ou para aproveitar da carne e do vinho em Buenos Aires deixou de ser um programa minimamente razoável para quem ganha em real.

Os preços seguem em alta desde que Javier Milei assumiu, em dezembro de 2023, embora tenham desacelerado em relação aos primeiros meses. Muitos argentinos reclamam da situação, e brasileiros também andam reclamando ao caminhar pelas ruas da capital argentina, até porque o que não aumentou tanto foi o valor do real frente ao peso. Em 11 de dezembro, um dia depois de Milei assumir o posto de presidente, o real valia 190 pesos e agora vale 220 pesos (valorização de 16%, contra uma inflação acumulada em sete meses de 87%). O descontrole de preços é antigo na Argentina. Antecede o governo Milei. Mas a política econômica de Milei, que acentuou a valorização do dólar tornou os preços relativos para os brasileiros mais altos. O novo presidente também adotou medidas para enfrentar o desequilíbrio das contas públicas, depois de anos de grandes déficits.

Os comerciantes da região da avenida Cabildo, importante artéria de Buenos Aires, se queixam da falta de brasileiros comprando em suas lojas de roupas e calçados. Franco Moretti, dono do gim Moretti e do bar que leva o nome do seu produto, no turístico bairro chinês da capital, também estava sentindo falta dos brasileiros nesta temporada.

"Está tudo o dobro do preço em relação ao Brasil", comentou o fazendeiro de Belo Horizonte Daniel, em visita a Buenos Aires para assistir a um jogo de futebol de seu time de coração, o Cruzeiro, pela Copa Sul-Americana. "Venho sempre a Buenos Aires e os preços, principalmente, de produtos essenciais, como comida, estão mais altos", diz o mineiro em meio aos corredores de um entreposto de alimentos em Belgrano, bairro nobre da cidade.

Ele sentiu que seus colegas torcedores têm evitado ir aos jogos da equipe mineira na Argentina por causa da alta de preços. Driblar a inflação acumulada nos últimos 12 meses, até julho, de 263,4% não é missão fácil nem para os craques — mais difícil ainda é escapar daquela dorzinha de cabeça chata quando chega a fatura do cartão de crédito.

Para quem ainda assim está disposto, a verdade é que está mais caro degustar a saborosa carne nos restaurantes de Buenos Aires — é preciso em torno de R$ 300 por pessoa para comer num endereço estrelado ou da moda de Palermo. Comprar jaquetas, botas e sapatos de couro no centro da cidade ou nos bairros mais descolados e fashions também está complicado.

O único bastião do consumo que o turista brasileiro ainda pode acessar sem medo da conta é o vinho. Uma garrafa da premiada vinícola El Enemigo sai por cerca de R$ 100 — no Brasil, a mesma custa aproximadamente R$ 250. Isso quando se trata de vinhos mais premium. Se a ideia é bebericar um bom vinho, acompanhado de um afamado queijo de Tandil (R$ 48, por 500g), no quarto do hotel, ainda se consegue por R$ 35 a garrafa.

Outra percepção

Em contraponto a Daniel, a fisioterapeuta Bruna Cardoso Manna Murata, que foi de férias para Buenos Aires pela primeira vez em junho deste ano, achou a Argentina mais barata que São Paulo, onde mora. "Apesar de saber que no período que eu fui a relação de valor entre o real e o peso não estava tão atrativa, achei uma viagem com um bom custo benefício", avalia a profissional de saúde que vive no bairro de Pinheiros, na capital paulista.

> Lojistas da avenida Cabildo sentem a falta de brasileiros no comércio de roupas e calçados

"O que mais me chamou atenção em relação a ser mais barato que o Brasil, considerando que moro em São Paulo [uma cidade cara para o brasileiro], foi a alimentação", disse ela. "Comi muito bem. Inclusive em restaurante com estrela Michelin, algo que, no Brasil, não seria viável."

MÁRCIA ALMEIDA/VALOR

Bruna Cardoso Murata: em Buenos Aires pela primeira vez, a fisioterapeuta destacou os restaurantes da capital argentina

Após essa primeira experiência em terras portenhas, Bruna disse que "voltaria para lá mil vezes". Ela compara a viagem com a que fez, no ano passado, para o Chile, país que achou mais caro.

Os números, no entanto, mostram que, diferentemente de Bruna, o brasileiro, em geral, anda preferindo as paisagens chilenas às argentinas. Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o fluxo de brasileiros indo para Argentina de janeiro a agosto de 2024 teve uma alta modesta de 17%, em relação a 2023, contra um aumento de 63% em relação a destinos no Chile.

De acordo com dados do Senatur (Serviço Nacional de Turismo do Chile), o aumento é ainda maior (uma vez que se contempla todas as maneiras de se entrar no país, não somente por avião): no ano, até fim de julho, o incremento de brasileiros chegando ao Chile foi de 74,8% na comparação com o mesmo período do ano passado.

"Prevê-se que o crescimento se mantenha durante o ano, tendo também em conta que a época de neve deverá se prolongar até setembro na zona centro-sul do país", projeta o Senatur.

Em relatório sobre o turismo receptivo argentino, o Indec — o instituto de estatísticas da Argentina — apontou que o fluxo geral de turistas caiu 27,5% em junho e 21,2% em julho, em relação aos mesmos meses do ano passado — desde abril a chegada de turista na Argentina vem diminuindo. Segundo ainda o instituto, o Brasil é o país que mais fornece turistas, com 32,4%, em junho, e 34% do total, em julho, com incrementos anuais de 8,1% e 11,1%, respectivamente.

O que comerciantes reclamam é que esse incremento, nesses meses de temporada de férias escolares, era maior. E eles têm razão: em 2023, em junho, o fluxo de turistas brasileiros cresceu 57,5% e, em julho, 57,9%, ante o mesmo período de 2022.

Quando se compara com junho e julho de 2023, tem-se a real dimensão da forte queda no fluxo de turistas neste ano. Em junho do ano passado houve um incremento de 79,6% na chegada de turistas na Argentina e, em julho, uma alta de 62,7%.

A ocupação hoteleira no país caiu 20,7% em junho deste ano, enquanto que no mesmo mês do ano passado houve crescimento de 63,5%. Somente em Buenos Aires, a ocupação hoteleira em junho de 2024 anotou queda de 26%, considerando turistas de fora do país.

Claro que a vilã do álbum de viagens dos brasileiros na Argentino é a alta dos preços dos alimentos, da estadia, dos passeios e até mesmo do aluguel de carro. Em dezembro do ano passado, alugar um carro da categoria econômica por sete dias custava cerca de 140 mil pesos (R$ 740 pelo câmbio da época) e, em agosto deste ano, o valor do aluguel de um carro da mesma classe para rodar quatro dias pela Patagônia custa 408 mil pesos (R$ 1.855).

W20 quer fomentar economia com políticas públicas focadas em mulheres

Carina Brito
"PEGN", de São Paulo

Criar políticas públicas que beneficiem as mulheres é o caminho para melhorar a economia. Essa proposta será defendida pelo Women 20, grupo de engajamento que discute questões relacionadas a mulheres dentro do G20 (fórum de cooperação internacional composto por grandes economias e presidido pelo Brasil em 2024), no Summit Internacional W20 2024, em 1º de outubro, no Rio.

O assunto foi tema do painel "W20 na prática: o protagonismo feminino transformando a agenda global", que reuniu cinco delegadas do grupo durante a 13ª edição do Festival Rede Mulher Empreendedora 2024, em São Paulo (SP), na sexta-feira (13). O tema entrou na programação mesmo não sendo diretamente ligado ao empreendedorismo, destacou Ana Fontes, fundadora da RME e chair do W20, que ela presidiu de 2017 a 2023. "Precisamos conectar temáticas que parecem teóricas, mas que causam um impacto real", disse ela. O festival continuou no sábado.

O W20 defende que, para melhorar a economia, as medidas governamentais devem atuar em cinco pontos principais: mais acesso de mulheres empreendedoras ao mercado e a financiamento, maior atenção à economia do cuidado, enfrentamento da violência de gêneros, presença feminina na tecnologia e justiça climática.

Uma das ideias é fomentar a inclusão de empreendimentos fundados e liderados por mulheres nas listas de fornecedores de empresas que mantêm negócios com o governo. "Nos Estados Unidos, por exemplo, qualquer empresa que queira fazer negócio com o governo tem que ter um mínimo de compras feitas de fornecedores de mulheres ou outros grupos minorizados. Ter uma legislação dessa, tanto nos municípios como Estados e governo, mostra um olhar especial. É preciso ter essa intencionalidade", afirmou Adriana Carvalho, diretora-executiva do Instituto Consulado da Mulher. "Porém, é preciso rever as lógicas dessas negociações para não prejudicar a operação dos pequenos negócios", disse, defendendo ações como diminuição da burocracia e de prazos de pagamento.

Linhas de crédito personalizadas e programas específicos para empreendedoras também entraram na pauta. "É preciso um sistema financeiro que olhe dados além dos bancários para fornecer soluções de crédito que não necessitem de tantas garantias baseadas em volume de vendas. Não basta saber quantas mulheres são bancarizadas, mas quais são os produtos e as linhas de crédito mais usados", disse Carvalho.

A forma de enxergar a economia do cuidado também deve mudar, argumentou Adriana Rodrigues, diretora de relações institucionais da RME e especialista na área de comércio, gênero e desenvolvimento sustentável. "Todos temos direito ao cuidado, mas isso não é visto como um setor da economia. As mulheres são responsáveis pelo trabalho invisível, ou seja, as tarefas domésticas e o trato de crianças, idosos e outras pessoas que necessitam", disse, ao defender remuneração dessas atividades. "Tendo mais renda, elas podem também comprar de outras mulheres, e a economia crescerá cada vez mais."

"A economia do cuidado não conta para o PIB, um dos indicadores mais importantes para qualquer país. É como se o trabalho que as pessoas fazem em casa não importasse, e isso precisa mudar", concorda Maria Spina Bueno, conselheira da Anjos do Brasil.

DIVULGAÇÃO

Da esq. para a dir., Maria Rita Spina Bueno, Janaina Gama, Adriana Rodrigues, Adriana Carvalho, Kamila Camilo e Camila Achutti

A crise climática foi abordada por Kamila Camilo, empreendedora social e ativista. "As mulheres são as que mais sofrem quando um evento climático extremo acontece, porque demora mais tempo para se recuperarem e voltarem ao mercado de trabalho. Além disso, elas que se organizam na sociedade para cuidar das pessoas."

Uso inteligente das redes sociais

Voltado a empreendedoras de todos os segmentos e estágios de negócios, o Festival RME teve como um dos destaques o marketing digital para expansão dos negócios. Bianca Andrade, influenciadora digital e CEO da Boca Rosa Company, que lançou uma linha de maquiagens em meados de 2024, falou sobre gestão de crises em redes sociais. Ela foi alvo de críticas depois que clientes relataram problemas com as embalagens da sua marca.

"Sabemos que um produto ruim vira conteúdo para outras pessoas, e que isso viraliza na internet e dá engajamento", disse a empreendedora. "Isso acontece com todas nós, que ficamos em pânico sem saber o que fazer. Mas precisamos resolver o problema primeiro."

Em outra conversa, Liliane Ferrari, consultora de estratégias de marketing e professora da Esalq-USP, defendeu o uso das plataformas para interação com clientes e impulsionamento da marca. "Dê um cartão e peça que ele poste uma foto e marque a marca, oferecendo benefícios como desconto", sugere. "Depois, monitore e acompanhe a hashtag para detectar postagens. Por fim, republique o conteúdo."

César Felício

A porta estreita para o clube eleitoral

A eleição para prefeito deste ano tem 15.499 candidatos registrados no TSE. Destes, 9.095, ou 59%, disputaram as eleições de 2020 pleiteando a cadeira na disputa majoritária — seja como titular ou vice — ou uma vaga na Câmara dos Vereadores.

A porta de entrada eleitoral é estreita e o espaço para novatos é reduzido. A conta não considera ainda que entre os 6.404 que não estavam na eleição municipal passada existem os que disputaram em 2022, como é o caso por exemplo do influencer Pablo Marçal (PRTB) em São Paulo ou de Alexandre Ramagem (PL) no Rio.

Um ponto bastante importante para se habilitar na disputa é ter patrimônio. Os recursos do fundo público eleitoral são reduzidos e distribuídos conforme a conveniência das direções partidárias. As doações de empresas são vetadas e as de pessoa física, bastante reduzidas. Sai em vantagem quem pode colocar recurso próprio na campanha, algo relevante sobretudo nos pequenos municípios. E nesse sentido o grupo dos 9.095 que concorrem este ano e que já disputaram em 2020 vai bem. O patrimônio somado desse contingente passou de R$ 9,1 bilhões para R$ 10,3 bilhões.

Esse resultado só inclui os que concorreram na última eleição municipal e estão tentando a vaga de prefeito agora, é bom repetir. Está fora dessa conta o empresário João Pimenta, do PRTB de Marília (SP), que declarou ter um patrimônio de R$ 2,8 bilhões, o maior do Brasil entre os que disputam eleição. Ele está estreando na vida eleitoral agora.

O grupo dos candidatos de patrimônio mais expressivo são os que hoje se abrigam no União Brasil, com média de R$ 1,6 milhão. Estes candidatos em 2020 já representavam o segundo contingente mais rico, mesmo concorrendo por outras siglas.

O União Brasil é o produto em 2021 da fusão de duas siglas, o DEM e o PSL. O levantamento feito pelo **Valor Data** somou por partido o patrimônio dos candidatos na eleição de prefeito deste ano que disputaram em 2020. Em seguida foi feito o cálculo de quanto cada grupo declarou de patrimônio há quatro anos, independentemente da filiação partidária de então.

É possível afirmar portanto que os candidatos que disputam pelo União Brasil atualmente enriqueceram em relação a 2020. Estamos falando das mesmas pessoas. Há quatro anos tinham patrimônio médio de R$ 1,383 milhão. Houve portanto um acréscimo de 20%. O avanço médio mais significativo, contudo, foi do grupo dos que hoje estão no Republicanos e no PL, cujo patrimônio per capita subiu respectivamente 24% e 25%. O maior empobrecimento foi no contingente que ora está no PSB. Eles tinham um patrimônio médio de R$ 1,6 milhão em 2020 e hoje ficam com R$ 1,1 milhão.

Outro grupo que "empobreceu" foi o dos que estão disputando este ano um mandato de prefeito pelo Novo e que concorreram há quatro anos. Declararam em média R$ 1,38 milhão e hoje afirmam ter per capita R$ 1,25 milhão.

Os candidatos que se declaram mais ricos estão no Mato Grosso, o que não surpreende. Há uma tradição no Estado de grandes proprietários rurais participarem com destaque do jogo político, e o Mato Grosso lidera o ranking brasileiro de produção de soja, com safras similares às da Argentina inteira. Foi o caso nas duas primeiras décadas do século do ex-governador Blairo Maggi e é o caso hoje do vice-governador Otaviano Pivetta.

O prefeito de Lucas do Rio Verde, Miguel Vaz Ribeiro (Republicanos), produtor de grãos, declarou patrimônio de R$ 219 milhões. Em média os candidatos a prefeito no Mato Grosso declaram ter patrimônio de R$ 4,9 milhões. A menor média está no Amapá, R$ 240 mil.

As declarações de patrimônio dos candidatos guardam um pouco de irrealismo, sobretudo quando se referem ao capital social de empresas ou a bens imóveis, cujo valor declarado é o da transação registrada em cartório. Como o ganho de capital é declarado na venda, saltos patrimoniais em declarações de bens muitas vezes não significam um enriquecimento efetivo. Sobretudo quando se parte de uma base muito baixa.

O que vale ressaltar é a importância que pode ganhar em uma eleição em um pequeno município do auto-financiamento, quando entra em cena um candidato de patrimônio elevado.

Pela regra eleitoral atual, um candidato pode bancar até 10% do limite previsto para sua campanha do próprio bolso. Mas há uma janela importante: fora desse limite ele pode também usar bens próprios, desde que não tenham sido adquiridos depois do registro da candidatura, desde que o valor estimado pela utilização do bem ou do serviço não ultrapasse R$ 40 mil. Em São Paulo ou no Rio isso é pouco significativo. Em um pequeno município, não é.

A critério da Justiça Eleitoral, o candidato que se autofinancia pode ter que demonstrar a origem de seus recursos. É um dispositivo legal para coibir o uso das campanhas eleitorais para lavagem de dinheiro.

Essa é uma possibilidade bastante palpável, mais usual no passado do que agora, no tempo em que esses limites eram ainda mais frouxos e os gastos de campanha virtualmente ilimitados.

Para ficar em um exemplo inteiramente distante do Brasil de hoje no tempo e no espaço, sem portanto relação com nada do que se vê e se toma notícia, atualmente. Pablo Escobar foi suplente de deputado na Colômbia em 1982, mesma época em que se tornou patrono de um clube de futebol e benemérito de diversas obras sociais.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Um clube com ingresso caro

Média de patrimônio individual declarado, em R$ milhões

	Candidatos a prefeito em 2024 que concorreram na eleição passada	Mesmo grupo de candidatos em 2020*
União Brasil	1,661	1,383
Republicanos	1,330	1,067
PL	1,292	1,036
Novo	1,254	1,380
PSD	1,201	0,995
PP	1,200	1,082
PSDB	1,175	1,053
MDB	1,153	1,012
PSB	1,145	1,654
PT	0,659	0,562

Total do patrimônio por candidato a prefeito
Em R$ milhões,considerados os que já concorreram na eleição de 2020

Partido	Total
União Brasil	1.415,1
MDB	1.414,3
PSD	1.399,3
PP	1.134,8
PL	1.113,5
Republicanos	928,1
PSB	541,7
PSDB	485,3
PT	466,3
Novo	102,9

Fontes: TSE e IBGE. Elaboração: Valor Data. * Deflator: IPCA; a preços de ago/24

INÊS 249

PALESTRANTES CONFIRMADOS

Abrão Neto
CEO da Amcham Brasil

André Corrêa do Lago
Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Barry Glickman
Presidente de Tecnologias e Soluções Sustentáveis da Honeywell

Carolyn Kissane
Especialista em geopolítica da New York University

David L. Goldwyn
Presidente, Goldwyn Global Strategies, LLC

Gabriel Santamaria
Head de Sustentabilidade Empresarial no Banco do Brasil

Gilberto Tomazoni
CEO Global na JBS S.A.

Jorge Arbache
Professor de economia da Universidade de Brasília

Jorge Viana
Presidente da ApexBrasil

Luciana Costa
Diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES

Luisa Palacios
Pesquisadora sênior do Centro de Política Global de Energia da Universidade de Columbia

Morgan Doyle
Representante do BID no Brasil

Marcos Peigo
CEO e cofundador Scala Data Centers

Marina Marçal
Chefe de Diplomacia para Cidades e Advocacy na C40 Cities

Mauricio Tolmasquim
Diretor Executivo de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras

Paula Kovarsky
Vice-presidente de Estratégia, M&A e Sustentabilidade na Raízen Chief Strategy Officer

Thomas Rowland-Rees
Head de Pesquisa da América do Norte da BloombergNEF

ENTREVISTADOS PELOS JORNALISTAS DO VALOR ECONÔMICO

Maria Fernanda Delmas
Diretora de redação do Valor Econômico

Daniela Chiaretti
Repórter especial de Ambiente do Valor

Francisco Goes
Chefe sucursal Rio do Valor Econômico

Marcello Corrêa
Coordenador do Valor Econômico em Brasília

Temas abordados

- Por que a transição energética é tão crítica?
- Brazil-US: liderando juntos a transição energética
- Brazil-US: desbloqueando o potencial Brazil-US em energias renováveis
- Powershoring: oportunidades de investimento em energia?

Apresentação

Patrocínio Master

S C A L A
DATA CENTERS

Patrocínio

Apoio

FEBRABAN

Realização

Apoio Institucional

Eleições Cidade está em situação de emergência, mas propostas sobre o ambiente não prevalecem

Em crise climática, Manaus vê disputa de ex-aliados

Caetano Tonet
De Brasília

Em 2022, o prefeito de Manaus, David Almeida (Avante), fez parte da aliança que resultou na reeleição do governador do Amazonas, Wilson Lima (União). Dois anos depois, o cenário na capital amazonense é diferente. Antes aliados, os dois estão hoje em lados opostos: Almeida busca a reeleição e Lima decidiu apoiar seu correligionário Roberto Cidade (União), presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam). Forte na disputa também está o deputado federal Amom Mandel (Cidadania) que, aos 23 anos e sem apoio de grandes caciques, posiciona-se como nome da renovação.

As sondagens indicam favoritismo do atual prefeito e uma disputa pela definição de quem disputará com ele o segundo turno. Pesquisa Quaest de 26 de agosto mostra Almeida com 37% das intenções de voto, enquanto Mandel tem 17%, seguido por Cidade com 15%. Candidato apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Capitão Alberto Neto (PL) aparece com 12%, enquanto Marcelo Ramos (PT), escolhido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem 7%, na quinta posição.

Eles disputarão uma eleição que será marcada ainda pela crise climática que tem a região como um dos focos. Nesta semana, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) deve apresentar um plano para garantir o acesso a locais de votação em meio às restrições de locomoção impostas pela seca. O tema, no entanto, não é o principal assunto da campanha e é tratado de forma superficial na maioria dos planos de governo.

DIVULGAÇÃO

David Almeida: prefeito lidera pesquisas de intenção de votos

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Amom Mandel: deputado é a alternativa jovem na disputa

DIVULGAÇÃO

Roberto Cidade é o candidato do governador Wilson Lima

O rompimento entre Almeida e Lima tem como pano de fundo também disputas na política nacional. Nas últimas eleições gerais, o governador derrotou o senador Eduardo Braga (MDB). Hoje, Braga e o também senador Omar Aziz (PSD) apoiam o atual prefeito, em uma estratégia que busca enfraquecer a influência do governador, que pretende se candidatar ao Senado em 2026. Procurados, prefeito e governador preferiram não se manifestar.

A reacomodação de forças causou ainda um racha dentro da própria gestão estadual. Isso porque, pelo antigo acordo, Almeida teve direito a indicar o vice-governador eleito em 2022, seu amigo de infância e correligionário Tadeu de Souza. Hoje, Souza é coordenador de campanha do prefeito e, portanto, adversário de Wilson Lima.

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, caso o prefeito confirme o favoritismo, Lima poderia se tornar um "governador zumbi", diante da possibilidade de entregar o governo a um rival.

Já o futuro político de Roberto Cidade está mais definido. Apoiado pelo governador, o deputado estadual se garantiu no comando da Assembleia Legislativa até 2027 em uma manobra que alterou a Constituição do Estado e o regimento interno da Casa para garantir, com dois anos de antecedência, um inédito terceiro mandato consecutivo.

Nas redes sociais, Cidade tem concentrado a comunicação em críticas à atual gestão. O deputado tem usado a estratégia de campanha de dirigir um caminhão pelos bairros da capital nos eventos corpo a corpo. Procurado, o candidato não quis se manifestar.

Em meio à disputa entre as máquinas estadual e municipal, Amom Mandel surge como uma alternativa jovem na disputa. Segundo colocado nas pesquisas, ele foi, proporcionalmente, o deputado federal mais votado do país em 2022.

Primeiro parlamentar a anunciar ser autista e um fenômeno nas redes sociais, o deputado rechaça a polarização e aposta em uma candidatura sem padrinhos políticos. "Sou um candidato que não tem ligação nem com o Lula, nem com o Bolsonaro e também alguns outros, e estou me destacando por conta disso. A cidade procura hoje novas lideranças políticas", afirmou ao **Valor**.

Em 2022, Bolsonaro teve mais de 61% dos votos em Manaus, enquanto Lula não chegou a 39%. Apesar da vitória expressiva do ex-presidente, Amom aponta mais para um antipetismo que para um bolsonarismo.

"Manaus é uma cidade antipetista, mas isso não quer dizer que é bolsonarista. Tenho o voto tanto de lulistas quanto de bolsonaristas", afirmou.

Ele também destaca o peso da pauta ambiental em seu plano de governo. O candidato dedicou 80 das mais de 600 páginas de seu plano de governo ao tema, incluindo um plano emergencial de monitoramento da qualidade do ar. "Somos os únicos que detalhamos como vamos combater essa questão da fumaça e tratar a questão ambiental. Temos não só uma, mas 42 propostas para essa questão da poluição do ar."

Candidato de Bolsonaro, o deputado federal Capitão Alberto Neto enfrenta o desafio de polarizar a disputa em meio a uma divisão nos votos da direita com Roberto Cidade.

Ele diz que a candidatura de Marcelo Ramos foi uma estratégia de Omar Aziz para atrair a rejeição ao presidente Lula — o que beneficiaria Almeida, apoiado pelo senador.

"O Omar traz o Marcelo Ramos para ser o candidato do Lula, mas o candidato do Lula mesmo é o David", afirmou o deputado.

Ao **Valor**, Ramos afirmou que não estava nos planos concorrer à Prefeitura de Manaus, mas que atendeu um chamado de Lula para "unir a esquerda na capital". Sobre a estratégia de absorver a rejeição do presidente, Ramos ironizou a fala de Alberto Neto.

"Eu poderia dizer isso da candidatura dele porque o compadre do Bolsonaro é o vice do Roberto Cidade", afirmou, se referindo a Coronel Menezes, vice na chapa de Cidade e padrinho de casamento de Bolsonaro.

No evento que oficializou a chapa, Menezes chegou a ironizar uma ida de Bolsonaro a Manaus que não atraiu um público relevante. "Na próxima vez que vier a Manaus, fale com o nosso grupo, se ele quiser encher a Arena da Amazônia".

Alberto Neto tenta viabilizar uma nova ida de Bolsonaro a Manaus para colocar a popularidade do ex-presidente à prova. "O público da direita, que é a grande maioria em Manaus, ele sabe quem é o candidato do Bolsonaro".

Propostas, promessas e cidades inteligentes

Bruno Carazza

Para quem, por gosto ou dever de ofício, acompanha eleições municipais, é interessante observar como vão mudando os modismos nas promessas dos candidatos a prefeito.

Por muito tempo imperou o "rodoviarismo", com anúncios de obras de ampliação de avenidas, construção de viadutos e abertura de túneis para fazer fluir o trânsito que prendia boa parte da população em engarrafamentos.

Mais recentemente, na farra dos grandes eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, a onda eram os grandes sistemas de transporte público, como o BRT e o VLT. Muitos bilhões de dólares depois, alguns equipamentos foram entregues com atraso, enquanto outros permanecem como monumentos ao descaso com o dinheiro público, como atestam as milhares de pilastras do monotrilho da linha 17 do metrô de São Paulo ou o abandono dos trilhos do VLT de Cuiabá, recentemente removidos para começarem a construção de um BRT.

Assistindo entrevistas, debates e propagandas eleitorais, é possível identificar que as soluções providas pela tecnologia, embrulhadas pelo sedutor discurso das "smart cities" (cidades inteligentes), são a nova moda seguida pelos candidatos a comandar as principais cidades, de norte a sul do país.

Aspirantes a governar ou a continuar administrando as capitais brasileiras apostam em aplicativos, "big data" e inteligência artificial para melhorar o atendimento médico, combater a criminalidade e até melhorar o trânsito em seus respectivos municípios.

Enquanto os políticos sinalizam com soluções futuristas para a gestão local, a população continua atormentada pelos velhos problemas do passado. A primeira rodada de pesquisas promovidas pela Quaest entre agosto e o início de setembro em todas as capitais brasileiras revelou que a dupla saúde e segurança permanece no topo das preocupações dos eleitores, salvo raras exceções.

O medo de ser vítima da criminalidade é a principal tormenta a afligir os moradores de grandes cidades do Sudeste (onde a violência aparece como o maior problema para 60% dos cariocas, 47% dos moradores de Vitória e 32% dos paulistanos) e do Norte-Nordeste (em que a segurança é a maior preocupação para 30% dos manauaras e chega a 51% dos soteropolitanos, tendo atingido altas menções também em Fortaleza e Recife).

Para o cidadão, não interessa saber que a competência por zelar pela segurança pública cabe ao governo do Estado, tal qual prescreve a Constituição. Ele está preocupado é com o pavor de ter seu celular roubado sempre que vê duas pessoas numa moto se aproximando do ponto de ônibus, a incerteza de saber se os filhos ficarão bem quando sai de casa para o trabalho ou, no caso das mulheres, o risco de ser estuprada se caminhar por locais ermos.

Quando cobrados a apresentarem soluções para esses problemas, candidatos de todo o país, da direita ou à esquerda, têm quase o mesmo receituário: ampliar o efetivo da guarda municipal, espalhar câmeras de monitoramento por toda a cidade, de preferência com reconhecimento facial, e criar centros integrados para processar os dados e traçar estratégias de ação.

Para a saúde, que figura como a preocupação número 1 em dez capitais brasileiras, principalmente naquelas de médio porte no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é onde as soluções tecnológicas são apontadas como as mais promissoras pelos políticos: aplicativos para marcação de procedimentos, teleimagem e consultas online para acabar com as longas filas por atendimento no SUS. A se pautar pelos discursos dos candidatos, nota-se que mesmo aqueles de esquerda estão abandonando a aversão ao setor privado e apostam em parcerias com hospitais e clínicas privadas para reduzir o tempo de espera por cirurgias e tratamentos.

Belo Horizonte foi a única capital em que o transporte público e a qualidade do trânsito figuraram como a maior insatisfação do eleitor. Nessa área, também se nota uma movimentação de candidatos a prefeito recorrendo a empresas de "big tech" que prometem utilizar inteligência artificial para sincronizar o tempo de semáforos e, assim, fazer o tráfego fluir melhor.

Embora não apareça entre as maiores prioridades dos eleitores em nenhuma capital brasileira, ainda assim os políticos vêm sendo questionados nos debates e nas entrevistas a apresentar propostas sobre educação. Felizmente as notas do Ideb viraram instrumento de cobrança da população, e a ampliação da oferta de vagas em creches e na educação integral viraram objeto corrente dos planos de governo. A ver se serão tirados do papel.

Por fim, a questão ambiental só assumiu relevância em duas capitais. Em Belém, sede da COP-30, que acontecerá no ano que vem, a limpeza urbana (que inclui também o saneamento) é a maior queixa da população.

Já em Porto Alegre, parcialmente destruída por um evento climático extremo, as enchentes estão no topo das preocupações de 33% dos moradores. Lá, a construção de diques, muros de contenção, sistemas de bombeamento e redes de drenagem viraram tema de propaganda política.

Para os graves problemas urbanos brasileiros, eleitores inteligentes são pré-condição para que as "smart cities" não virem a nova forma de se jogar dinheiro público fora.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.
Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Eleições Partido indicou o vice de Geraldo Júnior (MDB), que está mais de 30 pontos atrás de rival

PT pode sofrer novo revés na disputa contra o 'carlismo' em Salvador

DIVULGAÇÃO

Bruno Reis: gestão do atual prefeito é bem avaliada pela população

DIVULGAÇÃO

Geraldo Júnior: aposta na máquina estadual para chegar ao 2º turno

Andrea Jubé
De Brasília

Embora hegemônico no plano estadual, completando 18 anos à frente do governo da Bahia, o PT nunca elegeu o prefeito de Salvador desde a década de 80, com a fundação da sigla e a retomada das eleições diretas para prefeitos pós-ditadura militar. Nesse período, representantes do "carlismo", em partidos como PFL/DEM (atual União Brasil) e PSDB revezaram-se no poder municipal com outras forças, como MDB e PDT.

Agora as principais pesquisas sugerem que o PT, que indicou o vice na chapa liderada pelo vice-governador Geraldo Júnior, do MDB, não deverá virar o jogo mais uma vez. Segundo esses levantamentos, o atual prefeito Bruno Reis (União), ligado ao ex-prefeito ACM Neto, pode se reeleger no primeiro turno.

"Estamos confiantes, mas ninguém vai cantar vitória antes da hora", disse um cauteloso ACM Neto, secretário-geral do União Brasil, ao **Valor**. "Vamos até o último instante para consolidar o favoritismo de Bruno", completou.

Para Neto, toda campanha à reeleição é uma espécie de "plebiscito", em que está em jogo o desempenho do prefeito. Bruno Reis tem alta aprovação junto aos soteropolitanos, com realizações como a nova maternidade, o "hospital do homem" e um hospital veterinário. Uma das principais queixas é a qualidade do transporte público, mas Neto pondera que este é um gargalo comum às administrações das cidades de médio e grande porte.

Os principais institutos indicam Bruno Reis com percentuais entre 55% e 66% das intenções de votos, enquanto "Geraldinho", como é conhecido o vice-governador, oscila entre 9% e 22% da preferência dos eleitores.

Contudo, lideranças do PT e do MDB lembram que os institutos já erraram na capital baiana e argumentam que a força da máquina estadual pode garantir um segundo turno. "Está uma campanha burocrática para todos os candidatos, devido à falta de recursos e a frieza da população com as eleições", argumentou o presidente municipal do MDB, o ex-deputado Lúcio Vieira Lima.

O dirigente emedebista observa que a população não demonstra entusiasmo com a campanha eleitoral, não há comícios, carreatas, carros adesivados, e reclama do prefeito faltar aos debates. Lima também afirma que as pesquisas estão desacreditadas no Estado, desde que em 2006, apontavam a derrota de Jaques Wagner para o governo. "Em 2022, diziam que ACM Neto venceria no primeiro turno, e ele quase não chegou ao segundo", criticou. "Dizer que Geraldinho tem 9% é ignorar a força do governo", acrescentou.

O pleito de outubro reedita o embate do grupo de ACM Neto, herdeiro direto do "carlismo" — em referência às décadas de poder de Antônio Carlos Magalhães na Bahia — contra o PT do ex-governador e ministro da Casa Civil, Rui Costa, e do ex-governador e hoje senador Jaques Wagner.

Porém, conforme acordo celebrado na eleição estadual de 2022, quando o MDB emplacou "Geraldinho" para vice na chapa do governador petista Jerônimo Rodrigues, o PT não lançou um nome para a prefeitura, e indicou a vice, a professora Fabya Reis.

Simultaneamente, os petistas ainda não digeriram a derrota para Bruno Reis na eleição de 2020, quando a postulante do PT, Major Denice, não alcançou 20% dos votos válidos. Ex-secretário municipal de Neto, Bruno Reis elegeu-se no primeiro turno com 64,2% dos votos em 2020, enquanto ela obteve 18,8%.

Foi um resultado frustrante porque caciques do PT, como Jaques Wagner, apostaram no potencial da candidata: mulher, negra e com a bandeira da segurança pública, reconhecida pelo trabalho à frente da Ronda Maria da Penha, de proteção às vítimas de violência doméstica.

O placar de 2020 foi o pior desempenho de um quadro do PT na tentativa de administrar a Prefeitura de Salvador. Os outros dois candidatos que "bateram na trave" em pleitos anteriores, ao menos, chegaram ao segundo turno.

Em 2008, o então deputado federal Walter Pinheiro (PT) perdeu na segunda fase da campanha para o prefeito João Henrique Carneiro (MDB). E, em 2012, o então deputado federal Nelson Pellegrino (PT) encostou em ACM Neto, com 39,7% dos votos, contra 40,1% do candidato do ex-DEM no primeiro turno, mas perdeu na segunda etapa.

Depois de uma fase de ostracismo, com a prisão do ex-ministro Geddel Vieira Lima no âmbito da Lava-Jato, o MDB está em reconstrução no Estado, tendo ao seu lado o PT e o PSD do senador Otto Alencar. A sigla já teve prefeitos influentes como Mário Kértesz e João Henrique Carneiro.

Porém, fontes da campanha de Reis dizem que o PT errou ao escolher "Geraldinho" como candidato a prefeito porque ele tem uma trajetória política ligada ao grupo de ACM Neto. Duas vezes presidente da Câmara Municipal, sempre esteve vinculado ao campo político adversário. Um dos motivos pelos quais não teria engajado o PT-raiz na campanha.

A se confirmar a reeleição de Bruno Reis no primeiro turno, o grupo político de ACM Neto reafirmará sua hegemonia sobre o PT na capital e nas metrópoles baianas. Em 2022, Neto saiu derrotado, mas venceu o PT em 17 das 20 maiores cidades da Bahia, como Vitória da Conquista, Feira de Santana e Camaçari.

Há no grupo de ACM Neto e Bruno Reis a percepção de que a força do PT nas cidades menores vem da dependência maior dessa população às políticas públicas, como o Bolsa Família e programas como Água para Todos e Luz para Todos, que levaram água potável e energia elétrica para rincões do Estado.

Curitiba tem 4 candidatos com chances de ir ao 2º turno

Isadora Peron
De Brasília

Em uma disputa com quatro candidatos com chance de ir ao segundo turno, a eleição em Curitiba testará a força do grupo político liderado pelo atual prefeito, Rafael Greca, e do governador do Paraná, Ratinho Júnior — ambos do PSD. Empatado tecnicamente com os demais postulantes, mas numericamente à frente na mais recente pesquisa de intenção de votos, o atual vice-prefeito Eduardo Pimentel, também filiado à sigla, aposta na boa avaliação da atual gestão.

Pelo campo da esquerda, um dos destaques é Luciano Ducci (PSB), apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma das capitais na qual o PT abriu mão de uma candidatura da legenda e selou uma aliança com o partido do vice-presidente Geraldo Alckmin com a expectativa de tentar impor uma derrota ao campo conservador no berço da Operação Lava-Jato.

A última pesquisa Quaest mostra uma corrida pulverizada na capital paranaense. Pimentel tem 19% das intenções de voto , seguido de Ducci e Roberto Requião (Mobiliza) — ambos com 18% — e Ney Leprevost (União), com 14%. Trata-se de um empate quádruplo. Levantamentos de outros institutos, no entanto, colocam o candidato do PSD isolado na liderança.

Para a vice, Pimentel escolheu o ex-deputado Paulo Martins, que é do PL, partido de Jair Bolsonaro. Por ora, porém, não há previsão da ida do ex-presidente à capital paranaense.

Aliados dizem não ter dúvida de que ele estará no segundo turno, resta saber quem será o seu adversário. Ele se mostra animado com a campanha. "Nós temos um plano de governo bem inovador. Tenho percebido nas ruas que a campanha tem crescido, há uma boa receptividade", diz Pimentel.

Candidato de Lula, Ducci é deputado e já foi prefeito. O presidente da República teve que intervir para o PT não lançar candidatura própria e fechar uma aliança com o PSB. Uma ala da sigla resistia em apoiar Ducci, porque ele foi vice-prefeito do tucano Beto Richa, votou a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e já proferiu críticas inclusive contra o próprio Lula, que ficou preso em Curitiba por conta das investigações da Lava-Jato.

Para a cúpula do PT, porém, a chance de lançar uma candidatura competitiva em Curitiba falou mais alto. Segundo interlocutores da legenda, vencer na capital paranaense representaria uma dupla vitória, por impor uma derrota tanto aos bolsonaristas quanto aos lavajatistas.

Requião, por sua vez, decidiu deixar o PT em abril e se filiou ao nanico Mobiliza, antigo PMN, para poder disputar a eleição. Por não ter deputados eleitos, a legenda não dispõe de tempo de propaganda no rádio e na TV e conta com poucos recursos partidários.

Para o coordenador da campanha, o deputado estadual Requião Filho, o seu pai está conseguindo se manter bem colocado nas pesquisas devido a sua longa trajetória política no Estado e também por ser uma alternativa à polarização.

"O Requião é o único candidato antissistema com chance de vitória. É uma candidatura independente, pela prefeitura de Curitiba, não olhando para as eleições de 2026", afirma.

No campo da centro-direita também se destaca a candidatura de Leprevost, cujo grande trunfo é ter a deputada Rosangela Moro como sua vice, em uma chapa puro sangue do União Brasil. Eleita por São Paulo em 2022, ela mudou o título para o Paraná para poder concorrer em outubro.

Marido da parlamentar, o senador e ex-juiz da Lava-Jato, Sergio Moro (União-PR), tem sido usado como cabo eleitoral e participado ativamente de eventos de rua. Outro expoente da operação, Deltan Dallagnol (Novo), apoia Pimentel. Ainda não está claro, contudo, o tamanho da influência que os personagens da operação terão sobre o eleitorado da extinta "República de Curitiba".

"Aqui em Curitiba, a esquerda não tem muito espaço. E o sentimento a favor da Lava-Jato continua forte", diz Rosangela.

O presidente do PT estadual, Arilson Chiorato, não concorda com a avaliação. "O apoio à operação diminuiu muito. O 'jato' já não tem mais aquela potência toda", brincou.

Eleições Prefeito Ricardo Nunes (MDB) inaugura a série de entrevistas nesta segunda-feira às 10h30

‘Valor’, ‘O Globo’ e CBN sabatinam candidatos em SP

O Globo
No Rio

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) abre nesta segunda-feira (16), às 10h30, a série de sabatinas com candidatos à Prefeitura de São Paulo realizada pelos jornais **Valor** e "O Globo" e pela rádio CBN. Na quarta-feira, será a vez de José Luiz Datena (PSDB) e, na quinta, a de Tabata Amaral (PSB). Já na próxima semana, no dia 23, é Pablo Marçal (PRTB) quem será entrevistado, seguido de Guilherme Boulos (Psol) no dia 24.

As entrevistas com os candidatos em São Paulo terão transmissão ao vivo pela rádio e nos sites e redes sociais dos três veículos. Elas terão início sempre às 10h30, com duração aproximada de uma hora. A ordem das sabatinas foi definida por sorteio, mas as datas precisaram sofrer ajustes por conta da agenda de debates. Foram chamados os cinco candidatos mais bem colocados na última pesquisa divulgada pelo instituto Datafolha. Segundo o levantamento mais recente, divulgado quinta-feira (12), Nunes tem 27% das intenções de voto e está tecnicamente empatado apenas com Boulos, que soma 25%. Marçal se distanciou do prefeito e aparece empatado no limite da margem de erro com o psolista. Tabata é a quarta colocada, com 8%, e Datena obteve 6%.

As sabatinas representam uma oportunidade para que os candidatos detalhem propostas para a cidade e também para que sejam questionados sobre diferentes aspectos de suas atuações políticas. Os entrevistadores dos candidatos de São Paulo serão a colunista Maria Cristina Fernandes, do **Valor** e da CBN, as colunistas Vera Magalhães e Malu Gaspar, do "Globo" e da CBN, e os âncoras da rádio Débora Freitas e Fernando Andrade.

Na semana passada, foram entrevistados os três candidatos mais bem colocados nas pesquisas na eleição do Rio de Janeiro: Eduardo Paes (PSD), Tarcísio Motta (Psol) e Alexandre Ramagem (PL). Antes, os candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte também passaram pela sabatina: Mauro Tramonte (Republicanos), Fuad Noman (PSD), Bruno Engler (PL), Duda Salabert (PDT) e Carlos Viana (Podemos).

Ao longo da campanha, Nunes tem apostado em destacar entregas que fez durante a gestão para mostrar ao eleitor a importância da continuidade, tanto é que tem como slogan "caminho seguro para São Paulo". Por um lado, ele tenta antagonizar com Boulos, a quem chama de "extrema esquerda", e por outro briga com Marçal pelo eleitorado de direita. Ele tem o apoio formal de Jair Bolsonaro (PL), mas o ex-presidente tem participado de forma discreta da campanha. Boulos, por sua vez, busca pela segunda vez se eleger prefeito da capital (em 2020, chegou ao segundo turno, mas saiu derrotado por Bruno Covas), e aposta no apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Já Marçal avançou no eleitorado de direita, especialmente entre os apoiadores de Bolsonaro, e investe em sua força nas redes sociais para derrotar o que chama de "adversários comunistas". Tabata e Datena buscam se colocar como alternativa à polarização dos candidatos de Lula e Bolsonaro, a primeira com pautas focadas especialmente na melhoria da educação e o segundo com enfoque na segurança.

Tarcísio quer evitar atrito com Marçal

Murillo Camarotto
De São Paulo

A recente recuperação do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), nas pesquisas de intenção de voto veio na esteira da maior participação do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na campanha. Consequentemente, aumentaram também os ataques do candidato do PRTB, Pablo Marçal, em direção ao governador, principal cabo eleitoral de Nunes na busca pela reeleição.

A divisão dos eleitores de direita na capital paulista tem exigido movimentos calculados do ex-presidente Jair Bolsonaro e do seu entorno político. Diante da indefinição sobre qual candidato teria maiores chances de vencer Guilherme Boulos (Psol), o ex-presidente começou afastado da campanha de Nunes, oficialmente apoiado por seu partido. Coube a Tarcísio "carregar" o prefeito nas costas.

Com Nunes aparentemente revigorado, Bolsonaro ressurgiu. O ex-presidente fez uma aparição surpresa, por vídeo, em um jantar de apoio a Nunes, realizado na sexta-feira (13). Reforçou o suporte ao prefeito e se incluiu entre os vitoriosos em eventual reeleição do emedebista. "Torço por você, tenho certeza que haverá segundo turno e seremos vitoriosos", afirmou.

Antes mesmo da declaração, Marçal já havia acusado o golpe. Assim como fez com Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e com o pastor Silas Malafaia, foi ao ataque, recuou e voltou a atacar. Na quinta-feira, acusou Tarcísio de usar a máquina paulista para prejudicá-lo por "desespero". Em seguida, disse que admira o governador e que está pronto para receber seu abraço após as eleições. Na sequência, gravou vídeo com críticas a Bolsonaro.

Do lado bolsonarista, a estratégia é parecida. Os principais conselheiros de Tarcísio o têm orientado a poupar Marçal o quanto for possível. Segundo o **Valor** apurou, o governador foi advertido quando disse que o voto no "ex-coach" poderia ser "a porta de entrada para Boulos" e que considerava anular seu voto em caso de segundo turno entre os candidatos do PRTB e do Psol.

"Falou uma vez e nunca mais", confidenciou um auxiliar direto de Tarcísio. Um outro assessor disse que o governador reconheceu o deslize na provocação e que não pretende mais trocar farpas públicas com o "ex-coach". Apesar da aparente estagnação de Marçal nas pesquisas, ele é visto no círculo de Tarcísio como um aliado em potencial que não pode ser desprezado.

"Marçal é normalizar o absurdo? É. Mas tem que ser olhado como um fenômeno que não pode ser desprezado. Uma pessoa que traz uma visão nova da sociedade digital, que talvez esteja dialogando com o público mais jovem de uma forma que a gente ainda não entendeu", disse um conselheiro do governador. "Não é um louco, sabe o que faz."

A mesma fonte explica que a aliança de Tarcísio com Nunes deve ser vista muito mais sob o prisma administrativo do que político. Ele conta que o prefeito teve uma participação importante, por exemplo, no processo de privatização da Sabesp. "Essa e outras medidas amalgamaram uma aliança feita sob a égide da visão administrativa", explicou.

Nesse cenário, o governador não tem interesse em se indispor com Marçal. "O estilo do Tarcísio não é por aí. O eleitor dele espera dele o que ele é: uma figura centrada, voltada para a administração. Só isso já está ajudando o Nunes." Apesar de as pesquisas mostrarem uma tendência maior de segundo turno entre Nunes e Boulos, uma eventual aliança com o "ex-coach" é tratada no Palácio dos Bandeirantes como um movimento "natural" caso ele avance.

Apesar de errático no apoio a Nunes, Bolsonaro também tem demonstrado incômodo com as movimentações de Marçal. Em uma mensagem a um grupo restrito, disse estar claro que o "ex-coach" mira 2026. "Só não vê quem não quer", disse ele aos aliados. Em outro momento, o ex-presidente compartilhou um vídeo no qual o deputado federal bolsonarista Zé Trovão (PL-SC) anuncia seu apoio a Marçal.

DIVULGAÇÃO
Tarcísio: o governador continua a ser o principal aliado de Ricardo Nunes

INÊS 249

Eleições Sem decolar nas pesquisas, candidato do Psol aposta no crescimento na reta final da campanha

Tarcísio Motta mira Paes para tentar atrair eleitor progressista e diz que prefeito 'não é de esquerda'

Rafael Rosas e Camila Zarur
Do Rio

O deputado federal Tarcísio Motta (Psol-RJ), candidato à prefeitura do Rio, escolheu o prefeito da cidade e postulante à reeleição, Eduardo Paes (PSD), como alvo preferencial das críticas na sabatina do **Valor**, "O Globo" e rádio CBN, na sexta-feira (13). O psolista acusou o adversário de "oportunismo" pela aliança que o prefeito fez com presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A ofensiva faz parte da estratégia de Tarcísio para tentar atrair os eleitores de esquerda para a candidatura dele, que nas últimas semanas vem caindo segundo as pesquisas eleitorais.

Tarcísio afirmou que o prefeito não representa um projeto de esquerda e que, no passado, ele se posicionou em lado oposto ao do PT e ao do presidente: "Nosso desafio tem sido sempre esse, de mostrar que Eduardo Paes não é um candidato de esquerda, não é um candidato progressista", disse.

"Paes, por oportunismo, está se colocando como candidato do Lula, mas lá atrás liberou o [deputado federal] Pedro Paulo para votar no impeachment [de Dilma Rousseff, ex-presidente petista]", completou, dizendo também que o prefeito, na campanha presidencial de 2018, chegou a fazer acenos ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O psolista queria ter o apoio de Lula, mas o presidente optou por endossar Paes na disputa deste ano. Entre os motivos para essa aliança, há uma promessa de Paes em retribuir o gesto na campanha de 2026, quando o petista tentará a recondução ao Planalto, segundo fontes ligadas ao prefeito e ao PT. Para não deixar o aliado de esquerda de mãos abanando, o PT liberou seus filiados a apoiar tanto Tarcísio quanto Paes.

O parlamentar passou a contar com o movimento "petistas com Tarcísio", liderado pelo deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), um dos quadros tradicionais da sigla no Estado. Isso não foi suficiente, porém, para que o psolista despontasse nas pesquisas. Questionado sobre a falta de engajamento em torno de sua candidatura, o candidato disse que há um "medo de mudança" entre os eleitores.

"Os eleitores estão com medo da mudança, porque [o ex-prefeito do Rio Marcelo] Crivella foi um desastre, porque o [ex-governador Wilson] Witzel foi um horror. Ninguém quer voltar a essa situação", disse Tarcísio. "O medo é um péssimo orientador na hora do voto. Quem vota com medo perde a esperança no futuro, deixa de disputar os valores e os sentidos que a gente precisa disputar."

Mesmo deixado de lado por Lula, Tarcísio optou por defender o presidente e reforçou ser base do governo federal: "O eleitor do Lula e o próprio Lula vão saber que eu não deixei de defender o governo em nenhum momento dessa campanha. Eu não escondi o Lula, sou da base dele sem titubear", disse o candidato, em outra alfinetada a Paes. O prefeito não chega a esconder o líder petista na campanha, mas o cita muito mais pela parceria institucional entre a prefeitura e o Executivo federal do que como um aliado político.

MÁRCIA FOLETTO/AGÊNCIA O GLOBO

Tarcísio Motta: "Eu não escondi o Lula, sou da base dele sem titubear"

"Estou chamando a atenção do eleitor que votou no Lula aqui na cidade do Rio de Janeiro. O eleitor que votou no Lula sabe que não pode ter confiança no Eduardo Paes", disse Tarcísio, que justificou não ter o presidente em seu palanque por ele "cumprir acordos". Lula cumpre acordos e tem o meu respeito. Quem não cumpre acordos é o Eduardo Paes", afirmou.

Diante de um cenário desanimador nas pesquisas — a última Quaest apontou que Tarcísio tem 4% de intenções de voto, 60 pontos percentuais atrás de Paes, que está em liderança isolada —, o psolista aposta no crescimento na reta final. É a mesma expectativa de Alexandre Ramagem (PL), que conta com o apoio de Jair Bolsonaro. Em segundo lugar nas sondagens, com 13%, o bolsonarista espera que, com as agendas do ex-presidente na semana anterior ao primeiro turno, a candidatura decole.

Diferentemente de Paes e Ramagem, a segurança pública não foi o principal tema da sabatina de Tarcísio, mas não passou despercebida. Ele disse que o município deve ter "papel ativo" no enfrentamento da violência, embora não se deva confundir as ações municipais com as estaduais: "Nosso caminho é o caminho onde o prefeito tem que assumir todas as responsabilidades daquilo que acontece no território da cidade que ele administra. Não pode se omitir. E aí o Eduardo [Paes] está se omitindo."

Tarcísio lembrou do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), aprovado no governo do presidente Michel Temer (MDB), em 2018, e ainda não implementado no Rio e nem na maior parte do país. "A Prefeitura tem que ter um plano municipal de segurança e redução da violência", disse. "O Eduardo [Paes] emitiu um decreto com diretrizes para o plano e o plano até hoje não foi discutido com ninguém e nem enviado para Câmara de Vereadores. O prazo já venceu", completou.

O candidato fez ainda críticas à guerra "insana" contra as drogas, que taxou como "ineficiente e cara". "A gente enxuga gelo enquanto derrama sangue e não protege ninguém." Ele defendeu a legalização da maconha e de demais drogas como forma de o Estado fiscalizar e controlar o acesso às substâncias, tratando do tema como saúde pública, disse. "Não há nenhuma possibilidade de o Estado intervir para inclusive fazer campanhas educativas, como se faz sobre o cigarro, sobre o álcool. A droga tá liberada hoje porque não há nenhum controle", afirmou. "Eu sou a favor da legalização porque isso inclusive significa fiscalizar, controlar, ter capacidade de incidir sobre a questão daqueles que criam dependência química."

Na saúde, o candidato afirmou que é contra a municipalização dos hospitais federais do Rio, processo que chamou de "eleitoreiro e sem planejamento". "Quero articular esse processo como gestor pleno do SUS [Sistema Único de Saúde]", disse. "O processo de municipalização está errado", acrescentou. Ele afirmou que a municipalização desses hospitais — os quais chamou de "patrimônio do Rio" — significaria o colapso do sistema de saúde da cidade. "O município hoje não tem estrutura para receber esses hospitais", salientou. Tarcísio também criticou o atual sistema de Organizações Sociais (OSs) contratadas pela administração pública. Segundo ele, o médico contratado por uma OS custa mais caro para a prefeitura que um concursado. Tarcísio afirmou que ainda assim o mecanismo é usado porque não causa impacto segundo as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A sabatina do **Valor**, "O Globo" e rádio CBN ouviu os três candidatos mais bem colocados nas pesquisas. Tarcísio foi o último a ser entrevistado. Quem abriu a série foi Ramagem, na quarta, seguido por Paes, na quinta. Entre os dias 16 e 24, serão entrevistados os candidatos à Prefeitura de São Paulo Ricardo Nunes (MDB), Guilherme Boulos (Psol), José Luiz Datena (PSDB), Tabata Amaral (PSB) e Pablo Marçal (PRTB).

valor.com.br
Veja o que é #Fato ou #Fake no site **https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/13/veja-o-que-fato-ou-fake-na-sabatina-de-tarcsio-motta-para-o-globo-valor-extra-e-cbn.ghtml**

EUA O tiroteio em West Palm Beach ocorre dois meses após o atentado na Pensilvânia, onde o republicano foi ferido na orelha

FBI investiga segunda tentativa de assassinato contra Trump

Sadie Gurman
Dow Jones

TERRY RENNA/AP

Polícia local desvia o trânsito próximo ao Trump International Golf Club, distante cerca de 8 km de Mar-a-Lago

O candidato republicano à Presidência dos EUA, Donald Trump, foi alvo ontem de outra "aparente tentativa de assassinato", afirmou o FBI, a polícia federal americana. Agentes do serviço secreto abriram fogo contra um atirador em seu clube de golfe em West Palm Beach, Flórida, onde o ex-presidente estava jogando golfe a menos de 500 metros de distância. Trump saiu ileso e o atirador fugiu, mas foi preso logo depois.

As autoridades policiais identificaram o suspeito como Ryan Wesley Routh, de 58 anos. Os investigadores disseram que não sabiam se o suspeito chegou a disparar um tiro contra os agentes do serviço secreto.

As autoridades encontraram um rifle estilo AK com uma mira, duas mochilas e uma câmera portátil GoPro — sugerindo que o atirador queria se filmar — nos arbustos onde ele estava escondido, disse o xerife do Condado de Palm Beach, Ric Bradshaw. O atirador estava a cerca de 400 metros do ex-presidente. "Com um rifle e uma mira como essa, não é uma longa distância", disse ele.

O FBI disse que estava investigando o incidente como uma tentativa de assassinato.

"EU ESTOU SEGURO E BEM!" Trump disse em um e-mail de campanha de arrecadação de fundos enviado logo após o incidente. Ele acrescentou: "Nada vai me segurar. JAMAIS VOU ME RENDER!".

O tiroteio em West Palm Beach acontece dois meses depois que um atirador de 20 anos tentou matar Trump durante um comício de campanha no oeste da Pensilvânia. O atirador, Thomas Matthew Crooks, abriu fogo de um telhado a cerca de 135 metros de distância do palco onde Trump discursava, matando um espectador, ferindo outros dois. O ex-presidente levou um tiro de raspão na orelha direita. Agentes do Serviço Secreto atiraram de volta, matando Crooks.

O serviço secreto americano é alvo de intenso escrutínio desde então, com diversos inquéritos para investigar porque a agência falhou em impedir a tentativa de assassinato contra Trump em julho.

As autoridades policiais alertaram que ameaças de violência politicamente motivadas, já elevadas, aumentaram nas redes online desde a tentativa de assassinato, expressando preocupação sobre a possibilidade de imitadores.

Um funcionário da Casa Branca disse que o presidente Joe Biden e a vice-presidente Kamala Harris foram informados sobre o tiroteio.

"Estou feliz que ele esteja seguro. A violência não tem lugar nos EUA", escreveu Kamala no X.

O serviço secreto há muito vê o golfe como uma vulnerabilidade, com os campos de prática do esporte oferecendo uma combinação precária de espaço aberto e a previsibilidade de um alvo seguindo uma sequência de buracos. Esse risco foi particularmente pronunciado com Trump, segundo ex-agentes e agentes na ativa do serviço secreto, por causa da frequência de suas viagens e seu hábito de jogar golfe em campos de sua propriedade.

Os agentes andam na frente e atrás do ex-presidente quando ele está jogando golfe; eles estavam verificando se havia ameaças a alguns buracos de distância de Trump quando notaram o atirador, disseram as autoridades policiais em entrevista coletiva ontem.

> As autoridades encontraram um rifle estilo AK com mira, duas mochilas e uma câmera GoPro

O Trump International Golf Club West Palm Beach fica a cerca de 8 km da residência do ex-presidente em Mar-a-Lago. Sua comitiva saiu do clube de golfe e voltou para Mar-a-Lago pouco mais de duas horas após o incidente.

O companheiro de chapa de Trump, o senador J.D. Vance, disse no X que falou com Trump antes que a notícia se tornasse pública e que o ex-presidente estava "incrivelmente bem humorado". "Vou abraçar meus filhos com mais força esta noite e fazer uma oração de gratidão", acrescentou Vance. ***(Com Vivian Salama, Jacob Gershman e C. Ryan Barber)***

Míssil houthi atinge região central de Israel pela 1ª vez

Agências internacionais

OHAD ZWIGENBERG/AP

Bombeiro trabalha em área onde caíram partes do míssil disparado pelos houthis

Rebeldes houthi do Iêmen dispararam um míssil hipersônico de fabricação iraniana que atingiu o centro de Israel ontem. Esta é a primeira vez que um ataque dos houthi, aliados do Irã e que controlam o norte do Iêmen, atinge tão profundamente o território israelense, marcando uma escalada nos ataques do grupo.

Os houthis são parte de um eixo de aliados financiados pelo Irã, ao lado do Hamas e do Hezbollah do Líbano — que também vem atacando Israel desde o início da guerra em Gaza em outubro.

O porta-voz militar dos houthis, Yahya Sare'e, disse ontem que o grupo disparou contra Israel um novo míssil balístico hipersônico que viajou 2.040 km em apenas 11 minutos e meio. "O inimigo israelense deve esperar mais ataques e operações avançadas no futuro", afirmou ele.

Em reação ao ataque, o premiê israelense, Benjamin Netanyahu, afirmou ontem que Israel cobrará um "preço alto" dos houthis.

Um militar israelense disse que, após várias tentativas com sistemas de defesa aérea, o míssil foi atingido por um interceptador e se fragmentou no ar, em vez de ser completamente destruído. O míssil não atingiu seu alvo, e nenhuma vítima foi relatada. Estilhaços de interceptadores disparados para derrubá-lo caíram em uma estação ferroviária central de Israel, causando danos menores, disse.

Sirenes de ataque aéreo soaram em Tel Aviv e no centro de Israel momentos antes do impacto, por volta das 6h35, horário local, fazendo os moradores correrem para se abrigar. Estrondos altos foram ouvidos.

Pedaços do míssil caíram em áreas abertas e perto de uma estação ferroviária. Nove pessoas ficaram levemente feridas enquanto buscavam abrigo.

Os houthis têm lançado mísseis e drones contra Israel e atacado navios do Mar Vermelho por meses, em apoio a grupo islâmico palestino Hamas, envolvido em uma guerra de quase um ano na Faixa de Gaza contra forças israelenses.

"Os houthis já deveriam estar cientes de que cobramos um preço alto por qualquer tentativa de nos atacar", disse Netanyahu em um comunicado. "Qualquer um que precise de um lembrete é bem-vindo para visitar Hodeida."

Em julho, caças israelenses bombardearam a cidade portuária de Hodeida, controlada pelos houthis, destruindo tanques de combustível e danificando uma usina de energia. Israel atacou Hodeida em retaliação à morte de um civil israelense por um ataque de drone houthi que atingiu Tel Aviv.

> "Os houthis já deveriam saber que cobramos um preço alto por qualquer ataque"
> *Benjamin Netanyahu*

Israel diz que o porto de Hodeida é uma rota essencial para o envio de armas iranianas aos houthis. Teerã nega ter armado os houthis em violação a um embargo de armas de quase 10 anos das Nações Unidas contra o grupo rebelde do Iêmen, apesar de amplas evidências em contrário.

Ao longo de 11 meses, os houthis dispararam centenas de projéteis contra Israel, segundo militares israelenses. Os ataques dos houthis a navios que atravessam o Mar Vermelho bloquearam a maior parte do acesso ao porto israelense de Eilat e se tornaram um sério desafio para a marinha mercante global, ao interromper uma rota importante, danificando navios e causando uma série de fatalidades. Uma coalizão multinacional liderada pelos EUA assumiu a liderança no combate à ameaça houthi no Mar Vermelho.

"Se aprendemos alguma coisa com a intervenção militar saudita no Iêmen, é que os houthis não são dissuasíveis por ataques aéreos", disse Nadwa Al-Dawsari, especialista no Iêmen e pesquisadora não residente do Middle East Institute.

Novas armas. Mísseis hipersônicos podem voar pelo menos cinco vezes mais rápido que a velocidade do som e em uma trajetória complexa, tornando-os difíceis de interceptar. Em junho de 2023, o regime iraniano tornou público o que descreveu como seu primeiro míssil hipersônico de fabricação nacional.

"Temos uma resposta ainda melhor a qualquer desenvolvimento desse tipo", disse o ministro da Defesa israelense Yoav Gallant na época, e a estatal Rafael Advanced Defense Systems, fabricante do domo de ferro, principal sistema de defesa antiaérea de Israel, anunciou que estava desenvolvendo um novo sistema para combater mísseis hipersônicos, chamado SkySonic.

Quando surgiram relatos em março de que os houthis haviam adquirido mísseis hipersônicos, o Instituto de Estudos de Segurança Nacional da Universidade de Tel Aviv foi cauteloso, observando que para que tais armas sejam usadas com sucesso é necessário "uma quantidade significativa de infraestrutura tecnológica". O Iêmen está entre os países mais pobres do mundo.

Um estudo da Agência de Inteligência de Defesa dos EUA publicado em fevereiro, diz que desde 2015 o Irã fornece aos houthis uma variedade de mísseis. O estudo nomeou um que colocaria Israel dentro do alcance: o Toofan, semelhante ao Shahab-3 do Irã, com uma ogiva de 800 quilos.

Rejeição à imigração reforça o extremismo e ainda pode eleger Trump

Análise

Humberto Saccomandi
Para o **Valor**, de São Paulo

Chamou a atenção no debate presidencial da semana passada nos Estados Unidos a afirmação de Donald Trump de que imigrantes haitianos estavam comendo animais de estimação de americanos numa pequena cidade do Estado de Ohio. A fake news foi logo desmentida pelos mediadores. Mas, por trás desse episódio bizarro, está o tema que pode dar a vitória a Trump nas eleições de novembro: a rejeição crescente dos eleitores à imigração em grande escala. Isso ocorre tanto nos EUA como na Europa. E a falta de resposta do governo, especialmente os de esquerda, vem favorecendo a ascensão da extrema direita.

Segundo estimativa do Congresso americano, desde o começo do governo do presidente democrata Joe Biden, em 2021, os EUA tiveram uma entrada líquida de cerca de 9,3 milhões de pessoas. Esse já é um dos maiores fluxos migratórios da história dos EUA. Cerca de 70% entraram sem permissão legal. A imensa maioria vem de países da América Latina e do Caribe. Apenas quatro meses atrás o presidente adotou medidas para restringir o que Trump chama de "invasão". Segundo pesquisa de junho do instituto Gallup, 55% dos americanos apoiavam reduzir a imigração. Em 2022 eram 38%.

A fatia da população americana nascida fora do país está hoje em cerca de 14% e subindo. Em 1970, eram apenas 4,7%. Nos últimos 170 anos, o maior percentual foi 14,8%, em 1890.

Os países da Europa também enfrentam há muitos anos um forte fluxo migratório, que fez com que a população estrangeira disparasse. Em 2022 (último dado disponível) cerca de 5,1 milhões de estrangeiros entraram na União Europeia (UE), um aumento de 117% em relação ao ano anterior. Nos 27 países da bloco, 9% da população nasceu fora do bloco. Mas em alguns países esse percentual é bem maior. Na Suécia, por exemplo, quase 20% da população nasceu fora da UE. Incluindo os filhos de pais estrangeiros, 22% da população da UE tem origem fora do bloco, segundo dados da Eurostat.

Para comparação, apenas cerca de 0,6% da população brasileira nasceu no exterior.

No caso da Europa, a maior parte desse fluxo é composto por migrantes legais, ou seja, pessoas que em algum momento receberam autorização de residência, devido principalmente às regras de asilo mais generosas que as dos EUA.

A entrada maciça de migrantes traz vários benefícios econômicos, que já são bem conhecidos. O aumento da população eleva a demanda por consumo, o que estimula a atividade econômica. A maior parte dos imigrantes são adultos em idade de trabalhar. Ou seja, o país recebe mão de obra formada, que aumenta a população economicamente ativa. Isso é particularmente importante em países com população envelhecida. Desde o começo de 2021, a participação de pessoas não nascidas nos EUA na força de trabalho americana aumentou de 17,2% para 19,6%. O impacto fiscal da imigração costuma ainda ser positivo para as contas públicas.

O bônus demográfico da imigração está também ajudando os EUA a enfrentar a concorrência da Ásia, onde a população de muitos países, como o Japão e a China, está em queda.

Mas a imigração também causa tensões sociais. Uma parte da população vê seus empregos ameaçados pelos imigrantes, que em geral trabalham por salários menores. Costuma haver ainda um aumento da criminalidade, apesar de muitos estudos indicarem que o aumento real é menor do que o percebido pela população, já que o crime associado ao imigrante costuma receber um destaque maior na mídia e nas redes sociais. Trump, por exemplo, destaca regularmente crimes cometidos por estrangeiros.

Há também a questão da identidade cultural. Em países com população relativamente homogênea, existe a percepção de que é preciso preservar a identidade nacional, ameaçada pela imigração. Mesmo em países heterogêneos, como os EUA, isso ocorre. O cientista político americano Samuel Huntington, autor do best-seller "Choque de Civilizações", argumentava que a entrada maciça de imigrantes latino-americanos era uma ameaça à civilização ocidental americana.

Essas tensões são cada vez mais exploradas por grupo e partidos de direita ou de extrema direita, tanto nos EUA como na Europa, que buscam frear ou até reverter a imigração. Esse é o principal tema da campanha eleitoral de Trump, que promete um programa de deportação em massa. O mesmo ocorre em vários partidos na Europa. Há duas semanas, o partido Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla em alemão) venceu a eleição no Estado da Turíngia e ficou em segundo na Saxônia. Partidos contra a imigração foram os que mais cresceram nas eleições de junho para o Parlamento Europeu. Para a AfD, a presença de população islâmica na Alemanha é incompatível com os valores culturais, sociais e políticos do país.

Essa ascensão do extremismo político é facilitado pela incompreensão que governos liberais ou de esquerda parecem ter do nível de rejeição à imigração nos vários países. O asilo político é um direito reconhecido internacionalmente, e a migração alivia o sofrimento de milhões de pessoas pelo mundo. Ainda assim, defender a restrição à imigração é um direito dos eleitores. Sentir-se incomodado com a presença maciça e crescente de estrangeiros (palavra que deriva do substantivo estranho) não é um crime. Se os únicos partidos a darem vazão a esse incômodo forem extremistas, é para lá que boa parte desses eleitores confluirão.

Recentemente, tanto os EUA como a Europa começaram a adotar medidas de restrição à entrada de migrantes. Mas, para muitos eleitores, o que foi feito até agora é muito pouco e veio muito tarde. O governo Biden somente em junho tentou conter a entrada recorde de imigrantes não autorizados, o que gerou acusações de que estava agindo apenas de olho nas eleições de novembro. O mesmo ocorreu na UE, onde o Parlamento Europeu aprovou, em abril, às vésperas das eleições de junho, um pacote de medidas restritivas.

A maior parte dos partidos de centro e esquerda ainda tratam a rejeição à imigração como uma demanda equivocada ou até mesmo ilegítima de parte da população, que estaria sendo manipulada pelos movimentos extremistas. Equivocada ou não, é uma realidade de fato a qual governos e partidos precisam lidar.

Um dos poucos partidos de esquerda europeus a entender essa dinâmica foi o Partido Social Democrata da Dinamarca. O governo da premiê Mette Frederiksen endureceu ainda mais as regras já rígidas recebidas do governo anterior, de centro-direita. Em 2021, o país aprovou uma lei que permite enviar para o exterior solicitantes de asilo, até que o pedido seja processado. Em 2023, revogou a permissão de residência de boa parte dos asilados sírios, por considerar que a Síria já reunia condições de receber essa população de volta. O resultado foi que os social-democratas, que governam a Dinamarca desde 2019, acabaram reeleitos em 2022. E o sistema política dinamarquês conseguiu evitar o avanço que a extrema direita conseguiu em outros países.

> A ascensão do extremismo político é facilitado pela incompreensão dos governos ao nível de rejeição à imigração

Valor ECONÔMICO

Reforma administrativa tem de ser adotada em todas as esferas

A taxa de desemprego no Brasil, no trimestre encerrado em julho, foi de 6,8%, a menor da série histórica iniciada em 2012. O setor público teve papel importante nessa estatística: bateu o recorde de funcionários, atingindo 12,69 milhões de pessoas. As contratações deram um salto no período: foram criadas 641,1 mil vagas no serviço público, a esmagadora maioria delas (90%) nos municípios, que tiveram déficit primário em 2023. O aumento de números de servidores municipais no primeiro semestre de um ano eleitoral está relacionado à legislação (gastos deste tipo não podem ser feitos no segundo semestre) e a interesses políticos de atração de eleitores. A situação financeira dos municípios, que piorou no ano passado, deve se enfraquecer ainda mais com a ampliação dos gastos com pessoal.

O avanço da ocupação do setor público foi mais modesto na União e nos Estados, avalia Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores e autor da pesquisa. Entre o primeiro e o segundo trimestres, eles aumentaram o número de servidores (de todos os tipos: estatutários, CLT e temporários) em 1% e 1,5%, respectivamente. A demanda seria naturalmente maior nos municípios, que somam 58,7% do contingente total de servidores da máquina pública do país, mas a proporção surpreendeu. A alta de gastos com servidores das prefeituras, interrompidas, como em todo o setor público, durante a pandemia, quando volumosos repasses de recursos exigiam como contrapartida o congelamento dos dispêndios com pessoal, foi uma constante nos últimos 14 anos (**Valor**, 12/9).

Segundo Bráulio Borges, também da LCA, a ampliação do efetivo de funcionários da União cresceu até 2010 para declinar nos anos seguintes, com gastos situando-se em pouco mais de 3% do PIB nos anos recentes, ante mais de 4% na primeira década do século. Desde 2010, as despesas dos Estados com esse item foram mais ou menos constantes, em torno de 4,3% do PIB. Nas prefeituras, foi diferente: cresceram de pouco menos de 3,5% do PIB para 4,3% do PIB.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece um limite para essas despesas — 54% da receita corrente líquida — e criou uma série de alertas, inicial, prudencial e máximo, à medida que os gastos se aproximam do teto permitido. Em 2023, segundo estudo da Confederação Nacional dos Municípios, 15% das prefeituras (764 das 4.593 da amostra) haviam passado 48,6% da RCL, 14% (ou 696) estavam no limite prudencial (acima de 51,3% da RCL) e outras 14% já tinham ultrapassado o teto das despesas com pessoal.

Os gastos com pessoal podem crescer mais no futuro, ultrapassando o limite da lei atual, se for aprovado no Senado o projeto de lei 164/12, que já passou pela Câmara dos Deputados com apenas 15 votos contrários. Ele retira das despesas com pessoal os gastos com terceirização, por exemplo, recursos pagos a ONGs, empresas, cooperativas etc. Essa brecha havia sido fechada e os dispêndios foram obrigados a constar das "outras despesas de pessoal", mas o projeto de lei os exclui do teto.

Há despesas de pessoal que crescem, como deveriam, com a ampliação dos serviços públicos — no caso dos municípios, com o progresso dos ensinos infantil e fundamental. Há também a taxa de reposição natural dos funcionários, com o aumento dos inativos por aposentadoria. Mas ainda assim o limite prudencial fixado pela LRF deveria ser respeitado, porque é flexível e razoável. Sem o controle do presente há sobrecarga do futuro. No ano passado, proporcionalmente, os gastos com aposentadoria das prefeituras cresceram mais que os de educação (14,7% e 14,3%, respectivamente) e de pessoal (13,2%). Os valores são nominais e mostram avanços bem acima da inflação (de 4,3% no ano) e até acima do crescimento da receita, de 13,4%. Em valores correntes, os gastos com a folha salarial das prefeituras aumentaram R$ 114,3 bilhões e o déficit total chegou a R$ 16,1 bilhões.

No entanto, os números da CNM permitem indicar que os déficits primários não são inchados primordialmente, como poderia se supor, pelas prefeituras pequenas com baixa capacidade de arrecadação, ainda que 48% delas estejam no vermelho. Do déficit total de 2023, último número disponível, 72%, ou R$ 11,7 bilhões, foram provenientes das grandes cidades, com mais de 300 mil habitantes. Elas estão situadas não nos Estados mais pobres, mas nos mais ricos, com São Paulo, Rio, Minas e Bahia fechando 90% do total. A exceção é o Pará (rombo de R$ 1,4 bilhão, o terceiro maior). Isso ocorreu apesar de que, nos últimos anos, aumentou a cota do Fundo de Participação dos Municípios e dobrou de tamanho o Fundeb para os gastos com pagamento de professores e despesas educacionais.

Ainda que o excesso de funcionários públicos não seja a regra, pelas métricas internacionais, o aumento dos gastos com pagamento de salários acompanha ou ultrapassa a evolução das receitas, o que é insustentável. Como a ineficiência dos serviços públicos prestados na ponta dos municípios é a regra, não a exceção, é preciso não só conter esses gastos, como dar apoio aos municípios para que façam isso. A reforma administrativa, tarefa urgente para a União, deveria se estender a todas as cidades.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Maximização do ganho financeiro ocorre em detrimento do setor industrial. Por **Roberto Teixeira da Costa**

Taxa de juros e sua influência no cotidiano

A questão dos juros sempre teve forte impacto no campo econômico-financeiro, com desdobramentos também no cenário político-institucional do país. Em paralelo, com a taxa de câmbio, exerce papel importante em diferentes setores afetando o comportamento da economia.

Como taxas de juros impactam a economia?

Sua fixação exerce inquestionavelmente influência determinante na transferência de recursos dos setores produtivos para o segmento financeiro e tem como consequência influenciar o ritmo de crescimento da economia. A maximização do ganho financeiro acontece em detrimento do setor industrial, afetando assim seu desempenho. Aplicações financeiras vêm aumentando progressivamente sua fatia na poupança nacional, através de títulos de dívida das mais diferentes modalidades. Até o momento, 2024 foi o ano recorde de crédito privado colocado no mercado.

Juros elevados, comparativamente à inflação estimada, inviabilizam projetos cuja rentabilidade perde atratividade em sua taxa de retorno.

Para que se tenha uma compreensão desse quadro, basta dizer que desde 2019 o lançamento de ações, conhecido no jargão do mercado como IPO's (Initial Public Offering) praticamente secou, enquanto o mercado de capitais vem registrando recordes anuais com uma gama de produtos financeiros e com oferta de ações estacionadas. Para confirmar a regra, a exceção foi a recente privatização da Sabesp (Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) que teve uma parcela oferecida ao mercado.

Nossas taxas de juros, bem distantes dos padrões mundiais de países que conosco concorrem, inviabilizam economicamente projetos cuja rentabilidade é afetada pelo nosso custo de capital.

Projetos inviabilizados têm impacto na política industrial e na produtividade. Os mais sensíveis seriam projetos na área de infraestrutura onde nossas necessidades são notórias.

Nesse quadro se insere também a dívida pública que tem seus custos ampliados, pois o Estado, grande tomador de recursos, é obrigado a pagar taxas de mercado para poder ter acesso a esses recursos para financiar a dívida, que ao final é paga pela sociedade.

Ano após ano, as críticas se sucedem sobre a forma que o Estado disponibiliza esses recursos. O governo é reconhecido gastador e dá indicações que precisa de recursos adicionais para cumprir suas metas de compromisso com a diminuição da pobreza, onde é flagrante a desigualdade de renda que vem castigando nosso país há décadas.

Formam-se assim duas vertentes para aqueles que lutam pelo equilíbrio fiscal e os que defendem que necessariamente os gastos, se bem aplicados, e principalmente bem investidos, ampliam renda e, portanto, mitigam o possível aspecto fiscal.

O economista André Lara Resende tem contestado o sistema atual. Segundo ele, "trata-se de um equívoco comum, apoiado na teoria tradicional, baseada num mercado financeiro ilíquido. Hoje o mercado de títulos públicos em moeda fiduciária nacional é extremamente líquido e a taxa básica de juros é instrumento do BC. É a taxa básica que

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

determina toda a estrutura de juros no país e está sob controle efetivo do BC. A necessidade de financiamento do Estado é um fator secundário, que só se torna relevante quando é incompatível com a profundidade do mercado financeiro — nacional para países que não têm moeda reserva, como é o nosso caso. Estamos muito longe disso".

O que vem sendo questionado é se o déficit fiscal do governo se deve principalmente a compromissos constitucionais, faltando recursos para investimentos.

A falta desses investimentos implica o rebaixamento permanente do nível máximo potencial de renda futura, afetando nosso parque industrial e, consequentemente, a perda de produtividade. Temos ainda nesse cenário futuro impactos da Inteligência Artificial (IA), que certamente afetarão decisivamente nossa concorrência em diferentes setores.

Nos últimos meses esse assunto tem sido colocado em pauta e temos que correr atrás do tempo perdido, pois podemos e devemos fazer um esforço para não perdermos nossa vantagem comparativa e competitiva em diferentes setores da economia.

A conclusão é óbvia: sem que o país retome seus investimentos liderados pelo setor privado, continuaremos marcando passo e não nos modernizaremos para sermos mundialmente competitivos.

O aumento da taxa de juros atual defendida pelos "fiscalistas" no cenário atual precisa ser repensado, pois desestimula a retomada da economia e geração de emprego e renda. O diferencial existente entre a taxa atual e a taxa primária de juros superior a 4% parece mais do que suficiente para os rentistas.

A indicação de Gabriel Galípolo para a Presidência do Banco Central recebe pressões dos incansáveis defensores do aumento de juros. Parece-me ser uma cobrança indevida e certamente existem outros fatores a serem considerados. Não devemos fazer julgamentos precipitados.

Será que não devemos levar em consideração outros fatores além da taxa de juros, com uma maior parcimônia nos gastos?

Ainda sobre os "fiscalistas" que defendem e apregoam o aumento dos juros, ressalto que a fixação dos juros, em sua maioria, está ligada a instituições financeiras de diferentes portes que são operadores no mercado e, portanto, tem interesses constituídos.

Durante os últimos 23 anos, tive o privilégio de presidir a Câmara de Arbitragem do Mercado, ligado à B3, e dentre as diversas constatações ligadas aos procedimentos em que o presidente teve que intervir, a necessidade de total isenção e neutralidade dos árbitros. Também durante o início da Comissão de Valores Mobiliários, como seu presidente, pude verificar em seus primeiros processos, a dificuldade de despir-se que qualquer preconceito ou pré-julgamento.

Se em um julgamento é difícil estar totalmente isento, quando um analista financeiro ou gestor de portfólio faz uma apreciação é quase impossível não ter uma ideia formada.

Aumentar a taxa de juros nas circunstâncias atuais tem um forte impacto na decisão do investimento, pois os juros aumentados emitem sinais negativos para os investidores do mercado e da economia.

É como se viesse o Conselho Monetário e alegasse "Não invista que vem aumento de juros pela frente".

Assim, quando a economia se levanta e dá sinais que estamos em rota de crescimento o aumento de juros atua como um freio para esse desenvolvimento.

Roberto Teixeira da Costa foi o primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e é conselheiro emérito e fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Meu, seu, nosso

Ana Maria Diniz

Aprendemos a história da evolução como a história da sobrevivência dos mais fortes, aqueles que melhor conseguem se adequar às transformações do contexto se dão bem. Assim, as criaturas que se adaptam ao ambiente permanecem e perpetuam suas linhas. As que não, por sua vez, acabam extintas. Mas nem tudo na biologia é luta e individualismo. Para assegurar sua existência e a de seus descendentes, muitas espécies, entre as quais abelhas, formigas, lobos, gorilas e o próprio homem, tiveram que aprender a colaborar. O Homo sapiens foi além e também desenvolveu a capacidade de ter empatia. Alguns estudiosos afirmam que já nascemos motivados a ajudar os outros. Como seres sociais, percebemos quem está à nossa volta, nos colocamos em seu lugar e sentimos sua dor. Isso é quase automático na mente humana, pois vivemos em relação ao outro.

Nenhum homem é uma ilha, é parte de um todo, diz a máxima. Esse pensamento se tornou muito concreto em 2020, quando sentimos, em meio ao isolamento imposto pela pandemia, que, sem o outro, não somos e nem seremos ninguém. A explosão de solidariedade que a covid-19 provocou parte desse entendimento. Isso foi uma coisa que me tocou profundamente. Eu e minha família mergulhamos de cabeça no grande movimento de ajudar as pessoas e ficamos impressionados com a rapidez de mobilização em prol dos mais necessitados em grupos de WhatsApp, famílias, empresas, todos muito empenhados contribuir naquela situação de lockdown, quando a economia parou e muitos perderam suas rendas.

Naquele momento, vi pessoas que nunca tinham olhado para a questão da filantropia se interessarem genuinamente pelo assunto e pelo próximo. Muitas realmente despertaram e se perguntaram o que poderiam fazer, de forma menos pontual, para transformar a vida dos que mais precisam.

É muito fácil se engajar e se mobilizar em situações emergenciais, porque a necessidade grita! Fora isso, em geral a vida de cada um tem suas demandas do cotidiano, deixando pouco espaço para se preocupar com a vida alheia. Mas há muitas formas de impactar a vida das pessoas! Não é só dinheiro que faz a diferença. Tempo, conhecimento e capacidade de gestão, por exemplo, são ativos muito necessários na hora de fazer bem ao próximo. Isso precisava ser mais falado e difundido no nosso país.

Motivada pela necessidade de disseminar essa ideia e pela vontade de manter viva aquela incrível onda de solidariedade nascida na pandemia, tive a inspiração para uma série documental. Depois de dois anos de muito trabalho, "Meu, Seu, Nosso" estreou recentemente no streaming Aquarius. Produzida, além de mim, pela Zazen Produções, com direção de Marcos Prado e João Jardim, a série com dez episódios é uma jornada sobre a cultura da doação no Brasil, com histórias inspiradoras de brasileiros de diferentes regiões que exercitam o altruísmo, como Neidinha Suruí, da Associação Kanindé, Ana Paula Mucunã, do Instituto Família Criativa do Campo, e David Hertz, da Gastromotiva. Mas há algo de mais estratégico neste documentário, há uma discussão de alto nível trazendo à tona vários aspectos sobre a solidariedade no Brasil e no mundo na fala de 16 especialistas renomados daqui e do exterior.

A série também contribui para derrubar alguns dogmas. O ato de doar não é exclusividade de quem tem poder aquisitivo. Essa crença, aliás, traz uma assimetria psicológica para a cena: "Eu sou mais importante do que você porque eu tenho e você não". Por isso, é importante quem está dando algo a alguém estar muito consciente de qual é a sua motivação mais profunda e qual o seu real propósito com aquela decisão, para não cair na armadilha de estar simplesmente satisfazendo seu ego. Acredito que a maioria dos adeptos da filantropia é movida a interesses genuínos, mas há outros fatores envolvidos. A culpa por ter nascido em condições privilegiadas e a busca de um sentido maior para a existência também são grandes mobilizadores para a ação social.

A filantropia estratégica tem papel muito importante de pressionar por políticas públicas mais eficientes

Outro lado dessa moeda é a satisfação que o doador sente ao se envolver com o próximo. Dezenas de estudos mostram que faz bem fazer bem ao outro. Como demonstrou o neurocientista brasileiro Jorge Moll Neto em muitos de seus trabalhos, ajudar aos outros promove a ativação de áreas cerebrais relacionadas ao prazer e à recompensa. Recentemente, uma pesquisa feita por pesquisadores de Harvard com 1.209 pessoas concluiu que o altruísmo é bom para a saúde: quem é solidário de forma consistente tem 50% menos chance de desenvolver depressão e cardiopatias. Ou seja, ajudar ao próximo acaba sendo um círculo virtuoso, um ganha-ganha que traz benefícios para todos.

No mundo de hoje, a colaboração e o compromisso com causas sociais é mais do que uma escolha, é um imperativo de sobrevivência. Uma urgência diante da enorme vala da desigualdade social que nos afasta e nos divide. Nesse sentido, a filantropia estratégica tem um papel muito importante de provocar inovação e pressionar por políticas públicas mais eficientes, sendo assim um caminho real para causar transformação de fato.

No meu caso, comecei a me envolver com educação há mais de 20 anos e cresci enormemente com isso, ficando muito próxima de escolas públicas, aprendendo como as coisas funcionam em outra realidade que não é a minha e ajudando a trazer inovações para o sistema de ensino, principalmente no que diz respeito à formação e carreira de professores. Isso tem me trazido muita satisfação e aprendizado pessoal, além do impacto que os programas em que estou envolvida trazem para as pessoas.

Para finalizar, eu quero incentivar você, leitor, a se envolver com alguma causa que lhe faça sentido, pois vale muito a pena: é retorno para você e para o outro. Precisamos fazer crescer a solidariedade e ações estratégicas de filantropia em nosso país.

Ana Maria Diniz é fundadora do Instituto Península, que atua na formação de professores; empresária e conselheira do Todos pela Educação e Parceiros pela Educação.

Alta nos gastos com P&D não se transformou em crescimento acelerado. Por **Gillian Tett**

Os EUA têm um problema de inovação

Como estimular o crescimento econômico? Esta é uma questão que assombra o novo (ou quase novo) governo britânico de Keir Starmer, assim como seus colegas europeus. O mesmo acontece nos Estados Unidos, às vésperas da eleição presidencial.

Até agora, os economistas se concentraram em uma resposta óbvia: o crescimento aumenta quando a produtividade aumenta e isso geralmente é impulsionado ao liberar pesquisa e desenvolvimento (P&D). É por isso que os políticos adoram ser fotografados em fábricas e parques científicos atraentes, fazendo apelos por mais pesquisas e desenvolvimento que agradem ao público.

Tudo isso parece sensato. No entanto, o relatório Finanças e Desenvolvimento, divulgado este mês pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), deverá fazer investidores, economistas e políticos refletirem. Ufuk Akcigit, um economista da Universidade de Chicago, analisou as tendências de produtividade nos EUA e identificou um paradoxo.

Por um lado, a P&D nos EUA aumentou nas últimas décadas, de 2,2% do PIB na década de 80 para 3,4% em 2021. Isso reflete uma duplicação da P&D do setor privado para 2,5% do PIB. Enquanto isso, a proporção da população envolvida na produção de patentes quase dobrou nesse período.

Mas há um grande problema. Embora os "modelos econômicos convencionais" impliquem que os aumentos nos gastos com P&D nessa escala "deveriam ter levado a um crescimento econômico acelerado", isso não ocorreu.

Michael Peters, um economista da Universidade Yale, expõe notícias desalentadoras: enquanto a produtividade do trabalho aumentou em média 2,3% entre 1947 e 2005, entre 2005 e 2018 ela caiu para 1,3%. Ele calcula que isso custou aos EUA um valor estimado de US$ 11 trilhões em produção.

Por que? Uma explicação pode ser que os dados estejam errados. Como já observei muitas vezes, é difícil medir a produtividade em uma economia digital, uma vez que muitas trocas ocorrem sem dinheiro (por exemplo, quando dados são trocados por serviços). Outra, é que a inovação é distribuída de forma desigual: enquanto algumas companhias adotam rapidamente novas ideias, setores como o da educação não o fazem.

Enquanto 48% de todos os inventores trabalhavam para grandes empresas em 2000, em 2015 esse número subiu para 58%. Mas o estudo sugere que os inventores ficaram menos inovadores nos departamentos de P&D das empresas estabelecidas

No entanto, Akcigit acredita que o verdadeiro culpado é "uma mudança significativa no cenário de inovação nos EUA" que está afetando "a maneira como os gastos com P&D são alocados". Os economistas costumavam presumir que a P&D seria usada por empresas iniciantes para desafiar as estabelecidas. No entanto, hoje, as estabelecidas usam mais frequentemente a P&D para consolidar seu domínio. As grandes empresas americanas continuam comprando startups concorrentes ou as expulsando do mercado, lamenta Akcigit, ao mesmo tempo em que usam sua capacidade de fazer lobby para "comprar" políticos e capturar talentos humanos.

Então, enquanto 48% de todos os inventores trabalhavam para grandes empresas em 2000, em 2015 esse número havia subido para 58%. Isso os serviu bem: houve um aumento de 20% nos prêmios salariais oferecidos pelas grandes empresas nesse período. Mas, ironicamente, o estudo sugere que os inventores ficaram menos inovadores nos departamentos de P&D dessas empresas estabelecidas. Mais dinheiro para P&D nem sempre configura uma varinha mágica — pelo menos não em meio a uma maior concentração corporativa.

Sem dúvida, os líderes das gigantes tecnológicas discordariam, principalmente porque as autoridades reguladoras em Bruxelas e a Federal Trade Commission (FTC) e o Departamento de Justiça dos EUA estão atacando empresas como Apple e Google por seu suposto abuso do poder de monopólio.

E sempre que o nome de Lina Khan, a combativa presidente da FTC, surge no Vale do Silício, há dois argumentos que os luminares da tecnologia usam contra sua campanha para conter as Big Techs. O primeiro é que os EUA não poderão competir com a China se minarem o domínio de suas maiores empresas de tecnologia, uma vez que inovações como a Inteligência Artificial (IA) exigem gastos de capital enormes.

O segundo é que o status quo trouxe tantos benefícios — mesmo com o poder corporativo concentrado —, que seria um equívoco mexer com ele. Afinal, os EUA apresentaram recentemente um crescimento do PIB superior ao de grande parte do mundo ocidental e a tecnologia responde por um terço do mercado de ações americano. No Reino Unido, esse porcentual é de menos de 5%.

Alguns economistas também questionam se a concentração corporativa realmente prejudica o crescimento. Trelysa Long, da Information Technology and Innovation Foundation, afirma que "quando mais concentrada uma indústria era em 2002, maior o crescimento da produtividade entre 2002 e 2017... e maiores os aumentos na remuneração por hora". Ela conclui que "a pressão para cindir grandes empresas é algo que vai contra o trabalhador e contra a classe média".

Tais pontos não podem ser desconsiderados facilmente. Mas se o argumento de Akcigit estiver pelo menos parcialmente correto — e eu acredito que está —, isso levanta grandes questões sobre o futuro dos EUA. Em um mundo ideal, os políticos americanos estariam discutindo isso neste momento, aprofundando questões como a sistema de crédito fiscal para P&D, a proteção de patentes, a aplicação das leis antitruste e a influência política sobre as gigantes corporativas.

No mundo real, porém, o ciclo de notícias desta semana foi dominado pela disputa sobre se imigrantes haitianos estão comendo animais de estimação americanos em Ohio. Questões políticas vitais estão sendo ignoradas.

Sempre que uma figura proeminente do setor de tecnologia como Elon Musk entra em discussões políticas no X, os investidores deveriam refletir sobre que tipo de história de inovação ele representa. Trata-se de uma história de empreendedorismo ousado por um outsider? Ou será um símbolo da crescente concentração de poder político e corporativo e de sua ameaça à inovação futura? A resposta é de extrema importância, especialmente à medida que a corrida pela IA esquenta. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Gillian Tett é editora especial do Financial Times nos Estados Unidos.

Frase do dia

"É uma combinação de eventos que deixou ainda mais evidente a necessidade de subir juros"

De Claudio Ferraz, economista-chefe para o Brasil do BTG, sobre a expectativa para a próxima reunião do Copom

Cartas de Leitores

Desperdício de água

A legislação penal e ambiental brasileira, embora vasta e detalhada, tem falhado em abordar adequadamente o desperdício de água, um bem vital para a sobrevivência humana e essencial para a manutenção da vida em nosso planeta. Em face da crescente ameaça representada pela poluição e pelas mudanças climáticas, que intensificam a escassez desse recurso precioso, a inércia normativa em relação a práticas que contribuem para o desperdício de água revela uma lacuna preocupante. A legislação, ao desconsiderar a gravidade dessa questão, não só compromete a segurança hídrica presente e futura, mas também ignora o princípio da proteção ambiental que deveria ser seu pilar fundamental.

Luciano de Oliveira e Silva
luciano.os@adv.oabsp.org.br

Horário de verão

E lá se volta à polêmica sobre o horário de verão, devidamente retirado desde 2019, por provar serem poucos os benefícios à economia energética, principal argumento dos favoráveis. Disseram que a rede de restaurantes e bares são ultra a favor porque "parece" que a população fica mais tempo vagando pelas ruas, mas nenhuma pesquisa sobre a segurança pública de milhões de mulheres que se dirigem ao trabalho entre 5h e 6h sobre completa escuridão, quando muitas são vítimas de assaltos, perseguição e estupros. Então, entre faturamento e segurança, fora horário de verão!

Beatriz Campos
beatriz.campos@uol.com.br

Petrobras

Em uma pequena nota, o **Valor** deu desproporcional atenção à informação disponibilizada pela Petrobras sobre um Tribunal Arbitral havia extinguido processo movido contra a empresa por uma associação de investidores. Para os árbitros do processo, a associação de investidores não poderia representar investidores em uma arbitragem (sic). Trata-se de decisão escandalosa minimamente porque foi justamente a Justiça comum que direcionou a associação ao processo arbitral.

A Câmara Arbitral da B3, que recepcionou o processo da Petrobras e que recentemente empossou nova diretoria, tem que rapidamente entender o que ocorre nas disputas que estão sob sua gestão. Para muitos agentes jurídicos, as regras e decisões da Câmara têm claramente beneficiado os interesses de administradores faltosos em detrimento do direito dos investidores, que são os verdadeiros clientes da B3. Esse é só mais um problema que marca a profunda insegurança jurídica no nosso país e que já está afastando os grandes investidores estrangeiros do nosso mercado. Os acionistas da B3 (e a economia brasileira!) certamente não querem que o volume negociado no seu ambiente de mercado retroceda 40 anos, que é justamente o cenário que começa a despontar no horizonte.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Incerteza López Obrador, que deixa o poder em 1º de outubro, acelera e aprova lei que muda sistema de escolha de juízes e põe em xeque segurança jurídica no país

Reforma do Judiciário aprovada no México deve afugentar investimentos

Maya Averbuch, Alex Vásquez e Andrea Navarro
Bloomberg

Nos últimos seis anos, os investidores sempre souberam que havia pelo menos um lugar ao qual recorrer quando não concordavam com Andrés Manuel López Obrador: os tribunais mexicanos.

Foi à Suprema Corte do México que eles se voltaram quando o governo ameaçou prender qualquer pessoa acusada de fraude tributária mesmo antes de seus casos serem julgados. E o mesmo ocorreu quando Amlo, como o presidente é conhecido, por suas iniciais, quis aprovar uma lei nacionalista para o setor de eletricidade.

Agora, diante de uma drástica reforma do Judiciário, os investidores temem o dia em que não terão nenhum lugar ao qual levar suas reivindicações. E esse dia deverá chegar logo.

Depois de o projeto superar a última etapa, com a aprovação em mais de dois terços das assembleias de 31 Estados e do distrito federal do México. Amlo sancionou a lei ontem, numa cerimônia pública que coincidiu com o dia da independência do país. Com isso, se torna obrigatório que a escolha dos juízes seja feita por voto popular, em um momento em que o partido governista tem mais apoio público do que nunca.

A mudança deverá dar o controle dos três poderes governamentais ao partido governista Morena, algo que, argumentam membros da oposição, eliminaria a última opção de freio e controle da presidência.

O peso mexicano, que chegou a ser uma das moedas de melhor desempenho do mundo em relação ao dólar em 2024, mergulhou quando ficou claro que Amlo seguiria em frente com seus planos para aprovar a reforma. Agora, vale 14% menos do que no início do ano. E a reforma poderá fazer o clima de negócios retroceder 50 anos, segundo os críticos, quando a política do país era dominada pelo governo de uma única força política, o Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Na época, o poder estava consolidado em torno ao Executivo, e o partido não hesitava em reprimir a oposição. O governo nacionalizou os bancos do México em 1982. Na época, petróleo e telecomunicações já estavam entre os setores controlados pelo Estado.

"Demos passos muito importantes na formação da nossa democracia, na separação dos poderes e em não permitir que um único partido político concentrasse tanto poder", disse José Medina Mora, chefe da Confederação Patronal da República Mexicana (Coparmex). "Estamos voltando a um sistema no qual todo o poder está centralizado no presidente — é um retorno ao México dos anos 70."

Embora as pequenas empresas talvez não venham a ser tão afetadas pelas mudanças no sistema judicial, as grandes podem tentar investir em outros países se tiverem a opção de levar seu dinheiro para fora. Em agosto, a Global Companies in Mexico, uma associação empresarial que inclui nomes como Nestlé SA, AT&T Inc. e MetLife Inc., já advertia que o projeto de lei poderia desestimular o investimento. O grupo pediu ao governo para modificar os termos de forma a garantir a independência judicial e a conformidade às regras do comércio exterior.

De toda maneira, é alto o risco de que a reforma acabe com a atratividade que o México tem exercido sobre as empresas estrangeiras nos últimos anos.

"A reforma deve causar a deterioração de todo o sistema jurídico mexicano e afetar todos os investimentos do país em razão da redução de independência do Judiciário causada pela escolha de juízes por voto popular e pela ingerência dos Estado", disse a analista-chefe para a América Latina da Oxford Economics, Joan Domene, que vive no México. "Em um cenário adverso, a aprovação da reforma judicial no México pode levar a uma queda de 12 pontos percentuais no investimento abaixo de nossa previsão anterior. Isso reduzirá nossa previsão média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1,2 ponto abaixo nos próximos anos", disse o analista.

"A previsão agora é a de que não deve haver desinvestimento — quem colocou dinheiro no país, deve mantê-lo —, mas o México, neste cenário, não deve receber novas entradas, apesar de seus esforços de nearshoring [o movimento de aproximar cadeias de produção dos clientes finais, no caso, os EUA]", afirmou Domene.

Mudança de jurisdição. Até pouco tempo atrás, muitas empresas estavam vendo o México como um lugar viável para investir, no âmbito do processo de nearshoring. Para Gabriela Siller, chefe de análises econômicas do Grupo Financiero Base, o efeito da reforma judicial pode chegar a uma perda de até 1,9 ponto percentual por ano.

Uma solução para os investidores estrangeiros, de acordo com um relatório do Grupo Financiero Base, é exigir que as disputas sejam resolvidas sob a jurisdição dos EUA.

Mas ainda é cedo para saber se isso será suficiente.

"Não somos a única opção para a indústria", disse Jorge González Henrichsen, coexecutivo-chefe da Nearshore Company, que ajuda empresas dos EUA a transferir parte da produção para o México. "Há o Vietnã, outras partes do Sudeste Asiático, a Colômbia, a Índia — e o Texas."

O analista da agência avaliadora de risco de crédito S&P Global Ratings, Omar De la Torre, disse que a empresa não tem preferência quanto a selecionar ou não os juízes por meio de eleições. Disse, entretanto, que ficará atento para ver se a reforma do Judiciário do México prejudicará os investimentos ou as contas fiscais, o que poderia ter um impacto negativo na classificação de crédito do país. Hoje, a nota do México ainda indica uma perspectiva estável.

"É praticamente impossível de mensurar o impacto da degradação institucional sobre o fluxos de investimentos doméstico e externo, mas certamente não é zero e pode ser bem significativo", disse o economista-chefe para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos. "Eleger juízes não é uma grande ideia e a implementação dela pode ser ainda pior e mais caótica. As economias do México e da América Latina certamente se beneficiariam mais se as autoridades adotassem as reformas e políticas necessárias para superar problemas de longa data que aumentaram o custo de produção e exportação da região para se beneficiar do nearshoring", afirmou.

A Câmara dos Deputados do México vem discutindo outra proposta, que visa eliminar órgãos reguladores independentes, como a Comissão Federal de Concorrência Econômica (Cofece) e as agências reguladoras Instituto Federal de Telecomunicações (IFT) e Comissão Nacional de Hidrocarbonetos (CNH). Se aprovada por ambas as casas do Congresso, o trabalho das agências reguladoras será absorvido por diferentes ministérios, e elas perderiam sua autonomia e orçamento independente.

"O México tem se deteriorado como destino de investimentos estrangeiros diretos", disse Medina Mora. A reformar do Judiciário da maneira proposta por Amlo, segundo ele, não apenas postergará novos investimentos estrangeiros, mas os interromperá "totalmente", pois as empresas internacionais tendem a preferir países em que o Estado de Direito é frágil.

Tendência a conflitos. Brigas com empresas estrangeiras que operam no México não são novidade para López Obrador.

Houve o caso da espanhola Iberdrola SA, com quem ele acabou assinando um acordo de US$ 6,2 bilhões para comprar usinas e uma fazenda eólica, depois de acusar a empresa de práticas predatórias no mercado de eletricidade.

Ele também ameaçou tomar o controle da pedreira de calcário da empresa americana Vulcan Materials. A principal empresa de lítio da China, Ganfeng Lithium Group, iniciou um processo de arbitragem com o México depois de o governo cancelar o que teria sido a primeira mina de lítio do país.

Isso faz parte do relacionamento nem sempre amigável mantido por Amlo com a comunidade empresarial mexicana e com as empresas estrangeiras. Ele investiu em acordos público-privados para obras de infraestrutura, celebrou a ascensão do México como principal parceiro comercial dos EUA e adotou uma abordagem de não interferência com os bancos.

Seu governo tem trabalhado de perto com o Grupo Carso, de Carlos Slim, e a canadense TC Energy, entre outros, mas ele continua a menosprezar certas partes do setor empresarial.

Em entrevista coletiva antes da aprovação da reforma, Amlo disse que, se o governo não realizasse as mudanças propostas, os juízes do país continuariam "defendendo as empresas estrangeiras que vêm saquear, roubar e afetar a economia dos mexicanos".

Parlamentares americanos estão pressionando a representante de Comércio dos EUA (USTR), Katherine Tai. Em carta, a alertaram para as reformas em consideração e como elas poderão tornar a revisão de 2026 do acordo de livre comércio da América do Norte "mais difícil" e comprometer o acesso dos investidores dos EUA a um "marco legal estável, previsível e imparcial". Eles a conclamaram a negociar com Amlo e a presidente eleita Claudia Sheinbaum, que tomará posse em 2 de outubro.

Sheinbaum tem minimizado as críticas à reforma. Na semana passada, antes da aprovação da reforma, disse que investidores nacionais e estrangeiros "deveriam saber que seus investimentos serão bem cuidados no México e a reforma do Judiciário fortalece a democracia e a justiça".

Na quarta-feira, Marcelo Ebrard, indicado para ser Ministro da Economia no gabinete de Sheinbaum, disse à imprensa que a reforma judicial não afetaria o relacionamento do México com seus parceiros comerciais nem prejudicaria os investimentos.

"Não há nenhuma disposição na reforma judicial que possa colocar em risco um investimento. Não há motivo para isso", disse. "O México tem acordos de comércio internacional e a Constituição protege tanto a propriedade quanto os investimentos."

No entanto, a resistência interna e externa tem crescido.

Na terça-feira, manifestantes contrários à reforma tentaram interromper a votação no Congresso, forçando a entrada no plenário do Senado. Horas depois, quando os parlamentares retomaram a sessão em um prédio alternativo, a polícia fez um cerco do lado de fora para impedir uma invasão.

O partido Morena também foi criticado pela suposta pressão sobre um senador da oposição, Miguel Ángel Yunes Márquez, para votar a favor da reforma judicial. Na quarta-feira, o presidente negou à imprensa que seu governo tenha oferecido dinheiro ou ameaçado o senador em troca de seu voto, chamando isso de "uma decisão política".

Efeito dominó. Os investidores não se sentem reconfortados pelas garantias de López Obrador e Sheinbaum.

A "possível politização" das nomeações judiciais "abriria a porta para que os juízes enfrentassem pressões externas, que poderiam comprometer sua independência e imparcialidade", disse José Domingo Figueroa, presidente do Instituto Mexicano de Executivos de Finanças.

Essa maior incerteza jurídica causaria um efeito dominó: os investidores perderiam confiança, e uma desaceleração nos novos investimentos estrangeiros diretos poderia levar o México a perder seu rating de crédito de investimento seguro, o que, por sua vez, afetaria a capacidade do país de obter novos financiamentos, disse. *(Com Roberto Lameirinhas, de São Paulo)*

FÉLIX MÁRQUEZ/AP

Legisladores do partido governista Morena fazem manifestação em favor da reforma na sessão da Assembleia da Cidade do México que aprovou o projeto

> "Voltamos a um sistema centralizado no presidente. É é um retorno ao país dos anos 70"
> *J. Medina Mora*

Efeito da reforma da Justiça no México
Diferença em pontos percentuais em relação ao cenário sem a reforma

● PIB ● Investimentos

0
-2
-4
-6
-8
-10
-12

2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030

Fonte: Oxford Economics/Haver Analytics

Saúde
Prevent Senior coloca à venda operação no Rio de Janeiro por R$ 1 bilhão
B3

Incorporadoras
AZO escolheu o Rio em sua primeira expansão geográfica, conta José de Albuquerque B6

Saúde
Prevent Senior negocia venda de operações no Rio por R$ 1 bilhão B3

Tecnologia
Alexandre de Moraes transfere recursos da Starlink e da rede X à União B9

Fertilizantes
Seca deve encarecer importações por portos do Arco Norte B10

Sucessão Conselho de administração costura antecipar posse de Gustavo Pimenta, prevista para janeiro

Futuro CEO da Vale foca em agenda com governo

Mônica Scaramuzzo e Francisco Góes
De São Paulo e Rio

O futuro presidente da Vale, Gustavo Pimenta, tem priorizado uma série de contatos institucionais com governadores e integrantes do governo federal desde que foi eleito, por unanimidade, em 26 de agosto, para substituir o atual CEO, Eduardo Bartolomeo.

Pimenta, que é vice-presidente financeiro da mineradora, já se reuniu com os governadores do Pará, Helder Barbalho, e do Espírito Santo, Renato Casagrande, e começou a cumprir uma agenda com autoridades de Brasília. Esteve, por exemplo, com o ministro dos Transportes, Renan Filho.

O encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva só deve ocorrer após Pimenta assumir o cargo, que deve ser antecipado em relação ao cronograma sucessório, que previa a posse em 1º de janeiro de 2025. O conselho da empresa estuda adiantar a posse, apurou o **Valor** com fontes do colegiado. Procurada, a Vale não comenta.

Pimenta já busca, inclusive, nomes para ocupar a vaga de CFO. Esse nome deverá ter o apoio do colegiado. Fontes ligadas aos acionistas afirmam, sob reserva, que o futuro CEO deverá trocar também importantes cadeiras do alto escalão. Pessoas ligadas ao conselho, contudo, disseram que o assunto ainda não está em discussão, mas entendem que o novo presidente tem aval para formar sua equipe.

Os contatos de Pimenta com autoridades nas diferentes esferas de governo se dão dentro de uma lógica de que a Vale precisa estreitar relações com os diferentes públicos de interesse ("stakeholders").

No conturbado processo sucessório do CEO da mineradora, surgiram críticas a Bartolomeo pelo fato de o executivo não dialogar mais com o governo, versão que pessoas próximas a ele sempre negaram. Depois da eleição de Pimenta, Bartolomeo tirou uns dias de férias, mas continua conduzindo a transição junto com o colegiado e Pimenta, com apoio da consultoria Russell Reynolds, que atuou na seleção do novo CEO.

DIVULGAÇÃO

Encontro de CEO com Lula só deve ocorrer depois da posse do executivo, ainda sem data

O **Valor** apurou que Pimenta está envolvido em duas negociações importantes para a Vale e para o governo: um acordo definitivo sobre a tragédia de Mariana (MG), ocorrida em 2015, e a renovação das concessões ferroviárias da mineradora. Ainda como CFO, Pimenta tem aproveitado agendas sobre esses temas para estreitar canais com governadores e ministros.

No governo, há expectativa de que o acordo de Mariana traga algo como R$ 100 bilhões em dinheiro novo. A conta final, seja ela qual for, será repartida entre Vale e BHP Billiton, sócias da Samarco, que por sua vez é a dona da barragem que se rompeu há quase nove anos causando a morte de 19 pessoas e provocando um dos maiores desastres socioambientais do país.

No sábado (14), a Vale informou ao mercado que identificou, após inspeção rotineira, trincas superficiais na barragem Forquilha III em Ouro Preto (MG). A companhia observou que as condições de estabilidade da estrutura seguem inalteradas e que está executando um plano de ação para investigação e correções, conforme necessário. A barragem Forquilha III está em nível de emergência 3.

A agenda de Pimenta a curto prazo também deve envolver encontros com os governadores Romeu Zema, de Minas Gerais, e Cláudio Castro, do Rio. Outro Estado importante para a Vale é o Maranhão, por onde escoa o minério de ferro de Carajás (PA).

A relação da Vale com os Estados onde atua é historicamente tensa. Prefeitos e governadores nunca parecem satisfeitos com os investimentos e compensações feitas pela empresa. Maranhão e Pará são exemplos. Este ano a Secretaria de Meio Ambiente do Pará suspendeu licença de operação de mina da Vale no Estado. A medida foi vista à época como pressão sobre a empresa em meio ao processo sucessório, no qual o Planalto tentou indicar nomes, sem sucesso.

Na visão de interlocutores que acompanharam a sucessão na Vale, Pimenta saiu "blindado" ao ser eleito por unanimidade pelo conselho de administração em 26 de agosto. Mas a estratégia sucessória prevê que o executivo vá se "assenhorando" da situação, sem se expor, até que se considere a hora certa para a posse em uma articulação que deve envolver toda a alta administração da empresa (conselho e comitê-executivo, instância em que ficam os vice-presidentes).

CBN Professional Convidado do podcast, Jorge Reis assumiu a plataforma após a pandemia e reestruturou a organização

Como o CEO da Eventim lidera mudanças em série

GABRIEL REIS/VALOR

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

A forma de comprar ingressos para eventos deve seguir em evolução. Com boa parte das filas das bilheterias deslocada para o ambiente virtual, as novidades apontam para a expansão da oferta de convites entre espetáculos de menor porte e a digitalização completa dos bilhetes, via aplicativos, a fim de impedir a ação de cambistas. "Estamos posicionados em grandes shows de música, que são o nosso 'core business'", diz Jorge Reis, CEO da plataforma de venda de ingressos digitais Eventim. "Mas começamos a ampliar para outras áreas, como pequenas e médias casas de música de até 100 lugares, um fenômeno em grandes centros, como São Paulo."

O executivo carioca radicado na capital paulista há dois anos assumiu a cadeira de CEO da companhia em 2021 e, desde então, lidera mudanças na operação local. Com sede na Alemanha, a Eventim está presente em 26 países e apresenta números de venda que ultrapassam mais de 100 milhões de ingressos em 180 mil eventos, ao ano. No Brasil, apresentações de Paul McCartney, Coldplay e RBD ajudaram a cravar o nome da marca na memória dos fãs de grandes shows. "Foi uma fase bem difícil [quando cheguei na empresa]", conta ele, em depoimento a Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**, e Juliana Prado da "CBN", no novo episódio do podcast CBN Professional. "É preciso muito cuidado ao lidar com pessoas e tomar decisões que, às vezes, não são as melhores para todos."

Estima-se que de 70% a 80% dos gestores da Eventim foram substituídos desde a chegada de Reis. "Quase todas as empresas de entretenimento, cultura e venda de ingresso passaram por transformações durante a pandemia", explica o executivo, que hoje lidera 100 profissionais. "Fomos o primeiro setor a parar e o último a voltar. E regressamos em patamares e condições diferentes, tanto de mercado como de fornecedores."

"Percebi que precisaríamos realizar novos processos e trazer talentos que pudessem atender às demandas da empresa", relata. "Nunca é fácil, mas acho que conseguimos montar uma equipe com um nível de qualidade de serviço muito bom e em patamares de venda superiores aos de antes."

Para vencer o desafio de "arrumar a casa", uma das apostas foi a gestão humanizada. "Isso é olhar a diversidade como um fator inerente ao ambiente corporativo", justifica. "Não é ser bonzinho, mas entender que as diferenças enriquecem. Se todo mundo fosse igual, cada um de nós seria péssimo."

Antes de chegar à Eventim, o executivo acumulou passagens pelo setor público, de tecnologia e ensino superior. Ao concluir a escola técnica em mecânica, passou em um concurso da Petrobras aos 18 anos, pediu demissão aos 21 e foi estudar tecnologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Lecionou na instituição durante 15 anos, em áreas ligadas à inovação e empreendedorismo.

Foi na universidade fluminense que ele amealhou os primeiros sócios para montar a Ingresso.com, de venda de ingressos para cinema, no início dos anos 2000. A empresa seria adquirida pelo Submarino em 2005 e o executivo ficaria como diretor por mais quatro anos na B2W, controladora do site de e-commerce, antes de partir para um sabático nos Estados Unidos. "Na ocasião, estava em um período de muito trabalho e tinha três filhos, com 14, 4 e 2 anos de idade. Trabalhava sábado, feriado e era difícil tirar férias", lembra. "Tinha amigos na Califórnia e nós queríamos um lugar com ambiente universitário, pois na época eu dava aulas."

Acabou estudando mais sobre comércio eletrônico em Berkeley e orientou três grupos de alunos de MBA em uma disciplina de um professor brasileiro. Na volta, recebeu o convite para comandar a Eventim. "A motivação para aceitar o cargo foi que eu nunca havia trabalhado em um grupo multinacional", justifica. "E nessa nova vivência, ia lidar com uma empresa que opera em mais de 20 países."

O desafio também chegou em tamanho grande: era final de 2021 e o mundo enfrentava as consequências da covid-19. "Os protocolos de segurança variavam semanalmente, de cidade para cidade."

A indústria do entretenimento atravessava mudanças inéditas. "Com a chegada das vacinas, a compra de ingressos on-line teve um choque de oferta e demanda. Pesquisadores estimaram um aumento de 40% nos custos de produção, incluindo cachês, com a retomada dos shows". Reis diz que os obstáculos do setor continuam tracionados. "O grande desafio agora é encontrar o preço ideal, especialmente para artistas internacionais. Imagine um promotor com margem de 10% de lucro que contratou um show com o dólar a R$ 4,90, mas precisa pagar o cachê com o dólar mais alto. Como fica?"

> "É preciso muito cuidado ao lidar com pessoas e tomar decisões que, às vezes, não são as melhores para todos"
> *Jorge Reis*

O CEO tem outros nós para desatar, típicos do setor, como a ação de cambistas e a entrega de uma melhor experiência de compra ao cliente. "Tentamos amenizar isso com comunicação, transparência e tecnologia". Este ano, a empresa lançou o Eventim Pass, um ingresso digital gerado somente pelo app do grupo. "Já vendemos mais de 1 milhão de unidades nesse modelo este ano."

Para ouvir o episódio completo é só acessar o site da "CBN", nas principais plataformas de streaming, como Spotify e Apple Podcasts, ou assistir pelo YouTube do **Valor**.

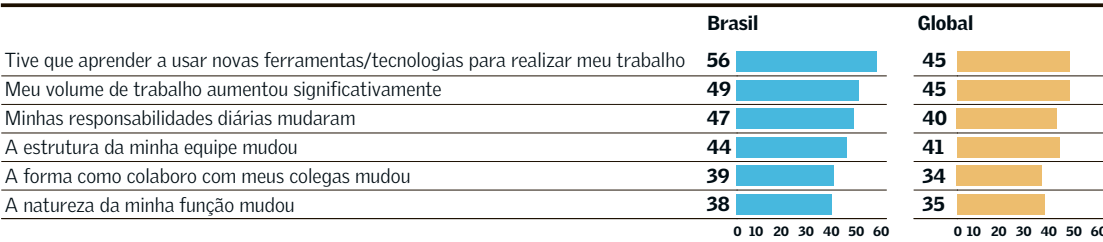
Brasileiro está mais aberto para novas formas de trabalho

Pesquisa

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Fora da zona de conforto

Parcela de profissionais que passaram por mudanças nos últimos 12 meses - em %

	Brasil	Global
Tive que aprender a usar novas ferramentas/tecnologias para realizar meu trabalho	56	45
Meu volume de trabalho aumentou significativamente	49	45
Minhas responsabilidades diárias mudaram	47	40
A estrutura da minha equipe mudou	44	41
A forma como colaboro com meus colegas mudou	39	34
A natureza da minha função mudou	38	35

Fonte: Pesquisa Global Hopes and Fears 2024. PwC

O brasileiro é um profissional que parece estar mais aberto às constantes mudanças do mundo do trabalho do que a média global. A pesquisa Global Hopes and Fears 2024, feita pela consultoria PwC com 56 mil profissionais em 50 países, sendo mil no Brasil, mostra que 86% dos profissionais nacionais dizem se sentir prontos para se adaptar às novas formas de trabalho, contra 77% no mundo. "Este é um cenário forte de otimismo e engajamento", afirma Camila Cinquetti, sócia da PwC Brasil.

Convidados a pensar sobre as mudanças experimentadas na própria função nos últimos 12 meses, os participantes da pesquisa no Brasil relataram estar animados com as oportunidades para aprender e crescer no exercício da profissão (80%), contra 72% no mundo. E as mudanças não são poucas.

Entre os brasileiros entrevistados, 67% experimentaram mais mudanças no último ano do que nos 12 meses anteriores; 56% tiveram que aprender a usar novas ferramentas ou tecnologias para realizar o trabalho nos últimos 12 meses; e 38% relataram que a natureza de sua função mudou. Nesse cenário, 52% sentem que há mudanças demais acontecendo de uma vez. Só que, entre os brasileiros, apenas 34% não entendem por que é preciso mudar (44% globalmente).

A tecnologia é um pilar relevante nesse ambiente de mudanças, com 62% dos profissionais brasileiros dizendo que nos próximos três anos ela impactará seu trabalho. Mas não só. Fatores como mudanças nas preferências dos consumidores (48%), na regulamentação governamental (48%), ações da concorrência (48%), mudanças climáticas (43%) e conflitos geopolíticos (37%) também estão no radar dos trabalhadores.

Em relação à inteligência artificial em particular, 48% dos entrevistados no Brasil (40% no mundo) acreditam que a IA generativa mudará a essência da sua profissão em menos de cinco anos. E isso não é necessariamente assustador, para os participantes da pesquisa: 65% no Brasil (62% no mundo) concordam que a IA generativa impulsionará a eficiência, e quem já usa a ferramenta diariamente vê mais potencial para ganhos de eficiência (86% no Brasil e 82% no mundo). Hoje, 17% dos entrevistados no Brasil usam a IA generativa diariamente no trabalho (são 12% no mundo); 22%, semanalmente (16% no mundo); 5%, mensalmente (8% no mundo); 31% usaram uma ou duas vezes nos últimos 12 meses (25% no mundo); e 23% disseram nunca ter usado (37% no mundo).

Aliás, 35% no Brasil e 24% globalmente dizem que o empregador não dá acesso à IA generativa; 27% não sabem como usar essa tecnologia (23% no mundo); e 14% dizem que o empregador não permite o uso desse tipo de plataforma (12% no mundo). Essa proibição é motivada por preocupações com riscos de vazamentos de dados, violações de propriedade intelectual e decisões baseadas em informações imprecisas.

Cinquetti comenta que o Brasil, quando comparado ao global, é o país que afirma fortemente os benefícios com a IA generativa. "Isso incentiva o maior uso, pois no Brasil se reconhece mais seus benefícios, como ter mais oportunidades de aprendizagem de novas 'skills', ajudar a ter mais criatividade no trabalho e aprimorar a qualidade das entregas", diz. Para ela, muitos estão ansiosos para se qualificar e veem potencial no uso da inteligência artificial generativa. O relatório da pesquisa indica o seguinte em relação ao uso da IA: "a maneira mais rápida de fazer seu negócio se adaptar a novas tecnologias e formas de trabalho é permitir que as pessoas experimentem", e complementa afirmando ser essencial conscientizar todas as pessoas em IA generativa, independentemente do setor ou da função.

Tantas mudanças em andamento no mundo do trabalho acendem um alerta: o risco de sobrecarga da força de trabalho está alto. Quase metade dos entrevistados no Brasil (49%) dizem que o volume de trabalho aumentou significativamente nos últimos 12 meses. "Nesse contexto, a força de trabalho está mais propícia ao risco de fadiga pelas mudanças, sobrecarga e estresse", pontua Cinquetti. "Por isso, a liderança tem papel fundamental para construir resiliência na sua equipe."

Ela diz ser provável que muitos não consigam dar o melhor do seu desempenho no trabalho devido ao aumento do estresse, da ansiedade e medo de correr riscos. "Importante reforçar que esse ambiente de resiliência é promovido também por uma cultura que incentiva o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, onde os líderes definem expectativas realistas e se comunicam abertamente, com empatia e transparência."

Como é improvável que a mudança desacelere, os líderes devem ajudar sua equipe a aprender a se adaptar melhor a ela, enfatiza a sócia da PwC. "Isso requer liderança transformadora — liderada por aqueles que inspiram suas pessoas a abraçar a mudança", detalha. "Essa abordagem ajuda a desenvolver resiliência para que sejam mais capazes de navegar pela incerteza e aproveitar as oportunidades."

A ciência de saber dizer não ao trabalho

Banda executiva

Pilita Clark

Era uma vez quatro cientistas que decidiram adotar uma abordagem sistemática para aprimorar uma das grandes habilidades da vida profissional: a arte de dizer não.

Com cargas de trabalho que beiravam os níveis do esgotamento, elas combinaram que, no espaço de um ano, recusariam, entre todas, 100 pedidos relacionados a seus trabalhos e fariam o monitoramento do que tinha acontecido como resultado dessas recusas.

Elas elaboraram uma planilha para registrar os pedidos que cada uma recusou, as razões e como se sentiam sobre isso, e então passaram a rejeitar uma série de solicitações para fazer resenhas de artigos de publicações, preparar propostas de financiamento para projetos e se encarregar de novas tarefas no trabalho. Entre todas, elas não aceitaram 31 convites para falar em eventos — menos do que as 43 palestras e seminários que ainda deram. Elas demoraram dez meses para alcançar seu 100º não, ou cerca de 25 rejeições cada uma, e a essa altura já tinham aprendido várias coisas.

A primeira é que o próprio ato de monitorar as recusas torna mais fácil dizer não, em parte porque você tem uma ideia melhor de tudo o que está fazendo.

Também aprenderam que uma rejeição firme é melhor do que um "não suave", porque concordar em, digamos, dar uma palestra daqui a alguns meses, ou resenhar um artigo em vez de coescrevê-lo invariavelmente leva a pedidos de coisas maiores mais tarde. E que existem regras úteis que podem ser adotadas, como se perguntar "isso se enquadra no meu trabalho?", "isso me dá satisfação?" e "posso fazer isso sem atrapalhar os compromissos que já tenho?".

As quatro — todas cientistas socioambientais — escreveram sobre seu ano em um artigo para a revista científica "Nature" de 2022. Mas uma de suas descobertas ficou na minha memória desde então: elas não se arrependeram dos nãos que disseram.

Elas frequentemente se sentiam culpadas e ficavam preocupadas com a possibilidade de decepcionar as pessoas — e isso apesar das provas visíveis dos compromissos substanciais que cada uma assumira. Mas elas também perceberam que seu medo de perder oportunidades ou de sofrer represálias por dizer não era infundado.

Fiquei curiosa para saber se esse ainda era o caso dois anos depois. Quando entrei em contato com uma das quatro, na semana passada, descobri que elas não apenas continuavam sem ter nenhum arrependimento, como estavam dobrando a aposta em dizer não. Ou melhor, quadruplicando.

"Uma das nossas grandes conclusões foi de que 100 recusas em conjunto é algo ótimo, mas não é o suficiente", disse A.R. Siders, professora-assistente do Disaster Research Center da Universidade de Delaware, dedicado a pesquisas sobre mudanças climáticas. "Por isso, estamos tentando chegar a 100 recusas cada uma neste ano, então juntas devemos dizer não a 400 coisas."

Até o momento, Siders conseguiu recusar 34 pedidos e está atrás das outras três cientistas, que registraram 37, 51 e 54 nãos. Mas ela se sentia satisfeita por ter superado os mais ou menos 25 nãos que conseguiu dizer da vez passada. Siders atribuiu isso às estratégias que adotou para tornar as rejeições mais fáceis, como limitar o número de revisões que escreve para apenas duas para cada artigo que ela submete, sozinha ou em grupo.

Ela também está tentando limitar o número de convites para dar palestras que aceita. E, o mais importante, está tentando reduzir o número de grandes compromissos que afetam a qualidade de seu trabalho, como projetos de pesquisa, e não apenas coisas menores como palestras. "Portanto, embora eu possa dizer não com menos frequência, tenho dito não para coisas maiores e isso faz diferença", diz Siders. Quando adoeceu, há pouco tempo, ela tinha folga suficiente na agenda para que o fato de ficar doente não desestruturasse o seu trabalho.

Acho instrutivo, especialmente para mulheres, que muitas vezes acham difícil dizer não até para pedidos de tarefas mais ingratas do que uma palestra. Estatisticamente, funcionárias mulheres têm mais probabilidades de receber pedidos para que se encarreguem de dar orientações, treinamento e outras "tarefas que não ajudam para promoção" e consomem tempo. Elas também são mais propensas a aceitar essas tarefas, de acordo com outras quatro acadêmicas que escreveram um livro sobre o problema em 2022.

A professora Siders não tinha ouvido falar do livro antes de publicar com suas colegas o artigo na "Nature". Mas a coincidência não parece tão estranha, considerando a expectativa que existe em relação às mulheres de que aceitem trabalho extra.

De qualquer modo, como alguém que se está recuperando de ser uma pessoa que sempre diz sim, pretendo ter em mente uma ideia do grupo de Siders. Oportunidades de trabalho sempre parecem maravilhosas no começo. Mas, assim como bebês fofinhos crescem e viram adolescentes, e filhotes se tornam cachorros grandes, você precisa lembrar que no fim das contas eles acabarão dando muito trabalho.

Pilita Clark é colunista do "Financial Times"

Saúde Negócio da companhia, focado em terceira idade, envolve carteira com 62 mil usuários e uma rede com hospital-dia e clínicas médicas e exames

Prevent Senior põe à venda operação no Rio por R$ 1 bilhão

Beth Koike
De São Paulo

A Prevent Senior, empresa de planos de saúde voltada ao público da terceira idade, está vendendo sua operação no Rio de Janeiro, que contempla uma carteira com 62 mil usuários e uma rede com hospital-dia, uma unidade de oncologia e três clínicas de especialidades médicas e exames. O montante pedido é de R$ 1 bilhão — esse é o valor da receita anual da unidade carioca, que iniciou suas atividades em 2019 —, conforme antecipou o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

A XP foi contratada recentemente para liderar as negociações. Antes de fechar com o banco, segundo fontes, a Prevent Senior chegou a conversar com a MedSênior e a Leve Saúde, operadoras de planos de saúde que também atuam com o público de terceira idade. Houve também conversas informais com a Hapvida, que vem investindo para ampliar sua presença no Rio. As três operadoras atuam com planos individuais, um produto que é escasso no setor.

Fernando Parrillo, presidente da Prevent Senior, confirmou que planeja vender sua operação no Rio e esclareceu que, caso as negociações não avancem, a carteira de clientes e os investimentos em andamento serão mantidos. Conforme Parrillo, a unidade do Rio é geradora de caixa, mas o foco agora está em São Paulo, onde a operadora é dona de uma rede com 11 hospitais da bandeira Sancta Maggiore e quatro pronto atendimentos, o que possibilita que seus atendimentos médicos sejam realizados em unidades próprias.

No Rio, 20% dos procedimentos ambulatoriais ocorrem na rede verticalizada, cujas unidades ficam na Barra, em Botafogo e Del Castilho. Já as internações são todas realizadas em hospitais credenciados.

Se o negócio for concluído, será a primeira operação de compra e venda (M&A) fechada pela operadora dos irmãos Parrillo, que sempre cresceram de forma orgânica desde a fundação, há 27 anos, em São Paulo.

Em 2023, a Prevent teve receita de R$ 6,1 bilhões, o que representa um crescimento de 32,5% sobre 2022. O lucro líquido foi de R$ 62,4 milhões, revertendo um prejuízo de R$ 872 milhões em 2022, acompanhando o setor, que apurou resultados negativos no período.

A Prevent Senior conta com 565 mil usuários e praticamente toda a carteira é de planos individuais — modalidade da qual suas concorrentes fogem devido ao fato de o reajuste ser determinado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O desempenho das três operadoras especializadas no segmento da terceira idade — Prevent Senior, MedSênior e Leve Saúde — tem chamado atenção por ter sido melhor do que a média do setor, mesmo com a atuação em planos individuais e centrada nesse público.

A MedSênior, que tem como acionista o Fundo Soberano de Cingapura (GIC), encerrou o ano passado com aumento de 48% na receita, que atingiu R$ 1,3 bilhão. O lucro operacional ficou em R$ 213 milhões, praticamente o dobro do apurado em 2022. A operadora, fundada no Espírito Santo, tem presença também em São Paulo, Rio, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

A Leve Saúde, por sua vez, é uma startup que chegou ao mercado em plena pandemia. Sua receita mais que dobrou, para R$ 223,5 milhões em 2023. A operadora conseguiu fechar com um resultado operacional de R$ 14,3 milhões, revertendo o prejuízo de cerca de R$ 25 milhões registrado em 2022.

SILVIA COSTANTI/VALOR

"Se as negociações não avançarem, vamos manter tudo como está"
Fernando Parrillo

As três operadoras têm em comum unidades próprias para atendimento ambulatorial. Há um acompanhamento sistemático para pacientes com doenças crônicas, a fim de evitar que eles cheguem à internação, cujo custo é o mais caro do tratamento. A Prevent Senior, que é a líder nesse mercado, tem 11 hospitais em São Paulo e consegue fazer todo o atendimento médico de forma verticalizada.

No primeiro semestre, o setor de planos de saúde teve lucro operacional de R$ 2,4 bilhões, revertendo o prejuízo de R$ 4,3 bilhões apurado no mesmo período de 2023. O desempenho reflete uma retomada das operadoras, que vinham amargando prejuízos desde o último trimestre de 2021.

Procuradas pela reportagem, Hapvida, Leve Saúde, MedSênior e XP informaram que não vão se manifestar sobre o tema.

Atacarejo Medida inédita de venda em três vezes sem juros em todos os cartões busca melhorar volume

Cliente se endivida, e Atacadão parcela alimento

Adriana Mattos
De São Paulo

KEINY ANDRADE/VALOR

Oliveira diz que mercado já entendeu que parcelado não deve pressionar caixa; na operação, rede começou a vender flores e portáteis, e deu 'banho de loja' nos pontos

Maior rede de atacarejo da América Latina, o Atacadão fez um movimento que mexeu com o mercado este ano. Com a alta no endividamento da população afetando o consumo, a empresa, pela primeira vez na história, começou a vender todos os seus produtos, inclusive básicos, como arroz, feijão e café, em três parcelas sem juros em todas as bandeiras de cartões de crédito, para tentar melhorar a venda. Só que a medida caiu mal no mercado. No fim de julho, nos dois dias após a divulgação, a ação do Carrefour, o grupo controlador, caiu mais de 10%.

Com 379 lojas e R$ 80 bilhões em vendas anuais, a rede passou sete meses estruturando o modelo, até começar a oferecê-lo nas lojas em abril, após o aval da matriz na França. Até então, o parcelamento ocorria só no cartão do Banco Carrefour, para pessoas físicas e jurídicas. Analistas e investidores torceram o nariz para a medida, pelo risco do aumento no consumo do capital de giro, e a direção teve que abrir mais dados sobre a ação.

A questão é que a empresa tem que financiar isso inicialmente, e pode ter que antecipar mais recebíveis em tempos de juros ainda altos. Mas a medida também pode elevar fluxo de clientes e acelerar receita. De janeiro a março, a venda das lojas com mais de um ano de operação subiu 1,8% e após a mudança, em abril, avançou 7,4%.

Em sua primeira entrevista desde o anúncio da estratégia, o CEO do Atacadão, Marco Oliveira, acredita que a questão está melhor esclarecida, e diz que a pressão sobre o tema, agora, se volta aos concorrentes. “O ‘canhão’ estava virado para a gente”, diz. “Fizemos muita conta. Aí, viram que o caixa do grupo não mudou, continua eficiente e perguntaram porque os outros ainda não fizeram o mesmo. Então, o ‘canhão’ mudou de direção”.

O **Valor** apurou que Assaí, Grupo Mateus e GPA já foram questionados por analistas se vão copiar a estratégia e a resposta foi negativa, pelo risco financeiro. No ano, a ação do grupo Carrefour cai 24% na B3, e o Ibovespa sobe 1,6%.

Oliveira ainda comenta sobre a entrada do Atacadão em novas categorias — uma medida controversa no setor no passado — e diz que todas as lojas passarão a ter serviços, como padaria e açougue, sem que essa despesa supere 9% da venda, aspecto a que o mercado segue atento no setor. Oliveira fala também, pela primeira vez, sobre a ida do ex-CEO do Atacadão José Roberto Müssnich (seu ex-chefe) para o rival Assaí, e sobre os rumores do suposto interesse do Mateus no Assaí. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *O atacarejo se expandia a 20%, 25% ao ano, mas sentiu a crise passada e desacelerou. O sr. acha que, daqui para frente, teremos crescimentos mais brandos?*

Marco Oliveira: Vou explicar melhor as mudanças antes. O atacarejo evolui sempre. Antes, o cliente chegava em um balcão, pedia as mercadorias, alguém separava e trazia para ele. Aí, em algum momento, alguém teve a brilhante ideia de deixar o cliente pegar e passar no caixa. E nasceu o autosserviço em 1986. Mas era aquele modelo “hard discount” que o brasileiro não gosta. Brasileiro gosta de um pouco de serviço, porque ele pode ser pobre, mas ele não quer ser tratado como pobre. Por isso que esse modelo “hard discount” não dá certo no Brasil [formato da rede Dia, em recuperação judicial]. Tem que ter serviço, e um pouco de conforto também. Então, a primeira grande mudança que a gente fez foi aumentar sortimentos. Uma loja, em 2007, tinha 5 mil itens e hoje tem 10 mil. Antes, era muito limitada porque era destinado ao profissional. Hoje, a gente realmente é um atacarejo.

Valor: *Há uma percepção de que vocês poderiam ter crescido mais após a compra do Makro e do Big. Mas, em alguns trimestres, vocês desaceleraram na venda em lojas com mais de um ano, as chamadas ‘mesmas lojas’. O que aconteceu?*

Oliveira: Eu acho que a pandemia e a expansão forte no número total de lojas no Brasil explicam praticamente 90% do que aconteceu no mercado. A pandemia trouxe uma expansão do ‘like for like’ [vendas em pontos com mais de 12 meses], também ajudado pelo aumento de preços nos alimentos, e depois isso desacelerou. Além disso, todo mundo abriu muitas lojas, e nós também, porque ninguém queria ficar para trás. Foram 300 unidades abertas pelo setor em dois anos. É muita coisa. O mercado não estava preparado para isso.

Valor: *Esse cenário afeta o setor, mas o Atacadão cresceu menos que os rivais em 12 meses. Um dos fatores seria ter aberto menos lojas urbanas, que cresceram mais com o fim dos hipermercados. E então, vocês aceleraram esse projeto...*

Oliveira: Acontece que a venda “mesmas lojas” é impulsionada por três coisas: inflação, expansão e performance ou gestão. E o que aconteceu é que a inflação recuou e isso não nos ajuda [inflação alimentar gera maior receita nominal]. A gente está prevendo que o ano deve fechar com inflação em 3,5%. Sobre as lojas urbanas, estamos acelerando isso. Na verdade, até já vínhamos fazendo, antes da aquisição do Big, quando desenvolvemos um modelo de loja para cidades menores. São pontos com menos de três mil m² de área. Eu tenho mais ou menos 20 lojas nesse formato menor, que vai ter serviço também, como padaria, mas adaptado. É para aquele cliente de proximidade, que pega 5 a 10 itens, paga e sai rapidinho.

> “Brasileiro gosta de serviço e conforto, e não quer ser tratado como pobre”

Valor: *Um pouco de inflação alimentar é bom para a receita, mas ela é ruim para volume...*

Oliveira: Sim, e não ter inflação alta dá um outro tipo de gestão para a gente, com foco em eficiência nos custos, na administração da empresa, para ter o menor custo operacional para conseguir ser mais competitivo.

Valor: *Esse caminho é mais difícil do que por algum aumento de preços, que melhora receita.*

Oliveira: Para nós, não. Na minha visão, a inflação “resolve”, mas mascara também. Os ineficientes vão crescer, ajudados pelo preço mais alto. Nós podemos fazer uma atividade comercial, como a que fazemos em abril, na data do aniversário da rede, mas não dá para fazer aniversário todo mês. Então, aí vem da dinâmica do dia a dia, o campo de batalha. O que ajuda também é que a venda para empresas voltou forte, e a venda de datas comemorativas. Casamentos, batizados, tem até festa para descobrir o sexo do bebê. Mas tem uma conta que estou falando muito ao mercado, que é não olhar só o percentual de crescimento, mas olhar o valor. Ou seja, quanto se colocou na base de vendas a mais na linha “mesmas lojas”. Aí você vai ver o valor absoluto, e depois a variação. E verá que o percentual do Atacadão é um pouquinho menor que os outros. Porque a nossa base de venda é muito maior. Tenho falado para se analisar o grupo no total, como líder de varejo e atacarejo alimentar, porque temos agora um cliente indo em vários canais ao mesmo tempo.

Valor: *O supermercado grande é a próxima “vítima” do atacarejo? Vai encolher, como aconteceu com o hipermercado?*

Oliveira: O que aconteceu é que o atacarejo saiu das periferias e foi para dentro das cidades, inclusive bairros nobres, e foi ocupando espaços. Mas o ‘super’ grande não vai desaparecer, porque ele tem o público dele e ainda tem a vantagem da localização. Talvez irá parar de crescer em número de lojas. Ele vai ser a nova loja de vizinhança, mas bem mais estruturado. Neste ano, nós convertemos oito lojas do Big em supermercados.

Valor: *O sr. estava falando de eficiência, de gestão. O que estão fazendo para isso melhorar?*

Oliveira: Nos últimos dois anos, fizemos a revisão do sortimento, e a melhoria dos ativos de loja, a iluminação, as gôndolas. Depois, os serviços para o cliente, como as balanças nos caixas, e pondo caixas automáticos. O que aconteceu é que o Extra fechou, o Walmart virou Big e foi vendido para nós, e parte virou Atacadão. Teve uma redução de número de lojas muito forte dos hipermercados. Só que para trazer os clientes dessas lojas, a gente teve que dar um banho de serviços, colocar padaria, açougue e itens fatiados [no setor, conhecido pela sigla “PAF”]. Esse pacote é para garantir crescimento nos próximos anos. Ainda vamos pôr mais serviços nas lojas em 2025 e 2026.

Valor: *Mas como fica a participação da despesa operacional sobre a receita, porque se trouxer muito serviço você encarece o atacado, o preço sobe e isso vai contra a ideia do modelo do negócio.*

Oliveira: Estamos controlando isso. Essa conta estava em 8,6% no segundo trimestre.

Valor: *O ideal é ficar abaixo de 9%, não?*

Oliveira: Sempre abaixo de 9% é o “target”. Mas se subir um pouquinho não tem problema, porque a venda cresce proporcionalmente e acaba reduzindo de novo por ganho de escala. Já temos serviços em um terço das 379 lojas e acho que cabe em todas, se for bem adaptado. E vamos colocar ainda autoatendimento em todas as lojas. Também entraremos em novas categorias. Acabei de ter um seminário estratégico sobre isso.

Valor: *Em quais novas categorias estão entrando?*

Oliveira: O que vai ajudar na nossa expansão nos próximos anos é um crescimento horizontal e não vertical. Isso quer dizer que eu não quero vender vários tipos de águas, só variando sabor. Quero um crescimento horizontal, entrando em categorias que nós não estávamos, como na venda de flores. Não é jardinagem, é só flores, porque não quero concorrer com especialistas. E também vender pequenos eletrodomésticos, como os portáteis. Não é geladeira, na linha branca de eletrodomésticos jamais entraríamos. Então, é tudo adaptado para o nosso negócio.

Valor: *O sr. sabe que, anos atrás, isso não deu certo no atacarejo, porque as pessoas não iam atrás disso, e só enchiam as lojas de produtos.*

Oliveira: Mas essas categorias que citei viraram uma oportunidade depois que o hipermercado encolheu. Eu consigo vender a mesma flor 40% mais barata que nas lojas mais caras. Por exemplo, a categoria de pneus, nós não tínhamos e agora passamos a vender. Isso tudo já está acontecendo desde janeiro. Vemos a entrada de novas categorias como oportunidade de expansão para os próximos anos.

Valor: *O Atacadão passou a vender em três vezes sem juros com todos os cartões, só que o mercado não gostou muito. Depois que informaram a medida, a ação do grupo Carrefour caiu. O que aconteceu?*

Oliveira: O Atacadão já vende parcelado no cartão, mas agora entraram todas as bandeiras. Começamos em abril, e o mercado perguntou muito. O Eric [Eric Alencar, responsável pela área financeira do Carrefour] passou um tempo respondendo a isso. O “canhão” estava virado para a gente. Falavam que iríamos acabar com o fluxo de caixa. Aí, viram que o caixa do grupo não mudou, continua eficiente, e perguntaram porque os outros ainda não fizeram o mesmo. Então, “o canhão” mudou de direção. Se tem algum problema, não é por causa das três vezes sem juros.

Valor: *Mas isso de financiar o cliente pode afetar o ciclo de caixa. Fizeram porque achavam que precisavam melhorar o volume vendido?*

Oliveira: Por causa de volume e para aproveitar o momento. Não tem inflação, os preços estão estagnados, o mercado ainda veio desacelerando. E, principalmente, o cliente está muito endividado. E consumidor endividado precisa de fluxo de caixa. É igual empresa, quando precisa de um suporte. Então, a gente deu esse benefício ao cliente, e não teve impacto negativo no ciclo [financeiro].

Valor: *O mercado se convenceu de que isso não deve afetar custo financeiro e caixa?*

Oliveira: Ele se convenceu porque, no fluxo de caixa, um dos grandes componentes é a tesouraria de mercadoria. E o principal peso nisso é a dívida com fornecedores. Depois, você tem o componente de estoques. E o terceiro elemento é o valor a receber. Parece incrível, mas quanto mais eu devo ao fornecedor, é melhor, porque indica que eu já comprei, e o estoque, quanto menor, melhor. E o valor a receber, que você vendeu, quanto menor, melhor também. Então, se estou devendo, mas recebi a mercadoria e meu estoque está baixo, é sinal que eu vendi. Eu quero abrir essa equação do Atacadão ao mercado. Estamos vendo isso.

> “Inflação resolve, mas mascara. Os ineficientes vão crescer ajudados por preço alto”

Valor: *O problema é que o cliente, seja empresa ou consumidor, se endivida por três meses, e a dívida mensal vai se somando cada vez que ele retorna e parcela de novo. Vira uma ‘bola de neve’ que leva a um calote maior, não?*

Oliveira: Não vimos isso. Se fosse assim, essa alta já estaria sendo sentida em atrasos, e não tem isso. O cliente voltou para a loja após pagar a dívida mensal. E você o ajudou por três meses. Isso vai gerar uma recorrência da compra. Após abril, quando entrou a opção do parcelado, conseguimos baixar um pouco o estoque. E o valor a receber aumentou. Se olhar o fluxo de caixa isolado do Atacadão, isso continua lindo. Não teve alteração. E o endividamento total, que aumentou um pouquinho, tem a ver com o grupo. O parcelado impulsiona venda de feijão, arroz, leite, os itens básicos para a população.

Valor: *Quais os projetos de lojas para os próximos anos?*

Oliveira: Sobre o orçamento do ano que vem, nós começamos a debater sempre em setembro. Ainda não temos aprovado os investimentos de 2025. A dificuldade que a gente tem hoje de aprovar projetos, e isso vale para todo mundo, são os 10,5% de taxa de juros ao ano. Até um carrinho de pipoca pra expandir já é difícil. As conversões têm um modelo econômico mais sustentável. É um terço do investimento de uma loja maior. Agora, o DNA do atacarejo são lojas grandes. E, já há algum tempo, nos últimos três anos, a gente desenvolveu um modelo menor, que foi fortalecido pela chegada do Maxxi Atacado [ex-rede do Big], com 46 unidades de cinco mil metros quadrados. É óbvio que ali não vamos ter 11 mil itens na loja, mas sete mil. E não deixamos o cliente órfão de nenhum formato.

Valor: *Ela é mais rentável que a loja tradicional?*

Oliveira: É mais rentável do ponto de vista de retorno econômico, e não de Ebitda [lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação]. Agora, o retorno de capital, o “payback”, a taxa interna de retorno, elas tendem a ser melhores. Porque exige um esforço muitíssimo menor de investimento.

Valor: *Emprego e renda crescem, mas não vemos um nível de confiança que dá segurança para mais investimentos no varejo. Por quê?*

Oliveira: Além do alto endividamento, que gera incerteza, a concorrência cresceu muito. O tamanho do bolo do setor cresce menos, e com mais concorrentes. Sobre os preços, o pacote de arroz, que já foi R$ 11, foi para R$ 32, e o preço até caiu, mas ainda é R$ 26. Até temos mais gente empregada, só que com um salário menor e preços ainda lá no alto.

Valor: *Como estão os planos que anunciaram das 40 lojas que seriam transformadas em atacarejos e supermercados até 2026?*

Oliveira: Na verdade, foram 11 aberturas de atacarejo em 2024, e mais 8 supermercados que viraram Atacadão. E serão mais 21 atacarejos entre 2025 e 2026.

Valor: *As “bets” e os joguinhos afetam a demanda por alimentos?*

Oliveira: No varejo, na Abras, na Apas [associação brasileira e paulista de supermercados, respectivamente] é o tema número um de todas as reuniões. A “bet” é um problema social, e elas estão expondo muito as marcas. Isso entra na cabeça das pessoas, e as mais humildes são mais vulneráveis. E a bet é um algoritmo. Ela primeiro te faz ganhar duas ou três vezes, depois te tira tudo. A gente percebe que isso já tem tirado uma parcela de consumo. Internamente, temos uma comunicação alertando os funcionários sobre os riscos.

Valor: *As “bets” dizem que as redes estão usando isso como desculpa para não estarem crescendo tanto quanto elas poderiam.*

Oliveira: Para mim, é um problema social que os governos vão ter que, em algum momento, entrar no tema. Porque isso não interfere só na saúde financeira das famílias, mas na saúde psicológica também. Lógico que não é apenas isso que está causando um menor crescimento no alimentar, abaixo do potencial. Isso é um dos fatores.

Valor: *Como o sr. vê a ida do ex-CEO do Atacadão, José Roberto Mussnich, para o conselho de administração do Assaí? A concorrência fica mais reforçada.*

Oliveira: É muito natural que uma empresa como o Assaí queira o Roberto como conselheiro. Ele é um executivo muito sênior. Eu trabalhei bem com os dois [no Atacadão]. E o Assaí é uma “corporation” [empresa de capital pulverizado], e precisa de nomes de referência. Então, a medida faz sentido.

Valor: *O sr. crê num movimento de consolidação, com os rumores do interesse do Mateus no Assaí?*

Oliveira: Sabemos que há uma movimentação de bancos buscando projetos no setor. Em termos lógicos, unir uma operação de Nordeste e Sudeste faz sentido, mas sei o que leio na imprensa.

Imóveis Construtoras veem mercado com concorrência menor do que em São Paulo e espaço para crescer na zona central e portuária

Centro do Rio atrai retrofit e megaprojetos habitacionais

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A região central e portuária do Rio passa por uma renovação imobiliária com empreendimentos de milhares de unidades e reformas de prédios históricos.

Após a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016, a capital fluminense passou por anos difíceis. Grandes incorporadoras reduziram sua atuação na cidade, como Cyrela, Tegra e Helbor.

Agora os números estão subindo, e há quem veja espaço para crescer. Os lançamentos avançaram 35% e as vendas cresceram 12,6% no primeiro semestre, em número de unidades, segundo a Brain Inteligência Estratégica.

A comparação com São Paulo, porém, mostra o quanto é possível avançar. A capital paulista, com 84% mais moradores, lançou 41,4 mil unidades de janeiro a junho, ante 7,7 mil da capital fluminense.

A AZO, incorporadora que nasceu em Campinas (SP), escolheu o Rio para a sua primeira expansão geográfica, em 2022. José de Albuquerque, CEO da empresa, conta que chegou a olhar mais de 30 oportunidades de desenvolver prédios em São Paulo, mas nenhuma foi "de brilhar os olhos". "É um mercado muito competitivo, tem que investir muito capital para comprar terreno, [pagando] em dinheiro, fazer operações de dívida para se alavancar", diz.

Ele chegou a trabalhar no Rio durante as quase três décadas que passou na Brookfield Incorporações (atual Tegra) e revisitou a cidade. "Fiquei positivamente impactado com o mercado, compramos terrenos de maneira mais fácil, pagando a prazo ou com muita permuta", afirma, citando que também há menos competidores e baixo estoque.

A empresa está reformando um prédio antigo na Gávea e viu a oportunidade de comprar da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (Ccpar) o edifício A Noite, por R$ 36 milhões. O prédio, inaugurado em 1929, foi sede do jornal A Noite e da Rádio Nacional, mas estava fechado há 10 anos. Será convertido em residencial, com 447 estúdios, de 30 m² a 71 m². As obras começam em novembro, com previsão de entrega para 2027. O valor geral de venda (VGV) deve ser de R$ 250 milhões.

A um quilômetro dali, o Moinho Fluminense, primeiro moinho de trigo do país, também pode ser transformado. Desde 2015, já teve dois projetos de reforma que não avançaram, e em junho foi desapropriado pela prefeitura. Agora, quem está de olho nele é o francês Alex Allard, idealizador do Cidade Matarazzo, que transformou um antigo hospital paulistano em hotel de luxo e espaço de arte.

Allard apresentou um projeto para o prefeito Eduardo Paes (PSD), que prevê a conversão do Moinho em hotel, residencial e galeria de arte, segundo o jornal "O Globo". Procurado pelo **Valor**, o empresário não quis comentar a proposta neste momento.

A incorporadora Cury está construindo um empreendimento na região central e lançou mais prédios ao lado, na região do Porto Maravilha, que reúne os bairros de Saúde, Santo Cristo e São Cristóvão. Somando as duas áreas, a empresa já lançou 7,5 mil unidades — só restam 100 em estoque, conta o vice-presidente comercial Leonardo Mesquita. Deve colocar mais 800 no mercado em novembro.

A região do Porto é o eixo de crescimento da Cury na área mais central do Rio. Mesquita conta que a empresa levou três anos para conseguir lançar o primeiro projeto por ali, o que incluiu conversas com a Caixa e a prefeitura, porque na década passada o plano era que a região se tornasse uma zona corporativa, o que não foi adiante. Ele cita que a iniciativa da Cury foi ao encontro do Reviver Centro, política da prefeitura do Rio para atrair mais moradores para a área, com benefícios para a reforma de prédios e criação de moradias.

A Cury é uma incorporadora econômica, mas seus empreendimentos na região não são voltados para as classes mais baixas. Mesquita afirma que na zona portuária já "não cabem mais" projetos para as faixas iniciais do Minha Casa, Minha Vida (MCMV). A boa localização, com muito transporte público disponível, faz com que os apartamentos se encaixem apenas na última faixa do programa (para famílias com renda de R$ 4,4 mil a R$ 8 mil) e fora dele.

A mineira Emccamp, que já construiu projetos para as faixas iniciais do MCMV, também se entusiasmou com a região e viu a oportunidade de fazer empreendimentos mais valorizados. A companhia lançou em 2022 um empreendimento com 1,5 mil unidades, que está 80% vendido. A venda foi mais rápida do que o esperado, conta o diretor financeiro André Avelar, porque as unidades também foram comercializadas para a faixa 3 e fora do programa, por R$ 300 mil a R$ 500 mil cada.

A empresa já prospecta novos terrenos na área. A Cury tem ali um banco de terrenos avaliado em R$ 2 bilhões em VGV.

Somadas, Cury, Emccamp e AZO já ultrapassam 10,2 mil novas moradias. Albuquerque afirma que na região vivem cerca de 37 mil pessoas, número que pode quase dobrar com os novos projetos.

Mesquita diz que os primeiros moradores da Cury devem chegar em 2025. Para atender esse novo público, tanto a empresa quanto a Emccamp estão construindo comércios nos prédios. Albuquerque, porém, ainda considera que falta um "grande shopping center" por ali. A ideia é que os moradores não precisem se deslocar muito.

"Olhando o Rio, essa região tem posição estratégica em localização e infraestrutura", diz Mesquita, citando o acesso a VLT, metrô e trem, a proximidade com a rodoviária, com os dois aeroportos da cidade e com vias importantes, como a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a ponte Rio-Niterói.

> "Compramos terrenos de maneira mais fácil, com muita permuta"
> *José de Albuquerque*

DIVULGAÇÃO

Em SP, haveria espaço para mais 202 mil famílias

De São Paulo

A região central de São Paulo tem 87 mil domicílios vazios, segundo o Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao se considerar a área expandida, que também abrange bairros como Barra Funda e Mooca, há 2,51 milhões de metros quadrados de terrenos vazios, de acordo com registros do IPTU. Para o Instituto Pólis, que compilou esses dados, é uma chance que a cidade está perdendo para trazer sua população periférica para perto.

O instituto, especializado em políticas públicas para urbanismo, calculou que, nos terrenos vazios, poderiam ser erguidas 114,9 mil moradias. Isso, somado aos domicílios sem uso, poderia abrigar 202 mil famílias, ou 91% de toda a população paulistana que vive em áreas de risco.

O levantamento do Pólis mostra que uma pessoa que vive na periferia de São Paulo poderia ganhar três anos de vida que hoje são gastos em deslocamentos ao trabalho se morasse na região central. "Isso significaria uma população com nível educacional melhor, e menos problemas de saúde física e mental", diz o diretor do instituto, Rodrigo Iacovini.

Ele analisa que novos projetos habitacionais estão sendo criados nas áreas centrais, incluindo a reforma de prédios antigos, mas, em geral, não atendem à população de renda mais baixa. "Muitos dos processos de remodelagem urbana se baseiam em parcerias público-privadas (PPPs), e sabemos que essas iniciativas, para a conta fechar, têm de se voltar prioritariamente a classes mais altas", diz.

As mudanças climáticas devem aumentar o número de pessoas que vivem em áreas de risco, e também os perigos aos quais estão submetidas. Assim, segundo Iacovini, abrir espaço para a ocupação do centro por esse tipo de morador seria uma decisão positiva do ponto de vista econômico. "É muito dinheiro para o município pagar em aluguel temporário, para prover atendimento à população desabrigada", diz.

São Paulo é uma cidade que cresceu de forma espraiada, assim como tantos outros grandes polos urbanos do país. A pesquisa do Pólis calcula que, nos últimos 20 anos, a expansão urbana da capital causou o desmatamento de 37,8 quilômetros quadrados. É equivalente à área do Jardim Ângela, na zona sul. Esse espaço foi usado para construir 122 mil novos domicílios, o que corresponde a 60% do potencial habitacional atualmente disponível no centro, de acordo com o levantamento do instituto.

A pesquisa aponta ainda que reduzir a ociosidade na região central evitaria a emissão de 4,4 toneladas de gases do efeito estufa na atmosfera. Essa redução viria da menor necessidade de transporte para quem mora na periferia, do uso de imóveis vazios, que diminui as emissões com novas construções, e da redução da área desmatada. O volume equivale a 56% do que o Uruguai emite ao ano. *(ALT)*

Especialistas criticam fala de Lula sobre privatizações

Estatais

Fábio Couto e Kariny Leal
Do Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva trouxe à tona novamente, na sexta-feira (13), o debate sobre as estatais, ao afirmar que o papel dessas empresas não é apenas dar lucro, mas prestar serviços à população e que uma parte dos ganhos dessas companhias geridas pelo Estado tem de ser revertida em benefício do desenvolvimento nacional.

Lula também criticou as privatizações feitas no país nos últimos anos. "A venda da BR Distribuidora [atual Vibra] melhorou o quê para a sociedade? Barateou o combustível? Tiraram um pedaço da Petrobras. A Vale está melhor agora por ser privatizada ou era melhor quando era do Estado? E a Eletrobras?"

Especialistas ouvidos pelo **Valor** consideram que a discussão levantada por Lula é atrasada e fora de contexto, diante dos números apresentados pelas empresas que passaram para as mãos da iniciativa privada. Embora reconheçam a importância das estatais na economia, ressaltam que problemas de governança e ineficiências impedem uma gestão mais ágil e abrem espaço para ingerências políticas.

As declarações foram feitas durante discurso na inauguração do Complexo de Energias Boaventura, antigo Comperj, em Itaboraí, na região metropolitana do Rio. Lula também atacou a remuneração dos executivos de ex-estatais, com ênfase na Vale e na Eletrobras. Ele classificou quem defende os processos de privatização como "um bando de imbecis".

O complexo de energia Boaventura é o terceiro nome da unidade, batizada originalmente de Comperj e renomeada para Polo Gaslub pelo governo de Jair Bolsonaro em 2019. A pedra fundamental foi lançada em 2006 e as obras, iniciadas em 2008, mas foram paralisadas em 2015, após as denúncias de corrupção investigadas pela Lava-Jato. Ao todo, foram investidos cerca de US$ 13 bilhões (R$ 71,5 bilhões pelo câmbio atual).

Marcus D'Elia, sócio da Leggio Consultoria, disse que o grande mérito da Vibra (antiga BR Distribuidora) de estar fora da Petrobras é poder se adaptar às necessidades da transição energética: "A Vibra atua sem a limitação que a Petrobras poderia trazer a uma distribuidora subsidiária."

Para o consultor, entre as distribuidoras no Brasil, a Vibra é a que mais busca diversificar o tipo de combustível. "A Vibra tem uma linha muito clara em busca da transição energética. Na época em que a BR Distribuidora era da Petrobras, essa visão não existia. É secundária na estatal, dada a própria estratégia da presidente Magda Chambriard, que tem focado em fósseis. Os investimentos em renováveis são secundários dentro da Petrobras, isso não é segredo".

O professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP) Joelson Sampaio diz que faltam políticas para mensurar os ganhos com a privatização. "O Estado precisa implementar um processo de avaliação das privatizações. O contexto de desestatização não reduz o papel do Estado, que sai de executor direto para um fiscalizador."

O economista Claudio Frischtak, presidente da consultoria Inter.B, ressalta que Lula acredita que as estatais têm papel importante no desenvolvimento do país, mas essa visão embute dois problemas.

O primeiro é que muitas delas têm déficit de governança, em maior ou menor grau, com uso de cargos de gestão como moeda de troca política — prática que se verifica ao longo de décadas. "Talvez Lula não veja isso como um problema, mas é, uma vez que distorce as decisões que são tomadas".

O segundo ponto é que, mesmo quando há boa governança nas estatais, com pouca interferência dos governos, os gestores dessas empresas padecem do fato de só poder fazer o que a lei permite, sujeitando-se ao Direito Público, com menos flexibilidade que gestores de companhias privadas.

Para Sérgio Lazzarini, professor do Insper, não existe alguma consideração que justifique a presença de uma estatal no setor de distribuição de combustíveis. No caso da Vale, existe o argumento de que a privatização pode ter tornado a empresa mais orientada para o lucro e mercado externo. "Mas o setor da Vale é de grande inserção internacional. As empresas exportam muito e direcionam seus investimentos para vários países."

Embora haja argumentos de que a orientação da Vale esteja mais voltada ao lucro do acionista e isso pode ter contribuído para os desastres ambientais, Lazzarini pondera que "o remédio para esse problema é institucional, com o reforço de órgãos de regulação e punição para desvios".

Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, diz que o desempenho de empresas privatizadas demonstra que o Estado não tem vocação empreendedora e tem atuação melhor na fiscalização e regulação de mercados. "A privatização da BR duplicou o valor de mercado da companhia, o que significa mais arrecadação e mais investimentos, o que é melhor para o país."

> **US$ 13 bi**
> **foram investidos no antigo Comperj**

Agenda Tributária

Mês de Setembro de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Agosto/2024
16	Contribuinte Individual - recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep	1007**	1º a 31/agosto/2024
	Contribuinte Individual - recolhimento mensal - com dedução de 45% (Lei nº 9.876/99) - NIT/PIS/Pasep	1120**	"
	Contribuinte Individual - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento Mensal - NIT/PIS/Pasep	1163**	"
	Segurado Facultativo - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep	1406**	"
	Facultativo - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep	1473**	"
	Segurado Especial - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep	1503**	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento para Plano Simplificado da Previdência Social - PSPS - Lei nº 12.470/2011	1830**	"
	MEI - Complementação Mensal	1910**	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep	1929**	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento	1945**	"
16	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	1º a 10/setembro/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
16	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	1º a 10/setembro/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Movimento Falimentar

Nota da redação: Excepcionalmente, não publicaremos a coluna nesta data.

Vida executiva A escritora Carla Madeira abordou o poder das emoções em evento com CEOs mulheres

A arte de aprender com literatura e biologia

Marli Olmos
De São Paulo

Assim como acontece quando, ao ingerir muito açúcar, nosso corpo reage e produz insulina, a palavra, as imagens e os acontecimentos também perturbam nosso organismo. Por isso, arte, música, literatura e até a mensagem que uma empresa transmite ao consumidor têm a força de provocar emoções poderosas, capazes de perturbar nosso corpo na mesma medida que o faz a ingestão exagerada de um alimento como açúcar.

Somente quem escreve livros que emocionam, chocam e nos fazem pensar poderia vincular a literatura à biologia de forma tão convincente como o fez Carla Madeira, jornalista, publicitária, empreendedora e escritora mineira, conhecida pelas obras "Tudo é rio", "A natureza da mordida" (lançadas pela Quixote+Do e reeditadas pela Record) e "Véspera" (Record).

A entrevista com Madeira, que já vendeu 800 mil exemplares de seus três livros, era um dos momentos mais aguardados pelas cerca de 80 mulheres CEOs, empreendedoras e conselheiras que participaram do "Café com as CEOs", evento promovido pelo **Valor**, em parceria com a Marie Claire, no Innovation Hub da Bain & Company, na manhã da sexta-feira (13), em São Paulo.

A autora foi além de simplesmente responder a perguntas das diretoras de Redação do **Valor** e de marcas segmentadas de economia e negócios, Maria Fernanda Delmas, e da Marie Claire, Maria Rita Alonso, e da âncora da CBN Débora Freitas. Durante alguns minutos dos cerca de 40 em que aconteceu a entrevista, ela leu um texto que escreveu especialmente com o intuito de levar para a discussão o poder das emoções na vida e no mundo corporativo *(leia a íntegra abaixo)*.

A plateia fez silêncio para ouvir cada palavra que Madeira, inspirada em mestres da biologia e da medicina e pensadores, escreveu para dizer que, em meio aos algoritmos, matemática avançada, física e tecnologia, somos seres biológicos. E que, por isso, "tudo o que entra no nosso corpo e o tira do estado de regularidade faz com que ele busque recursos para voltar ao equilíbrio".

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Maria Fernanda Delmas, do Valor (à esq.); Carla Madeira; Maria Rita Alonso, de 'Marie Claire' e Débora Freitas, da CBN

A escritora estudou conceitos do biólogo chileno Humberto Maturana (1928 – 2021) para entender o papel das emoções no sistema biótico. "Não existe a possibilidade de onde existir corpo não existir emoção", diz Madeira, ao apontar, ainda, os ensinamentos do inglês Oliver Sacks, professor de neurologia e psiquiatria, sobre o lado humano da medicina.

E o que isso tem a ver com a literatura? A linguagem tem um papel importante quando nosso corpo tem de lidar com a perturbação provocada pela emoção. "Pensar, elaborar, sistematizar, conceituar representam uma espécie de insulina para devolver equilíbrio ao corpo afetado", afirma.

Madeira lembra o dia em que seu pai, um matemático, citou uma frase do filósofo grego Aristóteles, quando ela questionou por que ele deixara a neta, então com um ano e meio de idade, colocar um chinelo na boca enquanto ela havia deixado a sala por um instante: "Nada está no intelecto sem ter passado antes pelos sentidos".

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Cerca de 80 mulheres CEOs, empreendedoras e conselheiras participaram

A linguagem artística está na vida de Madeira desde que ela ganhou um violão, aos nove anos de idade. Mais tarde, veio a inspiração para a pintura. Enquanto escrevia "A natureza da mordida" pintou 40 quadros. "O processo criativo é, antes de tudo, uma autorização que a gente dá a si mesma", diz.

E como ela lida com os personagens dos seus romances que se caracterizam por comportamentos violentos ou sentimentos de vingança? "O exercício é me afastar e dar lugar a um outro que é diferente de mim; escrever aquilo que quero mesmo quando aquilo me embrulha o estômago; essa é a coisa bacana da literatura", diz, ao lembrar Cecília Meireles: "Eu canto porque o instante existe e a minha vida está completa. Não sou alegre nem sou triste: sou poeta."

A literatura não foi feita para abraçar uma causa, diz a escritora. "É algo mais egoísta, um momento de intimidade." Mas a forma com que cada um entende uma obra é a magia da literatura. "Quando as pessoas comentam sobre meus livros percebo que às vezes alguém viu algo incrível que o outro não percebeu. Quando eu mesma leio o livro de outro autor é como se alguma coisa dentro de mim se organizasse."

Essa subjetividade não significa que a literatura não seja, também, um "processo de escuta" da realidade. "Não se faz nada, nem o bem, nem o mal, que não seja produzido no mundo em que estamos", diz. "Quando olho para um sujeito horrível, que faz uma coisa abominável, penso: ele não veio de Marte; foi gestado aqui."

A escritora propõe uma reflexão sobre ideias originais que podem surgir quando percebemos que algo ruim é resultado do que nós, enquanto sociedade, produzimos.

"Para onde vamos levar o mundo que está pegando fogo, com guerras que a gente não consegue entender, em meio a tudo que já fomos capazes de refletir? Que tipo de originalidade vamos trazer para o mundo para repensar essa coisa que coletivamente não está dando certo?"

Para ela, o "mundo pesado que não sabemos para onde vai" nos impede de ver coisas positivas. É o caso da diversidade, da inclusão, que evoluíram nos últimos anos. Ao mesmo tempo, Madeira nota que ainda há muita desigualdade, pouca diversidade e pouca aceitação das diferenças do outro. E propõe colocar o foco na Educação.

Quando questionada sobre perdão (que não se traduz por justiça), um ponto forte do seu livro mais famoso — "Tudo é rio" —, Madeira afirma que perdoar é um processo. "Não se pode acordar e dizer: vou perdoar".

A fórmula consiste na "contabilidade entre memória e esquecimento": "É preciso lembrar o suficiente para que aquilo não se repita e esquecer para não atualizar a dor. Porque se eu acordar todas as manhãs e atualizar a dor estarei todas as manhãs na mão do meu agressor."

Palavras e arte fazem parte da história de Carla Madeira desde que ela se interessou pela música. Seguiram em sua vida quando, há 37 anos, ela fundou a agência de comunicação Lápis Raro e também quando dava aulas de redação publicitária na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

É do olhar de quem pensa comunicação há quase quatro décadas e há dez anos se lançou na literatura que brota a mensagem que desponta em trechos do texto que ela fez para as líderes do "Café com as CEOs", quando ela diz que nossos sentidos estão sendo bombardeados por excesso de informação e nossa mente então adoece.

"Qual é a saída, quando compreendemos esse mecanismo? Produzir sentido – confiar que podemos produzir compreensão, direção, adesão para este corpo bombardeado. E a confiança tem, como premissa, a previsibilidade. Sem previsibilidade não há confiança, e só algum nível de confiança pode nos acalmar. Quando colocamos toda essa conversa na perspectiva das marcas estamos dizendo: construa confiança. Escolha um território, seja previsível em seus movimentos, deixe que as pessoas saibam o que esperar de você. E surpreenda. Parece contraditório, mas não é."

Durante o evento, a jornalista e colunista do **Valor** Isabel Clemente, mestra em escrita criativa, falou às convidadas sobre o poder de suas próprias histórias. A Bain&Company explicou a pesquisa que está sendo lançada sobre liderança feminina. E Maria Fernanda Delmas e Daniela Tófoli, diretora editorial de marcas segmentadas da Editora Globo (incluindo a Marie Claire), contaram sobre os projetos, como fóruns temáticos, que vão debater e ajudar a acelerar a inclusão feminina e a progressão de carreira no mercado de trabalho.

O que não muda?

Carla Madeira
De São Paulo

Diante de tanta intensidade do que vem acontecendo ao nosso redor, sempre me ocorre uma pergunta à qual eu me agarro:

O que não muda?

Entender o que não muda é tão importante como entender o que muda. É o que nos dá sustentação e recursos para confiar que somos capazes de lidar com todo esse caos.

No meio de algoritmos , matemática avançada, física quântica, estatísticas, predições, velocidade, tecnologia, tecnologia, tecnologia, nós somos seres biológicos. A biologia é a ciência das relações, da troca, dos processos, da mutação, do singular, do erro e, portanto, da evolução. O que significa que algumas coisas se conservam, enquanto outras mudam. E o que se conserva, certamente, é a essência que nos define.

Nosso corpo tem obsessão por se manter vivo. Ao mesmo tempo que esse corpo interage com o meio, ele opera em um sistema fechado, chamado clausura operacional. Tudo o que entra nesse corpo e o tira de um estado de regularidade faz com que ele busque, dentro de si mesmo, os recursos para voltar ao equilíbrio. Se comemos muito açúcar, vamos produzir insulina. O corpo fará isso sem nos pedir permissão, simplesmente porque não abre mão da busca por regularidade. Vamos chamar esse açúcar de agente perturbador. Ou seja, uma coisa externa que, ao entrar no nosso corpo, é capaz de perturbá-lo. Assim como o açúcar, a palavra, as imagens, os acontecimentos são agentes perturbadores e a atividade neural que se altera com essas perturbações se chama emoção. Do ponto de vista biológico, a emoção nada mais é do que uma regularidade que foi afetada, uma alteração na paisagem interna. Segundo Oliver Sacks, nosso corpo não distingue a emoção provocada por uma experiência primária da emoção provocada pela ficção. A perturbação se faz da mesma forma e, querendo ou não, nosso corpo vai lidar com ela em busca do equilíbrio.

ANA PAULA PAIVA

Carla Madeira: "Construa confiança"

E como nós fazemos isso? Através da linguagem. Pensar, elaborar, sistematizar, conceituar são uma espécie de insulina para devolver o equilíbrio ao corpo afetado.

Minha filha tinha um ano e meio quando a deixei na sala com meu pai para buscar um copo d'água na cozinha. Quando voltei, ela estava com o chinelo dele na boca. Diante da minha reclamação, meu pai argumentou citando uma frase de Aristóteles: nada está na mente que não tenha estado antes nos sentidos.

Sim, não há nada que esteja em nossa mente que não tenha entrado pelos nossos olhos ou nossos ouvidos, nosso olfato, tato ou paladar. Nossos sentidos são portas de entrada. Toda a nossa capacidade de pensar, imaginar e criar foi desenvolvida a partir deles.

Nesse momento, nossos sentidos estão sendo bombardeados por excesso de informação e, nesse caos, nossa mente adoece.

Qual é a saída, quando compreendemos esse mecanismo?

Produzir sentido — confiar que podemos produzir compreensão, direção, adesão para este corpo bombardeado. E a confiança tem, como premissa, a previsibilidade. Sem previsibilidade não há confiança, e só algum nível de confiança pode nos acalmar.

Quando colocamos toda essa conversa na perspectiva das marcas estamos dizendo: construa confiança. Escolha um território, seja previsível em seus movimentos, deixe que as pessoas saibam o que esperar de você. E surpreenda. Parece contraditório, mas não é. Todas as vezes que surpreendemos para confirmar uma expectativa, e não negá-la, conquistamos uma imensa quantidade de confiança. E isso é a coisa mais preciosa que a criatividade faz: surpreender para confirmar uma previsibilidade.

Mantenha uma conversa que importa, não um monólogo falando de si, mas uma conversa que te aproxime do seu público por ser relevante para ele — o som familiar da sua voz, as imagens que você propõe, seus gestos, seu cheiro, seu jeito de estar presente e fazer parte da vida das pessoas se tornam um oásis no caos. Porque o que nos mantém capazes de transitar no caos é saber que podemos confiar em alguma coisa.

'A escrita é maneira de dar sentido ao que vivemos'

Luana Dandara
De São Paulo

"Revisitar nossa trajetória através da escrita nos ajuda a entender quem somos e o caminho que percorremos. Não é apenas um exercício de memória, é uma maneira de dar sentido ao que vivemos". A afirmação é de Isabel Clemente, mestre em escrita criativa pela Royal Holloway, University of London, e colunista do **Valor**.

Clemente proferiu a palestra "O poder das histórias e da própria história" no evento "Café com CEOs", organizado pelo **Valor**, em parceria com a Marie Claire, que reuniu líderes mulheres sexta-feira, em São Paulo.

A jornalista observou que o ato de escrever e contar histórias vai além de uma habilidade pessoal, sendo essencial para líderes.

"Quando trabalhamos nossas narrativas, observamos de maneira mais atenta o que acontece ao nosso redor. É uma forma poderosa de organizar pensamentos", afirmou, lembrando uma frase do cineasta João Moreira Salles: "Prestar atenção é o primeiro passo para o entendimento".

Clemente também destacou o papel das histórias na criação de conexões emocionais e no fortalecimento de relações. "Elas despertam emoções e criam laços de confiança, funcionando como uma ferramenta para inspirar equipes e promover uma liderança mais humanizada", observou a colunista do **Valor**.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Isabel Clemente: mais conexão

A palestra foi um convite para que as executivas explorem o poder da escrita. "Cada um de nós tem uma história única e poderosa. Esse exercício traz força diante dos desafios e proporciona uma liderança com mais autenticidade e conexão", disse Clemente.

Pesquisa vai mapear obstáculos a que mais mulheres cheguem ao topo

Natália Flach
De São Paulo

Ainda que a discussão sobre diversidade tenha ganhado espaço nas metas das empresas, as mulheres ainda são sub-representadas na liderança das organizações, em especial profissionais negras, por exemplo. "O que vimos ao longo dos anos é que o quadro de funcionários se tornou mais equalitário na base; mas, conforme as mulheres vão escalando posições, o ar vai ficando mais rarefeito", afirma a sócia da Bain & Company Daniela Carbinato.

Para investigar por que poucas executivas alcançam altos cargos no Brasil, a consultoria começou na sexta-feira (13) uma pesquisa, encomendada por **Valor** e Marie Claire, sobre as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho.

Ao todo, devem ser ouvidas cerca de mil pessoas, entre homens e mulheres, e os resultados serão divulgados até o início de dezembro. "Também queremos decodificar os caminhos percorridos por mulheres que chegaram à presidência e conselhos [de administração] e entender o que muda nas companhias quando elas alcançam essas posições", disse Carbinato.

Segundo a diretora sênior de reputação de mercado para a América Latina na Bain, Vivianne Pelegrini, em 2019 apenas 3% das companhias no país eram comandadas por presidentes mulheres. "Para poder criar ações de promoção de igualdade, primeiro precisamos entender onde estamos agora. Daí veio a ideia de lançar o estudo", explica a diretora.

De lá para cá, houve certo avanço. Em julho do ano passado, por exemplo, foi promulgada a lei da igualdade salarial (lei 14.611). Ainda assim, apenas 16% das companhias brasileiras têm hoje uma política bem definida de equiparação salarial entre gêneros, de acordo com estudo da consultoria Mercer. O levantamento aponta também que a maioria (64%) das organizações admite diferenças salariais no quadro de funcionários. Em alguns casos, as discrepâncias nos pagamentos podem chegar a 20% nas posições mais altas das corporações.

INÊS 249

Marketing Doações não fazem parte da cultura, mas a resposta a campanhas tem sido positiva

Como fazer o brasileiro abraçar causas sociais

Natália Flach
De São Paulo

As campanhas de marketing não servem apenas para vender produtos e promover empresas. Elas têm o poder de dar voz a causas sociais e disseminar informações de interesse público. Assim, servem tanto para arrecadar donativos após tragédias quanto para engajar a sociedade em temas como saúde mental e defesa da primeira infância. Em comum, elas buscam, em última instância, salvar vidas — ou melhorá-las.

No Brasil, onde abraçar causas sociais não faz parte da rotina diária, esse tipo de campanha é especialmente importante e, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a resposta costuma ser positiva.

Levantamento feito pela organização não governamental (ONG) britânica Charities Aid Foundation (CAF) — que reflete o comportamento da população em três quesitos: doação de dinheiro, voluntariado e inclinação a ajudar estranhos — mostra que o Brasil aparece na 86ª colocação em 2024 em um ranking com 142 países. Em 2013, figurava no 76º lugar.

As campanhas, então, têm papel fundamental para chamar a atenção da sociedade. É o caso da arrecadação de roupas e agasalhos pela ONG SP Invisível. Desde o lançamento na segunda quinzena de maio até agosto, a ação ajudou 15 mil cidadãos na capital paulista, o mesmo número do ano passado. A meta é alcançar mais 20 mil até o fim de setembro. Ao todo, já foram entregues 4 mil moletons, 51 mil itens de higiene pessoal, 8 mil refeições e 8 mil garrafas de água.

Há iniciativas, entretanto, cujos principais resultados não são medidos em números e, sim, em mudanças na sociedade. É o caso da ação do Setembro Amarelo, que visa prevenir o suicídio no Brasil. "A campanha quebrou o tabu sobre saúde mental no país", diz o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Antônio Geraldo da Silva. "Até então, as pessoas tinham medo de falar sobre esse assunto no trabalho e serem demitidas. Hoje, isso já não existe mais", acrescenta o especialista sobre a síndrome de esgotamento profissional (ou "burnout"), que desde 2022 é considerada , pela Organização Mundial de Saúde, uma doença ocupacional.

Ao desmitificar o tema, os brasileiros também passaram a se sentir mais seguros para pedir ajuda quando algo não vai bem. Por ano, o Centro de Valorização da Vida (CVV) atende mais de 4 milhões de ligações de pessoas em vulnerabilidade emocional. Mas, em setembro, as chamadas costumam se intensificar por causa da campanha que, neste ano, foi criada de forma voluntária por Edu Cabral, Thiago Ito e Bruno Simões, além de ter contado com a produção de Carolina Ana, Tomás Castello & PhonoFilmes, Fellini Conti e Leonardo Aiello.

"A gente pede para os 1,5 mil voluntários doarem um pouco mais de tempo ao longo deste mês para dar conta da demanda", afirma o voluntário há 30 anos Carlos Correia. Ele acrescenta que, nesse período, também aumenta o número de inscrições de pessoas interessadas em ajudar. "O que queremos é fazer um convite para a sociedade ouvir mais o próximo e se ouvir mais. A atenção aproxima as pessoas."

Mariana Luz, da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal: O que acontece até os seis anos de idade impacta a vida toda

Vocalizar a importância do cuidado também está no cerne da campanha Agosto Verde, que chama a atenção para a importância da primeira infância. É nesse momento da vida em que podem ser realizadas até 1 milhão de conexões por segundo, de modo a formar 90% do cérebro. "A meta é fazer com que todo mundo saiba que o que acontece até os seis anos de idade vai ter impacto para a vida toda", explica a presidente da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Mariana Luz, acrescentando que esses números vão depender dos estímulos a que as crianças são expostas, como carinho e contato com a natureza.

Criada pela agência Silva, a campanha deste ano contou com filmes para as redes sociais — com audiência de 8,88 milhões de pessoas em agosto —, além da participação do personagem Nelson (Neném) em programas da TV Globo para falar sobre primeira infância. Também foram criadas comunicações para 12 telas em estações de trem e metrô em São Paulo, além de 51 relógios pela capital paulista.

"A gente pretende atingir as camadas mais vulneráveis e levar a conscientização do tema, mas não somente elas. Precisamos de todas as classes engajadas, pois cuidar de uma criança é cuidar do país", afirma Luz. A executiva explica que os resultados não dependem apenas da campanha. mas também de uma integração da sociedade civil, empresas e governos em torno do tema.

Essa convergência de forças também é essencial quando se trata da campanha Outubro Rosa, que visa prevenir o câncer de mama. Segundo a responsável pela divisão de detecção precoce e apoio à organização de rede do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Mônica de Assis, as desigualdades brasileiras explicam por que as capitais e áreas urbanas têm registrado queda na taxa de mortalidade de pacientes, enquanto nas regiões rurais a tendência é o inverso.

"Não basta o auto exame. A mulher precisa ter acesso à assistência de saúde caso detecte algo diferente na mama", diz, explicando por que é tão difícil derrubar a média nacional. "De qualquer forma acho que avançamos em termos de conscientização da doença. As pessoas entendem melhor hoje a importância do diagnóstico precoce para as chances de tratamento e cura."

Segundo um estudo da Ipsos, as causas relacionadas aos direitos básicos humanos são as mais importantes para os brasileiros: combater a fome e a pobreza; oferecer educação e fomento à oportunidade de aprendizagem; e combater as mudanças climáticas, nessa ordem.

> "A campanha quebrou o tabu sobre saúde mental no país. As pessoas tinham medo de falar sobre isso no trabalho"
> *Antônio G. da Silva*

Zé Gotinha ajuda na vacinação, há 38 anos

História
De São Paulo

As campanhas de vacinação ganharam um aliado em 1986. Com traços simples, o personagem Zé Gotinha foi criado para desmitificar a aplicação de vacinas e incentivar a imunização em todo o país — em especial contra a poliomielite. Na época, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) havia elaborado um cronograma de cinco anos para erradicar a doença que ataca o sistema nervoso e provoca paralisia.

"Quisemos transmitir a ideia de se preservar a qualquer custo um direito que é inato a todos os pequenos: o de andar", afirmou o artista plástico Darlan Rosa, criador da mascote, em entrevista ao Instituto Butantã.

O artista contou que teve um 'estalo' quando se deparou com uma série de fotografias sobre locomoção criada pelo fotógrafo inglês Eadweard Muybridge, que atuou em meados do século XIX. As imagens mostravam uma menina caminhando. A partir daí, o artista desenhou uma sequência em que o Zé Gotinha aparece se deslocando de 1986 até 1990, em referência ao calendário da imunização contra a poliomielite.

A mascote deu tão certo que o Ministério da Saúde decidiu investir em filmes para a TV. Em um dos primeiros desenhos, o personagem aparece chorando porque ainda não tinha um nome — até então era chamado informalmente de "Vax". Então, uma fada madrinha aparece para pedir que crianças enviassem sugestões de nome. A pasta recebeu milhares de cartas e decidiu-se por Zé Gotinha.

Oito anos após a sua criação, a mascote fez uma das suas aparições mais importantes — participou da celebração à erradicação do vírus da poliomielite no Brasil. Na ocasião, o personagem recebeu a certificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) ao lado do então presidente Itamar Franco. ***(NF)***

'O mercado se perdeu e supervaloriza redes sociais'

Cenário

Andrea Assef
Para o Valor, de São Paulo

Igor Puga acaba de assumir o cargo de vice-presidente de marketing da Zamp, empresa que controla as redes de fast-food Burger King e Popeye's no Brasil. Com uma trajetória de oito anos no Santander, Puga agora estreia no setor alimentício. No Santander, estreou como anunciante e completou sua experiência no tripé da indústria de comunicação — como publicitário (Publicis, JWT, Africa e DM9), em veículos de comunicação (iG e Terra) e como cliente.

Antes de assumir essa nova posição, Puga ocupava o cargo de vice-presidente-executivo do marketplace Enjoei, onde atuou por quatro meses.

Com a experiência de quem veio do marketing digital, Puga considera que as pessoas estão mais preocupadas com métricas do que deveriam e fazendo coisas imediatistas e menos relevantes.

"O mercado se perdeu. Acabou transformando um fenômeno que existe (redes sociais), que é latente, em algo mais importante do que deveria ser. Do mesmo jeito que ele [o fenômeno] é impactante, é completamente volátil. E se ele é tão volátil, não deveria estar no centro das atenções", afirma Puga.

O executivo diz acreditar que ninguém está preparado para lidar com a avalanche que será causada pela inteligência artificial (IA). "Quem acha que está [preparado], está se enganando. A transformação será exponencial", afirma Puga. A seguir, a entrevista:

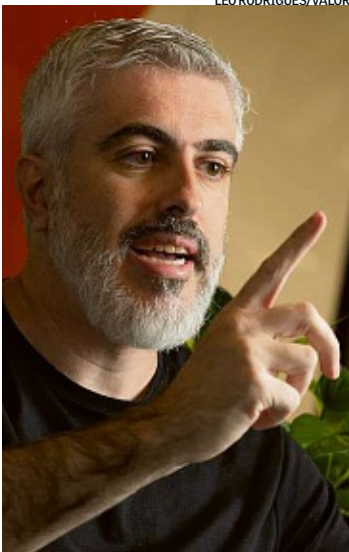
Valor: *Como vê o marketing atualmente?*

Igor Puga: Eu acho que o mercado está num momento de crise. E não no sentido financeiro. Acho que a gente perdeu uma amálgama muito relevante que conseguia sensibilizar, impulsionar o consumo a partir de lembranças sólidas entre o seu discurso e a sua marca. Dificilmente você conversa com uma pessoa e ela tem uma lembrança significativa do que vê nos 'breaks' comerciais da televisão. Ah, mas a televisão é antiga, a televisão é aberta, analógica, e é uma referência incompatível, o mundo mudou, as redes sociais etc. Bem, eu passei a vida inteira no digital e então não fico constrangido em dar um depoimento nesse aspecto e parecer completamente velho e datado. É que os números de audiência que a gente tem no Brasil, na televisão, ainda são imbatíveis. É um espaço ainda muito válido para ter percepções subjetivas.

Valor: *A indústria da comunicação está mais preocupada com métricas do que deveria?*

Puga: Sim. Nos últimos anos tem-se vivido muito da força bruta técnica, que é exatamente a exatidão do número de vezes que eu vou causar impacto com aquele anúncio e cumprir um objetivo para efeito prático de conselhos, acionistas. Mas qual a relevância de lembrar um negócio que não me deixou boas impressões, não me emocionou e não gerou propensão nenhuma a consumir aquele produto?

Valor: *E quando isso aconteceu?*

Puga: Eu acho que não foi um marco específico. Acabou sendo progressivo. Há um imediatismo gigante nas companhias, ou seja, elas passaram a querer resultados a partir de uma comunicação e marketing de curtíssimo prazo. E aí, o que acontece? Não se olha mais para a identidade, para a construção de um legado da sua marca. Precisa vender no dia seguinte, na próxima semana ou no máximo neste mês vigente.

Valor: *Esse comportamento é causado por uma cobrança das empresas pressionadas pelas redes sociais, ou, em alguns casos, por uma agenda pessoal dos executivos em bater metas, ganhar bônus?*

Puga: Acho que são as duas coisas. É um fenômeno quase antropológico, sabe? No fim do dia, o publicitário, o marqueteiro, independentemente de qual lado do balcão eles estejam, também são reféns da mudança de comportamento. Eles também ficaram imediatistas. As pessoas têm dez segundos de fama. Isso contamina a todos. Ou seja, há uma pressão por resultados rápidos, e isso vem de cima. Mas existe o consentimento e a cumplicidade de quem está embaixo por entender que há uma mudança de comportamento do consumidor e que esse é o jeito de fazer.

Valor: *E qual é o impacto para o mercado?*

Puga: O mercado se perdeu. Acabou transformando um fenômeno que existe, que é latente, em algo mais importante do que deveria ser. Do mesmo jeito que ele é impactante, é completamente volátil. E se ele é tão volátil, não deveria estar no centro das atenções. A gente não deveria viver em função disso. É preciso olhar se você está num território onde tem autoridade para se apropriar daquela ideia? Aquele personagem, aquele ativo, aquela cor, aquela música, fazem parte genuinamente do seu território?

Valor: *Como prevê o futuro da IA no marketing?*

Puga: Eu acho que vai ser um impacto monstruoso do ponto de vista psíquico e social nas profissões, nas nossas atuações. E confesso que nem me sinto seguro e com repertório suficiente para ser uma pessoa que trate com a profundidade necessária neste momento, mas pelo menos eu tenho juízo. Eu respeito porque sei que está vindo uma coisa aí e tenho convicção de que não estamos preparados para lidar com o tamanho da avalanche. Quem acha que está, está se enganando. A transformação vai ser exponencial.

Valor: *Esse cenário chega a assustar?*

Puga: Sim, mas não acho que seja um problema. Em vez de ficar em pânico em relação ao que vai ser estrutural mesmo, há coisas muito simples, muito factuais que estão acontecendo agora e que as pessoas estão tratando com certo desleixo. Dependendo da baixa sofisticação de algumas coisas que a gente faz em publicidade, é constrangedor, mas realmente, a inteligência artificial já redige muito melhor do que a gente. Não adianta tapar o sol com a peneira.

É óbvio que quando a gente fica na bolha das 20 maiores agências de propaganda, dos publicitários mais premiados do país, essa conversa tem certo viés. Mas quando falamos do varejo em todo o Brasil, que representa 70% do negócio da propaganda, com anúncios regionais de concessionárias de carros, de supermercados de bairro, esse tipo de comunicação não precisa mais da intervenção humana. E detalhe, o uso da IA não é para ficar melhor, mas para ficar igual. A gente sequer consegue fazer melhor.

É muito ilusório, dadas as dimensões continentais e a pulverização que a gente tem no mercado publicitário no Brasil, achar que os movimentos que ocorrem entre os 20 maiores anunciantes ou as 20 maiores agências do Brasil refletem o impacto da IA em todo o país.

Valor: *Como assim?*

Puga: Eu percebo que a gente realmente não tem muito essa visão. Eu me sinto superprivilegiado por ter trabalhado num banco que tinha 3 mil agências, que funcionava nos 27 Estados da nação. Quando você vai para o mundo real, para o campo, e você chega às praças e lida com o consumidor de verdade, vê o quão trivial, o quão simples é e como eventualmente o chatGPT em 30 segundos conseguiria escrever um título de outdoor em Juazeiro do Norte melhor do que está escrito ali.

Então, estou muito mais preocupado porque a gente fica esperando essa avalanche estrutural que, aí sim, vai ser incômodo para quem manda, nos formadores de opinião. Mas, a mudança, pensando lá na base da pirâmide, já está aí. E a gente fica fingindo que, como não é com a gente, ela é menos importante ou ela é superficial.

> ChatGPT faria título de outdoor em Juazeiro do Norte melhor que o original
> *Igor Puga*

Empresas

Tecnologia Recursos foram para conta da União por decisão de Alexandre de Moraes

Starlink e X têm R$ 18 mi transferidos

Flávia Maia e Isadora Peron
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu transferir para a União R$ 18,3 milhões que foram bloqueados nas contas da Starlink e da rede social X — as duas empresas pertencem ao bilionário Elon Musk. Os valores são relativos às multas impostas à rede social X por descumprimento de ordens judiciais brasileiras.

Com o repasse dos valores das empresas à União, Moraes determinou o desbloqueio do restante do saldo bancário e dos ativos da Starlink e do X no Brasil. Dos R$ 18,5 milhões, R$ 11,067 milhões são da conta da Starlink e R$ 7,28 milhões do próprio X.

A transferência de valores foi determinada por Moraes na quarta-feira (11) e as informações foram divulgadas na sexta (13) pelo STF. Ainda segundo o STF, em 12 de setembro, os bancos Citibank e Itaú comunicaram que cumpriram as determinações e efetivaram as transferências para a conta da União no Banco do Brasil.

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF

Alexandre de Moraes, do STF

Moraes bloqueou as contas da Starlink e do X para garantir o pagamento de penalidades impostas à rede social. O ministro considerou a responsabilidade solidária entre as empresas para pagamento das multas. O ministro reconheceu a existência de um "grupo econômico de fato" em decisão do dia 24 de agosto de 2024 e não cabe mais recurso, pois as empresas não recorreram a tempo.

A Starlink chegou a impetrar um mandado de segurança para liberação de todas as contas bancárias, ativos financeiros e bens imóveis e móveis bloqueados pelo ministro Alexandre de Moraes. Porém, no dia 30 de agosto, o relator do mandado de segurança, Cristiano Zanin, negou o recurso.

A rede social X continua bloqueada no Brasil por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Por mais que a multa de R$ 18,5 milhões tenha sido paga para a União e as contas das empresas do bilionário Elon Musk — Starlink e X — estejam desbloqueadas, a plataforma continua descumprindo as ordens judiciais brasileiras de retirada de conteúdo. Além disso, a rede social prossegue sem representação no país.

No dia 30 de agosto, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu a rede social X no Brasil de forma imediata, completa e integral em todo o território nacional, até que todas as ordens judiciais sejam cumpridas, as multas devidamente pagas e seja indicado representante em território nacional. A Primeira Turma do STF confirmou a decisão do ministro.

> A rede social X continua bloqueada porque a plataforma ainda descumpre ordens judiciais

Dessa forma, apenas parte das condicionantes para o retorno da rede social foi cumprida – o pagamento das multas.

Na sexta-feira, a Advocacia Geral da União (AGU) deu parecer pelo arquivamento das ações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do partido Novo, que contestam a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que bloqueou a rede X no Brasil e impôs multa de R$ 50 mil aos usuários que tentarem burlar a decisão. A AGU segue o mesmo entendimento da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o assunto.

Conforme o **Valor** antecipou, a AGU entendeu que a ação não deve prosseguir e nem mesmo o exame do mérito deve ser analisado porque não cabe Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) – contra decisão colegiada do Supremo.

Curta

Recorde na Bienal de SP

A 27ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo recebeu 722 mil visitantes, número 9,39% superior ao público do evento anterior, em 2022, de acordo com balanço publicado pelos organizadores ontem. Trata-se de um número recorde de visitantes para o evento, que ocorreu de 6 a 15 de setembro. A edição de 2022 já havia sido a maior desde o início da realização do evento. Segundo dados prévios divulgados pela Secretaria Municipal de Turismo, o gasto médio atingiu R$ 208,14. O desembolso por compra ficou abaixo da edição anterior, quando atingiu R$ 226,94. Mas pesquisa da organização com os expositores mostra um aumento de 83% na média diária de faturamento frente à edição anterior. Isso pode ocorrer se, mesmo com tíquete menor, mais visitantes compraram livros. Segundo a pesquisa, 54,6% dos visitantes são da capital paulista, 69,8% são mulheres e mais da metade tem entre 18 e 29 anos (62%).

Agronegócios

Por

Política Documento de ministros da Agricultura defende esforços para combate ao desmatamento

Declaração do G20 foca em ações contra fome e mudanças climáticas

Rafael Walendorff
De Brasília

A declaração oficial assinada na sexta-feira (13/09) pelos ministros da Agricultura dos países do G20, fórum das maiores economias mundiais, reconhece os impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos e seus efeitos para o insucesso da meta global de combate à fome até agora. Ações para enfrentar as adversidades do clima no campo e superar a insegurança alimentar nortearam o documento final.

Anfitrião, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, anunciou que o Brasil conseguiu incluir na declaração o seu modelo de intensificação de produção de alimentos no país nos próximos anos, com a proposta de conversão e recuperação de áreas degradadas, para evitar o desmatamento de novas áreas.

Não há menção explícita à conversão de áreas degradadas no documento. A declaração, porém, cita o consenso dos ministros do G20 para "encorajar" o financiamento internacional de práticas agrícolas sustentáveis em países em desenvolvimento", em linha com o objetivo do programa brasileiro. O texto enfatiza a "importância de esforços para interromper e reverter o desmatamento e a degradação das florestas até 2030".

"Em todo mundo há terras em estado de degradação que podem e devem ser recuperadas, pelo próprio fato de ser geração de oportunidades ambientais, recuperando o que está degradado e por passar a produzir alimentos de qualidade em maior volume e escala. Foi um exemplo virtuoso que foi aceito por todos e está na declaração", disse Fávaro, após o encerramento da reunião.

A declaração também menciona esforços contra barreiras comerciais "injustificáveis", outro assunto que movimentou o governo brasileiro na semana passada com a tentativa de barrar a lei antidesmatamento europeia.

O documento defende a atuação da Organização Mundial do Comércio (OMC) para direcionar os negócios multilaterais e diz que "regulamentações destinadas a melhorar a sustentabilidade e a resiliência da agricultura e dos sistemas alimentares devem estar em conformidade" com as regras do órgão, evitando "ônus regulatórios injustificáveis".

Durante as reuniões em Mato Grosso, Fávaro entregou carta ao comissário europeu, Janusz Wojciechowski, em que pede a suspensão da aplicação da lei antidesmatamento da UE, cuja vigência está prevista para o fim deste ano.

Os impactos do clima tiveram destaque na declaração final. Há cinco anos não havia consenso para a elaboração desse tipo de documento no grupo de trabalho setorial. "Tivemos o reconhecimento de todos de que as mudanças climáticas chegaram para ficar e com muita intensidade, e que precisamos agir de forma concreta para enfrentar essas adversidades climáticas", disse Fávaro.

Os compromissos firmados incluem esforços para o combate ao desmatamento, o uso de bioinsumos e de tecnologias mais modernas com respeito ao ambiente, a promoção da agricultura regenerativa, a importância dos fertilizantes, do melhoramento genético, da pesquisa e da assistência técnica para melhorar resultados sustentáveis dos sistemas alimentares nas diferentes realidades.

A declaração elenca como principais pontos dos compromissos dos países-membros a sustentabilidade da agricultura e dos sistemas de produção "resilientes e inclusivos", especialmente de pequenos produtores. O texto também faz referência a medidas que precisam ser adotadas para reduzir a fome no planeta. O combate à pesca ilegal e predatória foi incluído nos objetivos do G20.

A declaração reconhece os "impactos acelerados das mudanças climáticas" no planeta e seus efeitos para "exacerbar" a insegurança alimentar global e a desnutrição. São 733 milhões de pessoas cronicamente subnutridas e 2,8 bilhões que não conseguem pagar por dietas saudáveis, diz o texto.

O texto reafirma o compromisso com a implementação do Acordo de Paris e o objetivo de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e tentar, limitar a elevação a 1,5°C.

A declaração foi assinada por 23 ministros e autoridades ministeriais, o maior número desde a criação do grupo de trabalho da Agricultura, em 2011. *(Colaborou Gabriella Weiss, de São Paulo)*

GUILHERME MARTIMON/MAPA

Reunião de ministros de Agricultura do G20; declaração final reconhece efeitos do clima no combate à fome no mundo

Clima Fogo já afetou pelo menos 181 mil hectares no Estado, segundo a Orplana

Incêndios deste ano em SP são risco também para safras futuras de cana

Camila Souza Ramos e Luciana Franco*
De São Paulo

VICTOR MORIYAMA/BLOOMBERG

Canavial que pegou fogo em Ribeirão Preto é colhido às pressas; fogo em áreas já colhidas também será prejudicial

As cenas de labaredas de fogo consumindo longas faixas de canaviais representam não só uma ameaça à saúde pública, ao equilíbrio ecossistêmico e climático, como também para a oferta de açúcar, etanol e energia no próximo ano. Mas, além de os incêndios já terem comprometido parte da produção derivada da cana desta safra, o fogo também queima pés de cana que estavam rebrotando para a produção da próxima temporada (2025/26).

"A preocupação maior não é com a cana em pé que foi queimada. Nesse caso, se a usina colhe em uma semana, resolve. O problema é a cana que já tinha sido colhida antes da queimada, que estava rebrotando e veio o fogo. Esse fogo afeta a cana para o ano que vem", afirma Ricardo Pinto, sócio da consultoria RPA.

Apenas o Estado de São Paulo teve 181 mil hectares de cana queimados entre 23 de agosto e 10 de setembro. Dessa área, 95 mil hectares foram de lavouras já colhidas e que estavam rebrotando. Os dados são da Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana), a partir de imagens de 13 satélites e visitas a campo. Segundo a organização, os prejuízos aos produtores já chegam a R$ 1,2 bilhão.

Esses números, infelizmente, estão em constante atualização, já que os incêndios continuam ocorrendo e a seca deve se prolongar ao menos até o fim de setembro. "Nós estamos contando os cacos", lamenta José Guilherme Nogueira, presidente da Orplana.

A queima de pés que estavam em rebrota pode ter diferentes efeitos de acordo com a intensidade do fogo. Os impactos podem ir do atraso da colheita da próxima safra, passando pela necessidade de mais investimentos em tratos culturais e até em replantio, reduzindo a área de colheita da safra seguinte.

"Quando o fogo atinge pés novos, provoca a desidratação das células da cana e chega a matar a parte da planta acima do solo. O que pode ser feito, quando a planta tem dois a três meses, é esperar voltar a rebrotar e a produzir novas folhas. Se estiver com quatro a cinco meses, a alternativa é eliminar a parte aérea com roçadeira e estimular nova brotação", explica Paulo Figueiredo, professor de fisiologia vegetal e cana-de-açúcar da Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas da Unesp de Dracena.

Porém, a Orplana relata que as rebrotas de cana que estavam com até quatro meses "viraram pó", provocando um acúmulo de cinzas, que inclusive precisará de manejo para ser removido.

O problema maior é quando os incêndios saem do controle e queimam as lavouras por muito tempo — que é o que se tem visto com frequência —, o que compromete a raiz. "A raiz está muito protegida. Mas o que acontece muito é que as lavouras colhidas têm material remanescente da colheita no solo, a palhada, que acaba sendo um material combustível. O fogo persistente nesse palhiço por horas aumenta a temperatura do solo a ponto de promover a morte de gemas abaixo do solo", diz Figueiredo.

Se o comprometimento das gemas — estrutura a partir da qual brota a cana e que fica no solo — for pontual, o produtor pode até deixar o canavial com falhas. Mas, se os danos são amplos, é preciso replantar tudo. E as áreas replantadas agora não deverão estar maduras para colheita no ano que vem, já que muitas variedades se desenvolvem em 18 meses.

"A área de reforma [de canavial] vai ser maior por causa desse efeito. Mas depende do produtor, porque precisa de dinheiro. O custo de replantio está em R$ 13,5 mil por hectare, e os juros para financiar plantio estão entre 13% e 14%", afirma Nogueira, da Orplana. "O produtor vai fazer a conta para ver se vale a pena, ou se migra para grãos, como soja e amendoim."

Nas lavouras que terão capacidade de rebrotar, os impactos ainda são incertos. "Num passado pouco distante, há 10 anos, tínhamos setembro como mês de chuva e a cana retomava o crescimento. Não é o que acontece agora", alerta Figueiredo. O ritmo de rebrota dessas plantas dependerá do retorno das chuvas de forma consistente. Quanto mais tardarem, maior será o atraso da colheita na próxima safra.

"Quando a cana queima, vai levar um ano para estar pronta para colher. Então vai ter uma concentração de colheita nesse período [em 2025], e não temos tantas máquinas disponíveis. O produtor deve ter que atrasar ou adiantar algumas colheitas", avalia Nogueira. A depender das chuvas do verão, pode afetar a produtividade.

Ninguém ainda arrisca uma estimativa para o impacto na produção da próxima safra, já que os incêndios continuam acontecendo. Além de afetar a produção de açúcar e etanol de cana, também deverá haver uma redução de palha necessária para cogeração das usinas, uma vez que essa biomassa está sendo consumida pelo fogo.

E há ainda efeitos que só serão vistos daqui alguns anos. "Com o fogo, tem a eliminação de microrganismos", lembra Figueiredo, da Unesp. E é a microbiota do solo a responsável pela ciclagem de matéria orgânica, pela solubilidade do fósforo, pelo controle de doenças e outras interações que mantêm a terra saudável.

Além disso, sem a palhada no solo, a terra fica suscetível a processos erosivos, o que pode ser mais perigoso para lavouras com algum grau de declividade. Segundo o professor, esses efeitos aparecerão no médio prazo.

*** Para o Valor**

Seca deve encarecer importação de adubos pelos portos do Arco Norte

Logística

Isadora Camargo e Cleyton Vilarino
De São Paulo

A maior seca em 20 anos no Norte do Brasil pode encarecer a importação de fertilizantes que chegam pelos portos da região para atender os produtores do Centro-Oeste. Com a redução do nível dos rios, os portos do chamado Arco Norte enfrentam problemas na navegação, o que deve gerar desvio de rotas de embarcações para outros terminais, aumento de custos e potenciais atrasos de entrega.

Em Porto Velho (RO) — uma das quatro Estações de Transbordo de Carga (ETC) em operação no rio Madeira — não há navegação no momento porque o nível do rio está "negativo", afirma João Petrini, especialista em logística e fertilizantes da agência de inteligência de mercado, Argus.

No último dia 10 de setembro, o nível do Madeira nessa região era de 79 centímetros, segundo medição do Serviço Geológico Brasileiro — redução de 27 centímetros em uma semana e abaixo da mediana para o período, de 352 centímetros.

Diante desse quadro, o fertilizante que está em trânsito, vindo do exterior, até os portos do Arco Norte deve entrar em uma fila quando chegar, atrasando a entrega aos produtores, diz Petrini.

O Arco Norte não é a principal rota de entrada de fertilizantes no país, mas tornou-se uma opção ao demandado Porto de Paranaguá. E vem aumentando sua participação. De 2020 a 2024, a importação de adubos por essa via mais que dobrou, saindo de 1,5 milhão de toneladas no primeiro semestre de 2020 para 3,7 milhões de toneladas no primeiro semestre deste ano, segundo a Argus.

A participação nas importações está em 20,8% — Paranaguá é a principal via de entrada do produto, com fatia de 30%.

Na avaliação de Petrini, a situação nos portos do Arco Norte pode levar a um aumento significativo dos custos com "demurrage" ou a desvios a outros portos do país, se o volume de água dos rios diminuir ainda mais.

21%
é a participação dos portos da região

Numa eventual paralisação do transporte hidroviário na região, as opções de desvio para escoamento dos fertilizantes seriam o porto de Itaqui, em São Luís (MA), e os terminais do Sul e Sudeste do país, afirma o especialista.

De acordo com o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) tem realizado dragagens emergenciais para garantir a circulação de carga via barcaças, mas a navegação de navios maiores já está comprometida.

"Para navegação em barcaças que exigem até 3,5 metros de profundidade, a dragagem resolve o problema. Mas para aquelas embarcações que exigem calado maior, de sete a nove metros, o transporte está no limite, já não passa em alguns trechos do rio Amazonas e em breve ficará totalmente impossibilitado", observa o executivo.

EDMAR BARROS/AP

Moradores caminham por trecho seco do rio Madeira; navegação inviável

Ao todo, 330 mil metros cúbicos de sedimento já foram dragados por três equipamentos de sucção e recalque operando no rio Madeira desde agosto. A previsão, segundo o diretor-geral da Antaq, é de que sejam dragados 1,3 milhão de metros cúbicos até o fim deste ano.

"A solução para não ter desabastecimento é fazer o transbordo em estações flutuantes e as embarcações seguirem na navegação por barcaça", afirma Nery. Com essas intervenções, a expectativa da Antaq é que não haja interrupção na navegação. Contudo, o impacto no custo logístico é inevitável.

Em junho, o frete de grãos na rota Sinop (MT) a Miritituba (PA) atingiu R$ 278 por tonelada, estável em relação ao mesmo período de 2023. O frete de fertilizantes na rota de retorno Miritituba-Sinop ficou em R$ 143 a tonelada neste ano, acima de R$ 137 no ano passado, segundo a Argus.

Nery, da Antaq, diz que as dragagens são importantes para mitigar e manter a navegação, mas reconhece que não será possível escapar dos impactos na perda de eficiência e no custo de transporte.

BB e Bayer se unem para dar escala a 'CPR verde'

Crédito

O Banco do Brasil acertou uma parceria com a Bayer para dar escala às operações de emissão de Cédulas de Produto Rural (CPRs) 'verdes', que no banco foram batizadas de CPR Preservação. O braço de negócios sustentáveis da multinacional alemã, o programa Pro Carbono, vai atuar como terceira parte na certificação dos imóveis que quiserem captar recursos com esse instrumento.

As CPR verdes têm o objetivo de garantir a preservação das vegetações nativas nas propriedades rurais e funcionam como uma remuneração por serviços ambientais. Diferentemente das CPR tradicionais, usadas para financiar a atividade no campo e que têm como garantia a produção futura, o lastro das CPRs verdes é a floresta em pé, o que interessa a investidores que têm metas ESG a cumprir.

BB e Bayer criaram uma metodologia que atribui um valor financeiro à mata em pé, seja ela preservada por força da lei ou de forma voluntária. São considerados 13 parâmetros, incluindo o cumprimento da lei ambiental e trabalhista, diz Fabio Passos, diretor do Negócio de Carbono da Bayer para a América Latina.

A parceria começará com um projeto-piloto no qual 60 produtores, que já participam do PRO Carbono, deverão emitir as CPRs. Os produtores são majoritariamente voltados para o cultivo de grãos na região de Rio Verde (GO), onde a Bayer já tem uma loja física. "A expectativa é nos próximos meses realizar essa emissão", diz João Fruet, diretor de Corporate and Investment Bank do Banco do Brasil.

O BB vai oferecer os títulos como parte de sua estratégia de atingir a meta de ampliação de sua carteira de negócios sustentáveis. A instituição tem como meta alcançar uma carteira de crédito de agricultura sustentável de R$ 200 bilhões até 2030. Até junho deste ano, essa carteira estava em R$ 155 bilhões.

O banco já participou da emissão de 11 CPRs Preservação com outros parceiros que atuaram como verificadores dos projetos ambientais, num valor total de mais de R$ 30 milhões.

"Queremos trazer a CPR Preservação para outra escala. Por isso o Banco do Brasil procura parcerias com empresas que têm no DNA a sustentabilidade. Precisamos levar esse negócio para o maior número de produtores.", afirma João Luis Avancini Farinha, executivo de agronegócios do BB, responsável por finanças sustentáveis no setor.

"A CPR é uma garantia. E o produtor que não tem mais como dar em garantia a área produtiva pode, [com a CPR verde], dar em garantia a área verde", ressalta Passos. Para fomentar o instrumento, o Banco do Brasil isenta o custo de análise do projeto, que é de 0,5% do valor da emissão.

O programa PRO Carbono da Bayer promete agilizar a certificação das propriedades elegíveis para a emissão das CPRS Preservação. Com um sistema próprio de monitoramento, Passos afirma que é possível certificar uma propriedade em até 72 horas. ***(CSR)***

G20
Declaração de ministros da Agricultura foca em ações contra fome e mudança climática
B9

Valor C
Sábado, domingo e segunda-feira, 14, 15 e 16 de setembro de 2024

Finanças

Juros Em pesquisa do **Valor**, 86% das casas veem alta de 0,25 ponto; apenas 9,5% projetam estabilidade

Copom se prepara para reverter flexibilização e deve elevar taxa Selic a 10,75% nesta semana

Victor Rezende, Gabriel Roca e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Em apenas 45 dias, as expectativas para os rumos da política monetária sofreram uma reviravolta vista poucas vezes. Se no fim de julho predominava a sensação de que a Selic seguiria em 10,5% por um longo período, agora o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se prepara para começar a reverter, ainda que parcialmente, o ciclo de flexibilização interrompido em junho, ao se deparar com uma reaceleração da já aquecida atividade econômica; a depreciação do câmbio; e expectativas de inflação que flertam cada vez mais com o teto da meta.

O movimento de mudança das projeções ao longo das últimas semanas foi bastante expressivo. Antes da reunião de 31 de julho do Copom, apenas três casas ouvidas pelo **Valor**, em um universo de 123, indicavam aumento de juros no cenário base. Na pesquisa extraordinária publicada em 12 de agosto, altas de juros eram defendidas como cenário básico por dez casas, de um total de 109. Agora, o consenso migrou para um aperto adicional na política monetária.

De 126 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo **Valor** na semana passada, 108 esperam um aumento de 0,25 ponto percentual na Selic nesta semana, para 10,75%, enquanto outras seis casas veem uma alta mais agressiva, de 0,5 ponto. Apenas 12 instituições conservam em seus cenários a manutenção da taxa básica.

"Nós vínhamos alertando há algum tempo que o cenário estava ficando mais desafiador para a política monetária", afirma o economista-chefe para Brasil do BTG Pactual, Claudio Ferraz, cujo cenário básico passou a contemplar em meados de agosto um aperto adicional da Selic.

"A atividade econômica doméstica é robusta; a desinflação é lenta e devemos começar a ver uma reaceleração da inflação em setembro, com a inflação de 12 meses de novo superando o teto da meta; as expectativas de inflação estão persistentemente desancoradas… É uma combinação de eventos que deixou ainda mais evidente a necessidade de subir juros", afirma Ferraz.

O BTG acredita em um aumento de 0,25 ponto percentual na taxa básica nesta semana e, posteriormente, em uma aceleração do passo de ajuste nos juros. "A comunicação do BC foi feita de forma que indica um início gradual. Naturalmente, ter um ritmo um pouco mais veloz seria melhor, mas um começo mais gradual parece ser parte da mensagem bem clara que o BC tem enviado. Mas, pensando mais à frente e dadas as condições de partida e o cenário econômico, um ritmo de 0,5 ponto seria mais condizente."

A comunicação do BC no período entre as reuniões do Copom foi um fator que ajudou a amplificar a volatilidade nos mercados desde agosto. Diversos players ouvidos pela reportagem notam alguns momentos importantes desde o fim de julho: um comunicado lido como não tão "hawkish" (duro); uma ata da reunião de julho bastante dura; declarações do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, vistas como ainda mais hawkish; a tentativa de um "freio de arrumação" pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, em entrevista ao jornal "O Globo", seguido por outros diretores; e, posteriormente, a indicação de Campos, em evento da XP, de que se houvesse um ciclo de ajuste nos juros ele seria gradual.

Ao lado de Campos Neto quando recebeu a mensagem do gradualismo — caso um ciclo exista —, o economista-chefe da XP, Caio Megale, avalia que, apesar de a comunicação do BC ter provocado ruído entre os agentes de mercado, as mensagens dos diretores foram todas na mesma direção, de "conforto com os juros altos; [preocupação com] a inflação elevada; e de fazer o que for necessário" para que a meta de 3% seja cumprida.

Na visão de Megale, o mercado tem interpretado a comunicação dos dirigentes do BC com maior escrutínio, já que o momento atual do ciclo monetário não é nada usual. "A gente lê tudo no detalhe. Neste momento, em particular, as mensagens eram as mesmas, mas a forma gerou interpretações muito diferentes no mercado. Talvez o ideal seja partir para um modelo similar ao do Fed, com textos escritos que os diretores simplesmente leem", defende o economista.

Para esta semana, inclusive, Megale acredita que o BC deve endurecer ainda mais a comunicação, mas sem dar um "guidance" (orientação) sobre as decisões futuras. "Achamos que [o Copom] vai deixar tudo em aberto. Este momento é tão incerto e há tantas variáveis se mexendo que seria arriscado levar o mercado a acreditar num certo ritmo", avalia o profissional, para quem o BC "tem mais a perder caso se amarre desse jeito".

Ferraz e Megale concordam quanto ao nível total de ajuste a ser implementado pelo BC, ao projetarem a Selic indo a 12% no começo do próximo ano. Há no mercado, porém, quem veja um caminho mais gradual e um ciclo menor de aperto pela frente, como a economista-chefe do Bocom BBM, Cecília Machado, ao projetar a Selic indo a 11,25% no fim deste ano e a 11,5% no começo de 2025 — exatamente o consenso da pesquisa do **Valor**.

Para ela, com um movimento de aperto a ser iniciado, naturalmente a comunicação deve exibir um tom mais hawkish em relação ao anterior. Machado, porém, avalia que será necessário equilibrar o discurso de preocupação para que a mensagem não dispare apostas ainda mais agressivas, de aceleração do ritmo do ciclo de altas, em meio a incertezas que ainda são bastante elevadas.

"O grau dessa preocupação pode dar a entender que o BC tem a intenção de acelerar [o ritmo]. O balanço vai ser a ponderação entre a necessidade de começar o ciclo, dado o cenário atual, mas ressaltar que o ambiente é de muitas incertezas. O colegiado deve reforçar a questão da necessidade de cautela e da evolução do cenário prospectivo para a inflação, incluindo as projeções, como um guia para os próximos passos", diz Machado.

Nos cálculos do economista-chefe da Sicredi Asset, Luiz Furlani, os modelos do BC devem apontar uma inflação entre 3,3% e 3,4% no primeiro trimestre de 2026, que é o horizonte relevante na mira da autoridade monetária neste momento. Isso significa, para Furlani, que o BC veria uma projeção de inflação que não estaria mais "ao redor da meta", o que demandaria o ajuste.

"Na nossa projeção, o ajuste necessário é menor do que em comparação com outras casas, que esperam um ajuste de 2 pontos percentuais da Selic", afirma o economista, que projeta uma elevação de 1 ponto até o fim do ciclo.

Furlani, inclusive, acredita que o BC não deve se amarrar a nenhum dos lados e, sim, reforçar que irá agir "de acordo com as premissas e com a evolução do cenário prospectivo". "Utilizando o modelo dele e mostrando que, se a inflação ficar acima do centro da meta, o BC vai ter que fazer alguma coisa. Não deveria haver dúvidas de que, se o cenário piorar e demandar uma alta mais forte, que ele irá garantir o processo de ancoragem. Mas precisa ancorar as decisões em uma lista de razões técnicas", enfatiza.

Por outro lado, o economista-chefe da Occam, Paulo Val, defende que o Copom mantenha a mensagem de que fará o que for necessário para promover a convergência da inflação à meta. "E acho que o BC deveria colocar na mesa a possibilidade de acelerar o ritmo de alta da Selic na reunião seguinte. Não precisa se comprometer com isso, mas eu esperaria o BC colocando isso na comunicação", diz o economista, cujo cenário base contempla a taxa indo a 12,5% — nível que seria mantido ao menos até o fim do próximo ano.

"Estamos vendo dados de atividade muito fortes. O PIB do segundo trimestre, talvez, seja o grande resumo, mas os dados de julho continuaram fortes, o que adiciona preocupação no canal da atividade. Além disso, a composição da inflação continuou ruim; as expectativas não melhoraram; o câmbio depreciou… A resposta adequada é começar o ciclo, que já parecia ser necessário antes", afirma Val.

A necessidade de uma mensagem mais dura também é defendida pelo estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, Drausio Giacomelli, que espera já agora um aumento de 0,5 ponto no juro básico. Para ele, uma abordagem gradualista "parece insuficiente para lidar com o principal objetivo da política monetária atualmente, que é domar a instabilidade financeira".

O estrategista enfatiza que um cenário de depreciação "extrema" do real, estímulo fiscal excessivo e instabilidade financeira costuma ser seguido de "aceleração substancial da inflação no ano seguinte". Assim, Giacomelli crê que é "crucial" que o BC reverta este "ciclo vicioso", o que iria requerer um aperto monetário célere, com três altas de 0,5 ponto até o fim do ano.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Seria arriscado levar o mercado a acreditar num certo ritmo"
Caio Megale

Mais aperto à vista
Projeções* para a taxa Selic (em % a.a.)

Instituições financeiras	Set/24	Dez/24
Pantheon Macroeconomics	10,50	10,25
Barra Peixe Investimentos	10,50	10,50
BRP	10,50	10,50
Buysidebrazil	10,50	10,50
C6 Bank	10,50	10,50
Daycoval	10,50	10,50
Jive Mauá	10,50	10,50
Oxford Economics	10,50	10,50
Planner	10,50	10,50
Siegen	10,50	10,50
TAG Investimentos	10,50	10,50
Troster & Associados	10,50	10,50
Análise Econômica	10,75	11,00
ARX Investimentos	10,75	11,00
B.Side Investimentos	10,75	11,00
Banrisul	10,75	11,00
Constância Investimentos	10,75	11,00
Persevera	10,75	11,00
Safra	10,75	11,00
Way Investimentos	10,75	11,00
Wells Fargo	10,75	11,00
4intelligence	10,75	11,25
ABBC	10,75	11,25
ABC Brasil	10,75	11,25
AZ Quest	10,75	11,25
Banco Bmg	10,75	11,25
Banco BV	10,75	11,25
Banco do Brasil	10,75	11,25
Banco Master	10,75	11,25
BB Asset Management	10,75	11,25
BOCOM BBM	10,75	11,25
Brasilprev	10,75	11,25
BRCG	10,75	11,25
Canvas Capital	10,75	11,25
Citi	10,75	11,25
Coface	10,75	11,25
Exploritas	10,75	11,25
FGV/Ibre	10,75	11,25
G5 Partners	10,75	11,25
Galapagos Capital	10,75	11,25
Genial Investimentos	10,75	11,25
Inter	10,75	11,25
J.P. Morgan	10,75	11,25
JF Trust	10,75	11,25
MCM Consultores	10,75	11,25
Medley Advisors	10,75	11,25
Morgan Stanley	10,75	11,25
Natixis	10,75	11,25
Neo Investimentos	10,75	11,25
Novus Capital	10,75	11,25
Oby Capital	10,75	11,25
Oriz Partners	10,75	11,25
Parallaxis	10,75	11,25
Paraná Banco	10,75	11,25
Parcitas Investimentos	10,75	11,25
Petros	10,75	11,25
PicPay	10,75	11,25
Porto Asset Management	10,75	11,25
Reag Investimentos	10,75	11,25
RPS Capital	10,75	11,25
Santander	10,75	11,25
Sicredi	10,75	11,25
Sicredi Asset	10,75	11,25
SM Managed Futures	10,75	11,25
Somma Investimentos	10,75	11,25
Suno Research	10,75	11,25
Trafalgar Investimentos	10,75	11,25
Travelex Bank	10,75	11,25
Veedha Investimentos	10,75	11,25
Warren Investimentos	10,75	11,25
Armor Capital	10,75	11,50
Banco Mercantil	10,75	11,50
Capital Economics	10,75	11,50
Citrino Gestão de Recursos	10,75	11,50
Goldman Sachs	10,75	11,50
JGP	10,75	11,50
Kinea Investimentos	10,75	11,50
Nova Futura Investimentos	10,75	11,50
Opportunity	10,75	11,50
RB Investimentos	10,75	11,50
UBS BB	10,75	11,50
Ace Capital	10,75	11,75
Acrefi	10,75	11,75
Ágora Investimentos	10,75	11,75
Apex Capital	10,75	11,75
ASA Investments	10,75	11,75
Austin Rating	10,75	11,75
Banco Pine	10,75	11,75
Bank of America	10,75	11,75
Barclays	10,75	11,75
BlueLine Asset Management	10,75	11,75
BNP Paribas	10,75	11,75
Bradesco Asset Management	10,75	11,75
BTG Pactual	10,75	11,75
EQI Asset	10,75	11,75
Est Gestão de Patrimônio	10,75	11,75
Gap Asset	10,75	11,75
Genoa Capital	10,75	11,75
GO Associados	10,75	11,75
Guide Investimentos	10,75	11,75
Itaú Unibanco	10,75	11,75
Kínitro Capital	10,75	11,75
LCA Consultores	10,75	11,75
MAG Investimentos	10,75	11,75
Occam	10,75	11,75
Pezco	10,75	11,75
Principal Claritas	10,75	11,75
Quantitas	10,75	11,75
Rabobank	10,75	11,75
Reach Capital	10,75	11,75
Santander Asset Management	10,75	11,75
SulAmérica Investimentos	10,75	11,75
Tenax Capital	10,75	11,75
Tendências Consultoria	10,75	11,75
Terra Investimentos	10,75	11,75
TRUXT Investimentos	10,75	11,75
Wealth High Governance (WHG)	10,75	11,75
Western Asset	10,75	11,75
XP	10,75	11,75
XP Asset Management	10,75	11,75
CM Capital Markets	11,00	11,50
Fator	11,00	11,50
MB Associados	11,00	11,50
Banco Fibra	11,00	11,75
Deutsche Bank	11,00	12,00
Panamby Capital	11,00	12,00
Itaú Asset Management	N/D	11,75

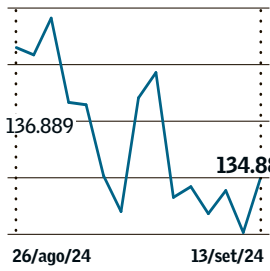
Mediana das projeções

	IPCA 2024	IPCA 2025	Selic dez/24	Selic dez/25
Em 29/jul	4,05%	3,90%	10,50%	9,50%
Em 16/set	4,30%	3,97%	11,25%	10,50%

Fonte: Instituições financeiras e consultorias; Elaboração: Valor *Projeções coletadas entre 10 e 13/set/2024

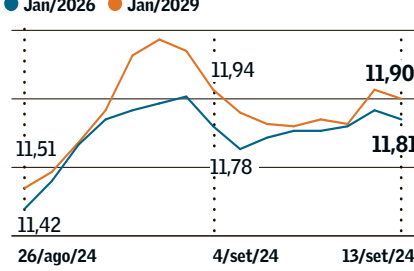
Finanças

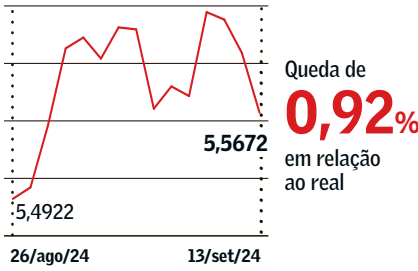
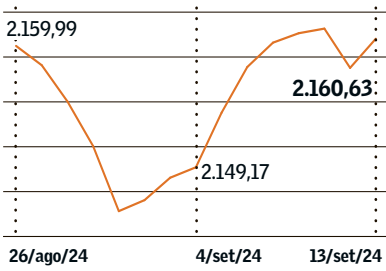
Ibovespa
Em pontos

Alta de **0,64%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 13/set/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	0,72
S&P 500	0,54
Euronext 100	0,58
DAX	0,98
CAC-40	0,41
Nikkei-225	-0,68
SSE Composite	-0,48

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Queda de **0,92%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados Investidores de bônus se preparam para recessão, enquanto os de ações mostram otimismo

Incerteza sobre Fed mantém Wall Street tensa

Jack Pitcher
Dow Jones Newswires

O Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, está pronto para cortar as taxas de juros pela primeira vez desde 2020. O tamanho do corte — e onde as taxas estarão daqui a três meses — é uma incógnita.

Os operadores atribuem uma chance quase igual de o banco central anunciar um corte de 0,25 ou de 0,5 ponto porcentual ao fim de sua reunião na quarta-feira.

O clichê de que os investidores odeiam incertezas tem se mostrado verdadeiro desde o início de agosto, quando sinais de enfraquecimento do mercado de trabalho desencadearam um debate sobre a possibilidade de o Fed ter esperado demais para cortar juros. Os mercados de ações e de bônus tornaram-se voláteis após um ano que vinha se mostrando notavelmente calmo.

Os investidores agora tentam discernir se dados econômicos recentes mostram simplesmente uma economia aquecida voltando ao normal ou um vislumbre inicial de recessão. Analistas afirmam que os mercados de ações e bônus parecem discordar sobre a resposta.

Essa desconexão antecede uma das mais aguardadas reuniões do Fed na memória recente. Os investidores vão observar atentamente a entrevista coletiva do presidente Jerome Powell em busca de comentários sobre a taxa, juntamente com o chamado gráfico de pontos, em que as autoridades projetam as taxas de longo prazo.

"Os mercados andam tensos nos últimos dois meses", diz Rick Rieder, diretor de investimentos de renda fixa da BlackRock. "Os bônus se moveram rapidamente de uma visão otimista para uma recessão."

Operadores de derivativos de juros agora precificam uma taxa básica de juros de cerca de 2,75% até o fim do ano, abaixo dos atuais 5,25%. Isso equivaleria a dez cortes de 0,25 ponto — algo que o Fed provavelmente só faria em resposta a uma recessão.

Enquanto isso, as ações oferecem uma visão muito mais otimista. O S&P 500 registrou várias quedas grandes em um único dia nas últimas seis semanas, mas se recuperou todas as vezes. O índice acumula alta de 18% no ano e está a apenas 0,7% de seu nível recorde.

Analistas afirmam que o mercado de ações reflete o otimismo de que o Fed conseguirá evitar uma recessão. Os índices de ações também estão sendo estimulados por lucros enormes nas empresas de tecnologia, que alguns afirmam estarem menos expostas ao destino da economia em geral.

CHRISTOPHER GOODNEY/BLOOMBERG

"Os bônus se moveram de uma visão otimista para uma recessão"
Rick Rieder

Então, qual visão está correta? Muitos investidores veem paralelos com o fim de 2023, quando o mercado de bônus rapidamente precificou seis cortes de juros para 2024.

"Acho que o mercado tende a ir para os extremos", acrescenta Rieder. "Não vejo muitas evidências de que a economia americana caminha para uma recessão, pelo menos no curto prazo."

Os dados econômicos têm sido variados ultimamente. As contratações em julho e julho foram mais fracas do que o inicialmente relatado, mas o crescimento das folhas de pagamento melhorou em agosto. A taxa de desemprego subiu ligeiramente, mas segue em um nível saudável de 4,2%. As demissões têm sido raras: os pedidos semanais mais recentes de seguro-desemprego ficaram mais ou menos no mesmo nível de um ano atrás.

O relatório do índice de preços ao consumidor (CPI) na semana passada mostrou que a inflação esfriou para 2,5% em agosto, o quinto mês seguido de queda e o menor aumento desde o começo de 2021. E a atividade industrial desacelerou, com os dados mostrando demanda moderada.

Os rendimentos dos bônus de curto prazo, que refletem as expectativas dos operadores quanto ao rumo das taxas referenciais de juros, caíram vertiginosamente desde o começo do terceiro trimestre. O rendimento dos Treasuries de dois anos caiu para 3,575% na sexta-feira, o menor nível do ano.

Os rendimentos de longo prazo também estão em queda, com o do Treasury de dez anos em 3,648%, menos de um ponto porcentual abaixo do patamar de alta registrado em abril. Os rendimentos dos bônus caem conforme seus preços sobem, e os investidores nervosos que correm para os ultrasseguros Treasuries podem derrubar ainda mais os rendimentos.

"O mercado de bônus parece estar precificando muito mais cortes nos juros do que seria garantido se víssemos um pouso suave com crescimento de 2% do PIB", diz Alicia Levine, chefe de estratégias de investimentos e ações do BNY Wealth. "Acho que ele tende a exagerar no número de cortes e depois recua, conforme os dados que sugerem o contrário vão chegando."

Embora poucos em Wall Street estejam prevendo uma recessão em breve, a maioria concorda que esse risco agora é maior agora do que parecia há alguns meses.

Os consumidores de renda mais baixa, em particular, estão dando sinais de estresse, e a inadimplência em cartão de crédito e no financiamento para compra de automóveis aumentou. Embora as maiores companhias de capital aberto tenham sido amplamente protegidas do impacto dos juros mais altos, graças às suas grandes posições de caixa, as empresas menores que dependem mais do endividamento sentiram o aperto das despesas com juros maiores.

David Kelly, principal estrategista global da J.P. Morgan Asset Management, diz que os cortes de juros acentuados nos mercados futuros são um reconhecimento desse risco adicional.

"Vejo dois resultados possíveis aqui: teremos um pouso suave e o Fed conseguirá reduzir lentamente as taxas de juros, como pretende. Ou, talvez haja uma chance de 30% de tudo dar terrivelmente errado, mergulharmos em uma recessão e o Fed entrar em pânico e cortar de forma agressiva", diz Kelly. "Acho que o que estamos vendo no mercado futuro é uma espécie de média ponderada dessas duas visões."

Corte de juro nos EUA ajuda iene e penaliza euro, diz Lombard Odier

Eduardo Magossi
De São Paulo

O franco suíço e o iene devem ser as moedas que mais irão se valorizar ante o dólar no ciclo de afrouxamento monetário do Federal Reserve (Fed). O euro e a libra, ao contrário, deverão se enfraquecer ante o dólar, avalia o novo executivo-chefe de investimentos do banco suíço Lombard Odier, Michael Strobaek. Em entrevista ao **Valor**, ele disse que o banco central americano deve iniciar seu ciclo de flexibilização nesta semana com um corte de 0,5 ponto percentual por estar "atrás da curva".

Segundo ele, com o Banco Nacional da Suíça (SNB, na sigla em inglês) tendo pouco espaço para cortar juros e o Banco do Japão (BoJ) gradualmente aumentando suas taxas, o afrouxamento monetário em marcha no resto do globo, principalmente nos EUA e zona do euro, deve beneficiar as duas moedas. Strobaek projeta que, depois de dois anos em níveis historicamente baixos e com o BoJ relutante em normalizar sua política monetária, o iene ficou sem um catalisador para se recuperar. "Mas agora, com o Fed perto de iniciar o afrouxamento monetário e o BoJ começando a normalizar sua política, a moeda deve se valorizar do atual nível de cerca de 145 ienes por dólar para perto de 135 no período de 12 meses", disse.

Para o CIO, que assumiu suas funções em novembro do ano passado, o caminho para um iene mais forte será volátil, porque a moeda é mais sensível aos rendimentos dos Treasuries dos EUA e também a saídas de capital. O Japão tem um déficit comercial devido a sua dependência do mercado internacional, incluindo preços voláteis de commodities.

Já o franco suíço permanece fortalecido e em um valor justo, segundo ele. O economista explica que, normalmente, em economias pouco abertas como a suíça, um desequilíbrio na balança comercial pode indicar que a moeda está valorizada demais. "O que não é o caso da Suíça, pois o franco está forte e a balança comercial do país segue sólida devido ao alto valor de suas exportações, como produtos farmacêuticos, que são menos sensíveis ao câmbio", afirma. Com compras de franco por exportadores em volume acima das vendas dos importadores, não há muita saída de capital. Segundo ele, o maior vetor de fluxos de capital para fora do país é o próprio banco central, o SNB, que entre 2009 e 2011 fez várias intervenções de venda de franco e que, devido a um balanço de ativos maior que 100% do PIB suíço, deve repetir essas ações. A expectativa é que o dólar atinja a marca de 0,88 franco em três meses e a de 0,84 franco em 12 meses.

CLAUDIO BELLI/VALOR

"O Fed ficou um pouco atrás da curva ao não cortar os juros em julho"
Michael Strobaek

O enfraquecimento do euro e da libra esterlina se deve, segundo ele, ao fato de que, neste ciclo de redução de taxas, os juros devem terminar mais altos nos EUA do que na zona do euro e na Inglaterra. Outro fator de pressão nas duas moedas é o cenário na China, que quando registrava crescimento econômico expressivo impulsionava as moedas europeias. "Hoje o ambiente é menos promissor, com a China em desaceleração e as autoridades não adotando medidas de estímulo mais agressivas", disse.

Segundo ele, parte da queda do índice DXY — que mede a relação do dólar com uma cesta de seis moedas de países desenvolvidos, incluindo euro e libra — no último mês se deve a uma maior expectativa de vitória dos democratas nas eleições presidenciais de novembro nos EUA. Dependendo de quem vencer, o impacto nas moedas será diferente. Uma vitória republicana, para Strobaek, seria negativa para o euro, que cairia do atual nível de US$ 1,10 para um intervalo entre US$ 1,01 e US$ 1,06. Já uma vitória democrata seria negativa para o dólar, porque implicaria uma redução maior dos juros, com o euro ficando em um intervalo entre US$ 1,08 e US$ 1,13. No caso da libra, a expectativa é que recuaria da marca de US$ 1,31 hoje para US$ 1,23 em um ano.

Strobaek considera que a economia americana fará um pouso suave. "Apesar dos dados mais fracos de mercado de trabalho recentes, os EUA estão longe de uma recessão." Ele avalia, contudo, que o Fed ficou um pouco atrás da curva ao não cortar os juros em julho, cometendo o mesmo erro do início do ciclo de aperto monetário, quando demorou para elevar as taxas.

"O payroll de agosto exclui os cenários mais extremos de risco de recessão, com a taxa de desemprego caindo para 4,2% e a participação da força de trabalho ficando estável. A taxa de pedidos de demissão em 2,1% e as demissões em 1,1% ficaram em linha com tendências anteriores à pandemia, o que indica que não existe um estresse particular no mercado de trabalho americano", afirma. O relatório do mercado de trabalho mostrou criação de 142 mil vagas, ante expectativa de 161 mil.

Strobaek avalia que, considerando a mudança de foco do Fed em direção ao mercado de trabalho anunciado em Jackson Hole e o fato de que vários dirigentes já mostraram intenção de cortar juros na reunião de julho, segundo a ata, um corte de 0,5 ponto seria apropriado. "Uma alternativa seria um corte de 0,25 ponto vir acompanhado de uma forte orientação de que haverá novos cortes nas próximas reuniões", disse.

Ele acredita que os riscos de recessão nos EUA continuam limitados. "Embora o crescimento esteja desacelerando, o consumo segue resiliente", disse. Ele espera que, após a decisão desta semana, o Fed faça cortes de 0,25 ponto nas próximas reuniões de 2024 e em 2025, com a taxa de fim de ciclo ficando em 4,25% no caso de vitória de Donald Trump e em 3,5% se Kamala Harris ganhar.

Bancos estrangeiros abrem apostas no real

Victor Rezende e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Sem sinais consistentes de alívio no câmbio doméstico, na medida em que o dólar segue acima de R$ 5,50 há algumas semanas, a perspectiva de aumento do diferencial de juros entre o Brasil e outras economias pode dar sustentação a uma apreciação do real, ainda que de forma tímida. É no que apostam alguns bancos estrangeiros que, ao longo da semana, iniciaram posição favorável à moeda brasileira, apesar de darem ênfase aos riscos locais e à incerteza ainda elevada no cenário econômico.

Foi o caso do Morgan Stanley, que abriu recomendação para posições compradas (que apostam na valorização) em real contra o peso colombiano. De acordo com a chefe de estratégia macro para América Latina do banco, Ioana Zamfir, as altas de juros que o mercado precifica devem dar apoio ao real, que pode ter desempenho mais forte que outras moedas emergentes. "O que está claro para os participantes do mercado é que, dada a comunicação recente [do Banco Central], a ausência de uma alta nos juros neste mês prejudicaria a credibilidade do BC e teria forte impacto no câmbio."

Zamfir observa que, desde 2000, o spread entre juros do Brasil e dos EUA ficou abaixo de 6 pontos percentuais em 20% do tempo e, historicamente, esse nível "tem sido um limite muito importante para o desempenho do câmbio, onde os investidores começariam a ser adequadamente compensados pelos riscos idiossincráticos". Hoje, a Selic está em 10,5% e o topo da banda da taxa dos Fed funds, em 5,5%.

"À medida que o diferencial de juros aumenta, esperamos que o desempenho do real melhore, apesar dos ruídos fiscais contínuos. Mesmo que um spread maior já esteja precificado, achamos que o câmbio normalmente reage a aumentos realizados nos juros, em vez de aumentos precificados", diz. Ela avalia que o real deve ser menos sensível a uma desaceleração mais significativa da economia dos EUA do que os pares da região, ao avaliar que o crescimento econômico doméstico tem surpreendido.

O Morgan Stanley não foi o único a apostar em um bom desempenho da moeda brasileira. Durante a semana, o Barclays abriu recomendação para posição vendida (aposta na queda) em dólar contra o real e passou a mirar o nível de R$ 5,40. Para a chefe de estratégia para Américas do banco, Andrea Kiguel, o real deve exibir desempenho superior no universo de emergentes nos próximos meses, diante da mensagem coordenada entre governo e BC na esteira de uma crise de confiança que afetou o câmbio.

Em nota a clientes, a estrategista avalia que a coordenação entre governo e BC sugere, por enquanto, que "o pico de pessimismo foi atingido". Para ela, o arcabouço fiscal continua vulnerável, "mas, por ora, achamos que o governo fará o suficiente para acalmar os mercados nesse front, já que os riscos para 2024 diminuíram". Além disso, o ciclo de elevação dos juros pode ser favorável a novas posições que visam o "carry trade" no real, enquanto outros BCs, inclusive o Fed, dos EUA, começam a cortar juros.

Em nota a clientes, os estrategistas do Goldman Sachs notam que o último "surto de fraqueza" do real apontou um desempenho inferior de cerca de 4% em relação aos fundamentos. "E um prêmio de risco adicional de 6% permaneceu embutido na moeda desde o segundo trimestre. Em nossa opinião, uma mensagem 'hawkish' [dura] confiável na reunião do Copom na próxima semana pode levar esse recente 'gap' de desempenho inferior a fechar e deve proteger a moeda de uma deterioração adicional das notícias fiscais ou inflacionárias."

Eles notam que as altas de juros precificadas na curva têm dado apoio a retornos totais maiores por meio de aumento do "carry", e, assim, o carrego do real ajustado pela volatilidade ficou estável. "No entanto, ainda achamos que, para desbloquear toda a valorização possível do real, é necessária uma articulação clara e um compromisso com a âncora fiscal no médio prazo."

Estratégia Estrutura poderia também realizar captações externas; no âmbito doméstico, plano é apoiar construtoras no mercado de capitais

Caixa prepara criação de 'offshore' para atender exportador

Guilherme Pimenta e Edna Simão
De Brasília

A Caixa Econômica Federal estrutura a montagem de uma unidade "offshore" para colocá-la em funcionamento a partir de 2026, com a intenção de ofertar novos produtos, reduzir custos, principalmente para exportadores, e iniciar um processo de captação de clientes fora do país. No mercado doméstico, o banco prepara o lançamento de um plano de ação para facilitar a atuação de empresas da construção civil no mercado de capitais.

As informações foram confirmadas ao **Valor** pelo vice-presidente de atacado do banco, Tarso Duarte de Tassis. As medidas vão na linha de ampliar a clientela e contribuir para uma maior participação da área de atacado na lucratividade da instituição.

O vice-presidente disse que o destino da offshore tende a ser Ilhas Cayman, onde outros bancos brasileiros já contam com uma estrutura semelhante. A intenção da Caixa é oferecer novos serviços a exportadores. "Como não temos uma unidade no exterior, precisamos, hoje, fazer o hedge cambial com quem tem, o que acaba encarecendo o serviço", explicou Tassis.

A demanda surgiu a partir de contatos da equipe da área de atacado com os principais clientes, principalmente dos setores de petróleo, agronegócio e mineração. Atualmente, como não há a estrutura, eles acabam optando por outras instituições financeiras.

"O ponto central da criação da offshore é ter essa completude de serviços para atender o cliente realmente de forma integral, baratear os nossos custos internos, oferecer novos produtos e novas soluções", complementou o vice-presidente.

O processo de abertura da offshore é longo. Com a aprovação da diretoria pela diretoria do banco, foi instituído um grupo de trabalho que está concluindo o estudo para a criação da unidade. Nos próximos meses, o projeto será submetido à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI).

Por último, a proposta precisará da aprovação do Banco Central (BC). "Em um ano e meio deveremos estar operando", disse Tassis, que considera a previsão como "bem crível".

Com a unidade internacional, o banco estima arrecadar com taxas, por ano, cerca de US$ 200 milhões. Na avaliação do vice-presidente de atacado, o montante é suficiente para financiar o custo da implementação, que, segundo ele, não é relevante — mas os valores não foram revelados.

Um dos produtos principais a serem oferecidos aos clientes por meio da unidade offshore, disse Tassis, é o chamado empréstimo direto em dólar, conhecido no jargão do setor como 4131, hoje não oferecido pelo banco.

Ele também contou que, com a unidade fora do país, a Caixa passaria a ofertar o Financiamento à Importação (Finimp) direto. A linha serve para financiar empresas em operações de importação de bens de capital, máquinas, mercadorias, equipamentos e outros serviços.

Por último, com a estrutura, o banco público passaria a ofertar o Pré-Pagamento de Exportação (PPE), que é um financiamento, em moeda estrangeira, para empresas exportadoras do Brasil.

"Há, ainda, um interesse muito grande em fazer captações internacionais, e a falta de uma offshore atrapalha isso, já que não conseguimos taxas interessantes para internalizar esse recurso no banco", afirmou o vice-presidente da Caixa.

Apesar de Ilhas Cayman ser o possível destino da nova unidade, há chances de a estrutura ser aberta nas Ilhas Virgens Britânicas, Luxemburgo ou até mesmo nos Estados Unidos.

Com a conclusão da escolha da localidade pelo grupo de trabalho, a instituição vai avaliar qual o tamanho da estrutura e, eventualmente, se servidores seriam deslocados para o país da unidade. "A intenção é ser uma estrutura mais enxuta possível", ponderou o executivo.

Outra área em que a Caixa pretende ampliar sua operação é no mercado de capitais. Por isso, o banco deve lançar nas próximas semanas um plano de ação voltado a conectar investidores às construtoras. Para o vice-presidente de atacado, essa é uma maneira de as construtoras fazerem um melhor uso dos limites de financiamento que têm junto à instituição.

"Nós vamos conectar. A construtora tem um projeto e, às vezes, está precisando do capital inicial. A Caixa não financia essa parte inicial do projeto. Nós vamos atrás dos investidores", explicou Tassis.

Segundo ele, esse novo plano vem sendo testado desde 2022 e, como foi identificado apetite dos investidores, a ideia passará a ser executada em âmbito nacional. "Nós vamos entrar com produtos para casar toda e qualquer solução de mercado de capitais nesse momento inicial da construção civil", disse o vice-presidente. "Nós podemos trazer qualquer tipo de solução que possa ser construída no mercado de capitais para que financie também essa etapa da obra", acrescentou.

"O mercado de capitais é algo que talvez não pareça tão próximo de um banco de varejo do tamanho da Caixa, mas a gente tem investido bastante e queremos também nos consolidar", ressaltou, acrescentando que a expertise da instituição em habitação vai ajudar nesse processo.

DIVULGAÇÃO

"Sem unidade no exterior, precisamos fazer hedge cambial com quem tem, o que encarece o serviço"
Tarso Tassis

Galípolo soma 48 visitas a senadores

Gabriel Shinohara
De Brasília

O indicado para assumir a presidência do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, encontrou-se com pelo menos 48 senadores desde o início do mês, quando começou a visitar os parlamentares em processo que antecede sua sabatina na Casa e a votação do seu nome em plenário, marcada para o dia 8 de outubro. As informações constam na agenda oficial de Galípolo.

O atual diretor de política monetária do Banco Central já teve encontros com parlamentares governistas e de oposição. Galípolo reuniu-se, por exemplo, com o líder do governo no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (PT-AP), e com o senador Humberto Costa (PT-PE). O diretor também esteve com o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e com a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), que participaram do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Caso Galípolo queira se encontrar com todos os 81 senadores, ainda precisaria visitar 33 deles. O rito de aprovação para o comando do Banco Central ainda envolve passar pela sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e depois ter sua indicação analisada pelo plenário da Casa.

A presidência do Banco Central foi a única indicação feita pelo governo até agora para ocupar as três vagas que se abrirão com o fim dos mandatos do atual presidente, Roberto Campos Neto, da diretora de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta, Carolina de Assis Barros, e do diretor de regulação, Otávio Damaso. Com a ida de Galípolo para a presidência do Banco Central, o governo deverá também indicar outra pessoa para a diretoria de política monetária.

O governo ainda não fez nenhum anúncio sobre o que planeja para a ocupação das vagas na diretoria do BC. O **Valor** mostrou que pelo menos três nomes já circulam nos bastidores: Juliana Mozachi-Sandri, chefe do departamento de supervisão de conduta e presidente da FinCoNet (International Financial Consumer Protection Organisation); Isabela Damaso, gerente de sustentabilidade e relacionamento com investidores internacionais; e Gilneu Astolfi Vivan, chefe do departamento de regulação do sistema financeiro.

CPFL Transmissão S.A.

CNPJ nº 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 3 de Setembro de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 3 (três) de setembro de 2024, às 10:10 (dez horas e dez minutos), na sede social da CPFL Transmissão S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Doutor João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90230-181. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), em vista da presença da acionista CPFL Comercialização Brasil S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **Vitor Fagali de Souza** e a Sra. **Giovana Sartori Tchian,** como secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, de sua 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, no valor total de R$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, pratique todos os atos necessários para a formalização e efetivação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação das instituições intermediárias da Oferta e demais prestadores de serviço para realização da Emissão e da Oferta; e (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e eventuais aditamentos a estes documentos, bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta, dentre outras providências eventualmente necessárias; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, com relação às deliberações acima. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições, após debates e discussões, a acionista da Companhia resolve: **(i)** Aprovar, conforme atribuições previstas no artigo 7º, do Estatuto Social da Companhia, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características principais: a) Número da Emissão: A Emissão constituirá a 13ª (décima terceira) emissão de debêntures da Companhia. b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão. c) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será aquela fixada no "*Instrumento Particular de Escritura da 13ª (décima terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da CPFL Transmissão S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas ("Agente Fiduciário"), e a CPFL Energia S.A., na qualidade de fiadora ("Data de Emissão", "Escritura de Emissão" e "Garantidora", respectivamente). d) Séries: A Emissão será realizada em série única. e) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). f) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme será informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, de acordo com as normas aplicáveis à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3" e "Data da Primeira Integralização", respectivamente). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização, até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com deságio no ato de subscrição das Debêntures, em cada data de integralização, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma data. O deságio poderá ser aplicado pelos Coordenadores em condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a: (i) alteração na taxa SELIC; (ii) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (ii) alteração na Taxa DI (conforme a ser definido na Escritura de Emissão); ou (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela ANBIMA. g) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 260.000 (duzentas e sessenta mil) Debêntures. h) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 será expedido extrato em nome do debenturista (cada um "Debenturista" e no plural "Debenturistas"), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. i) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. j) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. k) Prazo e Data de Vencimento: Observado o que será disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data de vencimento das Debêntures a ser fixada na Escritura de Emissão, sendo certo que estão ressalvadas as hipóteses do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, do resgate a ser previsto na Cláusula 4.11.1.5 da Escritura de Emissão, do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com o cancelamento da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, se for o caso. l) Destinação dos Recursos: Os recursos oriundos da captação das Debêntures serão utilizados para resgate antecipado facultativo da 1ª (primeira) série das debêntures da 8ª (oitava) emissão de debêntures da Companhia, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T*", celebrado em 25 de maio de 2022 ("Resgate Antecipado da 1ª série da 8ª Emissão"). A Companhia deverá realizar o Resgate Antecipado da 1ª série da 8ª Emissão em até 30 (trinta) dias contados da data de integralização da totalidade das Debêntures. m) Banco Liquidante e Escriturador: O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP 04.344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, atuará como banco liquidante das Debêntures ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante previstos na Escritura de Emissão). O escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures). n) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; **(ii)** observado o disposto na Escritura de Emissão, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente por meio da B3; e **(iii)** custódia eletrônica na B3. Não obstante o descrito acima, as Debêntures poderão (i) ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais; (ii) ser negociadas no mercado secundário entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, somente após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "a" da Resolução CVM 160; e (iii) ser negociadas no mercado secundário entre o público em geral, somente após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "b", da Resolução CVM 160. o) Colocação e Plano de Distribuição: As Debêntures serão objeto de oferta pública, em rito de registro automático, sem análise prévia, destinada exclusivamente para Investidores Profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures ("Coordenadores", sendo a instituição financeira intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), de forma individual e não solidária, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 13ª (décima terceira) Emissão da CPFL Transmissão S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, a Garantidora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). p) Distribuição Parcial: Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures objeto da Oferta. q) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. r) Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extragrupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (*http://www.b3.com.br*) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 0,49% (quarenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. s) Pagamento da Remuneração: Salvo na hipótese de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão, do Resgate Antecipado Facultativo Total, do resgate a ser previsto na Cláusula 4.11.1.5 da Escritura de Emissão, de Amortização Extraordinária Facultativa, da Aquisição Facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, a Remuneração das Debêntures será paga, trimestralmente, em dia e meses a serem previstos na Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme datas a serem indicadas na tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas aquele que for titular de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. t) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total, de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Cláusula 4.11.1.5 da Escritura de Emissão, de Amortização Extraordinária Facultativa, de vencimento antecipado das Debêntures ou de Aquisição Facultativa, conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será realizado, trimestralmente, conforme datas da tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. u) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. v) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser fixada na Escritura de Emissão (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente **(i)** ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido **(ii)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total; **(iii)** dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) devidos e não pagos até a data do referido resgate (sendo o somatório dos itens "i" a "iii" acima, o "Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo Total"); e **(iv)** de prêmio de resgate antecipado facultativo total, incidente sobre o Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo Total, equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures na data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis calculada conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo Total serão previstos na Escritura de Emissão. w) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado aos Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. A oferta de resgate antecipado será operacionalizada conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado serão previstos na Escritura de Emissão. x) Vencimento Antecipado: Observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações a serem previstas na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia e/ou da Garantidora, conforme o caso, o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário ou do respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, na ocorrência das hipóteses a serem descritas na Escritura de Emissão, observados os eventuais prazos de cura e respectivos procedimentos, quando aplicáveis. y) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia e/ou pela Garantidora ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"). z) Garantia Fidejussória: Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, incluindo Encargos Moratórios, decorrentes das Debêntures emitidas nos termos da Escritura de Emissão, a Garantidora outorga fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos descritos na Escritura de Emissão. aa) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as respectivas Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Caso as respectivas Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente junto à B3, os seus pagamentos serão realizados pelo Escriturador ou na sede da Companhia, se for o caso. bb) Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação a ser prevista e decorrente da Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e/ou na cidade de Campinas, estado de São Paulo, e/ou na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Será considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos aqui descritos, se e quando recolocadas no mercado, observadas as restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. dd) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser fixada na Escritura de Emissão (inclusive), realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) ("Amortização Extraordinária Facultativa"), mediante prévia comunicação escrita com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data da pretendida Amortização Extraordinária Facultativa, nos termos descritos na Escritura de Emissão. ee) Desmembramento. Não será admitido desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. ff) Demais Características: As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a elas pertinentes. **(ii)** Autorizar a Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, a praticar todos os atos necessárias para a formalização e efetivação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação dos Coordenadores e demais prestadores de serviço para realização da Oferta; e (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos a estes documentos, bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta, dentre outras providências eventualmente necessárias; e **(iii)** Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, com relação às deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada, sendo dela lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. O Sr. **Vitor Fagali de Souza**, Presidente da mesa e Sra. **Giovana Sartori Tchian**, Secretária. Acionista Presente: CPFL Comercialização Brasil S.A., representada pelo Srs. **Ricardo Motoyama de Almeida** e **Flávio Henrique Ribeiro**. Porto Alegre, 3 de setembro de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleia Geral. **Vitor Fagali de Souza** - Presidente da mesa; **Giovana Sartori Tchian** - Secretária. **Junta Comercial e Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico registro sob o nº 10540573 em 12/09/2024 da empresa CPFL TRANSMISSÃO S.A. CNPJ nº 92715812000131 e Protocolo 243235372 - 04/09/2024. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Renda variável Pessimismo atinge até papéis de europeias expostas à economia local

Investidor 'dá um gelo' em ações da China

Katie Martin
Financial Times

Os investidores concordam, de modo geral, que as nuvens que se formam sobre a economia americana e o aparente esfriamento da correria para comprar ações de tecnologia espetaculares são dolorosos por um lado, mas por outro são ótimas notícias para empresas antes despercebidas e para mercados fora dos EUA. A mudança encorajou investidores a voltar a olhar para Europa, Reino Unido, Japão e outros mercados. Mas um mercado que não está na lista de compras desse "trade" mais amplo, e na verdade nem perto dela, é a China.

As ações dos EUA certamente desaceleraram. Ainda assim, o S&P 500 acumula alta de 18% no ano. A China, enquanto isso, está em um buraco profundo. O índice CSI 300 caiu cerca de 7%. Mas o sofrimento não se limita aos mercados chineses. Veja as ações europeias tratadas como "proxies" da economia chinesa, em especial no setor de artigos de luxo — a situação é bem sombria aí.

Analistas do Barclays visitaram lojas de artigos de luxo e shopping centers na China para ver por si mesmos o que estava acontecendo. A viagem não ajudou a fortalecer sua confiança. "Foi um banho de realidade, é pior do que achávamos", concluíram em nota enviada a clientes na semana passada. "Voltamos ainda mais cautelosos com o setor, pois hoje parece que as debilidades estruturais da China são maiores e devem durar mais tempo do que se pensava... O bolo dos artigos de luxo mal está crescendo."

Como resultado, o banco rebaixou várias empresas europeias de artigos de luxo — uma das apostas favoritas dos investidores em China fora de seu mercado interno. Uma dessas empresas é a Kering, dona da Gucci, que já caiu 40% no ano. O Barclays avalia que o preço das ações pode baixar mais de 10%, a € 210 euros. Segundo o banco, a Burberry, que teve uma queda ainda mais dura no ano, de 58%, também está na expectativa de um declínio adicional de 8%, a 5,40 libras.

"Depois de um primeiro semestre desafiador na China continental, o resultado da nossa viagem sugere tendências semelhantes ou de deterioração em julho e agosto, já que a maioria das marcas caiu de 10% a 50%", escreveu o banco.

No início do ano, a avaliação generalizada era que o problema da China era de moradia. Uma bolha imobiliária estourou e deixou no rastro uma enorme capacidade excedente e muitas incorporadoras altamente endividadas, além de abalar a riqueza das famílias. Isso foi nefasto para as pessoas apanhadas no meio dessa crise, mas de modo geral os investidores acreditavam que ela passaria assim que o Estado conseguisse injetar confiança de volta no setor.

Mas essa confiança se mostrou fugidia. Em vez disso, os problemas ficaram mais abrangentes. Dados oficiais mostram que a inflação anual está bem abaixo de 1%, e famílias nervosas acumulam seu dinheiro. Economistas têm pedido às autoridades que lancem um pacote de estímulo avassalador, do tipo das manobras militares de "choque e pavor", para tentar mudar esse destino.

Não seria sensato esperar que isso aconteça rápido. O sentimento entre investidores chineses é "extremamente pessimista", escreveu a casa de análise TS Lombard na semana passada. Mas o analista Rory Green disse que a "tolerância ao sofrimento" do presidente da China, Xi Jinping, é alta, ao sugerir que a ajuda estatal pode ser bem fraca pelo menos até o início do ano que vem.

Uma coisa a favor das ações chinesas é que elas são baratas, negociadas em uma relação média de preço/lucro de cerca de 11 vezes. Mas, como Peter van der Welle, estrategista de multiativos da Robeco, afirmou em uma apresentação, elas não são baratas o suficiente. Ele disse que a recuperação do mercado de imóveis residenciais — que representa uma enorme contribuição para a economia — parece seguir padrões anteriores dos EUA ou da Espanha. "Isso implica que ainda levará alguns anos para chegar ao seu ponto mais baixo", explicou. "Podemos estar perto do ponto mais baixo das ações chinesas porque os mercados anteciparão isso. Mas ainda não chegamos lá."

Enquanto isso, investidores muitas vezes se contentam com evitar o mercado como um todo. "Os argumentos a favor de investir na China estão totalmente mortos", disse Vincent Mortier, executivo-chefe de investimentos da Amundi, maior gestora de ativos da Europa. "Ninguém está interessado em comprar ativos chineses. Nunca vi uma resistência tão grande de entre todos os nossos clientes", contou. Ele afirmou que o ambiente econômico já é desalentador, o consumidor reluta em gastar e as tarifas comerciais dos EUA devem aumentar ainda mais, independentemente de quem vença a eleição presidencial. Se Donald Trump voltar à Casa Branca, essas tarifas podem se tornar brutais.

Mortier disse que muitos investidores buscam aproveitar a chance de uma virada chinesa com um mix de ações indianas e japonesas — uma tática de "atalho" da qual ele não é fã. Um ou dois anos atrás, o próprio Mortier defendia comprar ações europeias de automóveis e artigos de luxo, entre outras, como forma de apostar na China sem precisar lidar com riscos regulatórios internos. Mas mesmo nesse caso, ele está mais cauteloso hoje.

Na sua avaliação, em algum momento no longo prazo a China vai se recuperar. Faz muito sentido ter pelo menos uma pequena alocação ali em uma carteira mais ampla, para poder pegar essa alta desde o início. "Você nunca deve subestimar a importância da China para a economia mundial", disse. "Ela é uma boa estratégia para o longo prazo. Mas hoje é impossível convencer nossos clientes disso."

DIVULGAÇÃO

"Hoje, ninguém está interessado em comprar ativos chineses"
Vincent Mortier

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 13/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.233,3169160	0,05	0,43	6,76
IRF-M	1+**	20.578,5274760	0,14	0,79	3,19
IRF-M	Total	18.703,8077860	0,11	0,67	4,24
IMA-B	5***	9.458,2744790	0,11	0,46	5,36
IMA-B	5+****	11.454,5718610	0,33	-0,09	-1,30
IMA-B	Total	10.069,2978550	0,24	0,14	1,64
IMA-S	Total	6.882,2909860	0,04	0,40	7,70
IMA-Geral	Total	8.351,0405210	0,10	0,40	5,05

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	30/08	29/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,55	32,42	32,53	29,63	29,63	32,44
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,58	23,99	24,87	24,96	24,96	24,15
Conta garantida pré - a.a.	45,01	48,05	46,81	38,67	38,67	47,09
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,37	20,69	21,73	21,70	21,70	26,59
Vendor pré - a.a.	16,90	15,99	15,74	15,28	15,28	18,30
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	15,23	14,87	16,37	16,30	16,30	19,69
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,24	18,43	19,22	18,30	18,30	17,47
Conta garantida pós - a.a.	24,41	24,79	24,77	24,76	24,76	27,01
ACC pós - a.a.	8,10	8,14	8,00	8,30	8,30	8,41
Factoring - a.m.	3,22	3,20	3,20	3,25	3,25	3,48

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	13/09/24	12/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3400	5,3200	5,3300	5,3000
1 mês	-	5,3421	5,3427	5,3465	5,3535	5,3133
3 meses	-	5,3690	5,3681	5,3684	5,3663	5,2208
6 meses	-	5,3968	5,3959	5,3951	5,3930	5,1117
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6630	3,6540	3,6620	3,6520
1 mês	-	3,6682	3,6682	3,6690	3,6687	3,6585
3 meses	-	3,6794	3,6958	3,7145	3,7572	3,5093
6 meses	-	3,8212	3,8292	3,8379	3,8590	3,2441
1 ano	-	3,9133	3,9131	3,9130	3,9125	2,3990
Euribor ***						
1 mês	-	3,436	3,521	3,589	3,606	3,675
3 meses	-	3,481	3,468	3,490	3,542	3,845
6 meses	-	3,265	3,346	3,360	3,398	3,999
1 ano	-	2,929	3,025	3,088	3,148	4,112
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,01	5,02	5,04	5,26	5,33	5,40
T-Bill (3 meses)	4,89	4,97	4,89	5,09	5,21	5,48
T-Bill (6 meses)	4,64	4,71	4,72	4,85	4,96	5,53
T-Note (2 anos)	3,59	3,64	3,65	3,90	3,96	4,97
T-Note (5 anos)	3,44	3,47	3,49	3,67	3,68	4,39
T-Note (10 anos)	3,66	3,68	3,71	3,86	3,84	4,25
T-Bond (30 anos)	3,98	3,99	4,02	4,15	4,13	4,35

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	set/24*	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,39	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,51	11,20
CDI	0,39	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,51	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	0,67	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	4,24	8,26
IMA-B	0,14	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	1,64	5,32
IMA-S	0,40	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,70	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-0,83	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	0,52	17,51
Índice Small Cap	0,31	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-9,41	-2,18
IBrX 50	-1,08	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	2,03	19,46
ISE	0,71	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-1,36	9,55
IMOB	4,27	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-3,77	4,77
IDIV	0,55	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	5,59	21,94
IFIX	-0,86	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,60	5,63
Dólar Ptax (BC)	-1,49	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	15,09	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-1,16	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	14,73	13,79
Euro (BC) (4)	-1,27	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	15,42	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,96	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	14,85	16,00
Ouro (BC)	1,70	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	43,95	48,11
Inflação								
IPCA	-	-0,02	0,38	0,21	0,46	0,38	2,85	4,24
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 13/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 10/09/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.716.004,63					9.921,53	30.112,61	336.867,16	303.464,34
RF Indexados (2)	144.731,49	-0,03	0,36	4,44	8,02	-139,78	-594,34	-12.482,55	-18.399,70
RF Duração Baixa Soberano (2)	693.573,41	0,04	0,25	6,80	10,37	1.966,64	14.574,85	41.128,06	20.697,29
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	910.184,43	0,04	0,29	7,77	11,82	1.771,29	5.034,62	96.889,27	101.373,15
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	195.693,82	0,04	0,05	7,85	11,90	189,13	2.172,94	85.320,54	88.354,48
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.671,09	-0,01	0,14	6,16	9,26	123,72	1.489,94	-3.559,93	-5.603,80
RF Duração Livre Soberano (2)	223.263,03	0,02	0,26	6,38	10,02	2.436,49	6.118,88	-9.188,67	-22.125,26
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	670.809,60	0,03	0,25	6,98	10,78	38,24	-1.202,49	-18.828,24	-28.765,19
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	411.082,36	0,02	0,35	7,18	11,36	994,67	1.456,45	114.194,62	149.108,57
Ações	640.396,92					-173,75	-2.076,71	510,97	45.108,53
Ações Indexados (2)	10.769,20	-0,29	-1,20	0,14	16,18	46,41	59,11	238,93	-1.832,97
Ações Índice Ativo (2)	29.203,18	-0,13	-0,66	-1,08	13,18	-123,75	-997,54	-8.145,57	-7.545,12
Ações Livre	231.593,54	0,18	-0,63	0,93	13,20	-49,18	-924,56	-1.939,83	-5.551,50
Fechados de Ações	124.799,31	-0,03	-0,66	-4,77	-0,32	0,00	1.181,98	-1.122,31	13.098,02
Multimercados	1.578.734,34					-2.823,68	-39.603,29	-183.886,57	-319.230,69
Multimercados Macro	143.873,71	0,10	0,38	3,26	7,55	-226,04	7.627,44	-36.428,18	-56.384,52
Multimercados Livre	586.194,99	0,09	0,20	6,48	11,09	-1.004,74	-42.207,60	-56.708,13	-117.683,90
Multimercados Juros e Moedas	47.428,72	0,04	0,28	6,83	10,80	-1.628,43	-1.697,92	-11.287,19	-16.306,11
Multimercados Invest. no Exterior (2)	718.955,68	0,28	0,07	8,03	13,19	5,76	-3.483,08	-80.313,05	-125.656,73
Cambial	6.441,74	1,24	0,30	21,23	20,36	11,30	-38,10	-674,10	-958,08
Previdência	1.477.968,02					-19,70	-206,23	28.921,72	41.277,23
ETF	43.013,64					-54,46	64,53	-3.277,31	-961,66
Demais Tipos	2.099.276,35					2.503,96	-382,30	84.645,51	103.842,72
Total Fundos de Investimentos	**7.462.559,28**					**6.861,24**	**-11.747,19**	**178.461,87**	**68.699,67**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.774.514,00**					**62,85**	**7.176,37**	**113.713,01**	**177.781,19**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.286.531,05**					**6.924,09**	**-4.570,82**	**292.174,88**	**246.480,86**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	13/09/24	12/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,86
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9387
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,57
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9917
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,83	10,82	10,76	10,77	10,54	12,44
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,30	11,31	11,20	11,28	10,92	11,81
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,62	10,60	10,55	10,53	10,43	12,79
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,70	10,68	10,63	10,63	10,48	12,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,85	10,82	10,77	10,79	10,55	12,41
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	11,01	10,98	10,92	10,98	10,67	12,22
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,30	11,25	11,19	11,28	10,90	11,83
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,74	11,67	11,59	11,74	11,29	10,76

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 13/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.521,99	10,586	597.800	10,576	10,590	10,588
Vencimento em nov/24	98.603,88	10,653	110.921	10,646	10,656	10,656
Vencimento em dez/24	97.830,30	10,779	53.695	10,764	10,786	10,764
Vencimento em jan/25	96.953,49	10,955	845.366	10,930	10,975	10,935
Vencimento em fev/25	96.026,30	11,109	647	11,085	11,110	11,105
Vencimento em mar/25	95.164,81	11,265	2.068	11,240	11,280	11,250
Vencimento em abr/25	94.355,30	11,367	116.408	11,335	11,410	11,345
Vencimento em mai/25	93.510,94	11,447	1.798	11,430	11,450	11,430
Vencimento em jun/25	92.628,75	11,518	705	11,500	11,535	11,515
Vencimento em jul/25	91.781,24	11,595	264.343	11,550	11,660	11,570
Vencimento em ago/25	90.830,59	11,646	264	11,610	11,675	11,655
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	5.578,05	-1,09	206.135	5.554,00	5.629,50	5.573,50
Vencimento em nov/24	5.597,70	-1,09	35	5.578,50	5.609,50	5.598,00
Vencimento em dez/24	5.615,13	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.635,57	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.661,01	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	6.183,49	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.214,43	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.240,45	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	136.081	0,62	66.670	135.110	137.080	136.030
Vencimento em dez/24	138.286	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	140.382	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 13/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5711	5,5717	-1,48	-1,49	15,09	13,31
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5666	5,5672	-0,92	-1,16	14,73	13,23
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6010	5,7810	-1,13	-1,36	14,53	13,21
Euro (BC) - (R$/€)	6,1750	6,1768	-1,08	-1,27	15,42	16,98
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1662	6,1668	-0,85	-0,96	14,85	16,87
Euro Turismo (R$/€)	6,2451	6,4251	-0,79	-1,11	14,59	16,94
Euro (BC) - (US$/€)	1,1084	1,1086	0,41	0,23	0,29	3,24
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	462,7159	462,7658	-0,25	1,70	43,95	53,22
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.577,19	0,75	2,97	24,79	34,99
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.571,35	2,18	1,87	24,68	34,47

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	13/09/24	12/09/24	No fim de ago/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	177.753,41	176.246,96	178.922,92	173.997,89	0,85	-0,65	2,16
Valor-Coppead Mínima Variância	104.469,02	103.699,62	105.748,61	93.533,91	0,74	-1,21	11,69

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-
Raízen (2)	17/09/24	17/01/35	124	1.000	5,7	2,18	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 13/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 13/09/24

Índice	13/09/24	12/09/24	Em 30/08/24	29/12/23	13/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	184,86	183,90	188,53	165,54	156,44	0,52	-1,95	11,67	18,16
S&P BNY Emergentes	355,99	354,26	354,71	312,75	290,83	0,49	0,36	13,83	22,40
S&P BNY América Latina	197,28	194,77	196,58	225,28	198,89	1,28	0,35	-12,43	-0,81
S&P BNY Brasil	197,00	194,74	197,44	232,95	203,27	1,16	-0,22	-15,43	-3,08
S&P BNY México	289,39	285,18	286,82	331,67	304,67	1,48	0,89	-12,75	-5,02
S&P BNY Argentina	293,42	287,59	268,80	178,27	141,03	2,03	9,16	64,59	108,05
S&P BNY Chile	140,49	139,56	143,28	162,12	155,14	0,66	-1,95	-13,34	-9,45
S&P BNY Índia	3.209,80	3.206,04	3.175,88	2.923,01	2.875,46	0,12	1,07	9,81	11,63
S&P BNY Ásia	216,38	216,02	218,99	189,60	180,56	0,16	-1,19	14,12	19,84
S&P BNY China	294,05	296,07	294,08	336,11	333,58	-0,68	-0,01	-12,51	-11,85
S&P BNY África do Sul	193,44	188,26	192,07	199,87	192,07	2,75	0,71	-3,22	0,71
S&P BNY Turquia	31,81	32,33	33,07	22,45	24,20	-1,61	-3,80	41,68	31,43

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	0,5774	0,8494
29/08 a 29/09	0,0714	0,5678	0,5678	0,8145
30/08 a 30/09	0,0676	0,5678	0,5678	0,7772
31/08 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718	0,5718	0,8150
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8184
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8186
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8193
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685	0,5685	0,7829
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648	0,5648	0,7460
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687	0,5687	0,7846
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726	0,5726	0,8231
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728	0,5728	0,8245
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730	0,5730	0,8269
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734	0,5734	0,8312

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 13/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	134.882	0,64	-0,83	0,52	14,14
IBrX	57.007	0,66	-0,79	0,99	14,54
IBrX 50	22.668	0,55	-1,08	2,03	15,56
IEE	93.208	0,55	0,34	-1,84	6,88
SMLL	2.132	1,91	0,31	-9,41	-4,02
ISE	3.712	0,94	0,71	-1,36	8,61
IMOB	973	2,34	4,27	-3,77	5,17
IDIV	9.581	0,81	0,55	5,59	20,14
IFIX	3.364	0,17	-0,86	1,60	4,61
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.208	2,15	0,68	-12,66	0,73
IBrX	10.231	2,17	0,71	-12,25	1,08
IBrX 50	4.068	2,06	0,42	-11,35	1,98
IEE	16.729	2,06	1,86	-14,71	-5,68
SMLL	383	3,44	1,83	-21,28	-15,30
ISE	666	2,45	2,24	-14,29	-4,15
IMOB	175	3,88	5,86	-16,39	-7,19
IDIV	1.720	2,33	2,08	-8,26	6,03
IFIX	604	1,68	0,64	-11,72	-7,68

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jan/24	353.563	03/09/24	369.150
fev/24	352.705	04/09/24	368.472
mar/24	355.008	05/09/24	368.984
abr/24	351.599	06/09/24	369.769
mai/24	355.560	09/09/24	369.339
jun/24	357.827	10/09/24	369.785
jul/24	363.282	11/09/24	370.260
ago/24	369.214	12/09/24	370.017

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	13/09/24	12/09/24	11/09/24	10/09/24	09/09/24	06/09/24
Índice	2.160,63	2.158,03	2.161,53	2.161,12	2.160,28	2.158,11
Var. no dia	0,12%	-0,16%	0,02%	0,04%	0,10%	0,19%
Var. no mês	0,72%	0,59%	0,76%	0,74%	0,70%	0,60%
Var. no ano	4,62%	4,49%	4,66%	4,64%	4,60%	4,50%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 13/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	33,2200	33,2500	0,16760	0,16770
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5711	5,5717
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,6491	36,7410	0,1516000	0,1520000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7947	0,8122
Colon (Costa Rica)	514,7500	520,9000	0,010700	0,010820
Coroa (Dinamarca)	6,7320	6,7326	0,8275	0,8276
Coroa (Islândia)	137,2800	137,5700	0,04050	0,04059
Coroa (Noruega)	10,6463	10,6517	0,5230	0,5233
Coroa (Rep. Tcheca)	22,6910	22,7020	0,2454	0,2455
Coroa (Suécia)	10,2091	10,2115	0,5456	0,5458
Dinar (Argélia)	132,0132	132,5573	0,04203	0,04221
Dinar (Kuwait)	0,3050	0,3051	18,2599	18,2679
Dinar (Líbia)	4,7616	4,7839	1,1646	1,1701
Direitos Especiais de Saque ***	1,3493	1,3493	7,5171	7,5179
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,5167	1,5171
Dirham (Marrocos)	9,7490	9,7670	0,5704	0,5715
Dólar (Austrália)***	0,6711	0,6712	3,7388	3,7397
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5711	5,5717
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7401	2,7884
Dólar (Canadá)	1,3581	1,3582	4,1018	4,1026
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6720	6,7536
Dólar (Cingapura)	1,2986	1,2988	4,2894	4,2905
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5711	5,5717
Dólar (Hong Kong)	7,7990	7,7991	0,7143	0,7144
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6164	0,6165	3,4340	3,4350
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7533	6,8260	0,8162	0,8250
Euro (Comunidade Européia)***	1,1084	1,1086	6,1750	6,1768
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0610	3,1223
Franco (Suíça)	0,8479	0,8480	6,5697	6,5712
Guarani (Paraguai)	7770,7300	7779,5900	0,0007161	0,0007170
Hryvnia (Ucrânia)	41,3300	41,4300	0,1345	0,1348
Iene (Japão)	140,6600	140,6800	0,03960	0,03961
Lev (Bulgária)	1,7630	1,7641	3,1580	3,1604
Libra (Egito)	48,3900	48,4400	0,1150	0,1151
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3139	1,3140	7,3199	7,3212
Naira (Nigéria)	1614,2000	1664,2000	0,00335	0,00345
Lira (Turquia)	33,8353	33,9784	0,1640	0,1647
Novo Dólar (Taiwan)	31,9290	31,9590	0,17430	0,17450
Novo Sol (Peru)	3,7659	3,7674	1,4788	1,4795
Peso (Argentina)	959,0000	959,5000	0,00581	0,00581
Peso (Chile)	925,0000	925,8000	0,006018	0,006024
Peso (Colômbia)	4174,5000	4178,7500	0,001333	0,001335
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2321	0,2322
Peso (Filipinas)	55,9480	55,9680	0,09954	0,09959
Peso (México)	19,2465	19,2570	0,2893	0,2895
Peso (Rep. Dominicana)	59,7500	60,5000	0,09208	0,09325
Peso (Uruguai)	41,0700	41,1000	0,13550	0,13570
Rande (África do Sul)	17,7206	17,7318	0,3142	0,3144
Rial (Arábia Saudita)	3,7527	3,7531	1,4844	1,4847
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001323	0,0001327
Ringgit (Malásia)	4,2980	4,3050	1,2941	1,2963
Rublo (Rússia)	91,0955	91,1045	0,06115	0,06116
Rúpia (Índia)	83,8800	83,9000	0,06640	0,06642
Rúpia (Indonésia)	15395,0000	15405,0000	0,0003616	0,0003619
Rúpia (Paquistão)	278,2500	279,0000	0,01997	0,02002
Shekel (Israel)	3,7096	3,7118	1,5009	1,5020
Won (Coréia do Sul)	1329,3800	1329,9000	0,004189	0,004191
Yuan Renminbi (China)	7,0930	7,0944	0,7853	0,7855
Zloty (Polônia)	3,8610	3,8621	1,4425	1,4431

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2582,85	0,01204	462,7159	462,7658

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	13/09/24	12/09/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.393,78	41.096,77	0,72	-0,41	9,83	19,72	32.417,59	41.563,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.514,59	19.423,07	0,47	-0,31	15,98	27,14	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.683,98	17.569,68	0,65	-0,17	17,80	28,02	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.626,02	5.595,76	0,54	-0,40	17,95	25,93	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.568,85	23.475,14	0,40	0,95	12,46	16,22	18.737,39	23.568,85
México	Cidade do México	IPC	51.993,49	51.999,73	-0,01	0,01	-9,40	0,91	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.311,68	1.320,28	-0,65	-3,71	9,75	21,69	1.077,85	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	97.562,75	97.797,01	-0,24	6,59	68,70	149,46	38.257,94	98.913,06
Chile	Santiago	IPSA	6.351,31	6.343,16	0,13	-1,68	2,48	7,37	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.951,13	28.540,12	1,44	1,79	11,52	26,87	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.817.734,06	1.790.058,19	1,55	5,83	95,52	228,46	543.252,12	1.817.734,06
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.471,42	1.462,92	0,58	-1,80	5,44	10,14	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.699,40	18.518,39	0,98	-1,10	11,63	19,45	14.687,41	18.930,85
França	Paris	CAC-40	7.465,25	7.435,07	0,41	-2,17	-1,03	3,36	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.568,47	33.453,78	0,34	-2,34	10,60	17,86	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.245,21	4.216,75	0,67	1,45	14,49	16,60	3.290,68	4.245,21
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.778,01	2.753,88	0,88	-0,21	21,65	27,09	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.540,20	11.400,20	1,23	1,21	14,24	22,45	8.918,30	11.540,20
Grécia	Atenas	ASE General	1.419,24	1.406,91	0,88	-0,83	9,75	15,83	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	899,60	893,25	0,71	-2,07	14,33	22,41	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.003,59	72.340,83	0,92	0,19	20,43	27,65	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	82.302,58	81.074,20	1,52	-3,02	4,90	23,46	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.838,52	6.792,47	0,68	1,16	6,91	11,50	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	928,07	904,16	2,64	1,36	-14,34	-9,95	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.525,18	2.510,54	0,58	-2,73	5,30	16,77	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.037,28	11.982,34	0,46	-3,21	8,08	9,67	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	9.685,49	9.521,04	1,73	-1,50	29,66	20,86	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	2.053,53	-	-1,35	9,48	9,68	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.978,59	81.668,38	0,38	-2,11	6,61	11,84	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	36.581,76	36.833,27	-0,68	-5,35	9,32	11,85	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.323,50	8.293,10	0,37	0,08	6,31	13,31	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.476,26	1.492,33	-1,08	-4,40	-19,67	-23,49	1.433,10	1.936,49
China	Xangai	SSE Composite	2.704,09	2.717,12	-0,48	-4,86	-9,10	-13,42	2.702,19	3.171,15
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.575,41	2.572,09	0,13	-3,70	-3,01	1,61	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.369,09	17.240,39	0,75	-3,45	1,89	-3,55	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	82.890,94	82.962,71	-0,09	0,64	14,74	22,86	63.148,15	82.962,71
Indonésia	Jacarta	JCI	7.812,13	7.798,15	0,18	1,84	7,42	12,64	6.642,42	7.812,13
Tailândia	Bangcoc	SET	1.424,39	1.421,58	0,20	4,81	0,60	-7,22	1.274,01	1.545,14
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.759,65	21.653,25	0,49	-2,28	21,35	31,23	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 09/2024 – EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00003515/2024-10

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 09/2024 - EP, do tipo menor preço, cujo objeto é a **prestação de Serviço de manutenção preditiva, preventiva extensiva para os componentes e acessórios incluídos e manutenção corretiva sem troca de peças dos equipamentos de transporte vertical da EPUSP**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 16/09/2024 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 30/09/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 16/09/2024**, além da página do **ComprasGov**, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS – SALIC
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2024 – SALIC/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO SES / SEI N.º 2024.110222.07810
PROCESSO SIGA: SES/0016/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC torna público que a licitação em epígrafe, PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento Menor Preço por ITEM, objetivando o Registro de Preços para aquisição de materiais permanentes/mobiliários, com serviços acessórios de instalação ou montagem, (quando cabíveis), para suprir as unidades de saúde da Rede Estadual de Saúde, e eventuais doações aos municípios do Estado do Maranhão, conforme as condições, especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital, anteriormente marcada para o dia **17/09/2024 de 2024 às 09:00h (horário de Brasília)**, por necessidade de alteração de ajustes, fica ADIADA para **30/09/2024 de 2024 às 09:00h (horário de Brasília).**

São Luís, 10 de setembro de 2024.
ALINE PINHEIRO VASCONCELOS
Secretária Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas – SALIC

ALLOS

ALLOS S.A.
CNPJ/MF nº 05.878.397/0001-32 - NIRE 33.3.003.325-11
Companhia Aberta

Aviso aos Debenturistas da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de distribuição da Allos S.A.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2024 - A **Allos S.A.** (B3: ALOS3) ("Companhia") comunica a V.Sas. na qualidade de titulares de debêntures do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com esforços restritos de distribuição da **Allos S.A.** ("Debêntures" e "Escritura de Emissão", respectivamente), que tem a Companhia como Emissora e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Pentágono") como Agente Fiduciário representando a comunhão de Debenturistas, firmado em 26.08.22, conforme aditado em 11.11.2022, que realizará em 04 de outubro de 2024 o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da totalidade das Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme Cláusula 5.1. da Escritura de Emissão. Nos termos da Escritura de Emissão, por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento, conforme regra abaixo descrita. O valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total (c) de prêmio equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano multiplicado pelo prazo remanescente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debêntures. A Pentágono, na qualidade de agente fiduciário da Emissão, foi devidamente notificada sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total e, em conjunto com a área de Relações com Investidores, está à disposição para maiores esclarecimentos. Para informações adicionais, contatar a área de Relações com Investidores: Telefone: +55 (21) 2176-7272 | ri@allos.co | ri.allos.com.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE DEVOLUÇÃO DE PRAZO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA - SRP Nº 78/2024 – GMS/FUNDEPAR – Nº 90078/2024 - PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 22.450.000-9. OBJETO: Futura e eventual Contratação Integrada de empresa especializada para elaboração de projetos básico e executivo de arquitetura, projetos complementares de engenharia e execução de obra em sistema construtivo pré-fabricado, de **até 184 salas de aula** de múltiplo uso, para substituição de salas de aula em madeira em condições precárias, em unidades da rede pública estadual de ensino, em municípios do Estado do Paraná. (dividido em 6 lotes). **VALOR MÁXIMO**: R$ 44.255.850,36 (quarenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 16 de dezembro de 2024, às 08H30** (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO**: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS**: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.com//prasparana.pr.gov.br Informações: (41) 2117-8286 ou (41) 2117-8302. DATA: 13/09/2024 - Comissão Permanente de Licitação.

RGE | Sul

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ Nº 02.016.440/0001-62 - NIRE 43.300.036.146 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 3 de Setembro de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 3 (três) de setembro de 2024, às 10:20 (dez horas e vinte minutos), na sede social da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, nº 2.801, Bairro Fazenda São Borja, CEP 93032-525. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), em vista da presença das acionistas CPFL Energia S.A. e CPFL Comercialização Brasil S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **Luis Henrique Ferreira Pinto** e a Sra. **Giovana Sartori Tchian**, como secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, de sua 18ª (décima oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, no valor total de R$ 603.000.000,00 (seiscentos e três milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, pratique todos os atos necessários para a formalização e efetivação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação das instituições intermediárias da Oferta e demais prestadores de serviço para realização da Emissão e da Oferta; e (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e eventuais aditamentos a estes documentos, bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta, dentre outras providências eventualmente necessárias; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, com relação às deliberações acima. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições, após debates e discussões, a acionista da Companhia resolve: **(i)** Aprovar, conforme atribuições previstas no artigo 7º, do Estatuto Social da Companhia, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características principais: a) Número da Emissão: A Emissão constituirá a 18ª (décima oitava) emissão de debêntures da Companhia. b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 603.000.000,00 (seiscentos e três milhões de reais) na Data de Emissão. c) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será aquela fixada no "*Instrumento Particular de Escritura da 18ª (décima oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas ("Agente Fiduciário"), e a CPFL Energia S.A., na qualidade de fiadora ("Data de Emissão", "Escritura de Emissão" e "Garantidora", respectivamente). d) Séries: A Emissão será realizada em série única. e) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). f) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme será informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, de acordo com as normas aplicáveis à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3" e "Data da Primeira Integralização", respectivamente). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização, até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com deságio no ato de subscrição das Debêntures, em cada data de integralização, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma data. O deságio poderá ser aplicado pelos Coordenadores em condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a: (i) alteração na taxa SELIC; (ii) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (iii) alteração na Taxa DI (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), ou (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela ANBIMA. g) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 603.000 (seiscentas e três mil) Debêntures. h) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 será expedido extrato em nome do debenturista (cada um "Debenturista" e no plural "Debenturistas"), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. i) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. j) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. k) Prazo e Data de Vencimento: Observado o que será disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data de vencimento das Debêntures a ser fixada na Escritura de Emissão, sendo certo que estão ressalvadas as hipóteses do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, do resgate a ser previsto na Cláusula 4.11.1.5 da Escritura de Emissão, do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com o cancelamento da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, se for o caso. l) Destinação dos Recursos: Os recursos oriundos da captação das Debêntures serão utilizados para resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 12ª (décima segunda) emissão de debêntures da Companhia, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 12ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.*", celebrado em 24 de setembro de 2021 ("Resgate Antecipado da 12ª Emissão"). A Companhia deverá realizar o Resgate Antecipado da 12ª Emissão em até 30 (trinta) dias contados da data de integralização da totalidade das Debêntures. m) Banco Liquidante e Escriturador: O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP 04.344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, atuará como banco liquidante das Debêntures ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante previstos na Escritura de Emissão). O escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures). n) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; **(ii)** observado o disposto na Escritura de Emissão, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente por meio da B3; e **(iii)** custódia eletrônica na B3. Não obstante o descrito acima, as Debêntures poderão (i) ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais; (ii) ser negociadas no mercado secundário entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, somente após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "a" da Resolução CVM 160; e (iii) ser negociadas no mercado secundário entre o público em geral, somente após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "b", da Resolução CVM 160. o) Colocação e Plano de Distribuição: As Debêntures serão objeto de oferta pública, em rito de registro automático, sem análise prévia, destinada exclusivamente para Investidores Profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures ("Coordenadores", sendo a instituição financeira intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), de forma individual e não solidária, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 18ª (décima oitava) Emissão da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, a Garantidora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). p) Distribuição Parcial: Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures objeto da Oferta. q) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. r) Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extragrupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (*http://www.b3.com.br*) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 0,49% (quarenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. s) Pagamento da Remuneração: Salvo na hipótese de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão, do Resgate Antecipado Facultativo Total, do resgate a ser previsto na Cláusula 4.11.1.5 da Escritura de Emissão, de Amortização Extraordinária Facultativa, da Aquisição Facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, a Remuneração das Debêntures será paga, trimestralmente, em dia e meses a serem previstos na Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme datas a serem indicadas na tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas aquele que for titular de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. t) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total, de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Cláusula 4.11.1.5 da Escritura de Emissão, de Amortização Extraordinária Facultativa, de vencimento antecipado das Debêntures ou de Aquisição Facultativa, conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será realizado, trimestralmente, conforme datas da tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. u) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. v) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser fixada na Escritura de Emissão (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente **(i)** ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido **(ii)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total; **(iii)** dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) devidos e não pagos até a data do referido resgate (sendo o somatório dos itens "i" a "iii" acima, o "Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo Total"); e **(iv)** de prêmio de resgate antecipado facultativo total, incidente sobre o Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo Total, equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures na data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis calculada conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo Total serão previstos na Escritura de Emissão. w) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado aos Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. A oferta de resgate antecipado será operacionalizada conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado serão previstos na Escritura de Emissão. x) Vencimento Antecipado: Observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações a serem previstas na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia e/ou da Garantidora, conforme o caso, o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário ou do respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, na ocorrência das hipóteses a serem descritas na Escritura de Emissão, observados os eventuais prazos de cura e respectivos procedimentos, quando aplicáveis. y) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia e/ou pela Garantidora ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"). z) Garantia Fidejussória: Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, incluindo Encargos Moratórios, decorrentes das Debêntures emitidas nos termos da Escritura de Emissão, a Garantidora outorga fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos descritos na Escritura de Emissão. aa) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as respectivas Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Caso as respectivas Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente junto à B3, os seus pagamentos serão realizados pelo Escriturador ou na sede da Companhia, se for o caso. bb) Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação a ser prevista e decorrente da Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e/ou na cidade de Campinas, estado de São Paulo, e/ou na Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Será considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. cc) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM n° 77, de 29 de março de 2022, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos aqui descritos, se e quando recolocadas no mercado, observadas as restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. dd) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser fixada na Escritura de Emissão (inclusive), realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) ("Amortização Extraordinária Facultativa"), mediante prévia comunicação escrita com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data da pretendida Amortização Extraordinária Facultativa, nos termos descritos na Escritura de Emissão. ee) Desmembramento: Não será admitido desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. ff) Demais Características: As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a elas pertinentes. **(ii)** Autorizar a Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, a praticar todos os atos necessárias para a formalização e efetivação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação dos Coordenadores e demais prestadores de serviço para realização da Oferta; e (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos a estes documentos, bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta, dentre outras providências eventualmente necessárias; e **(iii)** Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, com relação às deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada, sendo dela lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. O Sr. **Luis Henrique Ferreira Pinto**, Presidente da mesa e Sra. **Giovana Sartori Tchian**, Secretária. Acionista Presente: CPFL Energia S.A., representada pelos Srs. **Luis Henrique Ferreira Pinto** e **Flávio Henrique Ribeiro**, e CPFL Comercialização Brasil S.A., representada pelos Srs. Ricardo **Motoyama de Almeida** e **Flávio Henrique Ribeiro**. São Leopoldo, 3 de setembro de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleia Geral. **Luis Henrique Ferreira Pinto -** Presidente da mesa; **Giovana Sartori Tchian -** Secretária. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul -** Certifico registro sob o nº 10566440 em 13/09/2024 da Empresa RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. CNPJ 02016440000162 e Protocolo 243235551 - 04/09/2024. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/ME nº 11.992.680/0001-93 - NIRE 35.300.379.560 - CVM nº 22497 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Na forma da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do seu Estatuto Social, a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Qualicorp" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada, em primeira convocação, no dia **3 de outubro de 2024, às 9 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings* ("Plataforma Eletrônica"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("AGE"): *Deliberar sobre a outorga, pela Companhia, de exoneração de responsabilidade e quitação ao Sr. José Seripieri Filho, na qualidade de antigo administrador e acionista relevante da Qualicorp ("Fundador"), nos termos e para os fins do "Instrumento de Cooperação" celebrado entre a Companhia e o Fundador em 28 de outubro de 2021 ("Instrumento de Cooperação"), no contexto da potencial celebração de acordo de leniência entre a Companhia e as autoridades competentes, conforme descrito na Proposta da Administração ("Acordo de Leniência"), sob a condição suspensiva de que o Fundador cumpra integralmente com a obrigação de repartição de custos assumida nos termos do Instrumento de Cooperação, compreendendo o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da obrigação pecuniária a ser assumida pela Companhia no âmbito do Acordo de Leniência*. **Informações Gerais:** A Companhia informa que se encontra à disposição dos acionistas, em sua sede e no seu site de Relações com Investidores (ri.qualicorp.com.br), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), o "*Manual para a Participação de Acionistas e Proposta da Administração*" ("Manual"), contendo **(i)** instruções detalhadas para a participação dos acionistas na AGE virtualmente, por meio da Plataforma Eletrônica; e **(ii)** todas as informações e os documentos necessários para o exercício do direito de voto pelos acionistas na AGE. Sem prejuízo às instruções, às regras e aos procedimentos detalhados no Manual, para participar da AGE, o acionista deverá acessar o ambiente virtual da Plataforma Eletrônica, por meio do endereço https://assembleia.ten.com.br/800144742, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários à sua habilitação para participar e votar na AGE, conforme descritos abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da AGE (ou seja, até o dia 1º de outubro de 2024) ("Cadastro"): **(i)** Pessoa Física: Documento de identidade com foto do acionista, sendo aceitos RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas; **(ii)** Pessoas Jurídicas: Último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores; demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais; **(iii)** Fundos de Investimento: Último regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também a política de voto do fundo ou documento equivalente); último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores, do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e exercício do direito de voto do fundo; demais documentos societários que comprovem a representação legal do administrador ou gestor, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Caso o acionista deseje participar da AGE por meio de procurador, além de apresentar a documentação prevista acima, deverá apresentar também a cópia da procuração outorgada e os documentos que comprovem a identidade e o poder de representação do procurador. As procurações devem ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. A Companhia dispensará a tradução juramentada de procurações que tenham sido originalmente lavradas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. O acionista, procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de seu Cadastro e será responsável por providenciar, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O acesso à Plataforma Eletrônica no momento da AGE deverá ser realizado pelo acionista por meio do seu login e senha individual. Para acessar a Plataforma Eletrônica, são necessários: **(i)** computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e **(ii)** conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Eletrônica. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Eletrônica. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato pelo e-mail ri@qualicorp.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que gravará a AGE, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Eletrônica para participar e, conforme o caso, votar na AGE. Os acionistas que participarem da AGE via Plataforma Eletrônica, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, III, da Resolução CVM nº 81/22.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

INÊS 249

Entrevista Grupo japonês investe em quase 470 empresas em todo o mundo, sendo 75 na América Latina, e diz que ação do Fed deve facilitar ofertas

SoftBank tem US$ 35 bi em empresas prontas para fazer IPO

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Com quase US$ 8 bilhões alocados em 75 empresas da América Latina, o SoftBank é um dos maiores investidores de "venture capital" (capital de risco) na região. No mundo, são cerca de 470 companhias no portfólio, que somam quase US$ 247 bilhões. A carteira vasta significa que, apesar do foco no longo prazo, de tempos em tempos há vendas de ativos a fazer. Nesse contexto, a queda de juros sinalizada pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) pode ajudar, ao favorecer ofertas públicas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) e movimentar o mercado.

Em visita recente ao Brasil, Navneet Govil, vice-presidente operacional do SoftBank e diretor financeiro dos fundos Vision, afirmou que tem quase US$ 35 bilhões em empresas prontas para realizar um IPO. "Nos últimos anos, os IPOs diminuíram significativamente. Mas acho que a expectativa de que o Fed corte as taxas a partir de setembro é um sinal positivo para as empresas abrirem o capital, porque o custo do capital cai. De repente essas empresas, com suas altas taxas de crescimento, se tornam muito atraentes para investidores institucionais", disse em entrevista ao **Valor**. Foi a primeira visita do executivo ao Brasil. No ano passado, a fabricante de chips Arm, que é controlada pelo SoftBank, realizou uma das maiores ofertas dos EUA, chegando à bolsa avaliada em US$ 54,4 bilhões.

Segundo Govil, o cenário para o Brasil é positivo. No entanto, ele pondera que, mais importante que os ciclos econômicos, é ter fundamentos fortes e empresas inovadoras. Com uma crescente classe média, companhias "disruptivas", alto índice de adoção de smartphones e internet, além de baixa penetração de serviços financeiros, diz, o mercado local oferece muitas oportunidades. "Claro que há questões, como a transição na presidência do Banco Central, e eleições em dois anos, mas também são coisas que vemos em outros lugares. Temos uma visão de longo prazo, e no Brasil e em outros emergentes mais ainda. Se a empresa é disruptiva, pode enfrentar ciclos econômicos, geopolíticos."

O SoftBank não abre muitos detalhes sobre os investimentos especificamente no Brasil, mas a lista de companhias no portfólio é extensa, com nomes como Nubank, Inter, VTEX, QuintoAndar, MadeiraMadeira, Kavak, Rappi e outras. Govil diz que, enquanto outros gestores têm uma visão de cinco a sete anos, os fundos do SoftBank que aplicam na região trabalham com prazos de 12 a 16 anos. Como começaram a aportar na América Latina em 2019, ainda têm muito chão pela frente, acrescenta. "Não estamos com pressa para sair. [...] O Nubank, por exemplo, já abriu capital e nós não vendemos nossa participação porque acreditamos no potencial de crescimento."

Alex Szapiro, diretor do SoftBank no Brasil, diz que, das investidas na América Latina, 92% têm caixa para mais de 18 meses, sendo que esse índice vem subindo. "Se voltarmos três, quatro anos atrás, mais gente estava preocupada com crescimento do que com rentabilidade, e isso foi importante, porque as empresas precisavam do dinheiro para crescer. Agora, nos últimos anos, a maior parte das companhias no nosso portfólio — e não consigo me lembrar de nenhuma exceção — passou pelos ajustes que precisavam."

O executivo lembra que, na euforia do mercado em 2020 e 2021, muitas startups multiplicaram seus times e iniciaram planos de expansão internacional, e que pode ter havido exageros. "Muitos desses ajustes aconteceram e, agora, muitas das nossas companhias estão com Ebitda [lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização] positivo", afirma.

Sobre novos investimentos, Szapiro diz que o SoftBank está em processo de "due diligence" para dois novos aportes, mas ainda não pode dar detalhes. Em termos de segmentos, os gestores citam fintechs e e-commerce como alvos de interesse.

Segundo Govil, uma empresa precisa reunir alguns elementos básicos para atrair o SoftBank: forte adequação do produto ao mercado; "unit economics" positivo, ou seja, ser lucrativa na relação individual com o cliente; forte histórico de execução por parte da gestão; e uso intenso de inteligência artificial para impulsionar o negócio central. Especializado em "growth", ou seja, empresas que já provaram o modelo de negócio e estão em fase de escalar a operação, o SoftBank geralmente tem cheques em torno de US$ 25 milhões.

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

> "Se uma empresa é disruptiva, pode enfrentar os ciclos econômicos"
> *Navneet Govil*

Se no início a companhia tinha criado um fundo específico para a América Latina, após uma reformulação os investimentos podem ser feitos também via Vision Funds. "Não há burocracia, o dinheiro pode estar aqui do dia para a noite. Temos US$ 30 bilhões para investir e capital não é uma restrição", diz Govil. Segundo ele, a principal restrição para investir na região hoje é mesmo encontrar empresas com o perfil adequado.

O grupo até chegou a fazer investimentos em companhias que oferecem a tecnologia de inteligência artificial generativa (GenAI), como AlphaSense e Perplexity, mas Govil afirma que o foco principal é em companhias que usam IA como uma ferramenta de alavancagem. "A GenAI é uma tecnologia transformadora, é como a internet, o GPS, é uma mudança fundamental, que vai ser usada em tudo. A questão é que isso exige muito capital para investir, e você monetiza a linguagem ou as aplicações? Então, estamos sendo muito prudentes, fizemos alguns investimentos em GenAI, mas estamos olhando para isso com atenção."

Szapiro dá um exemplo do Rappi, que usa GenAI para fazer suas entregas "turbo", em até dez minutos. Segundo ele, isso só é possível porque os dados permitem saber o horário de pico e o tipo de pedido em cada região. Assim, o Rappi deixa entregadores de plantão na porta de "dark stores" mesmo que ainda não haja ali um pedido concreto. "Isso mostra que, mesmo no varejo, há muito espaço para inovação, seja em termos de velocidade, promoção, preço, a forma de comprar", diz.

Policiais terão cursos para identificar uso ilegal de 'cripto'

Mariana Assis
De Brasília

Para fazer frente às organizações criminosas que têm se valido de criptomoedas para lavar dinheiro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) vai intensificar cursos de capacitação de policiais civis para identificar casos de uso de moedas digitais com fins ilícitos. "Não estando todas as Polícias Civis preparadas, o que a gente está fazendo, o nosso papel primeiro, o mais importante, [é] capacitação, qualificação de quadros", afirmou ao **Valor** Rodney da Silva, diretor de Operações Integradas e de Inteligência (Diop) da pasta.

Em 2025, a diretoria, que é ligada à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vai oferecer cursos em três níveis sobre moedas digitais, como bitcoins, além de promover um nivelamento nacional na área. "Com a qualificação, você automaticamente sensibiliza e qualifica o profissional a identificar essa possibilidade da lavagem através de cripto", diz o diretor. Ele afirma que o crime organizado viu nas criptomoedas, baseadas nas estruturas de blockchain, uma forma de mascarar movimentação financeira ilícita.

De acordo com o chefe da Diop, outra preocupação é a recuperação de ativos que foram subtraídos, como forma de asfixiar o recurso financeiro das organizações criminosas.

Ele acrescenta que esse trabalho deve ser intensificado em rede, envolvendo diversos órgãos. "Essa rede é formada pela Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Penal, Ministério Público, dependendo do tipo de rede, mas as redes de recuperação de ativos envolvem as polícias civis e o Ministério Público. Nós estamos convidando agora, e a PF está vindo também, no sentido da gente fortalecer a atuação na recuperação de ativos", afirma.

Recentemente, a Receita Federal informou que uma nova tecnologia de monitoramento de movimentações financeiras do órgão já conseguiu identificar operações fraudulentas e de sonegação fiscal com criptomoedas que somam cerca de R$ 1 bilhão.

A ferramenta identifica transações suspeitas e indícios de esquemas complexos de sonegação tributária e de lavagem de dinheiro com uso de criptomoedas. Em um dos casos, segundo a Receita, autoridades tributárias identificaram um potencial esquema envolvendo R$ 700 milhões movimentados por empresas de fachada para a compra de criptomoedas. "Foram identificadas operações de importações e remessas internacionais com fortes indícios de irregularidades tributárias e de cometimento de outros crimes", explicou o Fisco.

O diretor da Diop comenta que o número de referências a criptomoedas em ocorrências da Polícia Civil aumentou. O quantitativo, no entanto, não significa necessariamente que o número de crimes com o uso de moedas digitais também cresceu.

> **R$ 1 bi**
> **é o valor de operações suspeitas com 'cripto'**

"Houve um crescimento exponencial da referência dessas moedas digitais em ocorrências, mas a gente ainda não conseguiu fazer um levantamento adequado. Em função disso, estamos apresentando a todas as unidades da federação, para toda as Polícias Civis, inicialmente simples: queremos mapear as estruturas existentes de unidades de investigação de cripto", diz. "Antes disso mesmo, vamos levantar o que a gente já sabe: são poucas, mas em termos de solução imediata já destinamos recursos para o ano que vem para o Ministério da Justiça, através do Fundo Nacional de Segurança Pública, poder estruturar as Polícias Civis com recursos para a criação de CiberLabs iguais ao nosso", complementa.

Entre 2023 e 2024, um sistema interno da diretoria registrou 7.528 ocorrências de Polícias Civis fazendo referência a bitcoins, mais de 3.098 que mencionam cripto, e, com terminologia mais ampla, criptomoeda, criptoativo e outros, mais 8.620.

A diretoria não faz investigação diretamente — esse papel é desempenhado pelas polícias. O trabalho do órgão é no fomento, orientação, qualificação de quadros, de coordenação, eventualmente até de liderança situacional, direcionamento da atuação das forças de segurança. A partir do CiberLab, faz-se um apoio às Polícias Civis de todo o país. Já a Polícia Federal (PF) tem sua própria estrutura.

Certificação no mercado financeiro vale a pena?

Consultório financeiro

Quais são as razões e os benefícios de buscar uma certificação no mercado financeiro?

Janaína Mocelin, CFP, responde:

No mundo dinâmico e volátil do mercado financeiro atual, em que os clientes têm acesso instantâneo e fácil a uma vasta gama de informações, os profissionais precisam conquistar uma posição de autoridade e credibilidade, demonstrando um conhecimento mais amplo e aprofundado para se destacar nesse ambiente competitivo. Com isso, a importância das certificações para o setor torna-se cada vez mais evidente, desempenhando um papel crucial, fornecendo não apenas um padrão de conhecimento e habilidades, mas também uma garantia de competência e profissionalismo.

Buscar uma certificação é um investimento valioso que pode trazer uma série de benefícios tangíveis e intangíveis. Além de aprimorar as habilidades e conhecimentos dos profissionais, elas proporcionam oportunidades de carreira e um maior reconhecimento no mercado financeiro.

É importante ressaltar que a maioria das certificações requer a participação em um programa de educação continuada, que exige que o profissional continue estudando, se capacitando e se atualizando para manter o certificado.

Além das razões e benefícios de buscar uma certificação, é importante entender os diferentes tipos e opções disponíveis. Existem aquelas consideradas obrigatórias para o exercício de determinadas funções e outras que são mais voltadas para o aprimoramento profissional. São exemplos de certificações obrigatórias:

- Ancord (Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias): para profissionais que desejam atuar como assessores de investimento, ou seja, aqueles que realizam a intermediação de operações nos mercados financeiro e de capitais. É regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e aborda temas como ética, mercado de capitais, produtos de investimento e legislação.
- CNPI (Certificado Nacional do profissional de Investimento): oferecida pela Associação de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), tem por objetivo qualificar quem atua no mercado de capitais, sendo obrigatória para todos os analistas de valores mobiliários (ações, debêntures e derivativos, por exemplo).

Há outras certificações que não são obrigatórias, mesmo assim muito importantes e reconhecidas. Alguns exemplos:

- CFP (Certified Financial Planner): internacionalmente reconhecida, no Brasil é representada pela Planejar. Possui abordagem abrangente, o programa foca nas áreas de planejamento financeiro e ética, gestão de investimentos, planejamento de aposentadoria, planejamento fiscal, gestão de riscos e seguros e planejamento sucessório.
- CEA (Certificação Especialista em Investimentos Anbima): sugerida para profissionais que atuam como especialista em investimentos. Apesar de não ser obrigatória, ela já é pré-requisito para algumas vagas em instituições financeiras, como consultor ou assessor de investimentos.

Ao considerar uma certificação no mercado financeiro, é importante avaliar quais são as mais adequadas para os objetivos de carreira e as exigências do mercado. Independentemente do tipo de certificação escolhida, o compromisso com o desenvolvimento profissional é fundamental para o sucesso no dinâmico e competitivo mercado financeiro.

Janaína Mocelin é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: janainamocelin@gmail.com

Agenda do STF
Reintegra e multa de 150% aplicada pela Receita Federal voltam à pauta
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Impactos das enchentes do RS na Justiça do Trabalho
E2

TRT-15
Varejista é condenada por assédio sexual
valor.globo.com/legislacao

Legislação & Tributos SP

Tributário Sentenças afastaram entendimento manifestado pela Receita por meio de solução de consulta sobre fundos de combate à pobreza

Justiça determina exclusão de adicional do ICMS do PIS/Cofins

Marcela Villar
De São Paulo

A Justiça tem dado razão aos contribuintes e determinado a exclusão do adicional de ICMS destinado a fundos estaduais de combate e erradicação da pobreza da base de cálculo do PIS e da Cofins. Duas sentenças recentes, uma de Juiz de Fora, em Minas Gerais, e outra de Macaé, no Rio de Janeiro, afastaram o entendimento manifestado pela Receita Federal por meio da Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 61/2024.

Com a norma, que deve ser seguida por todos os auditores fiscais do país, o órgão buscava restringir o alcance da "tese do século", que excluiu o ICMS da base do PIS/Cofins (Tema 69 do Supremo Tribunal Federal). O aumento da carga tributária com a inclusão do adicional no cálculo das contribuições sociais é da ordem de 10% a 20%, segundo tributaristas.

Advogados entendem que não se trata nem de "tese filhote", mas da própria tese do século, porque esse adicional têm a mesma natureza do ICMS. Já a União entende que os valores enviados aos fundos têm efeito "cascata", são cumulativos, além de possuírem vinculação específica e não precisarem ser repartidos com os municípios.

Esses fundos, conhecidos como FECP ou Fecop, foram criados pela Emenda Constitucional nº 31/2000 e depois regulamentados por alguns Estados. O percentual cobrado varia de 1% a 4% e é exigido em quase todos os produtos.

No Rio de Janeiro, onde foi dada uma das sentenças, foi regulamentado pela Lei nº 4.045/2002. Ele serve, por exemplo, para custear transporte para alunos do ensino médio de escolas públicas e manter centros de reabilitação para dependentes de bebidas alcoólicas, dentre outros.

> "A solução de consulta confirmou um receio dos contribuintes"
> *Adriana Stamato*

A decisão fluminense, proferida pela da 1ª Vara Federal de Macaé (RJ), beneficia a Fusão Offshore, que fornece mangueiras e outros produtos e serviços para a indústria. A economia tributária com a exclusão do adicional, de acordo com o tributarista Roberto Cecotto, sócio do escritório Fadel Advogados, que defende a empresa, é de R$ 2 milhões mensais.

O que motivou a ida da empresa ao Judiciário, afirma o advogado, foi justamente a solução de consulta da Receita Federal, publicada em março deste ano. Antes, não havia discussões sobre o assunto, tampouco jurisprudência, acrescenta, porque o contribuinte não tinha dúvida de que o adicional deveria ser excluído.

"É um adicional do imposto [ICMS], então nunca foi necessário brigar pela exclusão. Por decorrência lógica, ele nunca foi tratado de forma segregada do ICMS", afirma Roberto Cecotto.

Foi localizado apenas um acórdão de 2022 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) sobre o tema. A decisão, porém, é mais abrangente, permitindo não só a exclusão do adicional, mas também do Difal (diferencial de alíquotas) do ICMS do cálculo do PIS/Cofins, com base no Tema 69 do Supremo (processo nº 5017547-61.2021.4.02.5101).

Segundo Cecotto, a publicação da Cosit "acendeu uma luz amarela" para os contribuintes e houve até receio de buscarem o Judiciário e terem respostas negativas. "A Fusão foi mais corajosa e, nesse mandado de segurança, a gente mostrou que a alíquota do fundo não é um tributo à parte e não tem natureza cumulativa. É uma receita transitória e não é do contribuinte, é do Estado", afirma o advogado.

O pedido de liminar foi negado em um primeiro momento, mas foi concedido em segundo grau. Na sentença, dada após a decisão do TRF-2, o juiz Victor Roberto Corrêa de Souza, da 1ª Vara Federal de Macaé, entendeu que não há dúvida "de que esses adicionais possuem a mesma natureza dos impostos sobre os quais incidem, já que o constituinte em nenhum momento pretendeu criar nova figura tributária, que, ao final, seria de duvidosa constitucionalidade, tendo em vista a limitada capacidade de Estados e municípios criarem novas contribuições".

Roberto Cecotto: antes da solução de consulta não havia dúvida de que o adicional deveria ser excluído

Na visão do magistrado, "nem mesmo a destinação vinculada desse adicional é capaz de afastar sua natureza de imposto, já que tributo se determina não pelo seu destino, mas pelo seu fato gerador", como determina o artigo 4º do CTN, o Código Tributário Nacional (processo nº 500264808.2024.4.02.5116).

Também entendeu dessa forma o juiz Ubirajara Teixeira, da 3ª Vara Federal de Juiz de Fora (MG), ao julgar o caso da Rafer, empresa que atua no mercado de ferro e aço. "O adicional FECP desfruta de natureza semelhante ao ICMS, de sorte que a empresa apenas o arrecada e repassa ao Estado, sem incrementar seu faturamento próprio. Do contrário, haveria um acréscimo artificial na receita da empresa, ampliando ilegitimamente as grandezas passíveis de tributação através do PIS/Cofins", afirma ele (processo nº 6005420-78.2024.4.06.3801).

A advogada Adriana Stamato, sócia de tributário do escritório Trench Rossi Watanabe, diz que a solução de consulta "confirmou um receio dos contribuintes". "Não era uma dúvida, mas um receio do que a Receita Federal fosse entender", diz. Na visão dela, não se trata de uma tese filhote. "As empresas estão ingressando em juízo para ter um conforto em função da solução de consulta, mas não deveria haver entendimento diferente, como o próprio Judiciário tem colocado nessas decisões", avalia.

Ela discorda do entendimento da Receita Federal, que também veda a tomada de crédito de ICMS sobre a parcela destinada aos fundos. "Isso não é verdade. A regra geral é que ele é não cumulativo e dá sim direito a crédito", afirma Adriana. Para a advogada, o mesmo Tema 69 se aplica, pois os valores não fazem parte da receita bruta ou faturamento da empresa.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

Supremo julga repasse de ICMS a municípios

Marcela Villar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) voltou a julgar, na sexta-feira, ação que discute se é obrigatório o repasse pelos Estados de 25% do valor de créditos extintos de ICMS, por compensação ou transação tributária, ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O relator, ministro Nunes Marques, deu voto favorável às prefeituras. Seguiram esse mesmo entendimento, até então, os ministros Flávio Dino e Cármen Lúcia.

O caso, que voltou ao Plenário Virtual, chegou a ser destacado por Dino e pautado para julgamento em sessão presencial. O destaque, porém, foi cancelado. Os ministros têm até a próxima sexta-feira, 20, para proferir os votos. Também pode haver uma nova interrupção por pedido de vista ou destaque (ADI 3837).

O relator, ministro Nunes Marques, lembra, em seu voto, que o artigo 158 da Constituição Federal determina que 25% do ICMS arrecadado pelos Estados pertence às prefeituras. "Sendo dos municípios a verba, não têm os Estados competência para condicionar, restringir ou, de qualquer modo, reter o repasse", diz o ministro, citando precedentes do Supremo (RE 572762).

Na visão dele, os valores obtidos pelos Estados com compensação ou transação geram arrecadação, provocando "aumento na disponibilidade financeira do Estado". "Havendo receita pública arrecadada nesses procedimentos, o numerário referente aos créditos de ICMS extintos deve sofrer o percentual de repasse da parcela devida aos municípios", afirma Marques, no voto.

FELLIPE SAMPAIO/SCO/STF

> "Estados não têm competência para condicionar, restringir ou reter o repasse"
> *Nunes Marques*

Na ação, os governos do Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraíba pedem a inconstitucionalidade do artigo 4º da Lei Complementar nº 63/1990. Esse é o dispositivo que estabelece a obrigatoriedade da remessa de um quarto do que foi arrecadado às prefeituras, mesmo nos casos de extinção do crédito do ICMS por esses programas tributários estaduais. Essa lei regulamentou a previsão constitucional.

Para os Estados, a compensação ou a transação extinguem o crédito tributário e a relação jurídica que obriga a remessa. Também entendem que não gera arrecadação e, por isso, não justifica a repartição constitucional, visto que não haveria receita.

Em parecer, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) defenderam o repasse aos municípios. O entendimento da AGU é o de que uma interpretação restritiva "mitiga a saúde financeira dos municípios, em prejuízo da sua autonomia".

Ambos afirmam que a compensação e a transação geram benefício financeiro ao Estado. Se fosse acatado o argumento dos autores da ação, segundo a AGU, "estaria aberta margem para que os Estados-membros incentivassem a compensação e a transação a fim de limitar o repasse a ser efetuado aos municípios".

O procurador do município do Rio de Janeiro, Ricardo Almeida, representante da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) na ação do STF, entende que não se discute um mero repasse, mas "uma titularidade da própria cota-parte do ICMS". O procurador afirma que já existe precedente do Supremo em que ficou decidido que o repasse é obrigatório nos casos de incentivos fiscais dados por Estados. "Nesse caso, é ainda mais evidente, porque estamos tratando de compensação e transação", diz.

Almeida explica que, no caso das compensações, a discussão não trata do regime normal de encontro de contas, mas de créditos extintos — como precatórios e de contratos. "Mas, de qualquer maneira, isso é receita e, sendo receita, não podem os Estados se furtarem desse valor e prejudicar os municípios", afirma. Um dos motivadores para esses litígios, acrescenta, é a situação fiscal dos Estados. "Eles estão falidos, não só financeiramente, mas federativamente", diz ele, citando a perda de papel em áreas essenciais, como segurança pública.

Bruno Romano, sócio do escritório Leite, Tosto e Barros Advogados e professor do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e do Mackenzie, afirma que as discussões sobre o assunto começaram no ano 2000, principalmente em relação às compensações. As transações começaram a ser usadas a nível estadual há cerca de quatro anos. "A interpretação dos Estados é que o que se recebe por compensação não é produto de arrecadação, é um encontro de contas contábil."

Esse entendimento, porém, diz, pode reduzir "drasticamente" a receita dos municípios, principalmente dos menores, que não têm tanta arrecadação pelo ISS. Romano afirma concordar com o voto de Nunes Marques. "Ainda que não sejam valores efetivamente arrecadados, acabam compondo as receitas em algum momento", completa.

O tributarista também diz que os Estados, sendo pessoas jurídicas de direito público, devem seguir orientações contábeis de registrar os valores recebidos prioritariamente pelo regime de competência, mesmo no caso das transações, que permitem o pagamento do tributo parcelado. "Quando instituo uma transação, embora não haja ingresso imediato de caixa, tenho já que contabilizar tudo de uma vez."

Destaque

Imóvel de família
O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se a Justiça pode impedir a venda do chamado "bem de família" (único imóvel destinado à moradia da família), para que ele possa ser usado como garantia de ressarcimento aos cofres públicos em ações de improbidade administrativa. A questão é objeto do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1484919, que teve repercussão geral reconhecida (Tema 1316) pelos ministros por unanimidade. A tese a ser fixada no julgamento, ainda sem data definida, será aplicada a todos os casos em andamento na Justiça que tratem do mesmo tema. De acordo com a Lei 8.009/1990, o imóvel residencial da família é impenhorável, exceto em casos específicos, como dívidas com o próprio imóvel, pensão alimentícia ou obrigações fiscais. No caso em análise, uma mulher foi condenada a ressarcir a Fundação Educacional de Fernandópolis (SP) por ato de improbidade, e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) pediu a penhora de seu apartamento. A primeira instância negou a penhora, por se tratar de bem de família, mas decretou sua indisponibilidade — na prática, isso significa que ele não pode ser vendido pela proprietária. Contudo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) cancelou a proibição.

Impactos das enchentes do RS na Justiça do Trabalho

Opinião Jurídica

Francisco de Assis Brito Vaz

Poucos meses depois das fortes chuvas que acometeram o Rio Grande do Sul, as consequências da tragédia ainda são sentidas pela população de quase 95% das cidades da região atingidas. O mercado de trabalho local foi gravemente impactado desde as chuvas intensas, com demissões, fechamento de estabelecimentos, falências, que resultaram na devastação da economia no Estado. A crise gerou a urgente demanda por socorro financeiro por parte dos governantes.

Diante do ocorrido, você já se perguntou como estão as relações de trabalho? Essa questão pode levar a inúmeras respostas direcionadas ao Judiciário trabalhista.

Desde então, várias empresas foram reabertas e diversos trabalhadores voltaram aos seus postos. No entanto, ainda existe um considerável quadro de desempregados. Isso pode ser observado em conformidade aos dados recentes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), relativos a julho, que apresentam avanço na recuperação do emprego no Estado.

O levantamento mostra que, nesse período, foram criados mais de 6,6 mil novos postos de trabalho com carteira assinada. O crescimento é relevante mediante as perdas significativas de empregos em maio e junho, quando foram eliminados 21,9 mil e 8,5 mil postos, respectivamente. A subsecretária de Estatística e Estudos do Trabalho do MTE, Paula Montagner, afirmou que quase todos os setores que contratam trabalhadores formais no Estado e começaram a mostrar saldo positivo no começo deste semestre. Com destaque para o setor de serviços, que gerou cerca de 2,2 mil novos postos, e a construção civil, com mais de 2,1 mil. O comércio gerou 1,3 mil e a indústria, 1,1 mil. No relatório do MTE, somente o setor agropecuário teve desempenho negativo devido à desmobilização do cultivo da soja.

Segundo um monitoramento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), só na Justiça do Trabalho da 4ª Região, que abrange todo o Estado, houve aumento na judicialização de litígios trabalhistas relacionados à tragédia, algo dentro do esperado. Temos, assim, dois lados da mesma moeda: enquanto aqueles que perderam o emprego procuram a Justiça para reivindicar direitos trabalhistas contra seus ex-empregadores, as empresas também sofreram enormes prejuízos em decorrência das enchentes, surgindo então grandes impasses.

A princípio, medidas alternativas foram adotadas como "solução paliativa", por exemplo, a antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, instituição de trabalho em home office (ou atuação remota) e regime especial de banco de horas, com fundamento na Lei nº 14.437/22, que autoriza a adoção de providências para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública.

Outra iniciativa legal em curso é a adoção do layoff (ou "período de inatividade"), previsto em lei pelo artigo 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho. Nesse período, os contratos de trabalho ficam suspensos para preservar empregos a longo prazo. Durante essa suspensão, os colaboradores participam de cursos de qualificação profissional, sem receber salários. Apesar disso, os empregadores recebem uma bolsa financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As medidas adotadas visam, em parte, garantir a preservação dos empregos. No entanto, a realidade demonstrou que isso não é tão simples, e em muitos casos, a demissão tornou-se inevitável, levando uma gama de disputas judiciais, grande parte formada de rescisões contratuais, especialmente aquelas em que foi aplicada justa causa por abandono de emprego ou que não tiveram qualquer formalização ou pagamento de verbas rescisórias.

Ainda é cedo para antecipar a posição dos magistrados que julgarão essas causas. Os processos trabalhistas decorrentes das enchentes estão na fase inicial e a consolidação da jurisprudência poderá levar um tempo considerável. Em meio a esse cenário de incertezas, a recomendação é buscar orientação dos sindicatos e entidades representativas, assim como advogados especialistas na área, para garantir assistência adequada.

E ao reconhecer a gravidade da situação, empresas gaúchas têm buscado a mediação para resolver conflitos trabalhistas de forma conciliatória, tentando evitar complicações futuras. Com a preocupação de manter simultaneamente os empregos e o funcionamento das empresas, o Tribunal Regional do Trabalho da do Rio Grande do Sul (TRT-RS) tem se dedicado a resolver os conflitos trabalhistas gerados pelas enchentes através de mecanismos de composição amigável.

As soluções, porém, não são fáceis e as consequências da tragédia, em diversos aspectos, não cessaram com o fim das enchentes e serão sentidas por muito tempo. No campo trabalhista, cabe ao Judiciário lidar com essas questões e cumprir a importante missão de apaziguar os conflitos resultantes desse triste acontecimento para a população gaúcha.

Francisco de Assis Brito Vaz é sócio no setor trabalhista do escritório SiqueiraCastro

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 136ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20B0817201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 136ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 136ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de fevereiro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de outubro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 136ª Série da 4ª Emissão – (IF 20B0817201), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 479ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22C0981880) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 479ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 479ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de março de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **08 de outubro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. **(ii)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 479ª Série da 1ª Emissão – (IF 22C0981880), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 12 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 197ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19B0176400) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 197ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 197ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 de fevereiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de outubro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 197ª Série da 1ª Emissão – (IF 19B0176400), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 195ª E 196ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 19B0166684/19B0168093) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 195ª e 196ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 195ª e 196ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 de fevereiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de outubro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 195ª e 196ª Séries da 1ª Emissão - (IF 19B0166684/19B0168093), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 291ª, 292ª, 293ª, 314ª E 315ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 20L0871063 / 20L0871064 / 20L0871066 / 20L0871068 / 20L0871069) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 291ª, 292ª, 293ª, 314ª e 315ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 291ª, 292ª, 293ª, 314ª e 315ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de dezembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de outubro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 291ª, 292ª, 293ª, 314ª e 315ª Séries da 1ª Emissão – (IF 20L0871063 / 20L0871064 / 20L0871066 / 20L0871068 / 20L0871069), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 12 de setembro de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 206ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19B0176445) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 206ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 206ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 de fevereiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de outubro de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de outubro de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 206ª Série da 1ª Emissão – (IF 19B0176445), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE MODIFICAÇÃO DE EDITAL

UASG 533201 - Pregão Eletrônico Nº 90063/2024 - Objeto: Operacionalização do Acordo THALES - PRO.00.8234 para o fornecimento de subscrição de licenças de softwares e serviços da plataforma tecnológica THALES. A PRODESP comunica modificação procedida no item 9.1.1 do Termo de Referência - Anexo I do edital, conforme Comunicado nº 1 disponível nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 06.976.417/0001-70 - NIRE 35.300.347.366

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Usina Paulista Queluz de Energia S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF nº 06.976.417/0001-70, NIRE 35.300.347.366, a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em **24 de setembro de 2024, às 17:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala L, Vila Olímpia, CEP 04547-905, na cidade e Estado de São Paulo, a fim de examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias: (i) Aprovar as Contas da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a distribuição de dividendos; e (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

Atenciosamente, **José Luiz de Godoy Pereira** - Presidente do Conselho de Administração

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

CNPJ nº 06.976.406/0001-90 - NIRE nº 35.300.347.374

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF nº 06.976.406/0001-90, NIRE nº 35.300.347.374, a se reunirem presencialmente em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada em **24 de setembro de 2024, às 16:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala M, Vila Olímpia, CEP 04547-905, na cidade e Estado de São Paulo, a fim de examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias: (i) Aprovar as Contas da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a distribuição de dividendos; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

Atenciosamente, **José Luiz de Godoy Pereira** - Presidente do Conselho de Administração

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90160/2024,** referente ao processo nº **024.00151143/2024-87,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 26/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 16/09/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90159/2024,** referente ao processo nº **024.00103967/2024-41,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EQUOTERAPIA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 30/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 16/09/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 216ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19F0923004) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 216ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 216ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de julho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de outubro de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de outubro de 2024, às 11:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 216ª Série da 1ª Emissão - (IF 19F0923004), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 499ª E 501ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22C0978882/22C0978890) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de março de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de outubro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de novembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão – (IF 22C0978882/22C0978890), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 35ª EMISSÃO (IF CRA0220033F/CRA0220033G) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 35ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 35ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de março de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de outubro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 35ª Emissão – (IF CRA0220033F/CRA0220033G), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INÊS 249

ESTADO DE MATO GROSSO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024/SEPLAG
PROCESSO Nº SEPLAG-PRO-2024/0000765 – SIGADOC (0000765/2024/SEPLAG-SIAG)

A **Superintendência de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG** torna público que realizará licitação, tendo por objeto o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de chaveiro, com fornecimento do material, para atender às demandas dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande**, conforme especificações e condições técnicas constantes neste Edital e em seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias **17/09/2024 a 01/10/2024**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até às **08h45min - Horário local (Cuiabá/MT).**

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: no dia **01/10/2024 às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT)**, através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br.**

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** - dúvidas pelo sistema SIAG – tel. . **(65) 99214-5804** ou **(65) 99281-4313.**

Cuiabá – MT, 13 de setembro de 2024.
PAULO ROBERTO TAVARES DE MENEZES
Secretário Adjunto de Aquisições Governamentais/SEPLAG
Original assinado nos autos

Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda.

CNPJ/MF nº 50.935.576/0001-19 - NIRE nº 35.300.095.241

Edital de 1ª (Primeira) Convocação da Assembleia Geral de Investidores da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda.

Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda., localizada na Rua Wilhem Winter, nº 300, CEP 13.213-000, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, neste ato representada na forma do seu contrato social (**"Emissora"** ou **"Plascar Ltda."**), vem convocar os Titulares da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Onze Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (**"Emissão"**, **"Notas Comerciais"**, **"Investidores"** ou **"Titulares de Notas Comerciais"**, respectivamente), nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da cláusula IX do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Onze Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda." celebrado entre a Plascar Ltda., a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário (**"Agente Fiduciário"**) e a Plascar Participações Industriais S.A., na qualidade de avalista (**"Termo de Emissão"**), a reunirem-se, em 1ª (primeira) convocação, em assembleia geral de Investidores, a ser realizada em 30 de setembro de 2024, às 16h00 (dezesseis horas), **de modo exclusivamente digital**, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia (**"Assembleia"**): (i) Aprovar ou rejeitar waiver do prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos previstos na cláusula 5.1.1 (i) do Termo de Emissão para a Emissora comunicar o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Notas Comerciais da Primeira à Décima Série, bem como que o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Notas Comerciais da Primeira à Décima Série ocorra sem a incidência do Prêmio de Resgate, correspondente a 1,75% (um inteiro e setenta e cinco por cento), previsto na cláusula 5.1.1. (ii) do Termo de Emissão, de forma que o Valor do Resgate Antecipado Facultativo de cada uma das Notas Comerciais da Primeira à Décima Série será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da Primeira a Décima Série, conforme o caso; acrescido (b) da Remuneração Fixa, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração Fixa da Primeira a Décima Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; e (c) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; (ii) Aprovar ou rejeitar a alteração da cláusula 5.1.3 do Termo de Emissão para permitir o Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais da Décima Primeira Série, o qual poderá ser realizado sem a comunicação prévia ao Agente Fiduciário e sem a incidência do Prêmio de Resgate. O valor a ser pago em relação à cada uma das Notas Comerciais da Décima Primeira Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da Décima Primeira Série, conforme o caso; acrescido (b) da Remuneração Fixa, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração Fixa da Décima Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (c) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (d) do Prêmio Variável calculado conforme cláusulas 4.10.4 e seguintes do Termo de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo da Totalidade das Notas Comerciais da Primeira à Décima Série" em conjunto com "Resgate Antecipado Facultativo da Totalidade das Notas Comerciais da Décima Primeira Série" será "Resgate Antecipado Facultativo da Totalidade das Notas Comerciais"); e (iii) Aprovar ou rejeitar que o pagamento das Notas Comerciais da Primeira à Décima Primeira Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo possa ser realizado (i) por meio de moeda corrente ou, alternativamente, (ii) por meio de dação em pagamento de notas comerciais a serem emitidas pela Emissora. **Informações Gerais:** A Assembleia será instalada, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Titulares de Notas Comerciais que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Notas Comerciais em Circulação e em 2ª (segunda) convocação, com qualquer quórum. As deliberações, a cada Nota Comercial em Circulação (conforme definida na cláusula 9.4.1 do Termo de Emissão) caberá um voto, sendo que, conforme a cláusula 9.4.3 do Termo de Emissão, a aprovação das deliberações da Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais dependerá da aprovação de Titulares de Notas Comerciais Titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Notas Comerciais em Circulação relativas às Séries objeto da deliberação. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, cujo *link* de acesso será disponibilizado pela Plascar Ltda. aos Titulares de Notas Comerciais que enviarem os seguintes documentos, por e-mail, para a Plascar Ltda. (contatori@plascargroup.com), com cópia ao Agente Fiduciário (agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br), até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início da Assembleia: (a) no caso de pessoa física, documento de identidade; (b) no caso de pessoa jurídica, cópia dos atos societários e dos documentos que comprovem os poderes de representação; e (c) caso seja representado por procurador, procuração com poderes específicos para a sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. A Plascar Ltda. e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Titulares de Nota Comercial. São Paulo, 13 de setembro de 2024. **Plascar Indústria de Componentes Plásticos - Ltda.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, hora, local: 30.04.2024, 10:30hs, na sede, Rua Hungria, 1.240, 1º andar, conjunto 12, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Flávia Palácios Mendonça Bailune; Secretário: Eduardo Trajber Waisbich. **Deliberações aprovadas: AGO: (i)** As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 31.12.2023, publicadas perante o Sistema Fundos.NET; **(ii)** a distribuição de lucros relacionada ao exercício encerrado em 31.12.2023, conforme Proposta de Administração, nos seguintes termos: **a)** constituição de reserva legal de 5% do lucro líquido ajustado, no montante de R$ 1.141.697,31; e **b)** distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, no montante de 5.423.062,23, na proporção da participação dos acionistas. **AGE: (i)** Reeleição: Flávia Palácios Mendonça Bailune, brasileira, casada, economista, RG 60.917.105-7 SSP/SP, CPF 052.718.227-37, para o cargo de membro do Conselho de Administração; Thomas Joseph McDonald, cidadão dos EUA, profissional de investimentos financeiros, casado, passaporte nº 530482238, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; e Mário Ineis Estevam de Barros, brasileiro, casado, engenheiro, RG 29.752.948-1 SSP/SP, CPF 295.431.338-24, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, todos com endereço comercial São Paulo/SP e com mandato até a realização da AGO que examinará as demonstrações financeiras relativas ao exercício a se encerrar em 31.12.2026, prevista para ocorrer até o dia 30.04.2027, ora reeleitos declararam que não estão impedidos de exercerem atividades mercantis; e **(b)** tomaram posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse. **(iii)** ainda, o acionista: **a)** ratifica que dispensou o prazo de 1 mês entre a data da publicação da Proposta da Administração, tendo em vista que o acionista teve amplo conhecimento do teor das publicações, foram-lhe apresentados os documentos que julgou necessário e foram prestadas as informações suficientes para que pudesse deliberar, em sede de assembleia ordinária; e **b)** atesta a quem possa interessar e por tais razões, a regularidade da presente assembleia. **(iv)** a alteração dos jornais de grande circulação, "Gazeta SP" e "Valor Econômico", nos quais a Companhia realiza suas publicações, para o Sistema Fundos.NET, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 166, de 01.09.2022. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.04.2024. **Acionista: OPEA Holding S.A.** Flávia Palácios Mendonça Bailune - Diretora e Eduardo Trajber Waisbich - Diretor. JUCESP nº 305.449/24-2 em 16.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90126/2024**, referente ao processo nº **024.00099098/2024-42**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE LANCETAS E FITAS DE GLICEMIA EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 30/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 16/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0862572), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 204ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19A1316806) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 204ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 204ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 de fevereiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de outubro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 204ª Série da 1ª Emissão – (IF 19A1316806), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 93ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14A0135702) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 31 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 93ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 93ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de janeiro de 2014, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **31 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 93ª Série da 1ª Emissão - (IF 14A0135702), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 107ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 18C0804986) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 107ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 107ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de março de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 107ª Série da 4ª Emissão – (IF 18C0804986), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 321ª E 322ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21B0566153/21B0566154) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 321ª e 322ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 321ª e 322ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de fevereiro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de outubro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 321ª e 322ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21B0566153/21B0566154), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 2ª EMISSÃO (IF CRA019000GS/CRA019000GT) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@planner.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão – (IF CRA019000GS/CRA019000GT), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@planner.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 200ª E 201ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 18L1368412/18L1368427) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 21 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de janeiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **21 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão - (IF 18L1368412/18L1368427), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 2ª SÉRIE DA 5ª EMISSÃO (IF CRA019005KC) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 2ª Série da 5ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 2ª Série da 5ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 de outubro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de outubro de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de outubro de 2024, às 11:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 2ª Série da 5ª Emissão – (IF CRA019005KC), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 190 LOTES - DIA: 17.09.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 17.09.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 8AFAR23L8LJ178998 - 93HRU1860MK201038 - 93HGE6850DZ208739 - 9362AN6A95B039062 - 93YRBB00LJ178339 - 9BHBG41DBFP428234 - 93YJA00252J306668 - 93Y4SRF84LJ942260 - 93YRBB005RJ772577 - 94DFFUK13JB204536 - 93YLSR7RHBJ585949 - 9BGRD08X04G130475 - [illegible]

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•Condições de venda e pagamento dos leilões: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão • Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

FRAZÃO Leilões | **LEILÃO Presencial e Online** | **27/09/2024** 6ª feira – às 11h00 | Prestador de Serviço Autorizado Itaú

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão.

33 IMÓVEIS
CASAS E APARTAMENTOS

Casa - Praia da Enseada - Guarujá/SP * Casa - Jardim - Buritis/MG * Casa - Santa Isabel - Viamão/RS * Apartamento - Jardim Atlântico - Maricá/RJ * Casa - Jardim do Estádio - Santo André/SP * Apartamento - Jardim São Miguel - Guarujá/SP * Casa - Burgo Paulista - São Paulo/SP * Apartamento - Setor Leste - Planaltina/GO * Casa - Serrano - Paraíso do Tocantins/TO * Apartamento - Bonfim - Campinas/SP * Apartamento - Piraporinha - Diadema/SP * Casa - Piatã - Salvador/BA * Apartamento - Centro - Belford Roxo/RJ * Apartamento - Fazendinha - Curitiba/PR * Casa - Jardim do Estádio - Santo André/SP * Apartamento - Santa Rosa - Uberlândia/MG * Sobrado de uso misto - Vila Nova Bonsucesso - Guarulhos/SP * Casa - Jardim Aeroporto II – Umuarama/PR * Casa - Jardim São Francisco - Guarulhos/SP * Casa - Parque do Horto – Hortolândia/SP * Casa - Parque Esplanada V - Valparaíso de Goiás/GO * Casa - Loteamento Projeto Mutirão - Andradas/MG * Apartamento - Cachambi - Rio de Janeiro/RJ * Apartamento - Guarani - Brusque/SC * Casa - Boa Vista - Maracanaú/CE * Casa - Freguesia do Engenho Novo - Rio de Janeiro/RJ * Casa - Cidade Satélite - Tanguá/RJ * Casa - Vila Medeiros - São Paulo/SP * Apartamento - Praça Seca - Rio de Janeiro/RJ * Casa - Boa Esperança - Palmeiras de Goiás/GO * Casa - Pau Miúdo - Salvador/BA * Casa - Jardim Stella - Santo André/SP * Casa - Vila Carvalho - Campo Grande/MS

Veja as condições de pagamento no site da leiloeira.

À vista ou à prazo, conforme estipulado no edital de leilão, no site da leiloeira.

Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua Hipódromo, 1141 – sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836

Tel. 11-3550-4066 | 11-97179-0728 – www.FrazaoLeiloes.com.br

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, hora, local: 30.04.2024, 11hs, na sede, Rua Hungria, 1.240, 1º andar, conjunto 12, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Flávia Palacios Mendonça Bailune; Secretário: Eduardo Trajber Waisbich. **Deliberações aprovadas:** Reeleger: **(i)** Flávia Palácios Mendonça Bailune, brasileira, casada, economista, RG 60.917.105-7 SSP/SP, CPF 052.718.227-37, ao cargo de Diretora Presidente, cumulando com o cargo de Diretora de Relações com Investidores; **(ii)** Eduardo Trajber Waisbich, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, RG 35.599.267-X SSP/SP, CPF 354.775.038-58, ao cargo de Diretor Vice-Presidente, cumulando com o cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Compliance; **(iii)** Thiago Faria Silveira, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG 22.366.436-8 DICRJ, CPF 137.685.467-80, ao cargo de Diretor de Securitização; **(iv)** Marcelo Leitão da Silveira, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 50.941.829-6 SSP/SP, CPF 021.590.957-70, como Diretor de Distribuição, todos com endereço comercial na sede da Companhia e com mandato unificado até a AGO da Companhia que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31.12.2025, prevista para ocorrer até o dia 30.04.2026. Os Diretores ora reeleitos declaram que não estão impedidos de exercerem atividades mercantis, tomaram posse, mediante assinatura dos Termos de Posse; e exercerão seu mandato de forma unificada ao mandato vigente, encerrando-se, portanto, na data da AGO da Companhia que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrando em 31.12.2023. Em virtude das deliberações aprovadas a Diretoria da Companhia passa a ter seguinte composição: **(a)** Flávia Palácios Mendonça Bailune, como Diretora Presidente e Diretora de Relações com Investidores; **(b)** Eduardo Trajber Waisbich, como Diretor Vice-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Compliance; **(c)** Thiago Faria Silveira, ao cargo de Diretor de Securitização; e **(d)** Marcelo Leitão da Silveira, como Diretor de Distribuição, todos acima qualificados. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.04.2024. **Diretores reeleitos: Flavia Palacios Mendonça Bailune** - Diretora Presidente e Diretora de Relações com Investidores, **Eduardo Trajber Waisbich** - Diretor Vice-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Compliance, **Thiago Faria Silveira** - Diretor de Securitização e **Marcelo Leitão da Silveira** - Diretor de Distribuição. Conselho de Administração: **Flávia Palacios Mendonça Bailune, Thomas Joseph Mcdonald** e **Mário Lins Estevam de Barros**. JUCESP nº 305.450/24-4 em 16.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª (PRIMEIRA) E DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO (IF CRA021001PQ / CRA021001VA) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 16ª (Décima Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries para Emissão da 16 (Décima Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A., com Lastro em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Mafrig Global S.A.*", celebrado em 29 de junho de 2021, conforme aditado em 22 de julho de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia" e "AGT"), conforme Cláusulas 13.2.3 e 13.4 do Termo de Securitização, a realizar-se no dia 24 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma **Plataforma Digital Ten Meetings** ("Plataforma Digital"), sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sem prejuízo da possibilidade da adoção de instrução de voto a distância previamente a realização da AGT a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (v) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (v), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão** *"5.1. Vencimento Antecipado Automático 5.1.1. Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...) (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou qualquer Subsidiária Relevante, exceto se decorrente de reorganização societária realizada no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora e desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada reorganização societária; sendo que, para os fins deste item, "Grupo Econômico" significará as sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Emissora, desde que por eles controladas ou que estejam sob controle comum e "Afiliada" significa quaisquer sociedades que sejam pela Emissora controladas ou que estejam sob controle comum"* **Termo de Securitização**: *"7.1. Vencimento Antecipado Automático 7.1.1. A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observado a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...) (v) liquidação, dissolução ou extinção da Devedora e/ou qualquer Subsidiária Relevante, exceto se decorrente de reorganização societária realizada no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Devedora e desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada reorganização societária; sendo que, para os fins deste item, "Grupo Econômico" significará as sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Devedora, desde que por eles controladas ou que estejam sob controle comum e "Afiliada" significa quaisquer sociedades que sejam pela Devedora controladas ou que estejam sob controle comum;"*; **(ii)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (vii) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (vii), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão** *"5.1. Vencimento Antecipado Automático 5.1.1. Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...) (vii) redução do capital social da Emissora, exceto se (a) realizadas no contexto de uma reorganização societária no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora, sem prejuízo do disposto no item (c) a seguir; ou (b) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, ou (c) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Debenturista, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Emissora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;"* **Termo de Securitização:** *"7.1. Vencimento Antecipado Automático 7.1.1. A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...) (vii) redução do capital social da Devedora, exceto se (a) realizadas no contexto de uma reorganização societária no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Devedora, sem prejuízo do disposto no item (c) a seguir; ou (b) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, ou (c) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Emissora, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Devedora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;"*; **(iii)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (xii) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (xii), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão** *"5.1. Vencimento Antecipado Automático 5.1.1. Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...) (xii) cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Emissora, exceto se (a) realizadas no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora; ou (b) previamente autorizado pela Debenturista, a partir de decisão da assembleia geral de titulares de CRA a ser convocada em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento pela Debenturista do comunicado encaminhado pela Emissora, ou (c) tiver sido realizada Oferta Facultativa de Resgate Antecipado destinada a 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e a respectiva Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, sendo que no edital da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA deverá constar a referida cisão, fusão ou incorporação, em qualquer dos casos, desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada operação, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Emissora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;"* **Termo de Securitização:** *"7.1. Vencimento Antecipado Automático 7.1.1. A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...) (xii) cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Devedora, exceto se (a) realizadas no âmbito do mesmo Grupo Econômico) da Devedora; ou (b) previamente autorizado pela Emissora, a partir de decisão da assembleia geral de titulares de CRA a ser convocada em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento pela Emissora do comunicado encaminhado pela Devedora, ou (c) tiver sido realizada Oferta Facultativa de Resgate Antecipado destinada a 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e a respectiva Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, sendo que no edital da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA deverá constar a referida cisão, fusão ou incorporação, em qualquer dos casos, desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada operação, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Devedora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;"*; **(iv)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, constante no item (xiii) da Cláusula 5.2.1 da Escritura de Emissão e no item (xiii), da Cláusula 7.2.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão** *"5.2. Vencimento Antecipado Não Automático 5.2.1. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático" e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, ("Eventos de Vencimento Antecipado"), não sanados no prazo de cura eventualmente aplicável, a Debenturista deverá tomar as providências previstas na Cláusula 5.2.3 abaixo e seguintes: (...) (xiii) se a Emissora alienar ou transferir de qualquer forma, total ou parcialmente, sem anuência prévia e por escrito da Debenturista, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, quaisquer bens de seu ativo que representem, em uma operação ou em um conjunto de operações, 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Emissora com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, salvo se tais recursos oriundos da alienação forem destinados à compra de novo ativo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurado com base na demonstração financeira auditada mais recente da Emissora"* **Termo de Securitização:** *"7.2. Vencimento Antecipado Não Automático 7.2.1. São Eventos de Vencimento Antecipado não automático, nos quais a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures pela Emissora dependerá de deliberação prévia de Assembleia Geral dos CRA especialmente convocada para esta finalidade, observados os prazos e procedimentos previstos neste Termo de Securitização, os seguintes eventos: (...) (xiii) se a Devedora alienar ou transferir de qualquer forma, total ou parcialmente, sem anuência prévia e por escrito da Emissora, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, quaisquer bens de seu ativo que representem, em uma operação ou em um conjunto de operações, 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Devedora com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Devedora, salvo se tais recursos oriundos da alienação forem destinados à compra de novo ativo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurado com base na demonstração financeira auditada mais recente da Devedora."* Caso aprovados os itens (i) a (iv) da Ordem do Dia, será oferecida contrapartida aos Titulares dos CRA, devidamente descrita na Proposta de Administração. A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 13.4 do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA presentes à assembleia, desde que presentes à assembleia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação, conforme cláusula 13.5 do Termo de Securitização. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. O titular de CRA que desejar participar da Assembleia deverá acessar website específico para a Assembleia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), preencher o seu cadastro e anexar todos os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de **2 (dois) dias** antes da data de realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia da respectiva procuração, em sua versão digital, assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.; **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia em sua versão digital, assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.; e **c) manifestação de voto**, conforme abaixo. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. O Agente Fiduciário não interpretará o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Após a análise dos documentos o Titular do CRA receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. O Titular do CRA que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/474331332), e apresentar os documentos indicados abaixo: (a) documento de identificação com foto; (b) instrumento de mandato (procuração), o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1° e 2° da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e (c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Titular do CRA pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Titular do CRA registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Instrução de Voto: Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Titulares dos CRA mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como Anexo II à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Titular dos CRA que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: (i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Instrução de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos acima, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou (ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos do Anexo II da Proposta de Administração, digitalizada por meio do referido *website* em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Titular do CRA que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital. Contudo, caso o Titular do CRA que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada. Todos os documentos e informações pertinentes à ordem do dia estarão disponíveis no website da Emissora, nos termos do inciso III do §2º do art. 26 da Resolução CVM 60/2021. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 16 de setembro de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 112ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 18L1299235) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 112ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 112ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de dezembro de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 11:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 112ª Série da 4ª Emissão – (IF 18L1299235), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 108ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 18F0879293) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 31 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 108ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 108ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de junho de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **31 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 108ª Série da 4ª Emissão – (IF 18F0879293), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 215ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19G0026527) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 21 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 215ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 215ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 05 de julho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 11:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **21 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 215ª Série da 1ª Emissão - (IF 19G0026527), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

GrupoFleury

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 60.840.055/0001-31 - NIRE 35.300.197.534

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19 de Agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 19 de agosto de 2024, às 14:00 horas, na sede social do Fleury S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Morumbi, nº 8860, 8º andar, Jardim das Acácias, CEP 04.703-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 15, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, presencialmente e por meio de videoconferência, conforme Artigo 15, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, a saber: Srs. (i) Marcio Pinheiro Mendes; (ii) Fernando Lopes Alberto; (iii) Rui Monteiro de Barros Maciel; (iv) Luiz Carlos Trabuco Cappi; (v) Samuel Monteiro dos Santos Junior; (vi) Ivan Luiz Gontijo Junior; (vii) João Roberto Gonçalves Teixeira; (viii) Regina Pardini; (ix) Victor Cavalcanti Pardini e (x) Márcio Moura de Paula Ricardo. **3. Mesa:** Presidente: Marcio Pinheiro Mendes; Secretário: Fernando Aguiar Camargo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a aprovação do Programa 2025 de Matching da Companhia, no âmbito do Plano de Matching aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2019; (ii) a aprovação das outorgas de Ações Matching da Companhia a determinados beneficiários, sujeitas aos termos previstos no Plano de Matching e no Programa 2025 de Matching; e (iii) a autorização para a administração da Companhia adotar todas as providências e praticar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações que forem tomadas. **5. Deliberações:** Analisadas as matérias, os membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 18(t) do Estatuto Social e no âmbito do Plano de Matching da Companhia, aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (i) O Programa 2025 de Ações Matching, nos termos do Anexo I desta ata, que fica arquivado na sede da Companhia; (ii) A outorga de um número de Ações Matching correspondente ao número de Ações Investidas que forem adquiridas pelos Beneficiários com o valor dos respectivos Bônus, nos termos do Programa 2025 de Matching, multiplicadas pelo fator individual aplicável a cada Beneficiário; (iii) Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para fins de implementar as deliberações ora aprovadas, inclusive de determinar o número de Ações Matching a serem recebidas por cada Beneficiário e assinar todos os instrumentos relacionados às deliberações tomadas acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mesa: Marcio Pinheiro Mendes, Presidente; Fernando Aguiar Camargo, Secretário. Conselheiros: Sr. Marcio Pinheiro Mendes; Sr. Fernando Lopes Alberto; Sr. Rui Monteiro de Barros Maciel; Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi; Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior; Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior; Sr. João Roberto Gonçalves Teixeira; Sra. Regina Pardini; Sr. Victor Cavalcanti Pardini; e Sr. Márcio Moura de Paula Ricardo. Esta ata confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 19 de agosto de 2024. Marcio Pinheiro Mendes - Presidente. Fernando Aguiar Camargo - Secretário. JUCESP nº 336.776/24-0 em 06/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35 - NIRE nº 353.000.100-35

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 960-107 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 19.07.2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 19 de julho de 2024, às 10h, de forma eletrônica, via e-mail, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Agueda Gonçalves, n° 240, Jardim Pedro Gonçalves, CEP 06760-020. **2. Presença:** Conselheiros Eduardo Aggio de Sá - Presidente do Conselho; Gileno Gurjão Barreto, Membro Conselheiro e Diretor-Presidente; Jorge Antonio Weschenfelder - Membro Representante dos Empregados; Leonardo José Mattos Sultani; Paulo Robério Távora Pinho; Ricardo Cézar de Moura Jucá; Rogério Campos; Alexandre Silveira Pessôa; Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior e; Marcelo Almeida, sendo os três últimos Conselheiros Membros Independentes. O conselheiro Thiago Waltz Alves se absteve do voto considerando o conflito de interesse em relação ao tema em tela. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Eduardo Aggio de Sá - Presidente do Conselho de Administração e secretariados pela Sra. Paula de Freitas Candido. **4. Ordem do Dia:** Item I - Eleger membro para compor a Diretoria Executiva da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP. Item II - Outros assuntos de interesse da Companhia. **5. Deliberações:** Item I - Os membros do Conselho de Administração, ratificaram a indicação governamental e elegeram o senhor **THIAGO WALTZ ALVES** (1° mandato), como Diretor de Relacionamento com Clientes. O Diretor ora eleito, declara ter conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das Sociedades Anônimas e apresentou a Declaração de Desimpedimento, que está arquivada na sede da Companhia. Item II - Não houve outros assuntos de interesse social e. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada pelos presentes, foi assinada. **Mesa:** Eduardo Aggio de Sá - Presidente e Paula de Freitas Candido - Secretária. A íntegra da Ata está disponível em https://valor.globo.com/valor-ri/.

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

GrupoFleury

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 60.840.055/0001-31 - NIRE 35.300.197.534

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19 de Agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 19 de agosto de 2024, às 13:00 horas, na sede social do Fleury S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Morumbi, nº 8860, 8º andar, Jardim das Acácias, CEP 04.703-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 15, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, presencialmente ou meio de videoconferência, conforme Artigo 15, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, a saber: Srs. (i) Marcio Pinheiro Mendes; (ii) Fernando Lopes Alberto; (iii) Rui Monteiro de Barros Maciel; (iv) Luiz Carlos Trabuco Cappi; (v) Samuel Monteiro dos Santos Junior; (vi) Ivan Luiz Gontijo Junior; (vii) João Roberto Gonçalves Teixeira; (viii) Regina Pardini; (ix) Victor Cavalcanti Pardini e (x) Márcio Moura de Paula Ricardo. **3. Mesa:** Presidente: Marcio Pinheiro Mendes; Secretário: Fernando Aguiar Camargo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a aprovação do Programa de Outorga de Ações da Companhia ("Programa 2024") no âmbito do Plano de Ações Diferidas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2019 ("Plano de Ações Diferidas 2019") e no âmbito do Plano de Ações Diferidas aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024 ("Plano de Ações Diferidas 2024"), conjuntamente denominados ("Planos de Ações Diferidas"); (ii) a aprovação das outorgas de ações da Companha a determinados beneficiários, sujeitas às condições de desempenho e demais termos previstos nos Planos de Ações Diferidas da Companhia; e (iii) a autorização para a diretoria e a administração da Companhia adotar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização das outorgas de ações. **5. Deliberações:** Após a análise dos materiais correspondentes e discussões relacionadas à matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, nos termos do artigo 18(t) do Estatuto Social e no âmbito dos Planos de Ações Diferidas, por unanimidade e sem ressalvas: (i) O Programa de 2024, nos termos do Anexo I à esta ata, que fica arquivado na sede da Companhia; (ii) A outorga de até 1.515.098 (um milhão, quinhentas e quinze mil e noventa e oito) Ações Diferidas para os Beneficiários do Programa 2024 ("Ações Diferidas"). A lista individual dos Beneficiários contemplados e a quantidade de outorgas de Ações Diferidas recebidas por cada Beneficiário foi aprovada e rubricada pelo Conselho de Administração e permanecerá arquivada na sede da Companhia; (iii) A outorga de até 604.963 (seiscentas e quatro mil, novecentas e sessenta e três) Ações Extraordinárias referentes ao Programa 2024 ("Ações Extraordinárias - 1ª Parcela"), cuja eficácia estará condicionada ao Vesting da 1ª Parcela das Ações Diferidas outorgadas aos respectivos beneficiários e ao cumprimento dos demais requisitos previstos nos Planos de Ações Diferidas e no Programa 2024. A lista individual dos Beneficiários contemplados e a quantidade de outorgas de Ações Extraordinárias - 1ª Parcela recebidas por cada Beneficiário foi aprovada e rubricada pelo Conselho de Administração e permanecerá arquivada na sede da Companhia; e (iv) Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para fins de implementar as deliberações ora aprovadas, inclusive celebrar os respectivos contratos de outorga de ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mesa: Marcio Pinheiro Mendes, Presidente; Fernando Aguiar Camargo, Secretário. Conselheiros: Sr. Marcio Pinheiro Mendes; Sr. Fernando Lopes Alberto; Sr. Rui Monteiro de Barros Maciel; Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi; Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior; Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior; Sr. João Roberto Gonçalves Teixeira; Sra. Regina Pardini; Sr. Victor Cavalcanti Pardini; e Sr. Márcio Moura de Paula Ricardo. Esta ata confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 19 de agosto de 2024. **Marcio Pinheiro Mendes** Presidente. **Fernando Aguiar Camargo -** Secretário. JUCESP nº 336.775/24-6 em 06/09/2024. 06/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.